

LUCAS ANTÔNIO DE CARVALHO CYRINO

**A CONJURAÇÃO DA LEITURA:
Formação leitora no Brasil setecentista**

TESE DE DOUTORADO

**PORTO ALEGRE
2022**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DE LITERATURA
LINHA DE PESQUISA: LITERATURA, SOCIEDADE
E HISTÓRIA DA LITERATURA**

**A CONJURAÇÃO DA LEITURA:
Formação leitora no Brasil setecentista**

TESE DE DOUTORADO

LUCAS ANTÔNIO DE CARVALHO CYRINO

ORIENTADORA: PROFA. DRA. REGINA ZILBERMAN

Tese de Doutorado em Letras, área de Estudos de Literatura, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Letras.

**PORTO ALEGRE
2022**

Lucas Antônio De Carvalho Cyrino

A CONJURAÇÃO DA LEITURA:
FORMAÇÃO LEITORA NO BRASIL SETECENTISTA

Tese de Doutorado em Letras, área de Estudos de Literatura, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Letras.

Data: 26 de agosto de 2022.

Conceito geral da banca: A

Resultado: Aprovado

Profa. Dra. Regina Zilberman – Orientadora
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Juracy Ignes Assmann Saraiva
Universidade Feevale

Profa. Dra. Raquel Bello Vázquez
Centro Universitário Ritter dos Reis

Prof. Dr. Roberto Acízelo Quelha de Souza
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

CIP - Catalogação na Publicação

Cyrino, Lucas Antônio de Carvalho
A conjuração da leitura: formação leitora no Brasil
setecentista / Lucas Antônio de Carvalho Cyrino. --
2022.
208 f.
Orientadora: Regina Zilberman.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de
Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Formação leitora. 2. Século XVIII. 3. História
da leitura no Brasil. 4. Brasil Colônia. 5. Cláudio
Manuel da Costa. I. Zilberman, Regina, orient. II.
Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Às minhas avós, Leida Caron Cyrino e
Lya de Lourdes Nunes de Carvalho,
que pelo afeto me ensinaram o gosto por ouvir,
ler e imaginar a Literatura.

*Que tormento maior a um livre peito
Que a um homem, a um igual viver sujeito?*

Cláudio Manuel da Costa – *Vila Rica*, canto V.

AGRADECIMENTOS

Durante o levantamento de dados e a conseguinte sistematização das ideias relativas ao ensino colonial para esta tese, deparei-me poucas vezes com uma fonte segura que me indicasse os nomes daqueles que desempenharam o papel docente ao longo do século XVIII. Quando os encontrei, apenas uma ou duas vezes a informação biográfica foi além do nome do mestre de Retórica ou Gramática – dados que se revelam paulatinamente obliterados da história nacional, sintoma pungente de que a desvalorização da classe é um problema de raízes profundas na sociedade brasileira.

Sou, entretanto, um professor, que é neto de uma professora, dona Leida, a quem dedico este estudo. Entre as várias coisas que aprendi com minha avó estão não apenas o gosto pela profissão e a paixão pela leitura, ou o carinho pelas memórias afetivas de seu armário de livros, que tantas vezes frequentei quando criança. Aprendi de minha avó o respeito pelo exemplo, ao vê-la muitas vezes ser reconhecida com igual afeto por seus ex-alunos ao andar pela rua, estes já adultos, com famílias e carreiras encaminhadas.

Por isso, quero primeiro agradecer às professoras que me alfabetizaram: Maria Spode e Noemi Pastori, na Escola Estadual de Ensino Fundamental Duque de Caxias – o Duquinho, em Lagoa Vermelha/RS, entre os anos 2000 e 2001. Não o faço pela pretensão de que minha voz e texto, por si só, possam eternizá-las na história da educação brasileira, mas porque espero que este agradecimento, que também é uma forma de homenagem, permita que meus leitores possam também lembrar de seus mestres. Com a profa. Maria, uma mulher forte e exigente, aprendi a ler e a escrever. Entre as tarefas que ela propôs ao final da primeira série estava uma inversão de papéis: em dias específicos, cada um de nós tomava o seu lugar e conduzia a aula, pensando nos exercícios, na leitura do dia, no uso do quadro. Hoje, enquanto lembro da minha “aula” e escrevo este texto, penso que a profa. Maria, possivelmente de forma despropositada, plantou em mim a semente daquele que seria, duas décadas depois, um professor apaixonado pela sala de aula, prestes a receber o título de Doutor em Letras. A profa. Noemi, falecida em 2021, foi a única professora negra que tive em toda minha vida escolar, e talvez tenha sido a mais afetuosa entre todas as minhas professoras – o que, estou seguro, é observação unânime entre seus ex-alunos. Lembro que cruzei com ela pela rua logo depois que passei no vestibular, e ela vibrou como se fosse o êxito de um filho seu. Com ela aprendi que podia usar a imaginação também no papel. Guardo até hoje os textos e livrinhos de histórias que ela nos motivava a escrever – na minha estante, na minha memória e no meu coração.

Depois delas, agradeço à profa. Maria Inês Medeiros, com quem estudei Literatura durante todo o Ensino Médio, entre 2008 e 2010, na Escola Estadual de Ensino Médio Araby Augusto Nácul, em Lagoa Vermelha/RS. Na profa. Maria Inês eu via em carne e osso o exemplo de uma professora apaixonada pela leitura e pela disciplina que lecionava, o que transbordava para as leituras de poemas, para a criação de haicais, para a encenação de contos de Machado de Assis, entre tantas outras atividades que nos propunha.

Às três, portanto, e por seu intermédio a todas as professoras que tive enquanto fui orgulhosamente um aluno da rede pública, agradeço pela oportunidade de aprender a me envolver com o mundo das palavras e da Literatura.

Agradeço ao meu pai, Álvaro Cyrino, e por extensão dele a toda a minha família, por todo suporte, amizade, motivação e amor incondicionais, em todos os momentos de alegria e dificuldades ao longo dos quatro anos em que essa pesquisa foi desenvolvida.

Na carreira acadêmica, agradeço primeiro à Profa. Dra. Tania Rösing, com quem aprendi a acreditar na leitura e na formação de leitores, a fazer parcerias inteligentes, a aproveitar ao máximo as oportunidades, a sonhar com o impossível – e, sobretudo, por quem tenho grande estima e amizade.

Agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Regina Zilberman, pela parceria nesta investigação que é, também, continuação daquela que desenvolvemos a nível de mestrado. Agradeço pela oportunidade de aprender a pesquisar, a observar a matéria em estudo com criticidade e olhos atentos às diferentes leituras possíveis.

Agradeço à Profa. Dra. Heloisa Starling e à Profa. Dra. Maria Aparecida Ribeiro pelas significativas contribuições dadas à presente pesquisa na etapa de qualificação, em junho de 2021. À Profa. Maria Aparecida agradeço, ainda, pela supervisão e apoio durante a viagem de estudos a Coimbra e Lisboa, entre agosto e setembro de 2020, etapa sem a qual grande parte dos resultados aqui apresentados não teriam sido alcançados.

À Capes, agradeço pela bolsa de estudos concedida no Brasil e também na Alemanha, em parceria com o DAAD, entre outubro de 2019 e setembro de 2020, etapa de investigação da qual resulta parte desta tese.

RESUMO

A tese de doutoramento que aqui se apresenta procura demonstrar de que forma e em quais parâmetros se deu a formação leitora no Brasil na segunda metade do século XVIII. Para tanto, partimos da consideração de que os leitores do período também formavam parte da elite social, artística e política do Brasil Colônia, o que, para aquele momento, significava reconhecê-los, majoritariamente, como poetas vinculados à capitania de Minas Gerais. Como o estudo da História da Leitura não se desvincula da História da Literatura, baseamo-nos nos pressupostos e na primeira parte da *Formação da Literatura Brasileira*, de Antonio Candido, para diagnosticar a sistematização da literatura com o intuito de evidenciar a participação do público leitor nesse processo. Alcançar tal objetivo só se faz possível a partir do momento em que aliamos o estabelecimento do cânone árcade da Literatura Brasileira ao levantamento do horizonte de leitura da época, possível a partir da expansão dos preceitos estabelecidos pela Estética da Recepção, de Hans Robert Jauss. Em nosso caso, a compreensão dessa expansão de horizonte se dá quando levamos em conta todos os aspectos vinculados à leitura, como o letramento, o acesso ao conhecimento e, principalmente, a socialização de livros e ideias. Assim, procuramos analisar os pilares da educação jesuítica até a expulsão da Companhia de Jesus de Portugal e suas colônias, em 1759, e as consequentes reformas de ensino levadas a cabo por Sebastião José de Carvalho e Melo, que viria a ser conhecido, na história, como o Marquês de Pombal. Essas reformas, empreendidas entre 1759 e 1772, revelam preocupações, problemas e deficiências do ensino colonial e metropolitano, situações que procuramos discutir. Também dedicamos parte deste estudo à análise de materiais de cunho didático editados e publicados no período das reformas pombalinas, relacionados à disciplina de Retórica, em que se inseria a literatura, e desse estudo notamos o alinhamento de seus escritores às ideias contemporâneas ao seu tempo, mas também a subserviência com que reverenciavam Pombal. Como última etapa do processo vinculado ao acesso à escolarização, dedicamos um capítulo à Universidade de Coimbra, do qual destacamos a reforma realizada nos estatutos daquela instituição, entre 1771 e 1772. Também abordamos, nesta etapa, a presença de estudantes universitários nascidos no Brasil ao longo de todo o século XVIII, estudo que nos permitiu identificar uma ampla rede de contatos da qual emerge o protagonista de nosso último capítulo: Cláudio Manuel da Costa. Analisando vida e obra do poeta, destacamos o poema épico *Vila Rica*, de 1773, em termos de sua composição, circulação e integração à vida de homem público que teve seu autor, sempre apegado à *pátria* mineira. A forma como todos esses desdobramentos vinculados à leitura se deram na colônia brasileira do Setecentos permite-nos identificar, na figura do poeta mineiro e na sua composição poética, os indícios claros de um leitor de seu tempo, que ao mesmo tempo exercia a vida pública, praticava a criticidade na composição poética e também socializava ideias e literatura entre seus pares – socialização que resultaria na Conjuração Mineira, denunciada em 1789, ano em que morre Cláudio Manuel da Costa. Temos, assim, exemplificado o horizonte de leitura da metade final do século XVIII no Brasil, etapa de nossa História que nos revela homens letrados, cientes das discussões políticas e iluministas que aconteciam no mundo e que, para além da poesia que escreviam, organizavam-se em torno da literatura e da sede de emancipação política e administrativa em relação à Coroa portuguesa.

Palavras-chave: Formação leitora. Século XVIII. História da leitura no Brasil. Brasil Colônia. Cláudio Manuel da Costa.

ABSTRACT

The doctoral thesis presented here seeks to demonstrate in which ways and with which parameters happened the reading formation in Brazil, during the latter half of the 18th Century. Therefore, we started the research from the consideration that the readers of this period were also part of the social, artistic and political elite of Colonial Brazil, which, in that moment, meant recognizing them as mostly poets connected to the Captaincy of Minas Gerais. Given that the study of the History of Reading is not disconnected from the History of Literature, we took the assumptions and the first part of *Formação da Literatura Brasileira*, by Antonio Candido, as basis to diagnose the systematization of literature with the intention to highlight the participation of the reading public in that process. Achieving such an objective is only made possible at the moment in which we ally the establishment of the Arcadian Canon of Brazilian Literature to the gathering of information on the horizon of reading of the period, possible through the expansion of the principles established by the Aesthetic of Reception, by Hans Robert Jauss. In our case, the comprehension of said expansion of horizons happens when we consider all the aspects related to reading, such as literacy, access to knowledge and, mainly, socialization of books and ideas. Therefore, we analyzed the pillars of the Jesuit Education until the expulsion of the Companhia de Jesus from Portugal and its colonies in 1759, and the subsequent teaching reforms made by Sebastião José de Carvalho e Melo, who would become known as Marquês do Pombal (Marquis of Pombal). These reforms, made between 1759 and 1772, reveal concerns, problems and deficiencies of colonial and metropolitan schooling, which we aimed to address. We have, as well, dedicated part of the present study to analyze didactic material edited and published during the period of the reforms, related to the discipline of Rhetoric, in which Literature was included, and from that study we noted the alignment of their writers to the ideas of the time, but also the subservience with which they revered the Marquis of Pombal. As the last stage of the process related to the access to schooling, we dedicate a chapter to the University of Coimbra, underscoring the reform carried out in the statutes of the institution between 1771 and 1772. At this stage, we also address the presence of Brazilian-born university students during the 18th Century, which allowed us to identify a wide web of contacts from which emerges the protagonist of our last chapter: Cláudio Manuel da Costa. Analyzing the life and work of the poet, we emphasize the epic poem *Vila Rica*, 1773, in what pertains to its composition, circulation and integration with the public figure life of its author, always attached to his homeland. The way in which these matters related to reading have unfolded in the 18th Century Brazilian colony allows us to identify, in the figure of the poet from Minas Gerais and his poetic composition, clear indications of a reader of his period, who at the same time had a public life, practiced criticality in poetic composition and also socialized ideas and literature between his peers – this socialization would later result in the Conjuração Mineira, denounced in 1789, year of the death of Cláudio Manuel da Costa. This way, we have exemplified the horizon of reading of the latter half of the 18th century in Brazil, section of our History that reveals literate men, aware of the political and Illuminist discussions happening around the world and who, beyond the writing of poetry, organized themselves around Literature and the hunger for political and administrative emancipation from the Portuguese Crown.

Keywords: Reading formation. 18th Century. History of Reading in Brazil. Colonial Brazil. Cláudio Manuel da Costa.

RESUMEN

La tesis de doctoramiento que aquí se presenta procura demostrar de qué forma y bajo cuáles parámetros se dio la formación lectora en Brasil en la segunda mitad del siglo XVIII. Para ello, partimos de la consideración de que los lectores del periodo también formaban parte de la élite social, artística y política del Brasil Colonial, lo que, para aquel entonces, significaba reconocerlos, en su mayoría, como poetas vinculados a la capitanía de Minas Gerais. Como el estudio de la Historia de la Lectura no se desvincula de la Historia de la Literatura, nos basamos en los presupuestos y en la primera parte de la *Formação da Literatura Brasileira*, de Antonio Candido, para diagnosticar la sistematización de la literatura con la intención de evidenciar la participación del público lector en el proceso. Llegar a este objetivo sólo se hace posible a partir del momento en el que juntamos el establecimiento del canon arcádico de la Literatura Brasileña al levantamiento del horizonte de lectura de la época, posible a partir de la expansión de los preceptos establecidos por la Estética de la Recepción, de Hans Robert Jauss. En nuestro caso, la comprensión de esa expansión de horizonte se da cuando llevamos en cuenta todos los aspectos vinculados a la lectura, como la alfabetización, el acceso al conocimiento y, principalmente, la socialización de libros e ideas. Así, procuramos analizar los pilares de la educación jesuítica hasta la expulsión de la Compañía de Jesús de Portugal y sus colonias, en 1759, y las siguientes reformas educativas promovidas por Sebastião José de Carvalho e Melo, quien sería conocido, en la historia, como el Marqués de Pombal. Esas reformas, emprendidas entre 1759 y 1772, revelan preocupaciones, problemas y deficiencias de la educación colonial y metropolitana, situaciones que procuramos discutir. También dedicamos parte de este estudio al análisis de materiales didácticos editados y publicados en el periodo de las reformas pombalinas, relacionados con la asignatura de Retórica, en la que se insertaba la literatura, y de este estudio notamos al alineamiento de sus escritores a las ideas contemporáneas de su tiempo, pero también la subordinación con la que reverenciaban a Pombal. Como última etapa del proceso vinculado al acceso a la escolarización, dedicamos un capítulo a la Universidad de Coimbra, del que destacamos la reforma realizada en los estatutos de aquella institución, entre 1771 y 1772. También abordamos, en esta etapa, la presencia de estudiantes universitarios nacidos en Brasil a lo largo de todo el siglo XVIII, estudio que nos permitió identificar una amplia red de contactos de la que emerge el protagonista de nuestro último capítulo: Cláudio Manuel da Costa. Analizando vida y obra del poeta, destacamos el poema épico *Vila Rica*, de 1773, en términos de su composición, circulación e integración a la vida de hombre público que tuvo su autor, siempre apegado a su *patria* minera. La manera como todos esos desdoblamientos vinculados a la lectura se dieron en la colonia brasileña del Setecientos nos permite identificar, en la figura del poeta minero y su composición poética, los indicios claros de un lector de su tiempo, que al mismo tiempo ejercía la vida pública, practicaba la criticidad en su composición poética y también socializaba ideas e literatura entre sus compañeros – socialización que resultaría en la Conjunción Minera, delatada en 1789, año en que muere Cláudio Manuel da Costa. Tenemos ejemplificado, así, el horizonte de lectura de la mitad final del siglo XVIII en Brasil, etapa de nuestra Historia que nos revela hombres letrados, conscientes de las discusiones políticas e ilustradas que sucedían en el mundo y que, más allá de la poesía que escribían, se organizaban alrededor de la literatura y la sed emancipación política y administrativa con relación a la Corona portuguesa

Palabras-clave: Formación lectora. Siglo XVIII. Historia de la lectura en Brasil. Brasil Colonial. Cláudio Manuel da Costa.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Cânone árcade de Antonio Candido.....	27
Quadro 2 – Teses da Estética da Recepção	36
Quadro 3 – Grade curricular do curso secundário dos colégios jesuítas (Humanidades)	57
Quadro 4 – Programas das disciplinas de Gramática.....	58
Quadro 5 – Programas das disciplinas de Humanidades e Retórica	59
Quadro 6 – Instruções aos professores de Gramática Latina, Grego e Retórica.....	79
Quadro 7 – Aulas abertas no Brasil após a Lei do Subsídio Literário	117
Quadro 8 – Aulas funcionando em Minas (1800-1814).....	123
Quadro 9 – Reforma da Universidade de Coimbra de 1772	132
Quadro 10 – Nascidos no Brasil matriculados na Universidade de Coimbra (1701-1750) ..	140
Quadro 11 – Nascidos no Brasil matriculados na Universidade de Coimbra (1751-1800) ..	146

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Parte superior da folha de rosto de <i>Elementos da invençam e locuçam retorica...</i> , de Antonio Pereira (1759).	103
Figura 2 – Regras de retórica, cf. Antônio da Visitação e Mariano José Pereira.....	109
Figura 3 – Regras de retórica, cf. Antônio da Visitação e Mariano José Pereira.....	109
Figura 4 – Regras de poética, cf. Antônio da Visitação e Mariano José Pereira.....	110
Figura 5 – Instituta de Cláudio Manuel da Costa	143
Figura 6 – Formatura de Cláudio Manuel da Costa	144
Figura 7 – Carta de aprovação de Silva Alvarenga (1776).	149

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 O LUGAR DA LEITURA NA FORMAÇÃO DA LITERATURA BRASILEIRA: PROBLEMAS DE TEORIA E HISTÓRIA DA LITERATURA	21
2.1 A Formação de Candido e o funcionamento da literatura	21
2.2 A leitura fora do sistema	30
2.3 Possibilidades teóricas: a Estética da Recepção	33
2.4 Os limites da teoria de Jauss	44
2.5 Possibilidades para além do sistema e da Estética da Recepção	48
3 INSTRUÇÃO COLONIAL E REFORMAS DE ENSINO	54
3.1 A bênção e o braço dos inacianos	54
<i>3.1.1 O Ratio Studiorum</i>	56
3.2 A educação jesuítica no mundo luso-brasileiro	63
3.3 A primeira instrução na Capitania de Minas	65
3.4 Problemas da educação jesuítica	68
3.5 A crise e o degredo da Companhia de Jesus	70
3.6 As Luzes e o reformismo de Pombal	72
3.7 A primeira reforma pombalina: os estudos secundários	75
3.8 Efeitos práticos da primeira reforma pombalina	82
4 A REFORMA E OS LIVROS DE ENSINO	86
4.1 A obra de Antonio Pereira	86
<i>4.1.1 Invenção e locução retórica – a serviço do Reino</i>	88
4.2 A censura e a circulação dos livros	92
4.3 Proteção, mecenato e circulação	95
4.4 A posse do livro	103
4.5 A literatura presente	105

5 UNIVERSIDADE DE COIMBRA: REFORMAS DE ENSINO E SOCIALIZAÇÃO	115
.....	115
5.1 O subsídio literário	115
5.2 Luzes na penumbra	117
5.3 Crise e decadência das aulas mineiras	122
5.4 A reforma na Universidade	128
5.4.1 <i>O Reino da estupidez</i>	134
5.5 Círculo social conimbricense: os estudantes nascidos no Brasil	139
6 A PÁTRIA E A ÉPICA DE CLÁUDIO MANUEL DA COSTA	152
6.1 O <i>Vila Rica</i> na História da Literatura Brasileira	153
6.2 A proteção e a pátria do poeta	157
6.3 A pátria pelo poema	161
6.4 Indígenas e mitologia autóctone no <i>Vila Rica</i>	172
6.5 A pátria de Cláudio Manuel da Costa, um mineiro ilustrado	176
6.6 O poema pela pátria	181
6.7 Onze manuscritos e uma edição impressa	186
6.8 O leitor Cláudio Manuel da Costa	190
6.9 Novas leituras para Cláudio Manuel da Costa e o poema <i>Vila Rica</i>	193
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	196
REFERÊNCIAS	199
Fontes primárias	205
Bibliografia consultada	206

1 INTRODUÇÃO

Rafael Bluteau, importante filólogo do século XVIII, anotou em seu *Vocabulario portuguez e latino*, em relação ao verbete *conjuração*, que se tratava de uma “união de varias peçsoas para a morte de hum Principe, ou para a ruina de hum eſtado”. *Conjurados*, portanto, seriam aqueles “que tem feyto conjuraçãõ contra alguem”, imbuídos da vontade de “unirſe, & darſe palavra para fazer mal a alguem” (BLUTEAU, 1712, p. 470). O dicionário de Bluteau antecede em 77 anos a *Conjuração Mineira*, marco importante da História do Brasil que por muitos anos foi e tem sido gravado em livros especializados, manuais escolares e na memória popular como “Inconfidência” Mineira, termo que favorece o lado português/monárquico da história – a tal ponto que o Museu que rememora o movimento, em Ouro Preto, Minas Gerais, leva o nome de “Museu da Inconfidência”.

Foi também em 1789, ano da *Conjuração Mineira*, que Antônio de Moraes Silva, nascido no Brasil, editou o *Diccionario da Lingua Portuqueza*, atualizando os termos de Bluteau em parâmetros, digamos, mais atuais para o momento que o século XVIII vivia. No que diz respeito ao vocábulo *conjuração*, o texto de 1789 observa tratar-se de “união de peçsoas, que ſe preſtarão a fé de concorrer para algum mal publico, contra o Principe, Patria” (SILVA, 1789, p. 312). Como procuraremos demonstrar neste estudo, a substituição do *Estado*, que era representado pela monarquia, pela *Pátria*, pode ser sintomática para demonstrar o alinhamento ideológico dos estudiosos e pensadores lusitanos da metade final do Setecentos a correntes progressistas, especialmente aqueles vinculados à colônia brasileira – o que significa dizer, também, vinculados à Capitania de Minas, palco da *Conjuração* e da literatura brasileira daquele período.

Passados 310 anos da publicação do dicionário de Bluteau, uma consulta rápida à *web* nos permite pensar, à primeira vista, que a definição de *conjuração* não perdeu sua atualidade: “Associação de pessoas que, secreta ou clandestinamente, conspiram contra um governo: conjuração mineira; conjuração baiana”. Há neste caso, contudo, um acréscimo importante: “Associação de pessoas que firmam um acordo, geralmente através de um juramento, buscando um objetivo comum”¹. Olhando para o passado com o filtro das lentes que o presente nos proporciona, parece-nos justificável, pelo menos sob o ponto de vista filológico, assumir o termo *conjuração* para tratar não apenas de movimentos políticos. A *Conjuração Mineira*, por

¹ *Conjuração*. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/conjuracao/>. Acesso em: 22 maio 2022.

exemplo, representava o interesse genuíno das elites locais de emancipar-se do poderio português, tomando para si as rédeas do governo local – mesmo que isso significasse uma emancipação puramente política, econômica e elitista do ponto de vista social, deixando de lado valores caros ao Iluminismo ao fechar os olhos para a escravidão. Ainda assim, a composição dos grupos que pensam essa movimentação é formada majoritariamente por homens letrados, destacados entre eles alguns dos principais nomes de nossa literatura colonial, como Alvarenga Peixoto, Tomás Antônio Gonzaga e Cláudio Manuel da Costa.

O estudo que propomos nesta tese, portanto, pretende demonstrar de que forma esses homens, e em particular Cláudio Manuel da Costa, estiveram envolvidos – ou *conjurados* – na vida pública e na literatura do Brasil entre 1750 e 1800, transitando entre diferentes ambientes e discussões e promovendo uma verdadeira revolução nas artes, na vida e na História do Brasil. Tudo isso só se torna possível, queremos crer, porque o acesso à educação facultou a esses homens o letramento, que, por conseguinte, permitiu-lhes compreender as ideias de seu tempo e questionar o domínio português sobre sua terra natal – sua *pátria*. Conhecedores da rusticidade da região mineira na metade final do século XVIII, esses homens cruzaram as serras, chegaram ao Rio de Janeiro, de lá tomaram um navio que navegou durante mais de mês para levá-los ao outro lado do Atlântico, para que enfim se deparassem não só com uma dinâmica urbana, social e cultural completamente diferente, mas para que, sobretudo, pudessem compreender que o acesso ao conhecimento também lhes pertencia. Das Minas, já tinham eles a leitura do mundo, que era, então, completada pela leitura da palavra (FREIRE, 1983; CYRINO, 2018).

É assim que esta tese continua, de certa forma, o estudo que desenvolvemos em nível de mestrado, intitulado *Navegando na leitura, entre o mundo e a palavra* (CYRINO, 2018). Naquela ocasião, procuramos demonstrar de que forma a leitura, em sentido amplo, opera na consciência de quem lê, e de que modo a literatura, especificamente, à medida que amplia seu horizonte de expectativas, pode contribuir para que o homem questione seu entorno, contribua com sua sociedade e transforme sua realidade. O presente estudo, portanto, procura observar em que medida essa expansão de horizontes se deu no século XVIII, momento em que *nasce* a Literatura Brasileira com letra maiúscula, como quer crer Antonio Candido (2013), e ao mesmo tempo acontecem – ou resultam dessa expansão de leitura e conhecimento – movimentos de cunho político e emancipatório de grande impacto para a vida colonial, como é o caso da Conjuração Mineira.

Para sustentar teoricamente essa compreensão, o primeiro capítulo desta tese trata de questões inerentes à História e à Teoria da Literatura, uma vez que nossos objetos de análise

são a elas vinculados e, de certa forma, delas dependentes. A partir de uma nova leitura da *Formação da Literatura Brasileira*, de Antonio Candido, destacamos os poetas que constituem o Arcadismo brasileiro, além de suas obras, para compor objeto de estudo e exemplo de formação leitora nesta tese, dentre os quais merecerá destaque, até o último capítulo, a figura de Cláudio Manuel da Costa. Partimos do estudo de Candido, entre outros fatores, pelo fato de ser ele o primeiro crítico do século XX a sistematizar teoricamente a historiografia brasileira, que, em sua concepção, só se sustenta pelo entrelaçamento de autor, obra e público – o *sistema literário*, como ele mesmo chama. Como, porém, encontramos insuficiente o debate de Antonio Candido sobre a esfera do público leitor, buscamos na *Estética da Recepção*, de Hans Robert Jauss, os elementos teóricos que nos permitem pensar em uma reconstrução do horizonte de leitura da metade final do século XVIII no Brasil. Tal como debatemos no capítulo, essa reconstrução deve levar em conta toda a cadeia envolvida em torno da leitura, o que tem início na escolarização e que desemboca, no nosso caso, nas movimentações de cunho emancipatório do período.

O capítulo seguinte se debruça sobre a história da escolarização secundária no século XVIII, período em que, no mundo lusitano, destaca-se economicamente a capitania de Minas Gerais. Ainda não trazemos Cláudio Manuel da Costa e outros poetas diretamente à discussão, mas procuramos compreender em que bases se deu sua educação elementar – etapa realizada no Brasil, via de regra, com os padres jesuítas, o que antecedia os estudos superiores realizados na Universidade de Coimbra. Assim, analisamos os programas de ensino da Companhia de Jesus conforme seu documento máximo, o *Ratio Studiorum*. Paralelamente, a compreensão das transformações políticas e sociais do período nos permite abordar a expulsão dos inácnos de Portugal e suas colônias em 1759, movimento resultante, entre outros fatores, da ascensão de Sebastião José de Carvalho e Melo ao cargo que correspondia ao de primeiro-ministro na corte de D. José I. Finalmente, discutimos as regras ditadas pela primeira reforma pombalina de ensino, também de 1759, dedicada ao ensino secundário, junto do contexto histórico que separa determinadamente a educação promovida na metrópole daquela que chegava na colônia: para lá, a reorganização escolar e a abertura de novas classes de Gramática e Retórica. Por cá, o apagamento praticamente absoluto do sistema de ensino, antes regido pela Companhia de Jesus desde o século XVI, marasmo do qual sairíamos, ainda que parcamente, somente a partir da segunda reforma, em 1772.

O quarto capítulo analisa os materiais de cunho didático para as classes de Retórica que se produziram a partir de 1759. O levantamento desse material teve início com consultas *on-line* em 2018, e foi complementado em setembro de 2020 por ocasião de uma viagem de

estudos a Coimbra e Lisboa, em Portugal, sob a supervisão da Profa. Dra. Maria Aparecida Ribeiro, no contexto da bolsa de estudos PROBRAL Capes/DAAD de doutorado-sanduíche, etapa desenvolvida na Alemanha entre outubro de 2019 e setembro de 2020. Com o intermédio da Profa. Maria Aparecida, tivemos acesso a diversos títulos nunca antes digitalizados², tanto na Biblioteca Joanina e na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra quanto na Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa. Desse material – ao todo, oito títulos –, analisamos brevemente o conteúdo programático de Retórica e nos detemos nos paratextos que facultavam a circulação dos livros à época, passando pela censura institucional e religiosa. A partir disso, procuramos demonstrar de que forma os autores de materiais didáticos que foram publicados na segunda metade do Setecentos procuravam estar alinhados às dinâmicas intelectuais da época, mas também colocavam suas obras a serviço do reformismo pombalino e da Igreja.

O capítulo cinco é que trata da segunda reforma pombalina, dedicada, finalmente, a enviar mestres à colônia brasileira e a refazer os estatutos da Universidade de Coimbra. Isso não significa, porém, que a reforma universitária se efetive no campo progressista, em vista de que não muito tempo depois ascende ao trono Maria I e aquela instituição retorna à “estupidez”, como demonstra Francisco de Melo Franco em um poema que analisamos. Nosso principal interesse, neste capítulo, é mapear os brasileiros que estudaram na Universidade antes e depois das reformas de Pombal, revelando uma verdadeira rede de conexões entre os colonos, mineiros e de outras capitanias, em torno da socialização de ideias, de movimentações políticas e principalmente de leituras. Veremos, por exemplo, que um dos reformadores de Coimbra teve contato próximo a Cláudio Manuel da Costa, que depois de retornar de Coimbra se estabelecerá como advogado, secretário da Capitania de Minas e homem público respeitado, para mais tarde ser um dos principais nomes da Conjuração Mineira, ao lado de Tomás Antônio Gonzaga e outros confrades e poetas.

O último capítulo desta tese também é resultado da investigação desenvolvida no contexto da bolsa PROBRAL de doutorado-sanduíche. Neste estudo, tomamos o exemplo de Cláudio Manuel da Costa e seu poema épico *Vila Rica*, de 1773, para dar sustentação à nossa tese relativa ao levantamento do horizonte de leituras e de ideias na metade final do Setecen-

² Registramos, também, que se somou às conhecidas dificuldades para localizar documentos do século XVIII – via de regra de difícil acesso, em mau estado de conservação e sem sistematização nos catálogos bibliográficos – a pandemia do vírus SARS-CoV-2, ou Covid-19, que obrigou o mundo a parar no início de 2020, período em que estávamos na Alemanha. Com bibliotecas e universidades fechadas, por muito tempo pudemos pesquisar apenas com o que já havíamos localizado ou o que estava disponível – parcamente – na internet. Foi somente quando a primeira onda da pandemia deu um respiro à Europa, no verão de 2020 daquele continente, que encontramos a Profa. Dra. Maria Aparecida Ribeiro. Parte substancial desta pesquisa estaria comprometida sem o apoio e sem a circulação da Profa. Aparecida em Coimbra.

tos. Ato contínuo, analisamos como o poema tem sido lido pela crítica e história literária, especialmente nas historiografias da Literatura Brasileira do século XX – da qual o produto máximo talvez seja a *Formação*, de Antonio Candido. A partir desse resgate, propomos uma leitura do poema sob o tópico da *pátria*, na medida em que vinculamos sua acepção, conforme compreendida no século XVIII, às possíveis transformações políticas e sociais pelas quais passou a região mineira no final do período. Levando em conta a carreira de homem público de Cláudio Manuel da Costa, o *Vila Rica* funciona como um poema de exaltação à pátria mineira – à pátria, enfim, do próprio poeta –, em que se prenuncia a face revolucionária do conjurado mineiro. Para isso, além dos elementos já mencionados, valemo-nos de informações relativas à circulação e à sobrevivência de onze manuscritos do poema até a atualidade.

Estudar a experiência de leitura expressa primeiro na educação primária, passando pelos manuais de ensino, alcançando a Universidade de Coimbra e desembocando em vida e obra de Cláudio Manuel da Costa, lado a lado com os movimentos históricos compreendidos no recorte histórico proposto, permite que se olhe para trás e se reconheçam as bases não apenas da formação leitora do Brasil enquanto colônia, mas do Brasil *leitor*. Acreditamos que a pesquisa pode, finalmente, apresentar a base dessa formação especialmente em relação a um momento em que a leitura, silenciosa e/ou compartilhada, representava ferramenta decisiva para o desenvolvimento do pensamento autônomo da população, sacrificada pela exploração da Coroa. As ideias em torno da independência do Brasil no final do século XVIII e na virada para o XIX, mesmo que, às vezes, reduzidas a pequenas partes do país e não alcançadas da maneira como foram idealizadas, podem ter sido gestadas antes de qualquer coisa pela forma como estudantes mineiros, à revelia da proibição da produção e circulação de livros de cunho iluminista em Portugal e suas colônias, cientes dos movimentos sociais do mundo, conectados com as leituras em voga na Europa e movidos pela febre das luzes, conjuravam a leitura no Brasil – e transformavam, definitivamente, os rumos da formação leitora no país.

2 O LUGAR DA LEITURA NA FORMAÇÃO DA LITERATURA BRASILEIRA: PROBLEMAS DE TEORIA E HISTÓRIA DA LITERATURA

Embora tenha sido publicada na metade do século passado, ainda hoje a *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*, de Antonio Candido, figura entre as principais obras que tratam da história da literatura no Brasil – quando não a obra maior, como consideram alguns estudiosos –, dada a abrangência e a profundidade com que o crítico e historiador desenvolveu seu estudo. De fato, é talvez a *Formação* a primeira obra no século XX a apresentar uma organização da produção de literatura no Brasil partindo de um norte teórico, que Candido preconiza em sua introdução e chama de *sistema literário*, do qual trataremos logo adiante. A *Formação* é ponto de partida para esse trabalho porque, diferente das historiografias anteriores ou mesmo contemporâneas suas, supostamente congrega em seu campo de interesse a participação dos leitores na circulação de obras e na conseguinte sistematização histórica da literatura. Logo, debruçamo-nos sobre seu estudo para compreender os desdobramentos dessa participação no sistema literário, em perspectiva teórico-histórica, especialmente no que diz respeito ao período árcade da literatura brasileira. Esse recorte compreende a proposta desta pesquisa e introduz desde já a eminente participação cívico-político-cultural de Cláudio Manuel da Costa, protagonista do estudo ora proposto, bem como de outros poetas do período, como Tomás Antônio Gonzaga e Silva Alvarenga.

2.1 A *Formação* de Candido e o funcionamento da literatura

Escrita entre 1945 e 1951, a *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*, de Antonio Candido, foi publicada somente em 1959, em dois volumes. O primeiro, do qual fazemos uso preferencial neste capítulo, trata da literatura compreendida entre 1750 e 1836¹, e esboça, para o autor, o preâmbulo da atividade artístico-literária e cultural que configura o primeiro momento da Literatura Brasileira, com letra maiúscula, que só será considerada “formada”, em seus termos, com Machado de Assis e o Realismo, no final do século XIX. O caminho para esse estudo é bem estabelecido pelo autor, que pretende destacar, com sua obra,

¹ Embora haja edições mais recentes que imprimam os volumes originais em uma única publicação, levamos em conta, neste estudo, a sexta edição (originalmente do início dos anos 1980, reimpressa em 2000 pela Editora Itatiaia, em Belo Horizonte), em vista de que a separação vem ao encontro do recorte proposto que apresentamos para a presente pesquisa (1750-1800).

as particularidades da história literária do Brasil em termos de sua perspectiva histórica, valor estético e função social. Essa dinâmica, porém, estará ainda condicionada à experiência dos leitores, aptos a “receber cultura e enriquecer a sensibilidade” (CANDIDO, 2000, p. 9).

Antonio Candido destaca desde o princípio que a Literatura Brasileira é uma ramificação da Portuguesa – o que parece suficientemente óbvio para seu leitor, dadas as condições históricas de colonização e dependência político-econômica desde o século XVI. O ponto que ele acrescenta diz respeito ao fato de a literatura de Portugal já caracterizar uma produção de “segunda ordem” em relação às outras literaturas europeias. As fontes para seu estudo, segundo Candido, são por ele pouco utilizadas², mas preenchem a base constituinte para considerar a Literatura Brasileira como, digamos, dependente menor de sua precedente. Essa concepção, de imediato, deixa clara a intenção de Candido de elucidar que o período discutido, no que diz respeito ao Brasil, é evidentemente de uma estética literária pobre, pequena, bastante limitada em termos de circulação e produção.

Apesar disso, é também esse período, iniciado em 1750, que dá fôlego ao que o professor chama de *sistema literário*, ou, pelo menos, aquele que começa a evidenciar a presença dos três elementos que constituem o terreno do agrupamento das manifestações literárias na história do Brasil: a presença de *autores*, conscientes de sua participação na construção socio-cultural do país; suas *obras*, como produto comum, para cada período de tempo, unidas por uma linguagem ou estilo que permite a ligação entre elas; e, não menos importante, o *público*, que as lê e permite circulação (CANDIDO, 2000, p. 23). Se há ruptura em um desses três elementos, então não há sistema, e tampouco há Literatura que caracterize o desenvolvimento artístico, estético e cultural da nação.

Há uma diferenciação importante observada por Candido: na medida em que as manifestações literárias caracterizam o produto da atividade artístico-literária – como o soneto e a epopeia, por exemplo, escritas em pontos isolados da história –, a Literatura representa o conjunto maior, compreende o sistema e seu funcionamento. Logo, a articulação dos autores de determinado período, integrados entre si, é o que permite a tradição, o estabelecimento dos cânones e a continuidade característica do lineamento histórico da Literatura. É nesse sentido que o período que antecede o Arcadismo não participa da *Formação*, pois sua parca circulação não permitia a circularidade característica do sistema literário. É a partir disso que Candido explica:

² Candido menciona no texto de apresentação algumas historiografias que precedem a sua: *História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero, publicada originalmente em 1888; *Pequena história da Literatura Brasileira*, estudo de Ronald de Carvalho de 1919, e *História da Literatura Brasileira*, de José Veríssimo, datada de 1916.

sem desconhecer grupos ou linhas temáticas anteriores [...], é com os chamados árcades mineiros, as últimas academias e certos intelectuais *ilustrados*, que surgem homens de letras formando conjuntos orgânicos e manifestando em graus variáveis a vontade de fazer *literatura* brasileira. Tais homens foram considerados fundadores pelos que os sucederam, estabelecendo-se deste modo uma tradição contínua de estilos, temas, formas ou preocupações. Já que é preciso um começo, tomei como ponto de partida as Academias dos Seletos e dos Renascidos e os primeiros trabalhos de Cláudio Manuel da Costa, arredondando, para facilitar, a data de 1750, na verdade puramente convencional. (2000, p. 24-25, grifo do autor).

A aplicação desses primeiros homens às letras em muito diz respeito à influência das Luzes, num momento em que a sede de conhecimento, a filosofia, a ciência e a realidade se encontravam³. Na arte, esse período seria conhecido como Neoclassicismo, que, no Brasil, também chamado de Arcadismo, começa com a produção de Cláudio Manuel da Costa e se estende até Silva Alvarenga, na virada do século XVIII para o XIX. Embora partícipes de uma “literatura menor”, Candido reconhece que do fundo de seu provincianismo ou imaturidade brota uma literatura genuinamente nativa, ligada à sociedade e à sua própria história, que “como manifestação afetiva e descrição local, adquiriu, para nós, a expressividade que estabelece comunicação entre autores e leitores” (CANDIDO, 2000, p. 27).⁴

Os últimos apontamentos dessa primeira parte do estudo de Candido, que trata, como temos observado, da teoria precedente ao estudo histórico da literatura, diz respeito aos pressupostos a serem seguidos e à atitude do crítico literário diante da matéria em análise, perfazendo sua compreensão e posterior apresentação da historiografia como resultado. O autor considera, portanto, que a História da Literatura deve ser observada como fenômeno em sua completude, além de levar em conta o contexto cultural em que se insere e o autor em sua integridade estética. Além disso, a análise da obra, paralelamente ao contexto sócio-histórico, deve integrar a síntese, a análise, as características generalizantes e particularizantes, a erudição e o gosto (CANDIDO, 2000, p. 29-30). Observa-se que não se trata, nessa dinâmica, do terceiro componente do sistema – o público –, o que pode ser sintomático de algumas problemáticas identificáveis no estudo da *Formação*. Por ora, basta considerar os pressupostos de Candido e reconhecer que ele mesmo, como crítico, identifica seu papel como leitor, cujas impressões avaliam e distinguem obras e autores, em cotejo com o contexto de sua produção,

³ Etapa anterior, contudo, e seguramente necessária para o ofício literário e social dos homens letrados do Setecentos lusitano, residia na formação educacional que se recebia desde os colégios jesuítas até a Universidade de Coimbra, instituições protagonistas de grandes revoluções no século XVIII. A relação dessas instituições com a colônia brasileira durante esse período será objeto de estudo dos capítulos seguintes.

⁴ Como bem observou a Profa. Dra. Raquel Bello Vázquez no ato de defesa desta tese de doutoramento, em agosto de 2022, cabe ressaltar, neste ponto, que o favorecimento da escolarização como ponto de partida para o letramento exclui as mulheres leitoras e sua participação (em grande parte desconhecida) no horizonte de leitura do século XVIII – tanto no nosso caso, quanto no de Antonio Candido.

e assim confere valor a todas e todos, inserindo-os – ou excluindo-os – do cânone literário. Voltaremos, mais adiante, a tratar especificamente do público leitor, bem como dos sintomas diagnosticados por sua exclusão dos pressupostos da *Formação*.

Em linhas gerais, pode-se dizer que a primeira fase da Literatura Brasileira, além de dependente da Portuguesa, é caracterizada pela influência externa de três correntes: o Neoclassicismo, a Ilustração – por fontes inglesas e francesas, intermediadas pela matriz lusitana, marcadas pelo diálogo da ciência com a razão – e o Arcadismo, que mescla o Classicismo com a herança da Antiguidade greco-romana em um movimento literário estético e didático (CANDIDO, 2000, p. 41). Para Candido, em Portugal, os estandartes desse primeiro momento estão centrados principalmente sobre duas figuras: Luís Antônio Verney, que defendia a Ilustração na metrópole portuguesa⁵, e Francisco José Freire, que na Arcádia Lusitana respondia como Candido Lusitano e que propunha, em sua *Arte poética*, que a poesia fosse útil ao progresso moral (CANDIDO, 2000, p. 44-45). Utilitária, essa produção poética é também verossímil à medida que a equação estética é configurada pelo reflexo do belo na natureza, *locus* da verdade, partindo de referências ao acervo cultural da Antiguidade que reproduzem a consciência da experiência humana ainda comum aos homens cultos do século XVIII; logo, a poesia do momento tende a ser mimética, verossímil, tratando de paradigmas que são situações comuns, coletivas.

Tal situacionalidade só ganha fôlego porque a poesia do Setecentos é também sociável, posto que sempre dialogada com um interlocutor (CANDIDO, 2000, p. 49). Nesse sentido, Candido deixa claro que a literatura árcade pressupõe um leitor em voz alta, de salão, para quem o círculo social é delimitado, haja vista os limites impostos pelo acesso à escolarização e ao conhecimento no período. No Brasil, cuja distância geográfica aparentemente também significava distância intelectual, a paisagem simplista buscada pelos árcades europeus, como forma de recuperar a natureza perdida com o avanço da urbanização, ganha fôlego na rusticidade característica da terra, de modo que se tenha, conforme Candido, um Arcadismo mais “natural”, dado o diálogo que o contexto de produção literária propõe entre a civilização e o primitivismo. Os limites desse diálogo, destaca o autor, serão levados adiante por Basílio da Gama e Santa Rita Durão, e alcançarão seu ponto máximo no Romantismo, quando o Indianismo passa a formar parte do imaginário em torno da construção do herói nacional.

⁵ Candido menciona, também, que Verney dedica, no *Verdadeiro método de estudar*, as cartas 5, 6 e 7 ao estudo da oratória e da poesia. A influência de Verney volta a ser discutida no capítulo 4, que trata das obras didáticas que circulavam pelo mundo luso-brasileiro na metade final do século XVIII.

A poesia neoclássica, como dito, também possui orientação didática, pois filtra a verdade e evidencia ao leitor a verossimilhança. No caso de Brasil e Portugal, esse direcionamento tem tom político e social, pois aparece transfigurado na poesia que ora critica, ora louva a determinados personagens envolvidos nos movimentos de mesmo cunho. Não se pode deixar de considerar, no entanto, o fato de o Século das Luzes, em ambos os lados do Atlântico, ter sido um século beato, escolástico, inquisitorial (CANDIDO, 2000, p. 63), principalmente porque o desenvolvimento endossado pelo Marquês de Pombal, como na expulsão dos jesuítas em 1759 e as reformas de ensino subsequentes, continua alinhado com os programas religiosos: saem os jesuítas, mas entra em seu lugar a corrente oratoriana, com aval do Rei e da Igreja Católica (SOUZA, 2008). No fim das contas, porém, Pombal terá sido bom para o Brasil: à medida que permite o desejo pelo saber, permite novos pontos de vista para a literatura, aliada à ciência e à reação ao clero (e mais adiante à própria Coroa, a exemplo da Conjuração Mineira). Como produto disso, pode-se pensar em um pombalismo literário luso-brasileiro, evidente na obra de Basílio da Gama, de teor antijesuítico; de Silva Alvarenga, em relação à reforma do ensino, e de Francisco de Melo Franco, cujo *Reino da estupidez* critica o desmanche dos avanços científicos sob o mando de Maria I (CANDIDO, 2000, p. 64).

Essas concepções em torno da produção árcade são norteadas, nessa primeira etapa da formação literária brasileira, por quatro pontos destacados por Candido, que acabam situando os temas gerais presentes na literatura do período: o conhecimento da realidade local, o desejo de contribuir para o progresso do país, a valorização da população aborígine e a incorporação dos padrões europeus. Desde que vincule sua produção a essas temáticas gerais, quem escreve literatura, entre 1750 e o início do século XIX, colabora para a criação de uma consciência literária no criador e no público – que é composto, predominantemente, de outros criadores (CANDIDO, 2000, p. 66-67). Essa consciência, porém, mesmo que expressando a paisagem local e o sentimento pátrio brasileiro (fatores que, para Candido, dão o norte da teoria da Literatura Brasileira), não se desvincula da tradição clássica, herdada da relação com Portugal. Não esqueçamos que, como ramificação da Literatura Portuguesa, a Brasileira, pelo menos em seus primórdios, dobra-se a ela quase que servilmente, sem autonomia própria. No fim das contas, esse servilismo pode funcionar para o bem: como Candido bem destaca, a “quinqui-lharia clássica” herdada da Literatura Portuguesa, que medeia a relação com a Antiguidade, acaba por estreitar as relações da Colônia com o Ocidente (CANDIDO, 2000, p. 68).

Seguindo essas ideias, os capítulos seguintes da *Formação* passam a desenvolver a História da Literatura propriamente dita, destacando seus atores e obras de relevo para a constituição do cânone nacional. A primeira ênfase de Candido – embora literariamente precária –

destaca a existência das Academias, a partir do início do século XVIII, como meio de expressão dos letrados (que, repita-se, compunham grupos autores e receptores de si mesmos), enquanto subproduto da vida elitizada e/ou dedicada à religiosidade. Esses agrupamentos tinham funcionamento variável, sendo duradouros ou provisórios, com o intuito de celebrar alguma data, homenagear alguma pessoa ou, principalmente, promover o debate literário. Candido destaca, nessa medida, a Academia dos Renascidos, a Academia Científica e a Sociedade Literária, como organizações permanentes, e a Academia dos Seletos, como temporária. Comum a todas, à medida que permitiam a circulação da poesia que escreviam, era o papel importante que desempenhavam ao destacar o autor de suas outras profissões, haja vista que todos os envolvidos, letrados e membros das elites, também trabalhavam como magistrados, advogados, médicos, entre outros labores (CANDIDO, 2000, p. 73-74). Quanto aos Renascidos (1759-1760), cuja produção abordava comumente o nativismo, Candido enfatiza o empenho de seu criador, o Desembargador José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo, em congregar letrados de diferentes partes da Colônia, como Pernambuco, São Paulo e Minas Gerais – de onde respondia Cláudio Manuel da Costa –, o que representava “pela primeira vez [...] uma vaga consciência de integração intelectual no Brasil” (CANDIDO, 2000, p. 76).

O cânone arcáde estabelecido por Candido responde, portanto, a um paradigma que leva em conta a participação dos membros no sistema literário vigente, que resulta da ou na participação em tais associações. Se tentarmos enquadrar o Arcadismo brasileiro no tripé que Candido estabelece como sistema, então teremos i. nas obras, a estética e a temática comum já destacada como meio propulsor e convergente dos ii. autores, congregados entre si em torno de objetivos semelhantes, mesmo que, em boa parte dos casos, distantes uns dos outros geograficamente, e iii. o público, representado também por esses autores, únicos letrados em um tempo em que as Luzes do Velho Mundo chegavam ainda opacas às terras brasileiras. Sumariamos, no quadro a seguir, o cânone estabelecido por Antonio Candido na ordem em que aparecem os autores, entre os capítulos II e V da *Formação*⁶ – etapa que, cronologicamente, diz respeito ao recorte que propomos nesta pesquisa:

⁶ Ainda que conflitantes com outras fontes (o que ocorre com alguns detalhes relativos a Cláudio Manuel da Costa, como veremos em outros capítulos desta tese), mantemos as informações biográficas relevantes que aparecem no quadro conforme constantes na obra de Antonio Candido.

Quadro 1 – Cânone árcade de Antonio Candido

AUTOR	OBRAS MENCIONADAS	NOTORIEDADE
Sousa Nunes	<i>Discursos político-morais</i>	Cabeça dos <i>Seletos</i> , seria autodidata – classe que respeita os livros com distância, e confia na própria capacidade de dispensá-los, em favor do “entendimento natural”.
Cláudio Manuel da Costa	<i>Obras</i> <i>Epicédio I</i> <i>Fábula do Ribeirão do Carmo</i> <i>Vila Rica</i>	<p>Secretário de governo, membro do Senado de Ouro Preto, lavrador e minerador, Cláudio exprime problemas vivos na sociedade, com raízes autenticamente vinculadas à natureza e à paisagem mineira, que evoca em sua poesia – como o Ribeirão do Carmo, na <i>Fábula</i> homônima. Sua produção conserva a tradição, em vista de que, embora seja contemporâneo dos reformistas pombalinos, sua base de estudos é jesuítica, tendo retornado a Vila Rica antes da Reforma.</p> <p>Sua obra também revela um dilaceramento interior entre a rusticidade da terra natal e a experiência intelectual e culta que tem na metrópole, embora sobre ambos sobressaia a consciência de que é estrangeiro em Portugal. Para Candido, pode equiparar-se aos grandes autores porque tem talento, encontrando no soneto a grande viabilidade para sua produção – sendo, na opinião do crítico, um dos maiores em nossa língua para o gênero.</p> <p>No <i>Epicédio I</i>, tece elogios ao primeiro Conde de Bobadella – aproximadamente 25 anos antes da Inconfidência, criticando desde então a ameaça de derrama contra a qual o Conde intercedeu, como bom governante.</p> <p><i>Vila Rica</i>, para Candido, é produto originado em O <i>Uruguai</i>, que, nas suas rimas emparelhadas, se aproxima de <i>La Henriade</i>, de Voltaire – autor a quem teria chegado por mediação de Basílio da Gama; mas é, sobretudo, uma obra menor, em vista de que sua boa produção teria iniciado em 1750 (que é quando começa o recorte árcade da Literatura Brasileira, para Candido) e encerrado em 1768.</p> <p>Finalmente, sua obra pode ser vista cronologicamente a partir de quatro ênfases: bairrista, árcade, ilustrada e inconfidente.</p>
Basílio da Gama	<i>Uruguai</i>	Assim como Silva Alvarenga, é visto como um poeta pombalista no pensamento e liberto na forma poética. Sua epopeia, <i>O Uruguai</i> , segue a tradição das notas de rodapé feitas pelo autor, iniciada por Voltaire em <i>La Henriade</i> . Em relação a este poema, observa o crítico que Cacambo teria de fato existido, a partir de fontes históricas, anulando a possibilidade de fazer referência ao personagem do <i>Candide</i> , também de Voltaire.

AUTOR	OBRAS MENCIONADAS	NOTORIEDADE
		Em sua obra, ainda, o indígena figura como tema literário, resultante da oposição rusticidade <i>versus</i> civilização. Aos olhos do homem culto da época, o índio era rústico por excelência – portanto, o homem natural buscado pela estética arcádica.
Alvarenga Peixoto		Autor preso à forma canônica da poesia, com publicação menor e de pouco destaque em relação aos demais. É, junto com Tomás Antônio Gonzaga, influenciado por Cláudio Manuel da Costa, com quem convivia.
Tomás Antônio Gonzaga	<i>Marília de Dirceu</i> <i>Cartas Chilenas</i>	Influenciado por Cláudio Manuel da Costa desde que chega a Vila Rica, em 1782, Tomás é autor de poesia mais viva e autêntica que o primeiro. Sua produção é bastante concentrada – entre 1782 e 1792 –, refletindo momentos de crise afetiva (<i>Marília/Maria Doroteia</i>) e crise política (<i>Inconfidência Mineira</i>), embora Candido considere que o poeta tenha tido papel marginal – se é que teve – na <i>Inconfidência</i> . Para o crítico, Tomás Antônio Gonzaga é dos maiores poetas na língua portuguesa, pois nele a natureza neoclássica “alcança a expressão mais humana e artisticamente mais pura” (CANDIDO, 2000, p. 116). Nesse sentido, sua obra é a única entre os árcades que permite acompanhar o drama pessoal e a biografia; para o leitor, o impacto aumenta porque o “eu” se descortina, revelando-se no plano literário. <i>Marília de Dirceu</i> , embora supostamente baseada na experiência desastrosa de Tomás no amor, coloca a presença de <i>Marília</i> na condição de um mito feminino na literatura brasileira, para além da experiência do poeta. <i>Maria Doroteia</i> diferencia-se de <i>Marília</i> , pois esta, absorvida pela convenção arcádica, é objeto da poesia, sendo transfigurada na camponesa, na pastora ideal do Arcadismo. Quanto às <i>Cartas Chilenas</i> , Candido inclina-se à autoria de Gonzaga, em seu tempo a mais bem comprovada, sem recusar possível colaboração de Cláudio, o Doroteu da “ <i>Epístola a Critilo</i> ”. Conjunto de poemas de cunho satírico, a obra teria circulado manuscrita, em larga escala. Para Candido, não há nativismos nas <i>Cartas chilenas</i> , mas intelectualismo, revelando a grandeza poética e culta de seu autor.
Silva Alvarenga	<i>O desertor</i> <i>As artes</i>	Experimenta a forma poética com liberdade, ao mesmo tempo que se fideliza ao pombalismo. Seria influenciado por Basílio da Gama, que mantinha contato próximo com o Marquês de Pombal. A primeira parte de sua obra poética é mais didática: produz uma <i>Ode</i> à reforma pombalina, seguida de <i>O</i>

AUTOR	OBRAS MENCIONADAS	NOTORIEDADE
		<p><i>desertor</i>, poema herói-cômico para defender a reforma de Pombal na Universidade de Coimbra, e <i>As artes</i>, poema que louva o conhecimento em diferentes áreas, único entre os três a ser escrito no Brasil.</p> <p>Professor de retórica no Brasil, foi professor de Januário da Cunha Barbosa, provavelmente seu primeiro biógrafo. Depois de deixar a epopeia de lado, passa a produzir os rondós, expressão de forma breve e musical. Nesse sentido, Candido anota que a poesia de Silva Alvarenga é a primeira de metro fácil, cantante, quase popular, propondo quase que uma “anestesia da razão pela musicalidade superficial” (CANDIDO, 2000, p. 135). São os madrigais que recolocam Silva Alvarenga ao pé da harmonia neoclássica.</p> <p>Participa, em 1786, da fundação da Sociedade Literária, escrevendo seus Estatutos. Suspensa em 1790, a Sociedade retorna em 1794, por quatro meses (orientada pelo poeta, sob o comando do Vice-Rei Conde de Rezende). Os encontros costumavam acontecer na casa de Silva Alvarenga; denunciados na Devassa de 1794, os envolvidos foram processados, e o poeta passou três longos anos na prisão – sendo solto por intervenção de Maria I. Anticlericalista e fiel ao pombalismo, Silva Alvarenga é considerado por Candido o mais ativo e convicto ilustrado entre os poetas árcades.</p>
Santa Rita Durão	<i>Caramuru</i>	Isolado, não mantém contato com os demais poetas, nem participa de agremiações neoclássicas. Logo, não sofre influência de estilo dos outros, embora Candido considere que deva tê-los lido. Não expressa preocupações teóricas.

Fonte: autoria nossa a partir de Candido (2000, p. 73-179).

O destaque, como se percebe, é dado a três poetas: Cláudio Manuel da Costa, o pioneiro, Tomás Antônio Gonzaga, pela expressividade e pureza de sua (breve) produção, e Silva Alvarenga, pela participação ativa na Sociedade Literária e a convicção nas Luzes e nas transformações que a aplicação da filosofia natural poderia trazer à sociedade. Além disso, os três iniciaram sua formação na Colônia, cursaram estudos superiores na Universidade de Coimbra e retornaram ao Brasil, dedicando-se à vida pública em sua terra natal. As conexões entre todos os poetas, no entanto, não caracterizam um grupo coeso, mas aproximam a todos pela relação que estabelecem com a Capitania de Minas, dada a importância que a região possuía, à época, em função da exploração do ouro (CANDIDO, 2000, p. 106).

Dessa forma, tem-se reiterada, em função de uma análise voltada à produção artística, a composição do cânone arcádico da Literatura Brasileira nos parâmetros estipulados por Antonio Candido. No que diz respeito à pesquisa que ora se apresenta, extraímos do recorte candidiano as ideias relativas à circulação das obras entre os autores, ao entrelaçamento dado entre a poesia neoclássica e a paisagem brasileira no século XVIII e à importância dada à socialização das ideias, naquilo que Júnia Furtado e Heloísa Starling consideram ser uma sociedade de pensamento (2013). Desse contexto, pretendemos destacar a figura de Cláudio Manuel da Costa, por sua importante participação e influência nos acontecimentos da metade final do século XVIII.

2.2 A leitura fora do sistema

Embora o tripé do sistema literário de Antonio Candido seja composto por autor, obra e público, e o próprio autor reconheça que sua integração é primordial para a constituição e o funcionamento da literatura, talvez seja oportuno considerar que o destaque dado ao último elemento, na *Formação*, é bastante limitado. No que se refere aos pressupostos de seu estudo, havíamos mencionado que o crítico considera as várias manifestações literárias nos termos de seus contextos culturais, além da marcação do autor e da integridade estética empregada na produção artística. Não há menção aparente ao público, o que nos leva a pensar em duas possibilidades: primeiro, por serem os autores seus próprios leitores; segundo, pelo simples privilégio dado à estética e à construção da nacionalidade, que negligencia, no todo do estudo de Candido, personagens importantes desse contexto extratextual. Exemplo desse último caso pode ser a repercussão de cada obra entre seus pares, ou mesmo a escola, agente de primeira ordem quando se fala em leitura, que detém grande protagonismo na administração pombalina, haja vista a expulsão dos jesuítas e as reformas empreendidas pelo Marquês no ensino secundário e na Universidade de Coimbra.

Quanto ao último exemplo, voltaremos a debatê-lo nos próximos capítulos. Por ora, cabe reiterar que, como obra de historiografia literária, a pedra fundamental da teoria que Candido defende é a integração de autor, obra e público leitor para a constituição de sistemas literários. Ocorre, no entanto, que embora Candido reconheça a necessária participação dos leitores em meio ao sistema⁷, a presença destes, em sua obra, aparenta ser insuficiente para

⁷ É certo que Candido menciona, no tripé de constituição de seu sistema literário, a denominação “público”, não necessariamente “leitor” ou “leitores”. Aqui, contudo, insistimos na ilação entre ambas as terminologias por

dar conta da história da formação leitora do período (ou mesmo da história da leitura no Brasil), porque sua obra está condicionada a observar a nacionalidade particular da literatura que por aqui era produzida na construção da identidade cultural do país – perfazendo tal caminho sob o ponto de vista predominantemente estético/artístico.

São, de fato, poucas as vezes em que a prática de leitura propriamente dita, ou ações e eventos relacionados a ela aparecem com destaque na *Formação*; frequentemente essas relações são estabelecidas com certo distanciamento, como se a leitura fosse porção menor da História da Literatura, em face da manifestação artística. A seguir, resumiremos as indicações relativas à prática da leitura na obra de Candido, seja nos casos em que essa prática se manifesta explicitamente, seja nos casos em que podemos depreendê-la pelo contexto:

- a) Candido pondera a importância de Verney para o Iluminismo em Portugal, mas destaca, na realidade, o fato de a sétima carta do *Verdadeiro método de estudar* estar dedicada à poesia e suas normas estéticas, mesmo que as duas anteriores fossem dedicadas ao estudo da oratória (CANDIDO, 2000, p. 44). Nega-se, nessa medida, o âmbito didático proposto pela obra de Verney, certamente fundamental para as transformações subsequentes à sua publicação no pensamento e na prática educativa da metrópole, ainda que temporariamente;
- b) Quando aborda a verossimilhança como característica resultante da poesia útil à sociedade, conforme as normas do Arcadismo português, Candido menciona que o leitor recebe a “emoção artística” mediado por paradigmas que são situações comuns, cotidianas, descoladas da figura do poeta, o que permite a identificação com a poesia lida (CANDIDO, 2000, p. 48). Não fica claro, no entanto, a que leitor se refere, se ao contemporâneo dos arcades ou ao do presente; ainda assim, a observação parece um tanto superficial, dado que sobre ela não se discorre mais que isso;
- c) Em relação à sociabilidade da poesia, fica claro que o Arcadismo prefigura um leitor em voz alta, que dialoga com um interlocutor – dado que, como afirma o crítico, àque-la altura os próprios poetas eram os leitores uns dos outros (CANDIDO, 2000, p. 49);
- d) A orientação didática da poesia neoclássica, ao evidenciar a verossimilhança, destina-se evidentemente ao seu leitor (CANDIDO, 2000, p. 62);
- e) Ao destacar os temas caros ao período da formação literária (conhecimento da realidade local, valorização da população autóctone, desejo de contribuição para o progresso,

considerar o óbvio: o público de uma obra de literatura não pode ser outro que não os leitores, constituintes, portanto, de eixo fundamental no sistema candidiano – e de outras correntes, como é o caso da Estética da Recepção –, mesmo quando os leitores (ou o público) são os próprios autores, como ocorria entre os poetas mineiros no século XVIII.

incorporação aos padrões do Ocidente), Antonio Candido indica que os autores do período, conscientes de seus papéis, ajudam a criar uma consciência literária no leitor. Porém, mesmo que esse leitor seja o próprio criador, o estudo do crítico não desenvolve a ideia no sentido de identificar a compreensão ou a motivação desses autores/leitores (CANDIDO, 2000, p. 66-67);

- f) As academias, positivamente, são destacadas como meio de expressão dos letrados, dado o caráter coletivo da produção e autorrecepção que pressupunham (CANDIDO, 2000, p. 73-74). Não há menção, porém, às relações que se estabelecem entre as leituras que envolviam escritores de mais de uma capitania, como era o caso da Academia dos Renascidos (CANDIDO, 2000, p. 76);
- g) Se o *Vila Rica*, de Cláudio Manuel da Costa, é produto originado em *O Uruguai*, de Basílio da Gama, logo isso configura um exemplo tácito de leitura. Na mesma direção vai a relação que Cláudio estabelece com a obra de Voltaire, *La Henriade*, por sua vez influente na produção de Basílio. Ambos os casos são pouco explorados na *Formação* (CANDIDO, 2000, p. 99-100), para não dizer que são meramente mencionados;
- h) Se os poetas eram leitores imediatos uns dos outros, encontra-se outro lapso na obra de Candido à medida que a convivência entre Alvarenga Peixoto, Tomás Antônio Gonzaga e Cláudio Manuel da Costa é tratada de forma superficial, apenas nominada (CANDIDO, 2000, p. 105). A situação se repete no que diz respeito a Silva Alvarenga e Basílio da Gama (CANDIDO, 2000, p. 130);
- i) Em relação a Tomás Antônio Gonzaga, o crítico indica que o trânsito entre o drama pessoal e a biografia permitem maior impacto sobre o leitor, à medida que o eu do poeta se revela (CANDIDO, 2000, p. 117);
- j) O que poderia sugerir uma referência de leitura em *O Uruguai*, de Basílio da Gama, em relação ao *Candide*, de Voltaire, é suplantado pela afirmação de que Cacambo teria sido um personagem real em meio aos fatos que o poema épico busca narrar (CANDIDO, 2000, p. 127);
- k) Quando cita a Devassa de 1794, da qual foram réus os envolvidos na Sociedade Literária do Rio de Janeiro, o estudioso aponta a presença de livros de Raynal, Mably e Rousseau em posse dos acusados (CANDIDO, 2000, p. 164). Mesmo que direcione, em nota, ao estudo de Eduardo Frieiro (*O diabo na livraria do cônego*), Candido não indica que livros eram esses ou a quem pertenciam, ignorando as possíveis influências dessas leituras entre seus possuidores.

Candido também menciona, como já destacamos, o fato de o Século das Luzes, no mundo lusitano, caracterizar-se por ser beato, escolástico, inquisitorial (CANDIDO, 2000, p. 63). Outra vez repete-se o caso do não aprofundamento do assunto, e, embora seja compreensível o esforço de síntese de Candido para compor a história da formação literária nacional, fica bastante claro o ocultamento da dimensão escolar desse contexto, cuja dinâmica resulta na configuração direta das primeiras fontes de leitura de nossos escritores/formadores. O crítico também menciona a educação barroca de Cláudio Manuel da Costa (CANDIDO, 2000, p. 88), mas em nenhum momento delinea os parâmetros que configuravam esse tipo de ensino, tampouco aborda, nesse campo, a situação decorrente da reforma de Pombal, seus efeitos e seu desmanche pela ascensão de Maria I.

Para não afirmar majoritariamente que a leitura é excluída, não se quer, aqui, negar o que Candido afirma sobre as relações de leitura – como o fato de os autores lerem uns aos outros. Mas, de fato, a leitura, ou a dimensão do público e suas conexões com o texto, parece ter menor importância na composição do sistema literário, como tópico de segunda ordem no estudo de Candido, este bastante dedicado a reconhecer as experimentações artísticas e estéticas que fizeram com que nossos primeiros poetas lapidassem a pedra fundamental da Literatura Brasileira. Por isso mesmo, é possível ir além. Embora dependente de Portugal, é certo que nossa literatura floresce, e, no que diz respeito a isso, Candido não deixa dúvidas quando se trata de análise estilística com vinculações sociais. No entanto, o elo estético com a matriz portuguesa e metropolitana revela mais que o servilismo ou o aspecto dependente de nossa literatura, mas demonstra, antes de mais nada, que os brasileiros da época *liam* os europeus e liam-se entre si, tirando dessa experiência leitora o motor para produzir os textos que alavancaram a formação da literatura nacional.

2.3 Possibilidades teóricas: a Estética da Recepção

Em 13 de abril de 1967, Hans Robert Jauss ministrou aula pública na Universidade de Constança, Alemanha, ocasião em que se celebrava o aniversário do reitor daquela instituição, Gerhard Hess (JAUSS, 1994, p. 58). Sua apresentação, sob o título de *O que é e com que fim se estuda a história da literatura?*, foi a base principal para sua obra *A história da literatura como provocação à teoria literária* (JAUSS, 1994), publicada no mesmo ano, que viria a introduzir o que seu autor chamou de “revolução” no estudo da historiografia da literatura, naquele momento em declínio como campo de estudo: a Estética da Recepção.

Em relação ao momento que se vivia, Joseph Jurt explica que a aula de Jauss ia além das celebrações em torno do reitor: sua fala, “revolucionária” em seus próprios termos, acompanhava o ímpeto que caracterizava o momento e o contexto histórico-social, em que a Universidade de Constança era destinada a se converter em uma “Harvard alemã”. Logo, “na Alemanha do início dos anos 1970, não era possível deixar de assumir uma posição frente à Estética da Recepção. Jauss realiza [...] um golpe teórico, especialmente ao definir, ele mesmo, sua abordagem como uma mudança de paradigma científico” (JURT, 2014, p. 32). Tal manobra só funciona, ainda de acordo com Jurt, porque o grupo que se forma em torno de Jauss se aparelha de instrumentos de poder simbólico que funcionavam em meio à academia: realizavam seminários anuais, publicados sob o título de *Poetik und Hermeneutik*; publicavam seus trabalhos em um periódico importante, *Poetica*, e, principalmente, dispunham de membros ocupando postos importantes nas principais universidades germânicas (JURT, 2014, p. 32).

Como o nome da corrente sugere, a História da Literatura passa, então, a estar centrada na recepção, não na produção das obras. Ao passo que direciona o estudo da historicidade nessa perspectiva, Jauss se alinha, de acordo com Jurt, a Gadamer e à história do efeito, colocando sua teoria a par da proposta dominante na Alemanha, à época – o estudo da hermenêutica. Contra o objetivismo de uma história literária marcada pela análise estética, estuda-se a relação do sujeito com a situação histórica no momento da percepção, “e eleva[-se] a tradição (das interpretações anteriores) para a categoria transubjetiva (contra o subjetivismo)” (JURT, 2014, p. 33).

Para chegar a isso, Jauss problematiza, de um lado, a canonização cronológica que constituía a historicidade literária, e, de outro, a decadência desse modelo como idealização de uma literatura nacional, em voga nos últimos 150 anos (em relação aos anos 1960, quando a teoria da recepção é elaborada). De início, o pensador afirma que

a qualidade e a categoria de uma obra literária não resultam nem das condições históricas ou biográficas de seu nascimento, nem tão-somente de seu posicionamento no contexto sucessório do desenvolvimento de um gênero, mas sim dos critérios da recepção, do efeito produzido pela obra e de sua fama junto à posteridade, critérios estes de mais difícil apreensão. (JAUSS, 1994, p. 7-8).

Jauss argumenta que histórias nacionais só podem ter seus períodos acabados à medida que, politicamente, se concretiza um projeto de unificação nacional – no campo literário, por sua vez, no apogeu de um modelo clássico também nacional (JAUSS, 1994, p. 11). Isso não significa, contudo, que o problema – como entender e apresentar a história – fica resolvido, já

que inclui discutir a conclusão de uma determinada etapa e o conseqüente avanço histórico. No que tange à História da Literatura, resta o problema de que a idealização do cânone nacional justapõe épocas acabadas à medida que cada uma produz seus clássicos; a questão não respondida por esse caminho teórico trata do que pode restar, então, para depois de cada época, para o que vem “depois” do clássico.

A crise a ser suplantada na historiografia literária advém desse contexto, chegando ao Positivismo que, em sua composição, utiliza métodos das ciências exatas para apresentar a história. O resultado, afirma Jauss, é conhecido:

a aplicação do princípio da explicação puramente causal à História da Literatura trouxe à luz fatores apenas aparentemente determinantes, fez crescer em escala hipertrófica a pesquisa das fontes e diluiu a peculiaridade específica da obra literária num feixe de ‘influências’ multiplicáveis a gosto. O protesto não tardou a chegar. A história do espírito apoderou-se da literatura, contrapôs à explicação histórica causal uma estética da criação irracional e buscou o nexo da poesia na recorrência de ideias e motivos supratemporais. (JAUSS, 1994, p. 13).

Na Alemanha, berço dos exemplos citados por Jauss, essa ideia se mistura na fundamentação da teoria literária nacionalista do nacional-socialismo, mas termina, no pós-guerra, substituída por métodos que acabavam por desideologizá-la sem que, no entanto, a tarefa clássica da História da Literatura fosse reassumida.

Diante dessas orientações, Jauss destaca o surgimento da sociologia da literatura e do método imanentista, revelados nas teorias da literatura marxista e formalista, peças antagônicas que constituem o ponto central daquilo que o autor chama de “panorama crítico da pré-história da ciência literária” (JAUSS, 1994, p. 14). De um lado, a tarefa da teoria marxista se observa na demonstração do nexo da literatura enquanto reflexo da realidade social, sendo a própria literatura, por vezes, elemento constitutivo da sociedade. O problema reside no fato de que tal teoria, delimitada à literatura nacional, segue sempre o mesmo caminho, não atualiza a relação entre literatura e sociedade que, de acordo com Jauss, constitui um processo: “trata-se [...] de um problema que, ainda que o substrato antiquado da unificação político-nacional fosse substituído pelo modelo histórico mais geral do caminho rumo à sociedade sem classes, não estaria mais bem solucionado” (JAUSS, 1994, p. 16). Além disso, a teoria marxista fica presa à estética classicista quando se vê incapaz de extrair um modelo relativamente próprio de uma obra que considere “grande” em função de sua capacidade de espelhamento da sociedade.

Na outra ponta, Jauss coloca o formalismo como a racionalização da crítica de arte. A partir do momento em que, da base estruturalista, se define o caráter artístico da literatura pela

oposição entre linguagem poética e linguagem prática, a obra de arte se realiza como tal na medida em que alcança singularidade própria, rompendo o vínculo entre literatura e vida ao se tornar “o meio para a destruição, pelo ‘estranhamento’, do automatismo da percepção cotidiana” (JAUSS, 1994, p. 19) – vinculada, esta última, à linguagem prática. A racionalização da crítica de arte surge quando a percepção da arte tem um fim em si própria, e não no espelhamento social, como é o caso do marxismo.

Embora a discussão levantada por Jauss não vise necessariamente comparar as teorias formalista e marxista, suas aproximações e distanciamentos servem de apoio para se pensar a proposta do autor para um novo rumo na ciência literária. Para ele, “ambas [as teorias] privam a literatura de uma dimensão que é componente imprescindível tanto de seu caráter estético quanto de sua função social: a dimensão de sua recepção e de seu efeito” (JAUSS, 1994, p. 22). Ao considerar, então, a relação dialógica que se dá entre a obra de literatura e o leitor, tanto estética quanto historicamente, Jauss defende a possibilidade de se pensar a História da Literatura a partir da recepção. Para dar fundamentação metodológica para a sua teoria, são apresentadas sete teses, que resumimos no quadro a seguir:

Quadro 2 – Teses da Estética da Recepção

TESE	CONTEÚDO
I	Trata do reconhecimento da <i>experiência do leitor na construção da história da literatura</i> . Jauss defende sua atualidade vendo-a não como um fato literário, mas como um objeto capaz de se atualizar e se renovar periodicamente na leitura, “um processo de recepção e produção estética que se realiza na atualização dos textos literários por parte do leitor que os recebe, do escritor, que se faz novamente produtor, e do crítico, que sobre eles reflete” (JAUSS, 1994, p. 25). Sendo a literatura vista como um acontecimento inserido na História da Literatura, Jauss define que ela só se realiza no horizonte de expectativas do leitor, experienciado na leitura. Esse é um processo operado pelo receptor à medida que compara umas leituras (novas) com as outras (anteriores), estabelecendo novos parâmetros para as experiências futuras. Para que continue sendo um acontecimento literário, a obra precisa ser lida, relida, atualizada na experiência do público.
II	Do horizonte de expectativas do leitor é que nasce a possibilidade de se construir a historicidade própria da literatura. Para tanto, busca-se compreender metodologicamente a experiência do leitor, observando <i>a recepção e o efeito de uma obra a partir do horizonte de expectativas existente no momento de seu surgimento</i> , resultando do “[...] conhecimento prévio do gênero, da forma e da temática de obras já conhecidas, bem como da oposição entre a linguagem poética e a linguagem prática” (JAUSS, 1994, p. 27). Considerando que haja sempre um “saber prévio” que antecede a recepção, baseado nas experiências anteriores, torna-se evidente certa predisposição do público para receber cada obra, a partir dos sinais de familiaridade – gênero, forma, estilo – que evocam determinado horizonte de expectativas. Esses sinais podem estar relacionados a outras obras do gênero ou do período, bem como à oposição entre ficção e realidade, própria da função da linguagem estabelecida na obra. O rompi-

TESE	CONTEÚDO
	mento desse horizonte de expectativas é que marca o efeito poético da obra literária, conferindo-lhe um lugar na História da Literatura.
III	O caráter artístico de uma obra de literatura é definido por aquilo que é chamado de <i>distância estética</i> , em termos de prazer ou estranhamento, um ponto de mediação entre o horizonte de expectativas preexistente e a aparição de uma nova obra literária. Se a acolhida de uma obra pressupõe uma mudança de horizonte a partir de uma ruptura, a distância estética, experimentada como uma nova forma de percepção (e recepção), manifesta-se para a geração que acompanha o surgimento dessa obra de uma maneira que possivelmente não será seguida pela geração seguinte, já que, uma vez assimiladas as suas “rupturas”, tal obra passará a compor o horizonte de expectativas da experiência estética. De um lado, essa mudança de horizonte pode definir a “classicidade das assim chamadas obras-primas” (JAUSS, 1994, p. 32), mas não pode deixar de considerar que a relação entre a literatura e seu público leitor extrapola o fato de cada obra possuir um determinado público, “de cada escritor depender do meio, das concepções e da ideologia de seu público; ou no fato de o sucesso literário pressupor um livro ‘que exprima aquilo que o grupo esperava, um livro que revela ao grupo sua própria imagem’” (JAUSS, 1994, p. 32). Suficiente para esse raciocínio é observar que há obras que não se relacionam a nenhum público específico no momento em que surgem, mas que, no limiar de sua distância estética, promovem tamanha ruptura no horizonte de expectativas que, quando este sofre uma mudança, “o poder do novo cânone estético pode vir a revelar-se no fato de o público passar a sentir como envelhecidas as obras até então de sucesso” (JAUSS, 1994, p. 33).
IV	Trata da <i>reconstrução do horizonte de expectativas</i> , procurando dar sentido ao desenvolvimento da historicidade literária: em exercício diacrônico, reconstruir o horizonte de expectativas da época do surgimento de uma obra possibilita pensar na forma como essa obra foi originalmente recebida. Opondo-se a Gadamer, para quem a obra clássica supera ela mesma a distância histórica, Jauss nos obriga a pensar que a produção que afirmamos “clássica” não nasceu nessa categoria, mas que, para ser assim considerada, foi protagonista de uma ruptura e conseqüente mudança no horizonte de expectativas. Logo, pensar a recepção de uma obra do passado no desenvolvimento da História da Literatura é reconhecer sua relação com o antes e o agora, “em decorrência da qual a obra do passado somente nos pode responder e ‘dizer alguma coisa’ se aquele que hoje a contempla houver colocado a pergunta que a traz de volta de seu isolamento” (JAUSS, 1994, p. 40). É na reconstrução do horizonte de expectativas que se pode fundamentar, portanto, uma compreensão histórica da literatura.
V	A teoria estética exige que se insira a obra literária em seu contexto histórico para que, como acontecimento, se possa conhecer o seu significado a partir da recepção. Em sentido diacrônico, as mudanças da série literária (ao longo da História da Literatura) somente ganham sentido quando as <i>oposições entre o horizonte de expectativas do surgimento da obra e a mudança de horizonte</i> permitem que se conheça, também, a sua distância estética, ou seja, a sua mediação. De acordo com o autor, “tal mediação pode ser definida como o problema ‘que cada obra de arte coloca e lega enquanto horizonte das soluções possíveis posteriormente a ela’”, restando ao leitor determinar essa mediação a partir de suas experiências, “pois o horizonte passado da forma nova e da forma velha, do problema e da solução, somente se faz reconhecível na continuidade de sua mediação, no horizonte presente da obra recebida” (JAUSS, 1994, p. 43).

TESE	CONTEÚDO
VI	<p>Jauss passa a perceber, na literatura, o seu <i>caráter histórico a partir de cortes sincrônicos</i>, em distintos pontos da diacronia. Quando reconhece que a História da Literatura se revela nos pontos em que se conectam diacronia e sincronia, o autor afirma ser possível compreender determinado momento na história literária (sincronicamente) ao estabelecer as referências que fizeram com que a literatura surgida naquela época fosse, então, diacronicamente recebida. Em outras palavras, é possível compreender a História da Literatura quando se reconstrói o horizonte de expectativas de determinado momento, observando ao mesmo tempo a forma como esse horizonte de expectativas sofreu rupturas, atravessou a distância estética e tornou-se “novo” em relação ao horizonte de expectativas existente no momento anterior (diacrônico). Isso quer dizer que a chave se volta ao leitor/público, pois estes são pontos “cuja escolha não é decidida nem pela estatística nem pela vontade subjetiva do historiador da literatura, mas pela história do efeito: por ‘aquilo que resultou do acontecimento’” (JAUSS, 1994, p. 49).</p>
VII	<p>Jauss afirma que “a tarefa da História da Literatura somente se cumpre quando a produção literária não é apenas apresentada sincrônica e diacronicamente na sucessão de seus sistemas, mas vista também <i>como história particular, em sua relação própria com a história geral</i>” (JAUSS, 1994, p. 50, grifo nosso). Para que isso se concretize é preciso colocar mais uma vez no centro da discussão a figura do leitor, cuja experiência valida o horizonte de expectativas para transportá-lo a novas experiências e percepções sobre a vida prática. Logo, o horizonte de expectativas da literatura e sua ruptura permitem ao leitor a expansão do “espaço limitado do comportamento social rumo a novos desejos, pretensões e objetivos, abrindo, assim, novos caminhos para a experiência futura” (JAUSS, 1994, p. 52).</p>

Fonte: autoria nossa a partir de Jauss (1994).

As ideias propostas por Jauss são complementadas em estudos subsequentes, como na *Pequena apologia da experiência estética* (JAUSS, 2002), apresentada também em Constança, cinco anos depois de haver sugerido as teses da Estética da Recepção. Dessa vez, por ocasião do 13º Congresso de historiadores alemães de arte, o discurso está voltado a perceber a recepção sob a ótica da experiência estética da arte, transitando entre manifestações para além da literatura. Ainda assim, suas observações são pertinentes ao estudo literário, uma vez que a pretensa apologia se dedica à função social da Estética da Recepção. Agora, para Jauss, a experiência estética está baseada no prazer, que deve ser tomado como objeto de reflexão teórica (2002, p. 29-32), uma vez que a teoria da arte – nela incluída a Estética da Recepção –, até os anos 1970, tratava tal experiência com pouca relevância.

Nesse mesmo estudo, Jauss considera que a distância estética define a diferença entre o prazer estético e o prazer sensorial geral. O primeiro, mais importante para a recepção, é aquele que permite a expansão do horizonte de expectativas, liberando o homem para novas experiências, sempre transformadoras. Essa liberação acontece a partir de três planos: a *poiesis*, baseada na prática da arte como atividade criadora – não mimética, mesclando atividade

artística e científica – ou receptiva, que desenvolve a identificação com a percepção que se renova por meio da arte como forma de conhecimento (JAUSS, 2002, p. 57-61); a *aisthesis*, no âmbito da renovação da percepção sobre as coisas, resultando na ampliação do conhecimento de mundo (JAUSS, 2002, p. 63-67), e a *catharsis*, que permite o julgamento estético posterior à experiência, opondo, nessa dinâmica, o prazer estético e a prática moral. Contudo, não há catarse – ou, nos termos de Jauss, a experiência estética “perde sua função social” – quando a experiência se mantém em um círculo vicioso, mimético, quando não há liberação do homem e sua consciência na direção de um reposicionamento de sua percepção e sua reação em relação ao mundo. O prazer catártico, assim, constitui a liberação dessa consciência de ou para algo (JAUSS, 2002, p. 75-79).

As bases da Estética da Recepção são levadas adiante por seu mentor em pelo menos outros três ensaios, publicados originalmente em 1975, numa compilação sobre o tema organizada por Rainer Warning (JAUSS, 1989a, 1989b, 1989c). Aqui, destacamos especialmente dois deles: em *Continuação do diálogo entre a estética da recepção “burguesa” e “materialista”*, por exemplo, Jauss (1989a) problematiza a estética marxista, criticando Lukács por colocar o sujeito receptor em posição de contemplação passiva. Na direção oposta, como vimos, sua teoria dá um papel ativo ao leitor, vinculando a ele todo o processo em torno da historiografia da literatura. Já em *A Ifigênia de Goethe e a de Racine* (JAUSS, 1989c), o autor divide o estudo em duas partes, para tratar ora da aplicação prática da Estética da Recepção, ora da discussão ainda teórica, como se observa no subtítulo – “com um epílogo sobre o caráter parcial da Estética da Recepção”. Na primeira parte, portanto, Jauss propõe uma discussão sobre a atualidade da *Ifigênia* de Goethe, em razão de ver seu prestígio debilitado na metade final do século XX. Evadindo discussões que colocariam a “culpa” dessa situação na oposição entre tradição e modernidade, Jauss propõe buscar “as condições históricas e estéticas que, na história da recepção da obra e de sua influência, deram lugar à sua atual compreensão, ou incompreensão” (1989c, p. 218, tradução nossa⁸). Isso se faz por meio do reconhecimento do percurso recepcional da peça desde sua primeira representação, em 1779, a partir das anotações no diário de Goethe, passando a destacar as leituras feitas por outros autores em relação à obra, como Schiller, Tieck e Scherer, para quem a *Ifigênia* definitivamente recebe tom “anímico” (1989c, p. 219-223).

A partir disso, Jauss recobra as relações da obra de Goethe com a tragédia clássica francesa, de Racine, para perceber de que forma se dá a transmissão do mito francês – por sua

⁸ No original em espanhol: “las condiciones históricas y estéticas que, en la historia de la recepción de la obra y de su influencia, han dado lugar a su actual comprensión, o incompreensión”.

vez adaptado da obra de Eurípedes – ao classicismo alemão (1989c, p. 224). É esse movimento, segundo ele, que pode dar nova interpretação à *Ifigênia* goethiana, levando em conta que, sob o ponto de vista do pensamento iluminista, a peça de Goethe soluciona problemas deixados em aberto em Racine – modelo do qual deveria ela mesma se desvencilhar, em favor da constituição de um teatro clássico alemão (1989c, p. 225-228). Sob esse prisma, o pensador observa que o mito original, tal como posto por Eurípedes, coloca tanto a Goethe quanto a Racine “o problema de saber se é possível incorporar o mito antigo a uma obra moderna que não fosse simplesmente um marco fictício ou um campo metafísico, senão fazendo cumprir ao mito sua função trágica” (JAUSS, 1989c, p. 228, tradução nossa⁹). A solução desse problema aparece para cada um de forma distinta: para Racine, no seio familiar burguês, o mito leva as paixões arcaicas até o ponto em que não há solução (o desfecho não é trágico, fica em aberto – a partir daí, retomado por Goethe). Para o escritor alemão, o mito opera como um pano de fundo que esboça “a evolução que libertará o homem do seu pecado original e da imaturidade de seu estado de natureza” (JAUSS, 1989c, p. 228, tradução nossa¹⁰). Ao passo que, para Racine, o mito aparece como um horizonte que limita a ação do homem, Jauss concorda com a interpretação de Adorno, defendendo a obra de Goethe como “o único processo de debate do homem com seu fundo mítico. O mito já não é representação simbólica de ideias, mas implicação viva, encarnada na natureza. A sociedade do tempo da Ilustração não está totalmente livre da natureza arcaica e cega” (JAUSS, 1989c, p. 230, tradução nossa¹¹).

O que fica claro na análise de Jauss é a forma como a *Ifigênia* de Goethe serve de paradigma para demonstrar como o homem passa à liberdade como sujeito, deixando para trás a dependência do mito – aparentemente, uma resposta plausível à ampliação do horizonte de expectativas, como apresentado nas teses da Estética da Recepção. A solução ao problema do mito dado por Goethe é moderna e satisfatória, algo não realizado por Racine, em face de que seus personagens (de Goethe) interiorizam o sentimento religioso e, ao mesmo tempo, demonstram a “astúcia da razão ilustrada”, transformando a peça – e sua personagem homônima – em um novo mito, um emblema do classicismo germânico (JAUSS, 1989c, p. 231-233). Para a mesma época em que Goethe escrevia sua obra, Jauss destaca que o idealismo alemão tentava resolver o problema da autonomia humana, nos planos da filosofia e da história. Desse

⁹ No original em espanhol: “el problema de saber si era posible incorporar el mito antiguo a una obra moderna que no fuese simplemente un marco ficticio o un campo metafísico, sino haciendo cumplir al mito su función trágica”.

¹⁰ No original em espanhol: “la evolución que liberará al hombre de su pecado original y de la inmadurez de su estado de naturaleza”.

¹¹ No original em espanhol: “el único proceso de debate del hombre con su fondo mítico. El mito ya no es representación simbólica de ideas, sino implicación viva, encarnada en la naturaleza. La sociedad del tiempo de la Ilustración no está totalmente liberada de la naturaleza arcaica y ciega”.

modo, o criador, buscando colocar na subjetividade um novo acordo entre Deus e o homem, incorpora à *Ifigênia* uma instância mediadora. Daí que seja um novo mito, surgido do humanismo, que deve “garantir a realização do ideal da humanidade” (JAUSS, 1989c, p. 235, tradução nossa¹²).

Apesar disso, Jauss leva em conta que a reinterpretação possível da *Ifigênia* de Goethe a partir da história de sua recepção é parcial e insatisfatória, pois “o possível sentido emancipador permanece prisioneiro, na própria obra, de elementos formais e materiais que não podem ser atualizados” (JAUSS, 1989c, p. 236, tradução nossa¹³). Ele discorre, portanto, sobre três considerações. A primeira delas diz respeito à resolução do conflito entre humanidade e história, a partir da aproximação do mito com a Ilustração que a própria obra de Goethe lega à atualidade – daí que seja, ainda para Jauss, um problema. A segunda consideração trata da tensão formal entre o classicismo da forma e o conteúdo anímico, que respinga finalmente na terceira e última: a possibilidade de atualizar a obra de Goethe. Jauss considera que, para que a *Ifigênia* de Goethe seja traduzida para o presente, é preciso “sacrificar a bela aparência de sua perfeição clássica e fazer aparecer o que a solução idealista do mito já não nos pode satisfazer” (1989c, p. 237, tradução nossa¹⁴).

Quanto à parcialidade da Estética, debatida na segunda parte do mesmo ensaio, Jauss esclarece, de início, que sua intenção é abordar de que forma a Estética da Recepção pode contribuir com a arte, sua história e sua relação com a história em geral, além de deixar claro o que ela não pode fazer sozinha. Posto que sua teoria não opere isolada de outras, Jauss defende que a parcialidade da recepção em relação à produção e à representação da arte corresponde à parcialidade da história da arte diante da História geral, delimitando uma “autonomia relativa da arte” no devir histórico, razão pela qual “pode contribuir a fazer compreender a interação existente entre arte e sociedade” (JAUSS, 1989c, p. 239, tradução nossa¹⁵). No caso da *Ifigênia*, trata-se do exemplo do procedimento pelo qual a Estética da Recepção conduz a recepção de uma obra até a formação de um cânone artístico, “à atualização, à totalização, e, finalmente, da imanência da experiência estética à práxis do mundo da vida humana” (JAUSS, 1989c, p. 240, tradução nossa¹⁶).

¹² No original em espanhol: “garantizar la realización del ideal de la humanidad”.

¹³ No original em espanhol: “el posible sentido emancipador permanece prisionero, en la obra misma, de elementos formales y materiales que no pueden ser actualizados”.

¹⁴ No original em espanhol: “hay que romper la bella apariencia de su perfección clásica, y hacer parecer lo que la solución idealista del mito ya no nos puede satisfacer”.

¹⁵ No original em espanhol: “autonomía relativa del arte [...] puede contribuir a hacer comprender la interacción existente entre arte y sociedad”.

¹⁶ No original em espanhol: “a la actualización, a la totalización, y, finalmente, desde la imanencia de la experiencia estética a la praxis del mundo de la vida humana”.

Nesses termos, as bases das sete teses originalmente propostas são reiteradas e expandidas. Isso é demonstrado sob três perspectivas:

- a) Em relação à recepção e ao efeito, esfera à qual a estrutura da obra não é reduzida, pois “efeito é o elemento determinado pelo texto, recepção o elemento determinado pelo destinatário na concreção ou formação da tradição” (JAUSS, 1989c, p. 240, tradução nossa¹⁷). Sob tal ponto de vista, para que uma obra do passado continue sendo ativa, é preciso que suscite interesse, latente ou deliberado, da posteridade que prossegue a sua recepção, ou reate o fio interrompido;
- b) No que diz respeito à tradição e à seleção, Jauss pontua que a Estética da Recepção supõe que a compreensão sobre a arte evolui no interior de limites conhecidos, como condição para esclarecer primeiro nossa compreensão sobre ela. Esta compreensão, por sua vez, “está condicionada pelos cânones estéticos cuja formação a história registrou e pela institucionalização latente, pela tradição escolhida e pela tradição inconsciente” (JAUSS, 1989c, p. 243, tradução nossa¹⁸). Nessa mesma direção, o autor trata da seleção e apropriação do passado em relação às novas experiências, tendo como exemplo as obras clássicas que chegam à escola: “convertidas em modelos ou clássicos escolares pelo consenso do público literário, podem incorporar-se inconscientemente como normas estéticas a uma tradição que determinará as expectativas prévias e a atitude estética das gerações posteriores” (JAUSS, 1989c, p. 234, tradução nossa¹⁹). As normas estéticas do passado que chegam ao presente partem de um princípio que abrevia, simplifica e elimina elementos heterogêneos, formando, assim, um cânone. Pensar a recepção a partir das frações possíveis da parcialidade da própria Estética da Recepção direciona a seguinte afirmação de Jauss: quando o movimento histórico é mantido deliberadamente pelo sujeito receptor, a reprodução do passado é determinada pela produção do novo e o horizonte consolidado de uma tradição é quebrado pelas antecipações de uma experiência possível, então se manifesta com mais clareza o caráter parcial da recepção; “Tal mudança de horizonte, que pode inverter os cânones do passado, modificar a hierarquia das autoridades e aportar a ‘salvação’ de uma ‘herança’

¹⁷ No original em espanhol: “efecto es el elemento determinado por el texto, recepción el elemento determinado por el destinatario en la concreción o formación de la tradición”.

¹⁸ No original em espanhol: “está condicionada a la vez por los cánones estéticos cuya formación ha registrado la historia y por los de institucionalización latente, por la tradición elegida y por la tradición inconsciente”.

¹⁹ No original em espanhol: “convertidas en modelos o clásicos escolares por el consenso del público literario, pueden incorporarse inconscientemente como normas estéticas a una tradición que determinará las expectativas previas y la actitud estética de posteriores generaciones”.

esquecida, começa em geral negando a tradição dominante” (JAUSS, 1989c, p. 244, tradução nossa²⁰);

- c) Por fim, a função comunicativa da arte é que permite compreender como ela atua na dimensão social como força formadora da história. Assim, a participação do leitor passa a ser protagonista, pois “pela experiência que lhe transmite sua leitura, participa de um processo de comunicação no qual as ficções da arte intervêm efetivamente na gênese, na transmissão e nas motivações do comportamento social” (JAUSS, 1989c, p. 247, tradução nossa²¹). Jauss deixa claro que a Estética da Recepção deveria estudar essa perspectiva como forma de compreender a função social da arte e organizá-la em um sistema de normas e horizontes de expectativa, dada a função mediadora estabelecida pela experiência estética.

Finalmente, respondendo às críticas que se levantaram contra sua teoria, “correta, mas não efetiva”, Jauss afirma:

o comportamento do plano estético dá acesso à formulação de um horizonte latente de expectativas formadas por uma práxis vital inconsciente ou ainda não consciente, dando assim ao leitor a possibilidade de apropriar-se de um mundo “no qual já vivem outros”. Assim, a função comunicativa e social da arte não começa simplesmente no momento em que um leitor isolado “se converte em força histórica, associando-se com outros indivíduos de igual tendência”. Também atua com a ascensão implícita de expectativas e normas e com a intuição da experiência e o papel de outros, tudo o que pode determinar seu comportamento social, e inclusive motivar-lhe e fazer-lhe mudar.

Assim, pois, a função especial da experiência estética no processo de comunicação da práxis social pode articular-se em três dimensões: preformação ou *transmissão de normas*, motivação ou *criação de normas* e transformação ou *reforma de normas*. (1989c, p. 249, tradução nossa, grifo do autor²²).

Do ponto de vista da Estética da Recepção, fica claro que a função social da literatura segue modelos que determinam e conduzem ao seu efeito histórico a partir de demarcações

²⁰ No original em espanhol: “Tal cambio de horizonte que puede invertir los cánones del pasado, modificar la jerarquía de las autoridades y aportar la ‘salvación’ de una ‘herencia’ olvidada, comienza en general negando la tradición dominante”.

²¹ No original em espanhol: “Por la experiencia que le transmite su lectura, participa en un proceso de comunicación en el que las ficciones del arte intervienen defectivamente en la génesis, la transmisión y las motivaciones del comportamiento social”.

²² No original em espanhol: “el comportamiento del plano estético hace acceder a la formulación un horizonte latente de expectativas formadas por una praxis vital inconsciente o todavía no consciente, dando así al lector la posibilidad de apropiarse de un mundo ‘en el que ya viven otros’. Así, la función comunicativa y social del arte no comienza simplemente en el momento en el que un lector aislado ‘se convierte en fuerza histórica, asociándose con otros individuos de igual tendencia’. También actúa con la asunción implícita de expectativas y normas y con la intuición de la experiencia y el papel de otros, todo lo cual puede determinar su comportamiento social, e incluso motivarle y hacerle cambiar.

Así pues, la función especial de la experiencia estética en el proceso de comunicación de la praxis social puede articularse en tres dimensiones: preformación o *transmisión de normas*, motivación o *creación de normas* y transformación o *reforma de normas*”. (grifo do autor).

como a interseção entre diacronia e sincronia. Quando a História da Literatura passa a ser delineada a partir da recepção do texto pelo leitor, a partir da instância sensorial e da reflexão moral por ele desempenhada, a literatura passa a revelar, na sua própria historicidade, a força de constituição da sociedade por ela mediada e a ela atribuída. Em síntese, a Estética da Recepção traça a historicidade literária ao colocar o leitor e seu horizonte de expectativas no centro da discussão, pela delimitação, pela distância estética, pelo rompimento das expectativas e pela reconstrução desse horizonte, movimentos que se traduzem nas transformações provocadas nele e por ele em relação à literatura.

2.4 Os limites da teoria de Jauss

Na última etapa de *A Ifigênia de Goethe e a de Racine*, Jauss aparentava defender sua teoria daquilo que se pode compreender como uma limitação – como “parcialidade” –, haja vista que, para seu criador, a Estética da Recepção não opera sozinha, mas toma parte da história da arte e da História geral. Essa parcialidade, portanto, diz respeito a uma dinâmica que paradoxalmente precisa ser analisada de forma individual, de modo a deixar compreender o processo de transformação e ampliação do horizonte de expectativas que a experiência estética faculta à história social como um todo. É por isso que o estudo é reiterado, expandindo a compreensão a respeito das sete teses principais numa análise que trata de recepção, efeito, tradição, seleção e função comunicativa da arte.

O que parece segregado, em certa medida, é o fato de que a própria análise desenvolvida se limita a aspectos internos da obra, ou seja, de cunho estético, aproximando a aplicação da Estética da Recepção aos preceitos de teorias que o próprio Jauss pretendia suplantar, como a formalista. Isso fica posto no caso da *Ifigênia* quando a ampliação do horizonte de expectativa da obra deixa de ser apreendida a partir de sua recepção pelo público e passa a ser vista dentro da obra, tanto para Racine quanto para Goethe. Exemplo disso se vê na caracterização da personagem principal, pela ação dramática e pela linguagem empregada, e na reinterpretção do mito grego, possível a partir das disposições e alinhamentos de ambos os autores, cada um a seu tempo.

Joseph Jurt, em *A descoberta do leitor: da estética da recepção à sociologia da recepção* (2014), propõe uma reflexão a respeito da teoria iniciada por Jauss que se aproxima do que destacamos há pouco. Reconhecendo também ele o negligenciamento da recepção em meio à teoria literária ao longo dos anos, o autor faz uma recopilção da emergência da esfera

do leitor nos estudos teóricos. O ponto de partida, segundo ele, é Paul Ricoeur, que destacava a dupla dimensão do texto literário entre a gênese (autor) e a recepção (leitor). Depois dele, Sartre foi “um dos primeiros a considerar a leitura como elemento constitutivo da constituição de sentido de uma obra” (JURT, 2014, p. 29), apontando que a obra de literatura só pode existir quando lida. Vendo a recepção como ato comunicativo, Jurt destaca o papel de Jakobson, para quem a mensagem transmitida na literatura, preenchida pela função poética da linguagem, possui caráter plurívoco, o que lhe permite a sobrevivência ao longo do tempo por evocar interpretações diferentes, por parte de receptores diferentes (JURT, 2014, p. 31).

Logo, vê-se que Jauss não está sozinho em sua empreitada. A diferença, como já observamos, é que sua pretensa “revolução” na ciência literária se dedica estritamente à História da Literatura, que pretende traçar a partir da experiência estética observada na fusão entre elementos extratextuais e o horizonte de expectativa da época de produção de cada obra. Seu critério é a distância estética, de modo que o afastamento ou a inovação sejam determinantes para qualificar o valor estético das obras, inserindo-as no cânone. Entretanto, como observa Jurt, à medida que tal parâmetro é aplicado (sendo tomado por empréstimo do formalismo russo) e o cânone se forma, universaliza-se uma categoria histórica. Seus termos corroboram o que identificamos no caso da *Ifigênia*: “atribuiu-se ao horizonte de expectativa intraliterário (os sinais do texto) a prioridade diante do horizonte extraliterário. Ao situar as normas *na* obra, Jauss retorna a uma ontologia da obra que ele havia decidido evitar” (JURT, 2014, p. 33, grifo do autor).

Jauss elabora a Estética da Recepção, colocando sobre a experiência da recepção operada no horizonte de expectativas a responsabilidade pela formação, influência e transformação dos pontos de vista diante da obra artística e do mundo como um todo. Jurt critica a forma como o pensador entende a recepção, alegando que ele “desconhece que o fato literário é, por si só, um fato social” (JURT, 2014, p. 34). Mais que isso, para Jurt o sucesso da teoria só se deve a um “radicalismo” de inovação pretendido e alcançado na base do discurso (lembramos, por exemplo, a situação já relatada em que se deu a aula pública em Constança, em 1967), considerando que Jauss apenas aglutina informações e dispositivos teóricos que, a bem da verdade, não eram novidade nos estudos teóricos. Logo, “a estética da recepção é concebida como uma abordagem histórica, mas ela reduz, de fato, a historicidade à história da recepção, deixando de lado a unidade essencial entre produção e recepção. [...] A estética da recepção não nega o social, mas o reduz a um fator periférico” (JURT, 2014, p. 34).

Outro estudo que, mesmo sem citá-lo, endossa o teor crítico de Jurt é *A história da leitura e suas implicações na história da literatura*, em que Regina Zilberman (2019) propõe

uma reflexão sobre o papel desempenhado pelo leitor na historiografia literária no século XX, chegando à Estética da Recepção e seus desdobramentos. Para a autora, a História da Literatura está delineada pela recepção, o que provoca uma relação imediata e interdependente entre a história da leitura e a História da Literatura. Tal recepção, porém, condiciona-se em cada época a fatores distintos, permitindo reinterpretações por diferentes gerações de críticos. Em suas palavras,

a História da Literatura é, pois, uma história de leituras, e suas variações não decorrem apenas da possibilidade de incluir ou excluir nomes, obras ou épocas. É que, como sabemos, o olhar dos pesquisadores é movido por sua posição no presente. [...] Por conter uma dinâmica em permanente movimento, já que se trata de uma história de leituras desde o visor da época de seus pesquisadores, a História da Literatura é um jogo de combinações bastante permissível – portanto, nem sempre muito confiável, o que incita novas pesquisas e contribuições. (ZILBERMAN, 2019, p. 133).

Assim como Jurt, Zilberman remonta a aparições da recepção no campo teórico anteriores ao estudo de Jauss, sem deixar de reconhecer o protagonismo que o estudo da Estética da Recepção concede à figura do leitor. É o caso, por exemplo, de Aristóteles, que condicionava as melhores tragédias à liberação das emoções por intermédio da catarse junto ao público; e de Platão, para quem a poesia, na *República*, possui função pedagógica junto a seus interlocutores – logo, receptores (ZILBERMAN, 2019, p. 134). Zilberman também se refere a L. L. Schücking, que teria sido o pioneiro a analisar, em 1923, as preferências do público e seus efeitos sobre a produção, circulação e prestígio das obras de literatura. A comparação termina em duas correntes que já conhecemos na base crítica de Jauss: do formalismo, Chklovski considerava que toda obra de arte pode produzir “um efeito de estranhamento em seu destinatário por força das estratégias formais e linguísticas de que está permeada”; do estruturalismo, tem-se em Murakovsky a noção de signo relacionada à obra de arte, “o que demanda comunicabilidade – e, portanto, a iminência de um sujeito receptor” (ZILBERMAN, 2019, p. 135).

Tais concepções, quando desaguam nos anos 1960 e na Estética da Recepção, encontram o estruturalismo triunfante, o que justifica, para Jauss, o fato de que os estudos de historiografia literária estivessem em decadência. Os motivos e resultados que envolvem a teoria que ele desenvolve já são de nosso conhecimento. No entanto, ao contrário de Jurt, Zilberman não culpa o pensador alemão de promover uma revolução falaciosa por meio de uma amalgama com o que já estava posto, mas identifica que o ponto alto da Estética da Recepção é o fato de romper com a imobilidade da historiografia, renovando a perspectiva da História da Literatura ao colocar dentro de campo o processo de recepção e seus agentes receptores

(ZILBERMAN, 2019, p. 137). Para ela, os limites são outros (embora semelhantes), e podem ser sumariados da seguinte forma:

- a) O apego às obras clássicas do passado. A teoria desenvolvida por Jauss parece presa às obras que já detêm valor canônico – como a *Ifigênia* que vimos, tanto de Goethe como de Racine –, sendo tais obras apenas reavaliadas pela recepção presente ou de outro tempo, recortado em sua sincronia. Nessa medida, escapa à Estética da Recepção o registro das obras que, por razões diversas, ficam à margem do cânone;
- b) A falta de referências às condições em que a leitura se estabelece na sociedade, o que afeta, necessariamente, toda a hierarquia que envolve recepção de uma obra: o leitor, o crítico, o autor, que também é leitor de outras obras. Jauss trata desses temas superficialmente, esquecendo de relacioná-los com o momento histórico e com o ambiente social em que a recepção se realiza.

Logo,

se as condições de produção de leitura – entendidas como os constrangimentos sociais, linguísticos, tecnológicos, poéticos – estão ausentes da reflexão sobre a afinidade entre as obras, concebidas como reapropriação do passado em nome da modernidade, mais ignoradas são quando se trata de pensar sobre os modos como se dá a recepção delas seja pelo público especializado, seja pela audiência não profissional. (ZILBERMAN, 2019, p. 139).

Esse mesmo aspecto, como enfatiza Zilberman, esbarra na necessidade de levar em conta, no processo, elementos fundamentais para o funcionamento da sociedade e, ato contínuo, da realização fática da recepção da literatura. Todos eles podem ser basicamente resumidos à escola, aos meios de comunicação, aos suportes em que o texto circula e à ação do Estado, ora regulamentando, ora censurando a circulação da obra de literatura. Os elementos extratextuais que envolvem a todos os indivíduos em sociedade, posto que, à margem da teoria que Jauss estabelece, impedem que a História da Literatura, mesmo alçando o leitor e o processo de recepção a um novo patamar no campo de investigação, cumpra completamente com a missão que pretende assumir desde o princípio, traduzida na história de leituras que se realizam nos diversos horizontes de expectativa, de ontem e de hoje.

2.5 Possibilidades para além do sistema e da Estética da Recepção

Como vimos nas seções anteriores, tanto no Brasil, nos anos 1950, quanto na Europa, na década seguinte, importantes estudiosos pensaram em reorganizar a História da Literatura a partir da inserção do leitor, peça fundamental no jogo que configura a recepção. No caso de Antonio Candido, o sistema literário é falho por motivos semelhantes aos limites encontrados na teoria de Jauss: em favor das pistas de leitura que se encontram dentro dos textos, as relações da recepção em sociedade – que envolvem, também, mas não somente, autor, obra e público – são deixadas a segundo plano. É fundamental, portanto, que a história da recepção, como parte da História da Literatura, extrapole as fronteiras da relação autor-texto-leitor e reconheça a influência que o conjunto globalizado da sociedade pode impor sobre ela, especialmente quando o extratexto demanda ou é movido por outras leituras. Jurt, que, como vimos, critica severamente os limites da Estética da Recepção, posiciona-se nessa mesma direção:

as propostas de Jauss permanecem frequentemente no nível da teoria, são teses (ou melhor, hipóteses) que devem ser verificadas à luz de pesquisas empíricas que deveriam ser desenvolvidas em duas direções: por um lado, trata-se de fundamentar a reconstituição do horizonte de expectativa de um determinado momento em uma base documental representativa, até mesmo exaustiva; por outro lado, é importante destacar os condicionamentos extraliterários do processo de recepção. (JURT, 2014, p. 34).

O estudo já referido de Zilberman (2019) traz um exemplo interessante de expansão das diretrizes da Estética da Recepção – que servem, também, ao sistema literário de Candido. O caso trazido ao debate é do poema épico *O Uruguai*, de Basílio da Gama, publicado em 1769 com aval da Real Mesa Censória, criada pelo Marquês de Pombal um ano antes da publicação do livro. A obra louva a ação dos portugueses na Guerra Guaranítica – evento, digamos, contemporâneo, pois aconteceu cerca de dez anos antes da publicação da obra –, num discurso francamente pró-pombalino. O destaque do artigo de Zilberman, porém, debruça-se sobre um ponto não visto pela historiografia da literatura: a emergência, na epopeia de Basílio da Gama, da personagem Cacambo, “que, adotando a postura de um diplomata, argumenta de igual para igual com o comandante português no canto II e mostra-se respeitável estrategista, soldado exemplar e marido amoroso” (ZILBERMAN, 2019, p. 145).

Ocorre que esse mesmo personagem não é, como defende a autora, uma criação de Basílio, mas apropriação de outro descrito – e com o mesmo nome – em *Candide*, de Voltaire, obra que figurava entre as proibidas pela censura portuguesa da época devido ao seu alto valor revolucionário. Antonio Candido também aborda essa situação na *Formação*, alegando ser

falsa a relação entre as duas obras, pois, conforme consulta que teria feito com o prof. Carlos Drumond, do Departamento de Etnografia Brasileira e Língua Tupi-Guarani da Universidade de São Paulo, Cacambo tem ligação com uma planta registrada pelo nome *Caacamby*, e o índio, que teria de fato existido, “foi provavelmente referido nalguma notícia dos acontecimentos das Missões, onde o encontraram Basílio, para celebrá-lo, Voltaire, para efeitos burlescos” (CANDIDO, 2000, p. 127).

Tendemos, no entanto, a concordar mais com Zilberman que com Candido, pautando-nos em duas razões de cunho simplista, mas talvez suficientes. Primeiro, a obra de Voltaire é anterior à de Basílio da Gama – *Candide* é de 1759 – e, embora suceda à Guerra Guaranítica por apenas dois ou três anos, a distância que tem de *O Uruguai* pode ter permitido que o autor deste a tenha lido, tomando os dois casos como influência: a notícia, marginalmente referida por Candido, e a leitura de Voltaire. Segundo, a obra de Candido como um todo pouco explora as relações intertextuais do período arcádico, descrevendo a História da Literatura predominantemente em função de suas relações internas, estéticas. Embora a pesquisa de Candido em torno de Cacambo revele certo esforço extratextual, deixar de considerar que, numa sociedade de poucos letrados, a fidelidade de Basílio ao Marquês de Pombal o impediria de ter acesso ao *Candide* poderia soar ingênuo – e é nessa direção que vai o estudo de Zilberman. Ainda (e para concluir esse grande parêntese sobre Candido), mesmo que considere as relações entre brasileiros e portugueses, e nessa medida, às vezes, o “estrangeirismo” dos primeiros em Portugal, a *Formação* não leva em conta o potencial influente das leituras que vinham de outros lugares da Europa, como a França. Se o faz, é de modo muito superficial, destacando privilegiadamente a herança estética, nunca as relações estabelecidas e possíveis a partir da recepção. Nesse sentido, devemos concordar com Jurt:

a literatura do Século das Luzes definiu-se pelo seu universalismo, embora tal universalismo tenha sido a expressão de uma reduzida camada da população. Pode-se até afirmar que o cosmopolitismo do Século das Luzes era universal apenas na aparência, pois não se tratava realmente de uma troca de ideias e de obras entre parceiros culturais iguais, mas da supremacia do modelo cultural francês, que funcionou graças ao estratagema que consistia em declarar os valores da civilização francesa como sendo universais. (2014, p. 38).

A participação de Cacambo no *Candide* é expressiva – aparece acompanhando o protagonista na América, ao longo de seis capítulos. Considerando que a presença de Cacambo em *O Uruguai* se resume à atividade de leitura de seu autor, revela-se, inclusive, certa absorção das ideias do escritor francês em relação aos jesuítas. Isso, segundo Zilberman, “era confessar ter lido Voltaire, proibido de circular em Portugal. Ainda que de modo discreto e sub-

reptício, o aparentemente submisso secretário do Marquês de Pombal revela seu lado transgressor” (ZILBERMAN, 2019, p. 147).

A escolha pelo texto de Basílio da Gama para exemplo, indica Zilberman, serve para valorizar a influência das leituras do poeta na sua criação, especialmente em relação ao *Candido*. Nessa medida, “uma História da Literatura constituída a partir das sugestões metodológicas da Estética da Recepção talvez se satisfizesse com essa constatação, que teria, sem dúvida, seus desdobramentos, pois as leituras subsequentes do poema tendem a ignorar essa conexão” (ZILBERMAN, 2019, p. 148). A presença de Cacambo, contudo, serve também como sintoma das relações sociais e políticas que envolviam Basílio, então secretário de Pombal. Essa ação vai além do discurso antijesuíta adotado da forma como Voltaire ironiza a ambição dos inacianos, consonante com o ato de expulsão decretado por Pombal à Companhia de Jesus. Quando Basílio da Gama utiliza “o nome de Cacambo para seu herói indígena, o escritor adota também a sabedoria e humanismo da figura ideada pelo pensador francês, pois é da boca do ‘mestiço de Tucumán’ que saem palavras relativas à justiça, à razão e aos direitos dos homens” (ZILBERMAN, 2019, p. 148-149).

Dessa forma, a busca pela voz autoral de Basílio da Gama, por meio da revelação do (ou, melhor dizendo, do encontro com o) leitor que foi, se revela como a principal diferença do que tem feito a historiografia literária em relação a ele ou sua obra – ou às obras de literatura como um todo, seus autores e seus leitores. Em relação a Basílio, mais uma vez, o tom de Zilberman não descansa sobre a negação do autor ou de sua poesia, ou de seu papel na História da Literatura, pelo contrário: o reconhecimento do seu “eu leitor” pode demonstrar, para além do que já se sabe, o interlocutor insubordinado que foi, e sua obra “como um projeto de emancipação intelectual a uma época em que tais pretensões não seriam facilmente aceitas” (ZILBERMAN, 2019, p. 149).

Diante dessas ideias, pensamos, nesta pesquisa, ser oportuno expandir o campo de conhecimento em torno do cânone árcade da História da Literatura Brasileira, especialmente no que diz respeito a Cláudio Manuel da Costa e a recepção de sua obra *Vila Rica*, assunto específico do último capítulo desta tese. Isso passa, portanto, pelo reconhecimento do poeta como *leitor* e sua relação com seus leitores contemporâneos – também poetas –, antes mesmo dos outros adjetivos ou formações que vieram a caracterizá-los. Tal medida só pode ser tomada quando passamos a ver a História da Literatura sob a perspectiva da história da recepção, aliçada nos preceitos de Jauss (1994), mas avançada nos pontos em que tal teoria se fragiliza.

Como retomamos, nessa pesquisa, fatos relacionados à metade final do século XVIII no Brasil, é preciso que as relações estabelecidas naquele tempo sejam observadas à luz de

suas ideias contemporâneas, o que se traduz na reconstrução do horizonte de expectativas da época. É preciso, então, verificar de que forma a leitura era vista principalmente na dinâmica verificada entre a Europa e o Novo Mundo, e mais especificamente entre Portugal e Brasil. Os eventos que envolvem a sociedade do período relacionam nossos letrados diretamente, como a expulsão dos jesuítas, em 1759, ou a Conjuração Mineira, em 1789.

As aproximações entre nossos grandes poetas árcades – sabidamente Tomás Antônio Gonzaga, Silva Alvarenga e Cláudio Manuel da Costa –, à primeira vista de cunho político, resvalam para o campo artístico, e não somente pelo vínculo com a Capitania de Minas, como destaca Candido, mas porque é na poesia que todos expressavam sua vertente crítica. Ponto de partida para todos, porém, era a leitura, fosse silenciosa e individual, fosse compartilhada nas academias literárias, fosse em reuniões em torno de ideias republicanas:

quando liam coletivamente em voz alta, discutiam ou debatiam o teor de algumas obras, facilitavam ainda mais a assimilação das ideias, pois a leitura social assim era feita, não apenas por intenções conjuracionistas, mas também porque era a prática cultural e princípio pedagógico corrente no setecentos para alfabetizar as crianças, na leitura de contos populares e de adultos letrados para os não letrados. (SOUZA, 2008, p. 57).

O passo fundamental para reconhecer as bases da formação leitora da sociedade brasileira na metade final do Setecentos é dar conta, na medida do possível, de todas as esferas que envolvem a leitura em uma sociedade. Isso começa necessariamente pela escola, onde cada sujeito recebe as primeiras letras e o contato, direto ou indireto, com obras de literatura, entre outros gêneros. A história da leitura que pretendemos traçar, como complemento à História da Literatura, começa exatamente nesse ponto: buscando na educação jesuítica e nas transformações que as reformas do Marquês de Pombal impelem à escolarização e à Universidade de Coimbra (onde estudaram nossos poetas) as bases de leitura a que foram introduzidos Cláudio Manuel da Costa e seus contemporâneos, verificáveis principalmente a partir de materiais de cunho didático. Esse será o tema dos próximos capítulos.

Além disso, algumas pistas podem ser encontradas em documentos aparentemente comuns aos movimentos políticos nos quais se envolveram, como os relatos das Devassas e seus apêndices – o que permite, de certa forma, um panorama social do momento em que produziam e faziam circular (entre si) a literatura. Contudo, é possível ir além: Cláudio Manuel da Costa, por exemplo, no prólogo de *Obras poéticas de Glauceste Satúrnio*, de 1768, revela estar em dia com as leituras “da moda”, entre elas Teócrito, Virgílio, Bernardes, Camões (LAJOLO; ZILBERMAN, 1991, p. 68). Heloísa Starling afirma que Silva Alvarenga, que foi

professor de Retórica em São João Del Rei e depois no Rio de Janeiro, onde se estabelece em 1784, possuía biblioteca com 1.576 títulos – quando a venda de livros era proibida na Colônia –, entre os quais se destacavam autores como La Fontaine, Montesquieu, Voltaire, D’Alembert e Rousseau (STARLING, 2018, p. 203). Gonzaga, nas *Cartas Chilenas*, tece críticas ao governo de Pacheco e Menezes e à forma como sua administração feria o equilíbrio social (CANDIDO, 2000, p. 156). Confessos como Cláudio ou não, as marcas de suas leituras distribuem-se, muito provavelmente, entre suas vidas e obras. Como afirma Rafael de Freitas e Souza,

para saber se o leitor leu ou conhece pouco ou parte significativa do pensamento de determinado autor, não é absolutamente indispensável que haja referência nominal explícita a ele, como o fizeram, por exemplo, Kant, Jefferson, Montesquieu, Bolívar, dentre milhares de outros leitores. Citações em sermões, poemas, obras, depoimentos e até mesmo no cotidiano, como em reuniões revelam que houve algum contato com sua obra ou pensamento de maneira direta ou indireta. (SOUZA, 2008, p. 65).

É nessa medida, então, que pretendemos, mais adiante, localizar as referências de leitura presentes no poema épico *Vila Rica*, de Cláudio Manuel da Costa, sem deixar de considerar a relação do poeta com a vida pública que desempenhava e com outros letrados do período – o que pode, em cotejo com os estudos de análise intraliterária, dar consistência ao horizonte de leituras que se pretende reconstruir. Jauss encerra suas teses com a proposta de que a tarefa da historiografia literária só se cumpre quando a literatura não é vista apenas sincrônica e diacronicamente na sucessão histórica, mas sim na relação particular que estabelece com a História Geral (JAUSS, 1994, p. 50). Nos termos de Jauss, é como se buscássemos observar a história da formação leitora como uma história particular, relacionada, como um todo, à História da Literatura no Brasil. Porém, como o estudo de base da Estética da Recepção não é suficiente, precisamos recorrer à História e seus testemunhos, mas também (e principalmente) aos leitores, aos escritores, suas relações, suas vidas, suas obras.

Diante desses parâmetros, é possível que uma história da leitura baseada na recepção seja um complemento ao sistema literário exposto na *Formação*, de Antonio Candido, preenchendo as lacunas deixadas nessa obra pela ausência dos fatores extratextuais relacionados ao público leitor. A reconstrução do horizonte de expectativas baseada não só na obra e no autor, mas no que vem antes, durante e depois – como a escola, a recepção, as referências de leitura, a vida sociopolítica e a crítica –, prioriza a história da leitura como parte da História da Literatura, e permite reconhecer como a formação leitora levada a cabo no final do século XVIII, na

colônia brasileira, foi determinante para os acontecimentos históricos contemporâneos ao período.

3 INSTRUÇÃO COLONIAL E REFORMAS DE ENSINO

3.1 A bênção e o braço dos inacianos

No século XVI, uma onda renovadora começou a se espalhar pela Europa, pautada pelos interesses de uma burguesia urbana que se fortalecia no Renascimento artístico e cultural, para além de suas disposições mercantilistas. No campo religioso, os impactos dessa movimentação foram marcados pelas reformas protestantes, que por sua vez acenderam o alerta da Igreja Católica frente à iminente diminuição de poder e de fiéis. Os reinos de Portugal e Espanha, nesse contexto, mantiveram-se alinhados à Santa Sé, resguardando os interesses da Igreja e do Reino, que coincidiam no que diz respeito à ordem, à hierarquia e ao domínio sobre a população – mantendo, é claro, os privilégios dos nobres (PAIVA, 2015, p. 204).

No princípio dessa equação, a questão do ensino e do acesso a ele parece ser problema de segunda ordem, reservado à nobreza que podia arcar com um mestre particular para ensinar aos filhos dos senhores em suas casas. O empenho pela educação não é, ainda, interesse do Estado, e ao que tudo indica só passou a sê-lo quando foi, também, a vontade da Igreja Católica. Se esse parece ser o resultado da equação, há aí imbuída uma questão de conveniência: no contexto da Contrarreforma, a criação de congregações religiosas “tinha como foco a manutenção da primazia eclesiástica, a reconquista da fé, da autoridade papal e do poder espiritual da Igreja” (PAIVA, 2015, p. 204). Na Europa, portanto, a combinação desses fatores viabilizou o surgimento de congregações religiosas voltadas à evangelização e ao ensino, como é o caso da Companhia de Jesus.

Fundada em Montmartre, na França, em 1534, por Íñigo López de Loyola, popularmente conhecido por Ignácio de Loyola, a Companhia passa por uma rápida expansão, baseada na catequese e no ensino que se pode chamar de tradicional, conforme Wilson Paiva, “de cunho liberal e não crítico, que prima pela manutenção da ordem vigente e pelo acúmulo enciclopédico de conhecimento” (2015, p. 202). Com forte tendência escolástica na vocação jesuíta, esse modelo também é traduzido no *modus parisiensis*, em razão de os primeiros mestres, entre eles Loyola, serem todos formados pela Universidade de Paris. Esse *modus* primava, na condução docente, pela repetição, disputa, composição, interrogação e declamação como exercícios escolares.

Se os países ibéricos continuaram de mãos atadas à Igreja na Contrarreforma, é neles que a Companhia encontra terreno fértil para desenvolver sua vocação na busca por novos fiéis. Estamos falando da expansão ultramarina, que atendia aos interesses das duas instituições: por um lado, poderio territorial para a exploração de riquezas; por outro, segurança na catequese que acarretaria a obediência a Deus, representado pela Igreja, e ao Rei. No caso da colônia brasileira, a aclimatação dos jesuítas foi profícua, porque os religiosos não só se estabeleceram nas cidades em formação, mas adentraram o território e alcançaram terras antes mesmo da administração Régia, por meio das missões – como fizeram, aliás, em outras colônias espanholas na América.

A Companhia de Jesus chegou ao Brasil em 1549, ano em que foi instalado o Governo Geral, por sua vez orientado a organizar a administração das capitanias hereditárias. No ano seguinte já funcionavam dois de seus colégios, na Bahia e em São Vicente. Em 1553 chega uma nova comitiva de padres da Europa, entre eles José de Anchieta, e logo a presença da Companhia de Jesus se estende a São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco, de modo que em 1570 já contava com oito estabelecimentos de ensino na colônia, sendo cinco escolas de primeiras letras e três colégios (ROSÁRIO; MELO, 2015, p. 384). Imbuído da ideia de converter os povos autóctones ao catolicismo, o baixo clero que chega ao Brasil também se preocupa em formar novos padres, capazes de dar continuidade ao seu trabalho, além de educar os filhos dos colonizadores brancos. Essa ação só se desenvolve porque a Coroa, patrocinadora dos jesuítas, toma para si a tarefa de “salvar” o povo da Colônia, “transmitindo-lhes seus fundamentos e visão de mundo” (PAIVA, 2015, p. 204). Isso não significa, porém, que o trabalho da congregação ficasse limitado à esfera catequético-instrucional. Com a expansão dos colégios e das missões de norte a sul, expande-se também o poder da Companhia de Jesus em relação à constituição social do Brasil colonial, por meio do comércio, da construção de templos religiosos, das propriedades, da hierarquia e do convívio social, além do uso da língua geral (entre o português e o tupi-guarani) para facilitar a comunicação (ROSÁRIO; MELO, 2015, p. 386; PAIVA, 2015, p. 206).

O modelo de ensino adotado pelos jesuítas é ratificado por um conjunto de fatores que tem origem na experiência cosmopolita da Companhia. Ignácio de Loyola, por exemplo, estudou na Universidade de Paris e depois passou por Alcalá e Salamanca, além de Roma, e de várias localidades e universidades da Europa vinham os padres mestres dos colégios. Da Universidade de Paris extrai-se o conteúdo de leituras baseado em Aristóteles, Quintiliano, Cícero e Tomás de Aquino (PAIVA, 2015, p. 209). Apoiados na metodologia escolástica medieval, por meio da qual razão e fé se combinavam para chegar à “verdade revelada” sempre direcio-

nada à religiosidade cristã, os inicianos também se sustentam na filosofia grega clássica e principalmente no silogismo aristotélico. Dessa forma, “seu método de ensino consistia na *lectio* e na *disputatio*, devidamente conduzido para que ao final a *determinatio* não pudesse fugir à autoridade das Escrituras” (PAIVA, 2015, p. 212).

A experiência combinada com a rápida expansão – Leonel Franca (2019, p. 14) aponta que em dez anos a Companhia já contava com 218 professores e dois mil alunos – permitiu que se levasse adiante a discussão acerca da criação de um programa padrão de ensino, balizado tanto nas diretrizes de Ignácio de Loyola e nos escritos de Tomás de Aquino, quanto na experiência dos colégios em funcionamento. Cláudio Acquaviva, eleito Geral da Companhia de Jesus em 1581, tomou para si a função de capitanear os esforços na direção de compor esse documento que resultou, depois de várias versões, em um conjunto de regras para o ensino jesuíta. Ao longo de dezoito anos foram feitos ajustes e coleta de experiências práticas nos colégios, ampliando e enxugando normas, até que em 1599 foram estabelecidas as 467 regras do¹ *Ratio atq̃ Institutio Studiorum Societatis Iesu*, também conhecido apenas por *Ratio Studiorum* (FRANCA, 2019, p. 21-24).

3.1.1 O Ratio Studiorum

Como um conjunto normativo, o conteúdo do *Ratio Studiorum* é estabelecido de modo a organizar o ensino jesuítico em hierarquia, pedagogia, metodologia e comportamento de professores e alunos. Para o primeiro caso, as primeiras regras indicam que a Companhia era dividida em províncias e circunscrições, pelas quais eram encarregados os Provinciais, subordinados ao Geral, que atuava em Roma. Cada colégio, por sua vez, tinha um Reitor, nomeado pelo Geral, e pelo menos um Prefeito de Estudos, nomeado pelo Provincial, embora este respondesse às ordens do Reitor. Depois de todos eles, vinham os professores, superiores apenas aos alunos (FRANCA, 2019, p. 45), sempre vigiados e coibidos de pensar ou atuar de forma diferente daquela que deviam pregar.

¹ *Ratio* é palavra feminina no latim, mas aparece na crítica especializada em língua portuguesa como substantivo masculino, como é o caso de Franca (2019) – que foi padre jesuíta – e Paiva (2015), único, entre nossas fontes, a justificar o termo no masculino. Acompanhamos ambos os autores, além de considerar que a referência indireta ao *Ratio* no texto – como documento, conjunto de regras – também se dá sempre no masculino, razão pela qual uniformizamos a redação.

Na base do campo pedagógico dos colégios², o currículo do ensino secundário era voltado à formação humanista. Via de regra cursado ao longo de sete anos, o tempo de duração podia variar conforme a oferta de cadeiras de cada colégio, o nível do estudante ou a disponibilidade de professores. Ainda assim, as disciplinas de Gramática, Humanidades e Retórica obedeciam a uma regra sequencial, como se vê no quadro a seguir:

Quadro 3 – Grade curricular do curso secundário dos colégios jesuítas (Humanidades)

GRAU	CLASSE	ANO
5	Gramática inferior B	1
5	Gramática inferior A	2
4	Gramática média B	3
4	Gramática média A	4
3	Gramática superior	5
2	Humanidades	6
1	Retórica	7

Fonte: Adaptação nossa a partir de quadro semelhante em Franca, 2019, p. 47.

Os cursos disciplinares poderiam ser ofertados conforme a disponibilidade, de modo que não era pouco comum a união de duas disciplinas de Gramática em um único ano, ou a junção de Humanidades e Retórica. Contemplando o estudo de linguagem³ da estrutura até a eloquência bem organizada, amparada no estudo humanista, cada ano era estruturado em dois semestres (FRANCA, 2019, p. 218), de modo que o primeiro fosse dedicado a revisar conteúdos do semestre ou ano anterior e o segundo a avançar a matéria. Nesse parâmetro, a aprovação do estudante dependia da compreensão total do conhecimento de cada nível (FRANCA, 2019, p. 47), além de fatores que levavam em conta a disciplina e a dedicação, pois “o objetivo do curso humanista é a arte acabada da composição, oral e escrita. O aluno deve desenvolver todas as suas faculdades, postas em exercício pelo homem que se exprime e adquirir a arte

² Neste estudo tratamos apenas do ensino secundário, para o qual era necessário ter conhecimento das primeiras letras (ensino primário), sobre as quais o *Ratio* não estabelece normas. Não levamos em conta os currículos, as regras e os programas de ensino que tratam da formação superior nos seminários porque nenhum de nossos letrados em destaque estudou para seguir carreira religiosa. Da mesma forma, não mencionamos as regras relativas ao Provincial, ao Reitor e aos Prefeitos de Estudos, focando na relação entre docentes e estudantes, para além dos programas de ensino de nível médio.

³ O idioma padrão do ensino jesuítico era o latim. A língua vernácula não aparece nas grades de estudo, embora fosse presente nos exercícios de tradução e versão, principalmente nos níveis mais baixos (FRANCA, 2019, p. 50). Havia exceções, é claro, como é o caso do Pe. Anchieta na América portuguesa.

de vazar essa manifestação de si mesmo nos moldes de uma expressão perfeita” (FRANCA, 2019, P. 48).

Entre os campos pedagógico e metodológico do *Ratio Studiorum*, podemos destacar os programas de ensino das disciplinas de Gramática (em seus três níveis), Humanidades e Retórica. No quadro a seguir, sumariamos o componente gramatical:

Quadro 4 – Programas das disciplinas de Gramática

GRAU/DISCIPLINA:	GRAMÁTICA INFERIOR e MÉDIA	GRAMÁTICA SUPERIOR
CONSIDERAÇÕES GERAIS	Na classe inferior, introdução da gramática, em latim. No grego, são introduzidas noções básicas.	Revisa sintaxe e introduz figuras de linguagem e retórica (esta, brevemente). Depois da revisão gramatical, introduz o estudo da métrica.
	Na classe média, o conhecimento de toda a gramática deve ser alcançado, ainda que imperfeitamente. No grego, introduz-se a gramática básica.	Segue o estudo básico-intermediário do grego.
INDICAÇÕES DE LEITURA	<i>Gramática latina</i> , Pe. Manuel Álvares.	
	Aos alunos, em casa, textos espirituais, sobre a vida dos santos.	
	Na classe inferior, cartas mais fáceis de Cícero, para ensinar a gramática.	Preleção apoiada em Cícero, Ovídio, Catulo, Tibulio, Propércio, Virgílio (IV das <i>Geórgicas</i> , V e VII da <i>Eneida</i>). Dos gregos, São João Crisóstomo, Esopo e Agapetos.
	Na classe média, epístolas de Cícero, poemas mais fáceis de Ovídio.	
REGRAS AO PROFESSOR	Recitar a doutrina bíblica duas vezes por semana.	
	Falar sempre em latim. Quando a compreensão não for possível, parafrasear a preleção, após recitá-la, em língua vulgar.	Falar sempre em latim.
EXERCÍCIOS ADOTADOS	Após a preleção, recitar o conteúdo da aula ao decurião; ao final da semana, recitar todo o conteúdo aprendido.	
	Todas as aulas têm exercícios escritos; duas vezes por semana há exercícios de poesia.	
	Composição: imitação de Cícero (narração, persuasão, congratulação, admoestação).	
	Ditados e desafios (debates, perguntas e respostas).	
	Correção de exercícios: leitura com aluno, leitura em voz alta, leitura de rivais (alunos êmulos).	
AValiação PARA AVANÇAR À PRÓXIMA CLASSE	Provas escritas com consulta a materiais.	
	Duas composições em prosa.	
	Avaliação também oral (arguição por banca, convidada pelo Rei-	

GRAU/DISCIPLINA:	GRAMÁTICA INFERIOR e MÉDIA	GRAMÁTICA SUPERIOR
	tor).	
		Composição de poema.

Fonte: autoria nossa a partir de Franca, 2019, p. 89-180.

O primeiro destaque que podemos dar a esse contexto é a adoção da *Gramática latina* do padre jesuíta Manuel Álvares, editada em Portugal pela primeira vez em 1572. No mesmo compasso em que era introduzido ao latim, o estudante começava a se familiarizar com o texto clássico de Cícero, passando por poemas “mais fáceis” de Ovídio no nível médio, quando era introduzido a noções de grego clássico. No último grau de gramática, por volta do quinto ano, o aluno lia Esopo, Agapetos e trechos de poemas de Virgílio, como o poema épico *Eneida*, além das *Geórgicas* – mas, pelo menos na normativa jesuíta, devia ler apenas *trechos* em classe, sem acesso ao texto integral.

Vejamos os programas dos graus finais do currículo de nível médio:

Quadro 5 – Programas das disciplinas de Humanidades e Retórica

GRAU/DISCIPLINA:	HUMANIDADES	RETÓRICA
CONSIDERAÇÕES GERAIS	<p>É o meio termo entre a gramática e a eloquência.</p> <p>Tem breve introdução à retórica. Revisa a gramática e introduz estudo para a erudição (conhecimento geral).</p> <p>Estuda grego, ainda em nível intermediário.</p> <p>Ainda se usa língua vernácula no fim de cada preleção e no primeiro exercício escrito, passando ao latim.</p>	<p>Trabalhar pela eloquência: perfeição entre oratória e poética. Leva em conta a beleza da expressão e a utilidade.</p> <p>Preleção leva em conta o estilo. Feita a partir de Cícero, Quintiliano e Aristóteles. Intercala-se sobre poetas específicos.</p> <p>Preleção grega: Demóstenes, Platão, Tucídides, Homero, Hesíodo, Píndaro, Gregório Nazianzeno, Basílio e Crisóstomo.</p> <p>Em feriados, preleção aprofunda sobre hieróglifos, artifício poético, epigrama, epitáfio, ode, elegia, epopeia, tragédias, senados romano e ateniense, arte militar etc.</p>
INDICAÇÕES DE LEITURA	<p>Aos alunos, em casa, textos espirituais, sobre a vida dos santos.</p> <p>Livros de filosofia moral de</p>	<p>Livros retóricos de Cícero.</p>

GRAU/DISCIPLINA:	HUMANIDADES	RETÓRICA
	<p>Cícero.</p> <p>Para poesia, Virgílio (menos algumas éclogas, não citadas, e o canto IV da <i>Eneida</i>) e odes de Horácio.</p> <p>Para retórica, resumo de Cipriano Soares.</p> <p>Para preleções de grego, são lidas orações de Sócrates, São João Crisóstomo, São Basílio; epístolas de Platão e Sinésio, trechos de Plutarco. Poesia de Focílides, Teognides, São Gregório Nazianzeno e Sinésio – todos usados mais à gramática que à erudição.</p>	<p><i>Retórica e Poética</i> de Aristóteles.</p>
REGRAS AO PROFESSOR	Falar sempre em latim.	
EXERCÍCIOS ADOTADOS	Após a preleção, recitar o conteúdo da aula ao decurião; ao final da semana, recitar todo o conteúdo aprendido.	
	Composição: imitação de Cícero (narração, persuasão, congratulação, admoestação).	
	Ditados e desafios (debates, perguntas e respostas).	
	Correção de exercícios: leitura com aluno, leitura em voz alta, leitura de rivais (alunos êmulos).	
	Exposição bimestral de poemas compostos pelos alunos, além das composições em datas comemorativas.	<p>Desafio com êmulos indicando mutuamente os pontos a serem melhorados na retórica (estilo, composição, imitação, argumentos, referências). Tema é dado pelo professor.</p> <p>Imitação de clássicos, oradores ou poetas; descrição de paisagens ou fenômenos; reescrever uma frase de diferentes maneiras: traduzir grego para latim, vice-versa, adaptar poesia para prosa (latina ou grega), compor epigramas, epitáfios etc.</p> <p>Todos os dias aprender algo de cor, para exercício de memória.</p>

GRAU/DISCIPLINA:	HUMANIDADES	RETÓRICA
AVALIAÇÃO PARA AVANÇAR À PRÓXIMA CLASSE	Provas escritas com consulta a materiais.	
	Duas composições em prosa.	
	Avaliação também oral (arguição por banca, convidada pelo Reitor).	
	Composição de poema.	_____

Fonte: autoria nossa a partir de Franca, 2019, p. 89-180.

O currículo de Humanidades, como intermediário entre a Gramática e a Retórica – nível final do curso médio –, parece ampliar o contato dos estudantes com textos clássicos, para além daqueles já conhecidos nos níveis de Gramática: agora lê-se Horácio, Platão, Plutarco, entre outros. No caminho para a “perfeita eloquência”, o estudante passa a ter contato com Homero, Quintiliano e principalmente Aristóteles, cujas obras são recomendadas em texto integral.

Todo esse percurso de leituras é pautado por exercícios presentes em todas as aulas, que iniciavam pela leitura, para “desenvolver e ativar o espírito” (FRANCA, 2019, p. 56) do aluno, passavam pela recitação de conteúdos aprendidos anteriormente e se estendiam à composição escrita. Cabe ressaltar, como se observa nos dois quadros anteriores, a presença gradativa dos exercícios de poesia: a instrução na Gramática começava com *exercícios* duas vezes por semana, que eram complementados pela *imitação* de clássicos até desembocar na *composição* autoral, presente nas avaliações finais de nível e em datas festivas.

Leonel Franca sugere que o nível secundário também era conhecido como curso Artístico, pois mediava o contato dos estudantes com grandes poetas clássicos greco-romanos. Tal como no Renascimento, imitá-los não configuraria trabalho inferior, porque “imitar não é copiar servilmente a outrem. Imitar é expressar as próprias ideias e as próprias experiências rivalizando na arte da expressão com a obra-prima do modelo” (FRANCA, 2019, p. 80). Se o modelo clássico é a máxima expressão artística, é nele que a formação jesuítica se ampara para o ensino integral, com o intuito de incutir a arte como hábito entre seus estudantes, sem recorrer a frases ou recursos artificiais. Em uma palavra, pode-se afirmar que a pedagogia jesuíta, por seus exercícios, visava ao “enriquecimento do vocabulário e a formação estética do ouvido literário” (FRANCA, 2019, p. 57). Essa formação, contudo, não correspondia à liberdade para interagir com a matéria de literatura, pois aos alunos externos à Companhia – no caso brasileiro, majoritariamente brancos, filhos de colonos – a regra era clara: “abstem-se completamente da leitura de livros perniciosos e inúteis”. Eram também proibidos de

assistir comédias e teatro público, além da execução pública de condenados (FRANCA, 2019, p. 173).

A organização da rotina de sala de aula era acompanhada de regras claras para os professores, que deviam procurar se comunicar em latim em todos os níveis, com exceção das paráfrases em língua vulgar no nível elementar de Gramática, e manter-se atualizados com as novas leituras pedagógicas de outros jesuítas (FRANCA, 2019, p. 85). Na base da hierarquia dos colégios, modelando uma pequena sociedade, os alunos eram divididos em dois grupos a cada dois meses, cada um deles com cargos e funções específicas – motivo de lisonja no protótipo de hierarquia disciplinar que compartilhavam. Desses grupos, chamados romanos e cartaginenses, cada estudante passava a ter um êmulo no lado oposto, do qual se tornava vigilante: cobrava-se o comportamento e o cumprimento de tarefas, mas também se delatava cada falta (FRANCA, 2019, p. 79). A punição, neste último caso, era designada conforme a gravidade; quando o castigo era físico, conforme Leonel Franca, este devia ser praticado por alguém externo à escola – ou seja, alguém sem vinculações internas com a Companhia.

Uma ressalva importante deve ser feita em relação à disciplina, de modo a destacar que a responsabilidade sobre ela não caía apenas entre os próprios estudantes, por mais dedicados que fossem os esforços por fazê-los vigilantes e competitivos, uns em relação aos outros. Tratando-se de uma instituição religiosa, todos deviam professar a fé na Igreja, e isso incluía estar em dia com os sacramentos católicos. O mais interessante deles no contexto jesuíta de ensino deve ter sido a confissão, pois na décima primeira regra dedicada aos professores de todas as classes comenta-se que aqueles deviam acompanhar a confissão dos estudantes, sempre compulsória, por meio de um cartão de controle. Não era aos professores que os alunos se confessavam, mas a outro religioso designado no momento da matrícula, que acompanhava cada estudante durante sua estada no colégio (FRANCA, 2019, p. 142).

No lado oposto da punição e da vigilância estava a lisonja: as regras ao Prefeito de Estudos indicam que deviam ser premiados os alunos destacados não só em eventos públicos, mas também durante as aulas, por bom desempenho na execução dos exercícios (FRANCA, 2019, p. 135). Colaborando também com a hierarquia de classe, a escolha de representantes de turma não se dava por via democrática, mas meritocrática: fazia-se uma prova escrita, da qual os melhores alunos, um do grupo romano e outro do cartaginense, eram escolhidos representantes e condecorados com títulos oficiais, “tirados da república ou do exército grego ou romano” (FRANCA, 2019, p. 147).

Último ponto importante da rotina colegial jesuítica não está nas salas de aula, mas nas academias escolares promovidas – e controladas – pelos padres. Apesar da observação cons-

tante, é talvez este o ambiente onde se encontrava maior liberdade para o desenvolvimento criativo, estimulando o debate entre os alunos que se destacavam em cada disciplina – os únicos convidados a participar desses grupos. Funcionavam conforme a oferta de disciplinas de cada colégio, e deviam ser, em média, três academias: uma de Gramática, outra de Humanidades e outra de Retórica. Organizadas democraticamente, cada uma elegia seus próprios líderes e secretários, que registravam por escrito os encontros e as composições do grupo. Seguiam uma rotina frequente de estudos, composições e debates, recebendo grande pompa em todo o colégio em datas festivas (FRANCA, 2019, p. 62).

3.2 A educação jesuítica no mundo luso-brasileiro

A parceria entre os padres inacianos e a Coroa portuguesa tinha raízes na relação próspera entre a monarquia e a Igreja como um todo, resultante, muito provavelmente, dos desdobramentos oriundos do Concílio de Trento, entre 1545 e 1563. Por essa época, D. João III, rei de Portugal, alinhou os laços com Roma e aproximou a Igreja da administração estatal, por meio do chamado padroado. Nesse sistema, o rei detinha os privilégios de escolher bispos, erigir igrejas, capelas, mosteiros, cobrar e administrar o dízimo e, na falta deste, patrocinar a Igreja em Portugal. Além disso, cabia ao monarca o envio de missionários (ROSÁRIO; MELO, 2015, p. 382) – e é aí que a Companhia de Jesus, a pleno vapor na metade do século XVI, entra em ação.

Interessada em manter as regalias das classes dominantes, a Coroa pouco ou nada se entusiasmava com a questão do ensino, até então um direito exclusivo das elites. Foi somente sob a influência de Roma, e imbuída do espírito da Contrarreforma, que a Coroa tomou para si a tarefa do ensino, até porque isso significava, no contexto da expansão marítima, a conquista de novos súditos para si e novos fiéis para a Igreja. Vale ressaltar que essa guinada educativa não significou modernização, e sim novas responsabilidades, pois o modelo seguido continuava sendo o escolástico, adotado pelos inacianos e aplicado na quase tricentenária Universidade de Coimbra⁴. Desse modo, o Reino português abriu espaço para a Companhia de Jesus, e

⁴ A Universidade foi fundada no ano de 1290. Dada sua relevância para a formação intelectual luso-brasileira, a reforma da qual é palco na metade final do século XVIII é assunto discutido no capítulo 5 desta tese.

respaldou a rigorosa vigilância dos princípios estabelecidos, a formação catequética e a organização do ambiente escolar numa estrutura militarizada, bem como numa dinâmica hierárquica, sem espaço para a dúvida ou o livre pensar – bem próprio da escolástica que buscava levar o homem a compreender a verdade revelada. (PAIVA, 2015, p. 213).

Essa estrutura, que na virada do século XVI para o XVII passou a ser refletida no *Ratio Studiorum*, alcançou as relações que Portugal mantinha com a colônia brasileira, mesmo que a dependência periférica do Brasil em relação à metrópole fosse de subserviência administrativa e de exploração em busca de riquezas. Maria José Rosário e Clarice Melo (2015, p. 385) observam que a mediação entre o homem europeu e os povos autóctones feita pelos jesuítas imputava um choque de realidade entre os princípios cristãos, o ensino metropolitano/europeu e a realidade colonial, razão pela qual a Companhia de Jesus passa a adaptar seu programa de ensino às possibilidades encontradas em terras brasileiras.

Dessa forma, o primeiro contato educativo oferecido pelos padres jesuítas caracterizava o ensino elementar, também conhecido por instrução de primeiras letras, que junto da primeira catequese era desvinculado dos colégios e seminários, embora o conhecimento das letras fosse requisito para ter uma vaga nas instituições maiores. Os colégios, por sua vez, ofereciam o curso de Humanidades, ficando a cargo dos seminários o curso teológico, de caráter superior para os estudantes internos que seguiam carreira jesuíta. Diante da escassez de docentes, Rosário e Melo (2015, p. 385) informam que o curso de Humanidades chegava a ser condensado em apenas dois anos, distribuindo de forma apertada a oferta de Gramática, Humanidades e Retórica. Indicador importante para as pesquisadoras é o fato de que essa estrutura, que seguiu o mesmo modelo até a expulsão dos jesuítas em 1759, sentou as bases de um ensino supostamente público no Brasil, pois, embora a educação fosse administrada pelos inacianos, contava com o patrocínio do Estado.

Outro destaque relevante para o ensino jesuíta, além dos exercícios que promoviam o desenvolvimento do gosto estético pela literatura e por sua produção, dizia respeito ao uso da música e do tetro, tanto para o ensino regular, quanto para a evangelização – exemplo claro desse processo pode ser verificado na obra do Pe. Antônio Vieira. Além disso, como observa Wilson Paiva (2015, p. 208), a organização curricular jesuíta introduziu – não só no Brasil – a organização dos alunos em grupos, pauta do *modus parisiensis* que diferia de uma educação até então individualista em favor da colaboratividade. Dessa forma, emulava-se a vida em sociedade pela convivência, não só pela hierarquia, à medida que a educação jesuítica assentava os alicerces do ensino no Brasil com “um currículo humanista (na vertente religiosa), o método parisiense de ensino e o espírito inaciano” (PAIVA, 2015, p. 209).

3.3 A primeira instrução na Capitania de Minas

No século XVIII, período de grandes transformações na colônia brasileira, é possível afirmar sem falso engano que a Capitania de Minas é protagonista no mundo lusitano, alimentando os cofres portugueses com o ouro extraído de seus vales e montanhas. A descoberta da região aurífera, buscada pelos portugueses desde a primeira chegada ao Brasil até o final do século XVII, quando se dá a primeira notícia do ouro, franqueia o rápido desenvolvimento civilizatório da região, numa sucessão de acontecimentos políticos e administrativos que desembocam em movimentações de cunho emancipatório, no final da década de 1780. Além disso, a rápida urbanização também possibilita o encontro de homens letrados que, lendo e compartilhando produção literária entre si, favorecem a emergência e a circulação de uma literatura autenticamente local, como vimos no capítulo anterior, e da qual se destaca, por exemplo, Cláudio Manuel da Costa.

Antes de alcançar demarcação territorial própria como Capitania, a região das Minas pertenceu à Capitania do Rio de Janeiro, até que dela se desdobrou, em 1709, a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro; o *status* administrativo próprio para a Capitania de Minas só se deu em 1720. Até então a organização popular na região era desordeira, formada por portugueses forasteiros, comerciantes e nômades em busca do ouro. A partir de 1711, porém, o governador Antonio Albuquerque Coelho de Carvalho estabelece as comarcas e funda as primeiras vilas – como *Vila Rica*, capital da Capitania –, propiciando “uma evolução do primitivo nomadismo e da bruteza da vida dos anos pregressos para a estabilidade e a ordem, individual e social” (CARRATO, 1968, p. 15). A base social desses meios urbanos em formação passa a ser constituída por pessoas do campo, portugueses, cristãos novos, índios, escravos, negros livres e mestiços, além da gente que vinha de outras capitanias atizada pela notícia do ouro. De acordo com José Carrato (1968, p. 27), entre eles circula não só a ganância pelo metal precioso, mas a devoção religiosa – mesmo quando ainda não havia igrejas, cuja construção só foi ordenada pelo rei a partir de 1716, visitantes diocesanos de outras capitanias eram incumbidos de percorrer a região para dar a bênção aos mineradores.

Entretanto, cabe pontuar, de acordo com a investigação de Thais Fonseca (2008), que a circulação desses religiosos, pelo menos nos primeiros anos da Capitania (ainda integrada ao Rio de Janeiro e depois a São Paulo), devia ser avalizada por irmandades leigas e ordens terceiras, mecenas da construção de templos religiosos quando Minas passou a possuir *status* próprio junto à administração Régia. Antes disso, porém, a própria Coroa, em Carta Régia de

9 de junho de 1711, proibiu a entrada de clérigos regulares e de padres sem paróquia na região mineira (FONSECA, 2008, p. 536). Sem esquecer que o Reino é forte aliado da Igreja e que seus laços se estreitaram na colonização do Novo Mundo, talvez a normativa rígida sobre os padres se devesse ao fato de que alguns religiosos deixavam de lado a pregação e acabavam se envolvendo na busca pelo metal precioso, enredando-se em concubinatos e ilícitudes financeiras, para escândalo do clero (CARRATO, 1968, p. 50).

O resultado do espraiamento da religiosidade entre mineradores e forasteiros, conforme argumenta Carrato, é diverso e disperso como o povo mineiro do início dos Setecentos. Dessa forma, as manifestações de fé da população eram frequentemente visíveis e materiais, pois tinham raízes na fé católica portuguesa⁵, cuja manifestação é mais exterior do que subjetiva. Isso aparece, de acordo com o historiador, com a construção de igrejas como oferta religiosa ou pagamento de promessas, além das festas, procissões e romarias. Sobre essas últimas, cabe destacar dois eventos importantes: o Triunfo Eucarístico de 1733, que marcou a inauguração da Matriz de Nossa Senhora do Pilar, em Vila Rica, e a romaria de Nossa Senhora da Lapa, nos arredores da capital da Capitania (CARRATO, 1968, p. 31-40).

No que diz respeito à instrução básica, as Minas ficaram desprovidas de instituições educativas até quase a metade do século XVIII, quando se estabelece o bispado de Mariana. Supõe-se, no entanto, que não por falta de intenção, mas de vontade: em carta de 22 de março de 1721, o Rei D. João V teria recomendado ao governador da capitania mineira, D. Lourenço de Almeida, que colocasse em cada vila “um Mestre que ensine a ler, e escrever, contar, que ensine Latim”. A resposta do governador deve ter arrefecido o suposto empenho do Rei: dizia ele recear que os jovens aprendessem pouco, por serem filhos mestiços entre portugueses e mulheres negras, e “que não é possível que lhes aproveite as luzes” (RAPM, XXIV, p. 347, apud CARRATO, 1968, p. 97).

Dessa forma, cabia às famílias com recursos dar cabo da instrução de seus filhos nas primeiras letras, posição ocupada ora pelas mães, filhas de famílias bem estabelecidas em outras capitanias que provavelmente receberam instrução elementar e religiosa em conventos femininos (CARRATO, 1968, p. 116), ora pelos capelães de suas propriedades. Deste último caso, José Carrato afirma que a educação só se dava pela preocupação das famílias em dar futuro aos filhos homens, de modo que ou seguiam carreira eclesiástica, ou seguiam a Coimbra para estudar Cânones e, assim, voltar e ocupar um cargo importante na administração pú-

⁵ O posicionamento de Carrato é acompanhado de crítica ao modo de pensar e agir do colonizador/explorador português: “a raça não tem a bossa da especulação filosófica, mas é rica de intenção e sentimento”. Por outro lado, salva-se a literatura dos “grandes poetas” (CARRATO, 1968, p. 29).

blica. Carrato (1968, p. 99-101) informa que em 1726 havia dois estudantes mineiros matriculados na Universidade de Coimbra, e um em 1730, mesma época em que Santa Rita Durão deveria estar sendo preparado para ser enviado à Metrópole para seguir carreira na Igreja. Todos eles, segundo o historiador, foram instruídos nas primeiras letras em casa, provavelmente sob o comando de um capelão⁶. A lista de Carrato, porém, pode ser expandida: em consulta que fizemos ao Arquivo da Universidade de Coimbra em setembro de 2020, localizamos informações relativas à presença de outros brasileiros matriculados naquela instituição em todo o século XVIII (ao todo, 1770 estudantes), conforme pesquisa de Francisco Morais publicada na revista *Brasília* (MORAIS, 1949). Na primeira metade do século XVIII, foram 71 os mineiros matriculados em Coimbra: dois na primeira década dos Setecentos, um na década de 1710, dois na década de 1720, 28 na década de 1730 e 38 na década de 1740. Considerando que o momento e o ambiente históricos limitavam o acesso à educação básica, os números demonstram que o interesse pela instrução formal e superior em Coimbra começa a crescer a partir do segundo quartel do século XVIII, revelando ao mesmo tempo a semente de um novo rumo para os círculos sociais da Capitania.

Outro caso interessante de instrução básica feita por um capelão vinculado à família é o de Frei Francisco Vieira de Jesus Maria, da Ordem da Santíssima Trindade, tio de Cláudio Manuel da Costa. Embora o poeta tenha aprendido as primeiras letras com sua mãe, Teresa Ribeiro de Alvarenga (SOUZA, 2011, p. 41; CARRATO, 1968, p. 43), o tio foi seu preceptor na língua latina, como afirmou o poeta no único documento autobiográfico que escreveu⁷. Aliás, a família de Cláudio Manuel da Costa deve ter feito parte da primeira leva de mineiros preocupados com a instrução da prole, enviando seus cinco meninos a estudar com os padres jesuítas e depois a Coimbra (SOUZA, 2011, p. 39-40). É o caso de Cláudio: por volta de 1745 e por intermédio do tio religioso, ele é enviado ao Rio de Janeiro para estudar no colégio da Companhia de Jesus, partindo para Coimbra cursar Cânones em 1749. Quanto à instrução de nível médio, o poeta afirmou, no texto autobiográfico que enviou à Academia Brasílica dos Renascidos, em 1759, ter cursado Filosofia com os padres jesuítas, o que provavelmente correspondia ao currículo de Humanidades.

⁶ A lista de Carrato ainda inclui diversos nomes de religiosos que administrariam bispados importantes em todo o mundo lusitano, além de Basílio da Gama, que, segundo ele, deve ter saído das Minas alfabetizado. Entre toda essa leva de primeiros letrados, a exceção mais aparente – ou seja, aquele que não vai a Portugal – é Antônio Francisco Lisboa, que seria conhecido, na maturidade, por Aleijadinho (CARRATO, 1968, p. 100).

⁷ Trata-se dos *Apontamentos para se unir ao catálogo de membros da Academia Brasílica dos Renascidos*, como sócio supranumerário, remetido no começo de novembro de 1759 a José Mascarenhas Pacheco Pereira de Melo, seu contemporâneo em Coimbra, que o convidara para a referida agremiação (SOUZA, 2011, p. 147). Para os *Apontamentos*, ver a cópia de Alberto Lamego em Carlos Eduardo M. de Moraes e Marcela V. da Silva (2014, p. 202).

A situação na Capitania de Minas começa a mudar em 1745, ano em que é fundado o bispado de Mariana. Embora Carrato (1968, p. 102) afirme que as famílias de elite já pedissem ao novo bispo, Frei Manuel da Cruz, por uma escola para educar seus filhos, a vontade da Igreja deve ter colaborado, já que estava empenhada em sua missão catequética e pedagógica pelo menos desde o século XVI, por meio da congregação inaciana. Tal interesse teria se traduzido na ação do papa Bento XIV, promotor de academias científicas e de reforma na Universidade de Roma a partir dos anos 1740. Em bula enviada ao bispo de Mariana recém-nomeado, o papa recomendou que criasse um Seminário nas Minas, indicação que também é dada ao bispo de São Paulo, D. Bernardo Rodrigues Nogueira. No caso de Mariana, o bispo cria o Seminário de Estudos de Gramática e Moral em 1748, dedicado aos estudos inferiores e médios, além da formação religiosa. O colégio seguia as diretrizes do *Ratio Studiorum*, oferecendo disciplinas de gramática, filosofia e teologia moral (esta, para os futuros padres), e teve entre seus primeiros alunos o mineiro Manuel Inácio da Silva Alvarenga, “mulato típico da época” (CARRATO, 1968, p. 107), o que indica a abertura do Seminário mariano para alunos não brancos. Não obstante, é interessante notar a observação de José Carrato de que os estatutos do Seminário só foram estabelecidos em 1760, um ano depois da expulsão dos jesuítas do Reino português, adequando o currículo às reformas do Marquês de Pombal. Ainda assim, o colégio preservou o dia de S. Inácio de Loyola como feriado, porque “o primeiro bispo de Mariana foi muito devotado aos jesuítas, mesmo após sua expulsão” (CARRATO, 1968, p. 108), de modo que se preservava, mesmo que indiretamente e à revelia da Coroa, a influência jesuítica naquele importante Seminário mineiro.

3.4 Problemas da educação jesuítica

A suposição no entorno da questão do ensino público patrocinado pelo Rei, da qual tratamos anteriormente, pode ser acentuada pelo fato de que a administração jesuítica sobre os colégios – que, afinal, eram seus e seguiam suas próprias regras – acabava por selecionar os alunos de forma particular, recusando a presença de uns e aceitando a matrícula de outros (PAIVA, 2015, P. 207). Ou seja: ao mesmo tempo em que a sala de aula se convertia em simulacro de uma pequena sociedade – cabe ressaltar, competitiva –, na vida prática os padres segregavam determinados grupos étnicos e sociais do acesso à escolarização.

Os alicerces dessa disparidade estão sobre o próprio sistema colonial de exploração escravocrata, que alcançou primeiro os índios e depois os negros. Para os primeiros, talvez

porque os padres estavam interessados em angariar mais fiéis para a Igreja desde a chegada à Colônia, a Congregação de Loyola viu a escravização como uma forma de crueldade, expondo impasses entre a civilização cristã europeia e a realidade econômica dos cristãos portugueses (ROSÁRIO; MELO, 2015, p. 382). Tal oposição não acontece em relação aos negros africanos, que começaram a chegar ao Brasil pouco antes dos padres inacianos, para quem a escravidão é autorizada e a existência diante de Deus ignorada. Isso se explica, conforme Wilson Paiva (2015, p. 221), porque a bula *Sublimis Deus*, de 1537, editada pelo papa Paulo III, dividia os povos não europeus entre homens e “coisas”, “animais”, seres sem alma, contexto em que apenas o primeiro caso poderia receber a atenção da Igreja por meio da evangelização. Os indígenas se enquadravam na esfera humana; já os negros, como propriedades privadas dos senhores europeus, eram coisificados, portanto distanciados do evangelho e da possibilidade de escolarização.⁸

Outro problema para a Companhia aparece na imperatividade com que cobrava a disciplina. Wilson Paiva (2015, p. 205) argumenta que a estrutura quase militar da organização escolar era subsidiária da formação de Ignácio de Loyola, fundador da Companhia e seu líder espiritual. Loyola, que fora militar antes de seguir a carreira eclesiástica, conduzia o apostolado educativo como uma guerra santa, de modo que sua congregação seguia regras e hierarquias bem definidas, e os grupos escolares eram divididos em uma lógica miliciana, na medida em que os estudantes eram colocados, pela emulação, a cuidar e delatar uns aos outros. Dessa vigilância, aliás, nem os professores passavam impunes: de acordo com o *Ratio*, a cada quinze dias o Prefeito de Estudos devia visitar (leia-se: assistir) a aula de cada professor, ler seus apontamentos, acompanhar os trabalhos dados aos estudantes (FRANCA, 2019, p. 108). Essas atitudes reafirmavam o ambiente pouco propenso a pensamentos dissidentes à Companhia, embora algumas liberdades fossem mantidas, como acontece com Antônio Vieira no Brasil. Wilson Paiva observa que

a regra era clara: professores “que forem inclinados a novidades ou demasiado livres nas suas opiniões deverão, sem hesitações, ser afastados do magistério” (FRANCA, 1952, p. 123). A luta do padre Antônio Vieira (1608-1697) em defesa da liberdade dos índios é uma das notórias “opiniões livres”, mas que não contradizia as concepções filosóficas da Companhia e sim a prática escravista dos colonizadores. (PAIVA, 2015, p. 212).

Ou seja, Vieira era alinhado às ideias jesuítas que por sua vez compartilhavam das orientações do clero católico como um todo; no que diz respeito aos povos indígenas, vale como

⁸ Não se pode olvidar, contudo, que ao chegar à colônia brasileira, os negros africanos escravizados eram compulsoriamente batizados nos ritos da Igreja Católica.

exemplo a obediência à bula *Sublimis Deus*. Nesse ínterim, por mais que a intuição jesuítica se dissesse inclinada à “formação do homem perfeito, do bom cristão” (FRANCA, 2019, p. 43), as condições organizacionais e seletivas da Companhia de Jesus ratificavam a imposição cultural na América portuguesa. Isso só acontecia porque o Estado, muito antes de pagar a conta dos inacianos, também tinha interesse sobre a exploração e sobre o controle do povo, de modo que avaliza a prática pedagógica jesuíta por cerca de dois séculos. A situação só começa a mudar na metade do século XVIII, quando a amizade entre a Coroa e a Companhia arrefece e entra em cena a figura de Sebastião José de Carvalho e Melo, então Conde de Oeiras e futuro Marquês de Pombal.

3.5 A crise e o degredo da Companhia de Jesus

Por volta de 1750, a Companhia de Ignácio de Loyola tinha mais de 500 colégios e seminários espalhados pela Europa, e mais de 160 nas colônias ultramarinas (FRANCA, 2019, p. 26). Desses números expressivos, Portugal contava, em 1759, com 34 colégios e 17 residências inacianas, além de 25 residências e 17 colégios e seminários no Brasil (GUIMARÃES, 2014, p. 176), sem contar as missões e as escolas de primeiras letras. Em uma conta aproximada, portanto, pode-se supor que cerca de 14% das instituições da Companhia de Jesus funcionavam no Reino português, demonstrando os bons frutos da parceria que começou ainda no século XVI.

Se o bônus dessa colaboração era o aumento de fiéis e o controle sobre a população, a situação da Igreja parece mais favorável que a da Coroa. Os padres mantinham o contato direto com as populações pela instrução e pela religiosidade, tinham posses (como o número de residências e colégios comprova), administravam comércios excedentes e não precisavam se preocupar com o dízimo, que era recolhido pela administração Régia; caso faltasse, o Rei ainda mantinha o funcionamento da Companhia. Todavia, algumas situações começaram a estremecer essas relações. Wilson Paiva menciona que a separação étnica dos estudantes pelos jesuítas incomodava a Coroa, que patrocinava desde a edificação dos colégios e seminários até o seu sustento, e, portanto, afirmava que a escola devia ser pública. Do outro lado, o argumento defendia a propriedade: “os jesuítas afirmavam o seu caráter particular, pois a ajuda da Coroa se destinava à conversão dos índios e nada a tinha a ver com os cursos de humanidades” (PAIVA, 2015, p. 206).

Para além da questão imediata à privacidade ou publicidade da educação, outros fatores externos à Coroa e aos jesuítas colaboraram para gestar a expulsão da Companhia de Jesus de todo o Reino português, em 1759. O principal deles está ligado às ideias novas que circulavam pela Europa, principalmente na França e na Inglaterra, onde a igualdade dos homens entre si (brancos, diga-se de passagem) e sua liberdade em relação à monarquia começavam a ser postas na ordem do dia do pensamento filosófico. No caso português, a discussão foi mais lenta, e as atualizações em relação aos novos desafios do século XVIII só começaram a ser colocadas em prática quando Sebastião José de Carvalho e Melo⁹, então Ministro dos Assuntos Exteriores e da Guerra, assume o cargo de Secretário de Estado dos Negócios do Reino, em 1756, cargo equivalente ao de primeiro-ministro, na esteira do sucesso de suas ações na reconstrução de Lisboa depois do terremoto de 1755. No que diz respeito aos jesuítas, a relação começa a esfriar quando o poder Régio se descontenta com a forma como o ensino era conduzido, julgado, então, atrasado e insatisfatório. Banha de Andrade observa que um dos motores do pensamento antijesuítico se alocava no plano intelectual, do qual a formação instrucional era tributária, pois os inicianos “não fizeram nenhum Cícero, nem Horácio, nem Virgílio”, nem Camões, (ANDRADE, 1984, p. 862) – ou seja, deixaram Portugal (e a língua portuguesa) muito distantes do brilho que possuía no passado. José Carrato segue a mesma direção de Banha de Andrade, afirmando que D. José I, Rei de Portugal, via com maus olhos a relação de vassalagem que os jesuítas impunham aos estudantes, impedindo-os de ter contato com os conhecimentos mais avançados de gramática, retórica e ciências. Em última instância, o que os jesuítas praticavam não era pedagogia, mas “obscurantismo autoritário”¹⁰ (CARRATO, 1968, p. 129).

Para engrossar o caldo, havia o fato incontestável da expansão da Companhia de Jesus sobre as colônias, especialmente no Brasil, chegando a muitos territórios do interior do país antes da administração Real. Mais que isso, havia a já afirmada extensão de posses dos jesuítas, donos dos colégios e de muitas riquezas, para além do patrocínio que vinha do Rei. A situação dos inicianos parece até mesmo confortável se pensarmos que dentro de seus limites operavam com estatuto próprio, baseado na ordem e na hierarquia ditada pelo *Ratio Studiorum*. Assim, não seria falso engano concordar com Maria José Rosário e Clarice Melo, para

⁹ Sebastião de Carvalho e Melo só passaria a ter títulos nobiliárquicos em 1759, quando o rei o nomeou Conde de Oeiras. Dez anos depois, recebeu o título pelo qual passou a ser conhecido na história – Marquês de Pombal (BOTO, 2010, p. 284).

¹⁰ Cabe pontuar, contudo, que nem todas as ações que bloqueavam o avanço do conhecimento, pelo menos no caso do Brasil, resultavam da ação jesuítica. Wilson Paiva observa, com lucidez, que “as ações mais obscuras foram de iniciativa da Coroa, como exemplo, a proibição da imprensa nas terras brasileiras, em 1720, feita pela metrópole” (PAIVA, 2015, p. 213), que só teria fim com a mudança da família real ao Brasil em 1808, fugindo de Napoleão Bonaparte.

quem, em 1759, “a Companhia de Jesus já se transformara em um verdadeiro Estado dentro do Estado português” (ROSÁRIO; MELO, 2015, p. 388).

Completando a lista, havia a influência política dos jesuítas, como resultado de sua infiltração na aparelhagem do governo. De acordo com Adriana Guimarães, os inicianos “eram os confessores do rei e de toda a família real e eram igualmente mentores de toda a gente nobre” (2014, p. 174). Diante dos vários fatores elencados, a Companhia começa a ser desintegrada do Reino português por ação de seu Secretário de Estado. O prenúncio da expulsão começou ainda em 1758, quando as missões jesuíticas no Grão-Pará foram secularizadas e os padres expulsos da região (CARRATO, 1968, p. 128). Depois disso, os jesuítas levam a culpa pelo atentado contra o Rei ocorrido em 3 de setembro do mesmo ano, sendo julgados culpados pelo crime de lesa-majestade em 12 de janeiro no ano seguinte (CARRATO, 1968, p. 378). A expulsão dos jesuítas de Portugal e de todas as suas colônias, com o confisco de seus bens, se deu em 28 de junho de 1759, dando fim ao ciclo de pedagogia e catequese luso-jesuítica iniciado no século XVI.

3.6 As Luzes e o reformismo de Pombal

Antes de ser nomeado Ministro dos Assuntos Exteriores e da Guerra, em 1750, Sebastião José de Carvalho e Melo exerceu carreira diplomática na Áustria e na Inglaterra, onde deve ter mantido contato com novas ideias e exemplos de modernização que, a partir de 1756, como Secretário de Estado, tentaria colocar em prática em Portugal. A empreitada, no entanto, não seria tão simples, pois necessariamente atravessaria questões de ordem filosófica, econômica e prática. Para o primeiro caso, o principal obstáculo se encontrava no aparelhamento do ensino por parte da Companhia de Jesus, balizada pela política da Contrarreforma. Isso resultava numa tradição filosófica convencionalizada como aristotelismo conimbricense, que, oriundo e praticado no principal centro de ensino superior lusitano, seguia a Aristóteles e tentava “conciliar a teologia tomista e a exigência humanística do livre-arbítrio da vontade humana” (GUIMARÃES, 2014, p. 173). Diante do avanço da ciência que o desenvolvimento do pensamento filosófico e ilustrado facultava nos meados do século XVIII, a consciência da “inércia científica” de Portugal em relação a outros países europeus provocou o Secretário de Estado a agir, avalizado economicamente pela burguesia ascendente, “apoiado na centralização absolutista do poder, na separação em relação à Igreja (expulsão dos jesuítas), e na criação de

grandes monopólios capitalistas, que colocou nas mãos da alta burguesia” (GUIMARÃES, 2014, p. 174).

Conforme as observações de Ana Rita Leitão (2020), a experiência de Pombal na Áustria deve ter sido especialmente profícua para as futuras reformas de ensino que seriam propostas a partir de 1759. Sebastião de Carvalho e Melo possivelmente presenciou senão a implementação, pelo menos as discussões em torno das escolas populares e de artes e ofícios, sob o reinado da Imperatriz Maria Teresa, que por sua vez apoiava a criação de academias de letras e ciências, e em cuja corte “se evidenciara, precisamente, uma reestruturação do aparelho administrativo e do ensino, o que respondia, por seu turno, aos desafios do Iluminismo esclarecido europeu” (LEITÃO, 2020, p. 82). Maria Teresa foi contemporânea de Frederico II da Prússia, que dava continuidade à implementação do ensino obrigatório de primeiras letras para meninos entre 5 e 14 anos, movimento iniciado em 1716 com Frederico I. Na Prússia, Frederico II também propunha escolas para a formação de professores, enquanto Maria Teresa, na Áustria, avalizava e regulamentava a produção de manuais escolares. Combatendo o “avanço de heresias e [...] [o] aumento de uma progressiva onda de descrença em certas paróquias” (LEITÃO, 2020, p. 78), a partir de 1769 a Imperatriz austríaca abria as portas das escolas para camadas sociais mais diversas, ao passo que colocava sobre o Conselho de Estado a responsabilidade pela administração educacional. Dez anos depois da primeira reforma pombalina, talvez o exemplo, dessa vez, tenha sido inverso, baseando-se a Imperatriz na proposta do Alvará português de 1759, documento que se discutirá logo adiante.

É pertinente observar, à medida que Pombal se espelha na experiência de outras monarquias europeias, que a dimensão iluminista do reformismo português não assume o mesmo tom emancipatório proposto pelos franceses, levado às últimas instâncias na Revolução de 1789, mas se aproxima do iluminismo despótico praticado tanto na Áustria, como na Prússia. Assim, as Luzes em Portugal, a partir das reformas, devem combater os privilégios da nobreza e do clero – quando representado pelos jesuítas –, enquanto a educação fica parcialmente secularizada: administrada pelo Estado, mas, em alguma medida, seguindo o exemplo da Congregação do Oratório. A serviço da Coroa, a escola proposta por Pombal ecoa o esclarecimento despótico de Áustria e Prússia, sobretudo na função de fiscalizar o ensino, muito antes – ou, possivelmente, na contramão – de emancipar o cidadão por meio da racionalidade. Com efeito,

o modelo de ensino arquitetado para ambos os reinos tinha como ponto comum o atendimento das necessidades do Estado quanto à formação de consensos. Nesse sentido, os principais valores veiculados pela escolarização – especialmente a primá-

ria – seriam diligência, obediência, sentimento de dever e presteza na interiorização de regras. Tratava-se – pode-se dizer – de um modelo voltado para a formação de súditos esclarecidos; mas não de cidadãos. (BOTO, 2010, p. 283)

Uma vez expulsa a Companhia de Jesus, a escola portuguesa passou a refletir esses preceitos na medida em que propôs secularizar e centralizar – pelo menos em tese – a administração do ensino, reconhecendo a docência, ao mesmo tempo, como ofício profissional (BOTO, 2010, p. 294).

Como diplomata, a experiência de Sebastião José de Carvalho e Melo também o colocou em contato com comunidades de portugueses expatriados, exilados ou afastados pela inquisição, geralmente dedicados ao pensamento iluminista que se espalhava pela Europa (MAXWELL, 1996, p. 10, apud BOTO, 2010, p. 292). Da experiência que Pombal teve na Inglaterra, Carlota Boto (1996, 2010) salienta a influência de D. Luís da Cunha, Luís Antônio Verney e António Nunes Ribeiro Sanches que, uma vez expatriados e cientes do progresso científico e racionalista em outros reinos na Europa, voltavam seus olhos para Portugal de forma crítica. Do primeiro, D. Luís da Cunha, que também fora diplomata e desembargador do Tribunal da Relação de Lisboa, Boto (1996) considera que Pombal deve ter prestado atenção ao seu *Testamento político* (1747-1749) e às estratégias que seu autor apresenta para aumentar a população portuguesa, situação vista como problemática na primeira metade do século XVIII. Para Cunha, uma solução pertinente seria diminuir o número de religiosos, nomeadamente da Companhia de Jesus, e aumentar a quantidade de matrimônios (BOTO, 1996, p. 172).

Quanto a Luís Antônio Verney, a principal contribuição diz respeito ao *Verdadeiro método de estudar*, de 1746. Crítico dos inicianos, Verney sugeriu secularizar os tribunais da inquisição por parte da Coroa, abolindo os autos de fé e aumentando a possibilidade de defesa dos réus. Além disso, Verney propôs que a Coroa assumisse a fiscalização sobre a censura dos livros, também comandada pela Igreja (BOTO, 1996, p. 177-178). Quanto à pedagogia, o pensador propôs um método que formasse os portugueses “para a pátria e para a religião” (BOTO, 1996, p. 178), valorizando a língua nacional e o aprendizado da retórica e abolindo as punições físicas, em contraponto imediato com a pedagogia jesuítica.

De Ribeiro Sanches, por sua vez, a maior influência teria vindo das *Cartas sobre a educação da mocidade*, de 1760. Boto (1996) supõe que Pombal tenha tido acesso aos originais antes de sua publicação, mesmo que a obra tenha sido concluída em dezembro de 1759, meses depois do Alvará que reformava o ensino no Reino português. A hipótese dessa última

influência se deve, fundamentalmente, à crítica ao controle da Companhia de Jesus sobre a educação e à proposta de Sanches para organizar uma rede estatal de escolas.

A metodologia da reforma baseou-se não na racionalização secular, mas em outra experiência pedagógico-religiosa, representada pela Congregação do Oratório. Desde que chegam a Portugal, em meados do século XVII, os oratorianos tomam para si a crítica sobre os jesuítas e o *Ratio Studiorum*. Em 1750, mais próximos da Coroa e da nobreza, ganham propriedades doadas pelo Rei e abrem um colégio na Casa e Hospício de Nossa Senhora das Necessidades, em Lisboa, recebendo grande aceitação por parte da corte de D. José I. A instituição recém-inaugurada estava a par das novidades: tomava por base o *Verdadeiro método de estudar*, de Verney, e incluía no curso de primeiras letras, além do latim, a retórica, a filosofia e as ciências naturais. A abertura aos oratorianos chega também a outras esferas sociais, pois seus padres participam em peso das academias da corte, como a Academia Real de História, tipo de agremiação favorecida pelas ideias do novo século (CARRATO, 1968, p. 125-126).

Ao fim e ao cabo, a experiência de Pombal e sua estratégia reformista combinaram-se com as disposições sociais e estatais que possibilitaram a expulsão dos jesuítas de Portugal e suas colônias. Esse esforço, porém, só teve sucesso porque a burguesia mercantil se interessava pelo acesso à escolarização (BOTO, 1996, p. 183), mesmo que a reforma de ensino, de caráter progressista em meio às Luzes portuguesas, não representasse laicidade ou emancipação, mas centralização e secularização despótica.

3.7 A primeira reforma pombalina: os estudos secundários

A cópia do Alvará de 28 de junho de 1759 que expulsava a Companhia de Jesus de Portugal e seus domínios faz saber que o documento, lavrado por Joaquim José Borralho, teve visto e concordância do rei, D. José I, e do Conde de Oeiras. Embora apareça depois do documento em si, o resumo informa que o alvará tinha também como função “por bem reparar os Estudos das Linguas Latina, Grega, e Hebraica, e da Arte da Rethorica, da ruina a que estavam reduzidos”. A culpa disso, como se sabe, recaía sobre os jesuítas, de modo que a atenção do rei acaba por restituir a tais estudos “aquelle antecedente lustre, que fez os Portuguezes tão conhecidos na Republica das Letras, antes que os Religiosos Jefuiticos se intrometeffem a enffinalos” (PORTUGAL, 1759a, p. 9-10). Sintomaticamente, a reforma ora proposta buscava suplantar a educação inaciana, ao mesmo tempo em que, pelo menos na parte documental, a

Coroa se distancia da confiança que, como instituição, havia atribuído aos jesuítas no campo intelectual.

O rei, de fato, é enfático em relação a esse problema já no início do alvará, acusando a Companhia de Jesus de obscurantismo e inflexibilidade diante do avanço científico. Isso não significava, contudo, racionalidade laica, uma vez que desde o princípio a norma real deixa ciência e religiosidade lado a lado: “da cultura das Sciencias depende a felicidade das Monarquias, conservando-se por meio delas a Religião, e a Justiça na sua pureza, e igualdade” (PORTUGAL, 1759a, p. 1). Diante disso, urgia a necessidade de reformar o ensino e tirá-lo do marasmo em que se encontrava. Afinal, “sendo o estudo das Letras Humanas a base de todas as Sciencias, se vê nestes Reinos extraordinariamente decahido daquelle auge, em que se achavaõ quando as Aulas se confiaraõ aos Religiofos Jefuitas” (PORTUGAL, 1759a, p. 1). O método jesuítico, visto como fastidioso, impedia que os estudantes se comunicassem com clareza no Latim ou no Grego; diante da necessidade de reconhecer o problema e solucioná-lo, deixando os estudantes a par dos “Homens de todas as Naçoens civilizadas”, os jesuítas preferiram insistir em sua metodologia. Assim, os religiosos acabaram levando a culpa não apenas pelo atraso ou pela decadência de Portugal diante da Europa, mas também receberam, indiretamente, a alcunha de traidores:

os mefmos Religiofos pertenderaõ allucinar os meus Vaffalos, diftrahindo-os, na fobredita fórma, do progresso das fuas applicaçoens, para que, criando-os, e prolongando-os na ignorancia, lhes conservaífem huma subordinaçãõ, e dependencia taõ injuftas, como perniciofas. (PORTUGAL, 1759a, p. 1-2).

Diante disso, não bastaria apenas expulsá-los do Reino, tomar suas propriedades e fechar suas escolas e seminários: era preciso puni-los com o esquecimento, “abolindo até a memoria das mefmas Claífes, e Efcolas, como se nunca houveífem exiftido nos meus Reinos, e Dominios, onde tem caufado taõ enormes lefoens, e taõ graves efcandalos” (PORTUGAL, 1759a, p. 3).

A primeira providência no âmbito da reforma de ensino seria criar a Direção Geral dos Estudos, para a qual foi nomeado, em 6 de julho de 1759, D. Tomás de Almeida, Principal da Igreja Metropolitana de Lisboa (ANDRADE, 1978, p. 5). Ao Diretor dos Estudos cabia a administração de toda a instrução no reino, reportando ao rei anualmente quanto à situação do ensino. Fazia parte de suas tarefas a de selecionar, nomear e supervisionar os professores inclusive em matéria de obediência às *Instruções*, conjunto de regramentos publicados na esteira do alvará de expulsão, também em 1759, advertindo e corrigindo os malfeitores – um com-

portamento que, pelo menos na norma, em muito lembra o papel do Prefeito de Estudos dos colégios inacianos. Em caso de reincidência por parte de algum docente, deveria encaminhar o caso à Coroa, que o puniria com a demissão e outra pena competente ao caso.

No que diz respeito aos professores de Gramática, Grego e Retórica, o rei ordenava no mesmo alvará que fossem abertas classes em toda a corte, espalhadas pelos distintos bairros de Lisboa, além das vilas e províncias do Reino – em nenhum momento, porém, fala-se no ordenamento de classes e professores no Ultramar. Obedientes às normas e ao Diretor Geral dos Estudos, aos docentes facultava-lhes, conforme o item 12 do alvará, o gozo dos privilégios da nobreza, pelo menos no que diz respeito à Lei real (PORTUGAL, 1759a, p. 6).

Outro ponto importante do alvará trata dos materiais didáticos que poderiam ser utilizados pelos professores de Gramática, que traduzem a metodologia a ser empregada dali em diante. Recomendava-se o *Novo Methodo da Grammatica Latina*, por meio do *Compendio para ufo das Escolas da Congregação do Oratorio*, de autoria de Antonio Pereira, ou *Arte da Grammatica Latina*, de António Félix Mendes; por outro lado, proibia-se o uso da *Arte* de Manuel Álvares, adotada anteriormente pelos jesuítas (PORTUGAL, 1759a, p. 5). Aos professores de Grego e Retórica não são indicados materiais a serem adotados, embora se saiba que orientações específicas são colocadas nas *Instrucções* (PORTUGAL, 1759b), documento mais completo e de cunho pedagógico destinado aos mestres.

Não menos importante que as observações anteriores, o alvará indica que aos estudantes destacados em Grego e Retórica, após um ano de estudos e bem avaliados por seus mestres, facultava-lhes o acesso à Universidade de Coimbra, dando-lhes preferência entre os candidatos às faculdades de Teologia, Cânones, Leis e Medicina. No caso de Retórica, especialmente, a normativa real indicava que os alunos deveriam prestar exame na própria Universidade, comprovando conhecimento neste importante campo do saber (PORTUGAL, 1759a, p. 7-8).

As *Instrucções* (PORTUGAL, 1759b), mandadas imprimir na sequência do alvará, complementavam esse documento e expandiam as recomendações aos professores, especialmente no que diz respeito aos materiais a serem adotados. Antes disso, porém, na abertura de cada seção – dedicadas aos professores de cada uma das classes de Gramática Latina, Grego, Hebraico e Retórica –, tem-se um breve discurso realçando a importância do estudo de cada área, à medida que se reafirma o método a ser adotado. Para os docentes de Gramática, por exemplo, afirma-se a língua latina como “hum dos meios indispensaveis para se conservarem a uniaõ Christa, e a Sociedade Civil” (PORTUGAL, 1759b, p. 3), além de contribuir para a boa instrução dos jovens. O diferencial proposto para esse estudo, em comparação à educação

jesuítica, dava-se pelo intermédio da língua vernácula – ou seja, da língua portuguesa –, permitindo com brevidade, facilidade e clareza a compreensão do latim de modo a “naõ atormentar aos Eſtudentes com huma multidão de preceitos” (PORTUGAL, 1759b, p. 4), como, alega-se, faziam os inacianos.

Quanto ao estudo de Grego e Hebraico, a justificativa apresentada atravessa a religião e o enlaçamento com a Igreja Católica, porquanto se justificava, para o primeiro caso, as origens das Leis Romanas e da redação do Novo Testamento na língua grega, além de ter sido a Grécia o berço da filosofia, da eloquência, da poesia e da história (PORTUGAL, 1759b, p. 11). A língua hebraica, por sua vez, fica reservada à formação eclesiástica, de modo que nem o alvará, nem as *Instrucções* versam sobre orientações específicas quanto ao seu ensino (PORTUGAL, 1759b, p. 13). Ainda assim, sua presença no rol das disciplinas incluídas na reforma de ensino deixa bastante claro o vínculo religioso e, portanto, não laico dessa pedagogia proposta. Mesmo os professores, que viriam a ser seculares, deviam observar que os estudantes praticassem “a verdadeira Religião, [ao] inſtruillos nos Myſterios da Fé, e obrigarlos a que ſe confeſſem, e recebaõ o Sacramento da Euchariſtia inſallivamente em hum dia de cada mez” (PORTUGAL, 1759b, p. 9). Como se vê, apesar das reformas promissoras no que diz respeito à pedagogia, quando o assunto é religiosidade a proposta revela-se muito semelhante ao método jesuítico.

A disciplina dedicada à Retórica, finalmente, estendida à eloquência, é vista pela normativa como a mais útil entre as demais, pois ensina a falar e ler corretamente. Organizando o discurso, o pensamento e a oratória e capacitando o estudante à persuasão, “he pois a Rhetorica a Arte mais neceſſaria no comercio dos Homens, e não ſó no Pulpito, ou na Advocacia, como vulgarmente ſe imagina” (PORTUGAL, 1759b, p. 14). Diante disso, dá-se a entender que o estudo da Retórica deve ser posterior à Gramática Latina e ao Grego, sendo necessário o domínio do estudante sobre as línguas para exercitar-se em composição e em oratória.

De modo geral, as orientações constantes nas *Instrucções* (1759b) são acompanhadas por um argumento de autoridade anônimo, sempre que se tenta justificar a adoção de uma ou outra medida, ou, caso mais comum, orientar para a não adoção de exercícios ou práticas comuns aos jesuítas. Essa autoridade aparece textualmente como referência a homens “Doutos”, ou ainda “homens mais eruditos”, cujo conhecimento, supõe-se, é vasto sobre cada matéria. O único que parece se destacar e ser nomeado, no pano de fundo geral, é Quintiliano, por meio de suas *Instituições oratórias*. Todavia, no que concerne à organização pedagógica, podemos resumir as normas ditadas pelas *Instrucções* (1759b), tal como fizemos ao tratar da educação jesuítica.

Quadro 6 – Instruções aos professores de Gramática Latina, Grego e Retórica

<i>Instruções aos professores de Gramática Latina</i>	
Materiais didáticos indicado aos alunos	<p><i>Novo Methodo da Grammatica Latina</i>, por meio do <i>Compendio para ufo das Escolas da Congregação do Oratorio</i>, de autoria de Antonio Pereira, ou <i>Arte da Grammatica Latina</i>, de António Félix Mendes, para todos os níveis.</p> <p>Para o estudo da ortografia, obra composta por Luís Antônio Verney (não nominada).</p> <p>Professor deve selecionar um dicionário para os estudantes.</p> <p>Alunos mais avançados podem usar a <i>Minerva</i>, de Francisco Sanches.</p>
Materiais didáticos indicado aos professores	<p>Além dos livros usados pelos alunos, deve dispor das gramáticas de Vossio, Scioppio, Port-Royal.</p> <p>Para o estudo da ortografia, entre Cellario, Dausquio, Aldo Manucio e Schurtzfreischio.</p> <p>São obrigados a possuírem os dicionários de Faciolati e Basílio Fabro.</p> <p>Para exercícios orais em latim aos alunos avançados: Terêncio, Plauto, <i>Coleção dos diálogos</i>, de Luiz Vives, <i>Coleção das palavras familiares portuguesas e latinas</i>, de Antonio Pereira (oratoriano), <i>Exercícios da língua latina e portuguesa acerca de diversas coisas</i>, editado pela Congregação do Oratório.</p>
Idioma falado em aula	Não se recomenda o uso da língua latina, exceto em exercícios específicos. Deve-se usar a língua portuguesa, inclusive instruindo os estudantes em sua gramática, para cotejo com a latina.
Exercícios	<p>Aos principiantes, deve-se aplicar exercícios para reconhecer a estrutura gramática e aplicá-los a algum autor fácil e agradável.</p> <p>Composição, especialmente em poesia, destinada aos alunos avançados.</p> <p>Em aula, tomar versos de cor, que sirvam de exercício e instrução.</p> <p>Temas de casa mais fáceis a cada dois dias, sobre histórias breves ou assuntos úteis aos bons costumes.</p> <p>Aos alunos avançados no conhecimento da língua, diálogos ou história para repetir, em voz alta, em classe.</p>
Leituras para exercícios	<p>Estudantes devem ser instruídos a ler clara e naturalmente em latim.</p> <p>Aos principiantes, as <i>Histórias seletas</i> de Heuzet, e <i>Selecta Latini</i>, de Chompré, editada em 1752 para uso da mocidade cristã.</p> <p>Para os avançados, poetas latinos.</p>
Duração da aula	Três horas pela manhã e três horas à tarde, com folga às quartas-feiras, respeitando feriados religiosos.
Materiais proibidos	<i>Prosódia</i> , de Bento Pereira; <i>Arte</i> , de Manuel Álvares.
Orientações gerais	<p>Além de atentar aos sacramentos religiosos, instruir os estudantes no respeito aos superiores, eclesiásticos e seculares, além de reconhecer as máximas do Direito Natural e do Direito Divino.</p> <p>Professores não podem aceitar em suas classes os estudantes que deixaram classe de outro professor sem atestado de recomendação deste último.</p> <p>Caso adoença, o professor deve comunicar ao Diretor para que seja substituído, de modo que os estudos possam continuar.</p>
Castigos aos estu-	O professor deve comunicar o Diretor dos Estudos. Punições comuns:

dantes	correção ou inabilitação para seguir com os estudos.
<i>Instruções aos professores de Grego e Hebraico</i> ¹¹	
Materiais didáticos indicado aos alunos	<i>Epítome do Método de Port-Royal</i> , traduzido em português. Estudantes devem usar o <i>Dicionário Manual</i> , de Screvelio.
Materiais didáticos indicado aos professores	Devem possuir dicionários de Escápula, Ubbo Emio e João Meursio, e o <i>Tesouro</i> , de Carlos Estevão. Usam também o <i>Método</i> , de Port-Royal, e boas edições de Demóstenes, Xenofonte, Tucídides.
Exercícios	Primeiro deve-se ensinar o aluno a ler, para depois escrever. Depois que o aluno ler suficientemente, passa-se a estudar a gramática. Não se deve focar em composições, mas traduções do grego em latim e em português, exercitadas principalmente na meia hora habitual de leitura em cada aula.
Leituras para exercícios	Quando tiver domínio básico de gramática (conjugações, declinações), usam-se o Evangelho de São Lucas e os Atos dos Apóstolos, ou algum texto de Heródoto, Xenofonte ou diálogos de Luciano. Quando o aluno tiver domínio mais avançado, o professor pode propor que o aluno leia Homero.
Duração da aula	Duas horas pela manhã e duas horas à tarde. Destas, pelo menos meia hora para ler algum livro latino, como Cícero, Virgílio ou Tito Lívio.
Orientações gerais	Os materiais devem estar redigidos no original grego, sem traduções ao latim, para que os alunos não descuidem do estudo. A utilidade do estudo consiste na lição e conhecimento dos autores.
<i>Instruções aos professores de Retórica</i> ¹²	
Materiais didáticos indicado aos alunos	<i>Instituições oratórias</i> de Quintiliano, adaptadas por Rolim para uso escolar.
Materiais didáticos indicado aos professores	<i>Retórica</i> , de Aristóteles; <i>Obras retóricas de Cícero</i> , de Longino; além de obras de Vossio, Rolim e Frei Luiz de Granada. Para ensinar estilos de cartas, diálogos, história, obras didáticas etc., pode servir-se da <i>Fundamenta stylicultioris</i> , de Heinecio.
Exercícios	Estudo de autores por meio de composição em todos os gêneros, observando o uso que cada autor fez da retórica, com discernimento e gosto. Alunos devem ser levados a desenvolver o gosto e a observar as belezas e os defeitos, os bons discursos, as provas eficazes, os pensamentos verdadeiros e nobres, as figuras e os artifícios da composição. Deve-se ensinar aos estudantes as regras de eloquência para uso do púlpito, especialmente útil para aqueles que, depois, possam seguir carreira na advocacia. Exercícios de composição começam por narrações breves, em língua vulgar e em latim. Depois, estuda-se o elogio de grandes homens, seguido de discursos no gênero deliberativo e finalizando no gênero judicial. O professor deve instruir os alunos na poesia, sem, contudo, obrigá-los

¹¹ Como vimos, instruções específicas ao ensino do hebraico ficariam a cargo de congregações religiosas. Ainda assim, como a designação da disciplina aparece junto ao título da seção específica das *Instruções* (PORTUGAL, 1759b, p. 11), pode-se supor que as normativas mais genéricas dadas ao Grego deveriam ser seguidas por professores de Hebraico.

¹² Em comparação às demais classes, as orientações para a Retórica são mais voltadas ao conteúdo, aos objetivos e aos exercícios, que à ordem burocrática de funcionamento.

	a compor – exceto aqueles com gênio para fazê-lo. Para animar os estudantes, deve-se propor que façam atos públicos em que demonstrem o que têm aprendido sobre os autores que estudam.
Leituras para exercícios	Orações de Cícero, para compreender os três gêneros da escritura. De Tito Lívio, obras que tratem da origem e da antiguidade dos Romanos. Para estudar a poesia, lê-se Homero, Virgílio e Horácio, entre outros.
Orientações gerais	Alunos devem aprender a retórica para dela se servirem, e não para fazerem grandes atos.

Fonte: autoria nossa a partir de Portugal, 1759b, com atualização ortográfica.

Diante dessas informações, compete observar, em primeiro lugar, a vasta lista de obras recomendadas ao estudo particular do professor, de modo que se servisse da matéria para preparar a aula e, ao mesmo tempo, estudasse a disciplina em questão. O ensino pombalino, no entanto, não se restringia a essa lista, permitindo o uso de outras obras desde que autorizadas pela Coroa ou pela Direção Geral dos Estudos, o que se traduzia por meio do aval da censura estatal. No que diz respeito à metodologia, a exigência sobre os estudantes parece ser significativamente mais leve se comparada à educação jesuítica. Isso se nota na alternância de dias para a realização de determinadas tarefas ou exercícios, ou mesmo no relaxamento em relação à composição: no caso do Grego, deixada de lado em favor da tradução; no caso da Retórica, facultada no campo da poesia àqueles com predisposição e talento, não sendo compulsória aos demais estudantes.

Diferentemente da configuração escolar verificada no *Ratio Studiorum*, a reforma pombalina de 1759 não estabelece em nenhum de seus documentos oficiais uma divisão de ensino que levasse em conta o tempo do estudante em cada disciplina até completar o estudo secundário, embora seja possível supor que o domínio de Gramática Latina e Grego eram pré-requisitos para o estudo da Retórica. Mais que isso, como se observa no quadro anterior, questões de ordem organizacional, como a duração das aulas, parecem ser deixadas de lado à medida que se aproxima da Retórica. Isso provavelmente se deve ao fato de que a reforma em si não configura as disciplinas numa estrutura escolar, como antes se observava com os inicianos: a partir de 1759, o funcionamento do ensino se dava por meio das classes avulsas abertas em diferentes localidades, guiadas por professores em sua maioria seculares que eram selecionados pela Direção Geral dos Estudos e/ou seus Comissários nomeados para esse fim.

3.8 Efeitos práticos da primeira reforma pombalina

A tônica centralizadora ditada no Alvará e nas Instruções de 1759 incumbiam o Estado da administração educacional, pelo menos no âmbito jurídico. Afinal, se entre as ideias reformistas estava a modernização do ensino diante da decadência deixada pelos jesuítas, “havia que se pensar, pois, em uma razão de Estado que conduzisse à organização do sistema de ensino; até porque a intersecção mestre e discípulo deveria ser mediada, no âmbito da modernidade, pela prescrição da lei” (BOTO, 1996, p. 188).

Entretanto, a realidade enfrentada pela administração régia no mundo lusitano esbarra em problemas de ordem prática, tanto no que diz respeito aos recursos humanos para o ofício docente, quanto na própria administração, inspeção, financiamento e manutenção das classes (LEITÃO, 2020, p. 90). De acordo com José Carrato (1968, p. 129-130), a Coroa não sabia a quantidade de escolas e mestres que os jesuítas possuíam antes da expulsão, de modo que solicitou à recém-criada Direção Geral dos Estudos um recenseamento de cada vilarejo em todo o Império. Segundo o historiador, o estudo nunca foi realizado por completo, em virtude de que nem para isso se possuía pessoal suficientemente capacitado. Assim, o desconhecimento se traduziu em dificuldade prática e acabou por alavancar as diferenças e disparidades na distribuição de classes, concentrando as aulas de Retórica e Grego em grandes centros, como Lisboa e Coimbra, enquanto as vilas menores do Reino recebiam – *quando* recebiam – apenas classes de Gramática (BOTO, 1996, p. 184). Se é correta a hipótese em torno do interesse burguês pelo ensino como fator decisivo para a implementação da reforma pombalina, o que aliaria a formação secundária aos interesses das classes superiores, o efeito mais imediato da reforma de 1759 foi ampliar o acesso às primeiras letras por parte das camadas mais baixas da sociedade (BOTO, 1996, p. 189).

Carrato relata que logo após as primeiras instruções, de 1759, a Direção Geral de Estudos realizou concursos para recrutar mestres e distribuí-los na corte de D. José I conforme a demanda, mas, segundo ele, a falta de preparo tanto dos candidatos (que eram poucos) quanto da administração régia minou a tentativa, e a seleção não vingou. Para solucionar o problema, recorreu-se à Congregação do Oratório, aliada do espírito reformista no ensino (CARRATO, 1968, p. 131). A primeira etapa da reforma pombalina seria ainda completada em 3 de março de 1761, quando foi criado o Real Colégio dos Nobres, marcado pela introdução das ciências no currículo de Humanidades, correspondente ao ensino secundário tal como na época dos jesuítas. Havia diversidade no ensino do Real Colégio: além do latim, estudavam-se como línguas estrangeiras o francês, o italiano e o inglês; ampliando o estudo científico, de acordo

com as demandas da época, passou-se a ensinar matemática, astronomia, física, geometria, cálculo, ótica, náutica, arquitetura militar e civil e desenho. Em outubro do mesmo ano o Reitor da Universidade de Coimbra (que também já era administrada por oratorianos) é notificado por Pombal das mudanças, para que estivesse ciente, também, de outra exigência já praticada, mas agora formalizada – aceitar somente alunos que tivessem concluído o estudo de Humanidades (CARRATO, 1968, p. 137-138).

Depois desses eventos o reformismo pombalino estaciona. Talvez porque estivessem à espera dos relatórios encomendados a fim de verificar a situação das escolas a serem repostas, ou, ideia mais provável, porque tivessem ciência de que a empresa era praticamente impossível, o que impelia a inércia governamental. A situação volta a ser assunto em 1768, quando o Secretário Sebastião José de Carvalho e Melo unifica o sistema censório português, criando a Real Mesa Censória¹³. Quatro anos depois, a Direção Geral dos Estudos seria absorvida pela Real Mesa Censória, que a seu turno prepara a lei que oficializa, em 6 de novembro de 1772, as regras para a instrução do ensino primário em todo o Império, além da reforma da Universidade de Coimbra. Também chamada de reforma dos estudos maiores, aquela praticada em 1772 encerraria um ciclo de desdobramento em torno da legislação educacional, de modo que, para Carlota Boto (2010), possa-se falar não em duas reformas de ensino, mas em dois momentos de uma mesma reforma, entre 1759 e 1772.

Os desdobramentos recém-observados, porém, diziam respeito à Corte metropolitana de D. José I. Relativamente à Colônia brasileira, pode-se afirmar que o período subsequente a 1759 é de majoritário obscurantismo no campo educacional. Afinal, se com os jesuítas as condições de ensino já eram limitadas, sua expulsão causa verdadeiro apagão no sistema de ensino colonial. A exceção, para Carrato, é dada às famílias que tinham seus padres-mestres, ou ainda aos poucos franciscanos, carmelitas e beneditinos que proviam algum tipo de ensino, muito precarizado, distribuídos nas capitais das capitanias (CARRATO, 1968, p. 147). Mais incisivo, nesse contexto, é Fernando de Azevedo: “o que sofreu o Brasil não foi uma reforma de ensino, mas a destruição pura e simples de todo o sistema colonial de ensino jesuítico” (1971, p. 314)¹⁴.

Banha de Andrade (1984, p. 828-833) informa que os primeiros docentes contratados pela Coroa e enviados ao Brasil chegam em 1760 – apenas três professores, conforme o pes-

¹³ A Imprensa Régia, em Lisboa, é fundada no mesmo ano (1768).

¹⁴ Estima-se que até 1760 mais de cinco mil religiosos da Companhia de Jesus deixaram o Brasil (ANDRADE, 1984, p. 789), transportados presos para Portugal, com seus bens confiscados, livros e manuscritos destruídos (AZEVEDO, 1971, p. 257). Deixaram para trás 25 residências, 36 missões, dezessete colégios e seminários, sem contar os seminários menores e os colégios de primeiras letras espalhados pelas capitanias (CARRATO, 1968, p. 147).

quisador, e possivelmente os mesmos identificados por José Carrato, destinados às capitanias do Grão-Pará e de Pernambuco (CARRATO, 1968, p. 151). Não são suficientes para a demanda, de modo que a tentativa do governo local se assemelha àquela realizada no Reino, que buscava letrados locais ou religiosos de outras congregações para tentar suprir a falta dos jesuítas. Além dos três mestres, Banha de Andrade registra, entre 1759 e 1760, o envio de alguns exemplares de livros ao Brasil, destinados à instrução básica. Os títulos correspondem àqueles orientados nas *Instruções* (1759b) para o ensino de Gramática Latina: em 1759, seiscentos exemplares da *Sellecta latini*, de Chompré, impressos em Paris, foram distribuídos entre as capitanias da Bahia, do Rio de Janeiro e de Pernambuco. No ano seguinte, Maranhão e Grão-Pará receberam cem exemplares cada da *Sellecta*, e o Rio de Janeiro recebeu cem exemplares de obras de Tito Lívio e Cícero, enquanto as *Instruções* eram distribuídas, ao número de duzentos exemplares para cada, entre as capitanias do Rio de Janeiro, de Pernambuco, do Grão-Pará e do Maranhão (ANDRADE, 1984, p. 268-273). Como se pode observar, não são muitos os livros, assim como são poucas as capitanias que os recebem, sem nenhuma menção às Minas, por exemplo.

Surpreende, no entanto, a quantidade de cópias distribuídas em quatro capitanias das *Instruções*, totalizando oitocentos volumes. É possível que esse seja um reflexo de um esforço do governo Real – talvez o único – no sentido de encontrar professores para a Colônia. Diante da carência generalizada de docentes, a Coroa tenta suprir a demanda com o recrutamento do clero de outras ordens, além dos capelães de propriedades privadas, no intuito de manter funcionando os colégios nas principais cidades da Colônia (LEITÃO, 2020, p. 76). Obviamente esse trabalho não supre a necessidade, além do fato de que a administração Régia não dispunha de recursos ou de organização suficiente para manter as escolas, preocupada que estava com a organização modelar do ensino na Corte (CARRATO, 1968, p. 148). Nas Minas, onde a situação poderia ser diferente por meio do Seminário de Mariana, cujos Estatutos foram implementados em 1760, a situação também esmorece porque o bispo D. Frei Manuel da Cruz morre em 1764. José Ferreira Carrato informa que o bispado como um todo entra num período de confusão, administrado por “procuradores” por longos dezesseis anos – só em 1780 chega o segundo bispo de Mariana, D. Frei Domingos da Encarnação Pontével (CARRATO, 1968, p. 58). Diante da expulsão dos jesuítas, de quem o primeiro bispo era próximo, a situação do Seminário fica abalada. A morte do prelado resulta determinante para a decadência da instituição, em vista de que nem sequer havia uma administração capaz de liderar as transformações e adaptações necessárias.

Nessa região, Carrato informa que foram abertas pelo menos três escolas nos anos seguintes a 1760. São elas o Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas, na Freguesia de Roça Grande, Santa Luzia; a Casa de Oração do Vale das Lágrimas, no Arraial de São João da Chapada, Minas Novas (que pertencia ao Arcebispado da Bahia), e o Colégio dos Padres Osórios, no Sumidouro (CARRATO, 1968, p. 116). Importa perceber, em relação a essas três instituições, dois fatores de destaque: primeiro, que o ensino mineiro continua dependente da Igreja, apesar de extremamente reduzido depois da expulsão dos jesuítas. Segundo, que tanto o Recolhimento quanto a Casa de Oração são dedicados à instrução feminina (CARRATO, 1968, p. 116), seja como monastério ou centro de educação básica e secundária.

Há também os tios-padres, mestres-capelães, tradição antiga nas famílias mineiras, que dão as primeiras letras à maioria dos meninos (CARRATO, 1968, p. 170), como foi o caso de Cláudio Manuel da Costa na primeira metade do século XVIII. No período entre a expulsão da Companhia de Jesus e a lei do subsídio literário, que fomenta brevemente o aumento de classes secundárias e que foi implantado na segunda reforma pombalina, essa seria, com raras exceções, a única forma de permitir que os meninos chegassem às aulas régias, a partir dos anos 1770, com melhores condições de aproveitar a preparação para o ensino superior, geralmente realizado em Coimbra. À míngua ficam os pouquíssimos professores que, como todo o ensino colonial, fica à deriva por longos treze anos, desde a expulsão da Companhia de Jesus. É só em 1772 que a Coroa volta o canto do olho ao Brasil, na tentativa de organizar a instrução pública para a qual não aparentava ter talento, muito menos interesse genuíno.

4 A REFORMA E OS LIVROS DE ENSINO

O contexto imediatamente posterior à reforma de ensino de 1759, promovida por Sebastião José de Carvalho e Melo, colocou nas mãos da Coroa a administração do ensino secundário, como vimos no capítulo anterior, por meio da Direção Geral dos Estudos – que seria, não muito tempo depois, absorvida pela Real Mesa Censória. Se por um lado a expulsão dos padres jesuítas acarretou problemas de ordem logística para a Metrópole, bem como o esvaziamento do ensino no que diz respeito à Colônia, por outro, o Alvará de junho de 1759 deixava pistas sobre as preocupações mais iminentes para a Coroa. Isso se via, por exemplo, no esforço de modernização para colocar Portugal em dia com as luzes de seu tempo, indicando a conveniência de adotar a língua portuguesa nas recém-criadas – ou reformadas – aulas de Gramática, Retórica e Poética.

Essa preocupação, traduzida em necessidade imediata, correspondia à igualmente necessária produção de materiais de cunho didático a serem adotados pelos professores dessas disciplinas, redigidos no idioma que se solicitava e recomendava. O presente capítulo aborda uma seleção desses materiais, localizados nos acervos físicos da Biblioteca Joanina e da Biblioteca Geral, na Universidade de Coimbra, e nos acervos físico e digital da Biblioteca Nacional de Portugal, além do banco digital de dados do *Google Books*¹. Procuramos demonstrar, na discussão a seguir, as bases em que se promoveu o ensino de retórica posteriormente à reforma, evidenciando nos paratextos que acompanham cada manual – como dedicatórias e censuras – os elementos que indiciam a circulação desses livros na segunda metade do século XVIII.

4.1 A obra de Antonio Pereira

Entre os manuais que localizamos, aquele que provavelmente teve sua publicação mais imediata no período posterior à primeira reforma pombalina é intitulado *Elementos da invenção e locução retórica, ou principios da eloquencia*, de Antonio Pereira, presbítero da Con-

¹ A fase de coleta desse material teve início em 2018, quando localizamos e selecionamos os materiais disponíveis na internet em formato digital. A grande maioria, porém, só foi localizada em agosto de 2020, quando fizemos viagem de estudos a Portugal, no contexto da bolsa de doutorado-sanduíche recebida entre 2019 e 2020 para estudos na Ruhr-Universität Bochum, em Bochum, Alemanha, por meio do programa PROBRAL/Capes/DAAD. O deslocamento a Portugal foi autorizado pela Capes, agência mantenedora da bolsa de estudos no exterior.

gregação do Oratório². A obra é composta por dois livros, integrantes do mesmo volume, cada um deles com seis capítulos: o primeiro deles é dedicado à invenção retórica, e o segundo à locução. Antes desse conteúdo, aparecem a carta dedicatória – endereçada ao Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo –, o prefácio de Antonio Pereira e os textos relativos às licenças do Santo Ofício. Pelas datas desta última seção, podemos saber que a aprovação para publicação do volume foi iniciada em 8 de outubro de 1759, tendo sido permitida a impressão em 14 de dezembro.

Essas datas, mais do que meras informações acessórias, dão pistas de que ou Antonio Pereira já tinha o conteúdo em mãos e organizado para publicá-lo, talvez à espera de uma oportunidade; ou já sabia da planejada reforma pombalina e seus possíveis efeitos; ou foi muito rápido ao escrever os *Elementos...*, pois o alvará que expulsou os jesuítas e instituiu a reforma no ensino data de 28 de junho do mesmo ano, apenas três meses antes da primeira licença recebida. Entre essas opções, tendemos a acreditar mais na primeira, talvez um pouco na segunda, pois Antonio Pereira, autor desse manual de retórica, é também o autor de *Collecção das palavras familiares Latinas e Portuguezas* e do *Compendio para ufo das Escolas da Congregação do Oratorio*, manual de gramática indicado pelo Alvará de 1759 como material a ser seguido e adotado a partir de então. Todas as suas obras, segundo o próprio autor na carta dedicatória, são dedicadas a Sebastião José de Carvalho e Melo – e não esqueçamos de somar a essa equação a participação prestigiada dos oratorianos na vida pública do Reino depois da expulsão dos jesuítas, especialmente em questões relacionadas ao ensino.

Portanto, não seria de outra forma senão elogiando a Sebastião de Carvalho e Melo que Antonio Pereira, clérigo oratoriano, iniciaria seu livro. Ainda no começo da carta dedicatória, Pereira compara o então Conde de Oeiras com os “famosos heróis da antiga Roma”, o “Ministro mais intelligente e benemerito do Reino todo” (PEREIRA, 1759, s. p.). Depois do elogio, cabe a crítica à Companhia de Jesus, ainda que sem nominá-la, dados os eventos recentes que a envolveram no Reino: “O certo he, que para reprimir a impetuofa corrente de fatalidades, que contra a Patria, e contra o Pay da patria pretendeo foltar a pérfida ambição de huns, e abominável ingratitude de outros” (PEREIRA, 1759, s. p.). Como é Sebastião de Carvalho e Melo o responsável pela expulsão dos inacianos, “a V. Excellencia [ou seja, a ele]

² Antonio Pereira nasceu em 1725 e, de acordo com a *Bibliotheca Lusitana* (MACHADO, tomo IV, 1759, p. 52-54), iniciou seus estudos aos onze anos de idade, obtendo destaque em todas as disciplinas que cursou no Colégio Ducal de Vila Viçosa – a saber, Música, Gramática, Retórica e Poesia. Em 1744 passou a fazer parte da Congregação do Oratório, tornando-se regente da classe de Letras Humanas em 1752, quando da abertura do colégio dos oratorianos em Lisboa, experiência que o levou a compor método de ensino por meio do qual se podia aprender a língua latina de modo mais ágil e eficaz.

devem as letras em Portugal a restituição da sua antiga gloria”, como aquela que gozava no século XVI.

É no prefácio, porém, que o autor nos dá uma pista mais incisiva em relação à produção da obra, ao relatar que o manual em questão é fruto de sua experiência como mestre de Retórica na Real Casa da Congregação do Oratório, desde 1756. Antonio Pereira conta que resolveu organizar seus estudos em livro e fazê-los imprimir em razão da “falta que há destes Eſcritos em *lingua vulgar*” (PEREIRA, 1759, s. p., grifo nosso), de modo que desde já podemos ter em mente que o manual de Pereira cumpre com um dos principais propósitos da reforma pombalina, o de apresentar o conteúdo em língua portuguesa. De quebra, o pouco tempo que antecede o Alvará de 1759 das licenças dadas ao livro nos permite pensar que, possivelmente, seu autor tinha notícia das ideias que seriam propostas pela Reforma antes mesmo de serem levadas a público, como é o caso do texto em língua vernácula.

No que diz respeito ao conteúdo, a obra de Pereira sintetiza em poucas páginas a introdução aos estudos da arte retórica replicada pelos autores dos outros manuais que localizamos. Isso não significa que os outros autores, com publicações posteriores a Antonio Pereira, fazem referência a ele ou à sua obra (embora não possamos descartar a possibilidade de que a tenham lido), mas a matriz de conhecimento de todos eles – a saber, a forma de tratar os textos clássicos e introduzi-los aos aprendizes – parece ser comum.

4.1.1 *Invenção e locução retórica – a serviço do Reino*

Nos dois volumes que compõem a obra *Elementos da invençam e locuçam retorica, ou principios da eloquencia*, Antonio Pereira subdivide os capítulos com a intenção de explicar e exemplificar os conceitos para o estudo dessa arte. No primeiro, todas as citações trazidas em latim são imediatamente traduzidas em língua portuguesa, como, por exemplo, “*Na bellum ſit gerendum? Se ſe deve fazer guerra?*” (PEREIRA, 1759, p. 2). A função da retórica como arte, para Pereira, consiste na capacidade de falar bem, alcançada por meio da eloquência. Esse conhecimento se desdobra em argumentos, ornamento e elegância, além da forma como o discurso afeta o interlocutor. Os exemplos desse uso são geralmente oriundos da linguagem jurídica e da linguagem literária, favorecendo a mescla de subgêneros como demonstrativo (dedicado a louvar ou repreender alguém com o intuito de incitar a honestidade no ouvinte), deliberativo (para persuadir a utilidade ou criticar aquilo que seja pernicioso) e judicial (para defender ou acusar um réu em juízo). Tudo isso é posto em prática por meio de quatro etapas:

a invenção, a disposição, a locução e a pronúncia. O destaque, como anuncia o título da obra, se dá à invenção e à locução: a primeira para organizar as ideias e os argumentos, e a segunda para bem sabê-los expressar.

Alcançando quantos exemplos sejam possíveis – às vezes diretos e às vezes parafraseados –, Pereira destaca como fundamental o uso assertivo dos *lugares retóricos*, denominação que dá às referências ou fontes de argumentos para os oradores. Segundo o autor, essa categoria pode estar em toda a natureza, mas também – e principalmente – no exemplo de homens sábios, além da palavra de Deus, reproduzida pelos sábios religiosos ou pelos livros canônicos. Essa operação por si só não deixa de lado as leis humanas ou o conhecimento histórico, a filosofia, a poesia ou a literatura, por exemplo; mas é interessante observar desde já que todos eles aparecem na obra de Pereira de alguma forma vinculados à autoridade religiosa, compreensível se levamos em conta a ascendência eclesiástica do autor. Mas é possível ir além disso: se a obra de Antonio Pereira é adotada e recomendada pela administração régia no contexto pós-reforma, o fato de a palavra de Deus sobressair a fonte de outros argumentos no meio de seus ensinamentos pode servir como mais um registro formal de que a reforma pombalina, cujo discurso de fachada pretendia aproximar Portugal das “luzes” de seu tempo, se manteve de braços dados com a Igreja, desfavorecendo a secularização completa do ensino.

Com exemplos práticos, o primeiro livro ainda aborda as composições discursivas mais comuns, anotando subgêneros associados muitas vezes à poesia, como epinício, epitalâmico, fúnebre ou genérfico. Entre esses, porém, o de maior destaque é o panegírico, feito em louvor de algum príncipe ou pessoa ilustre – o primeiro exemplo nomeado é de Plínio em relação ao Senado do Imperador Trajano, “que neste genero he a melhor peça, que nos ficou da eloquencia Romana” (PEREIRA, 1759, p. 28). Pereira trata de quatro casos possíveis a serem elogiados: quando se trata do cidadão comum, destaca-se o amor à pátria, a lealdade aos amigos e ao governo, a fidelidade à fé. No militar, o valor, a presteza, a moderação e a constância. Merecem destaque, contudo, os dois últimos, príncipe e ministro, e especialmente este último, se consideramos que a estrutura dada por Pereira pode, além de instruir na Retórica, corresponder à subserviência em relação ao Conde de Oeiras, patrocinador e avalizador de seus compêndios, e a quem a obra é dedicada:

As virtudes mais proprias de hum Principe jaõ o zelo da Religiaõ, a piedade com Deos, a justiça, a clemencia, e a liberdade com os vaffallos.
No Ministro louvamos a prudencia, a fagacidade, a grandeza de animo no empreender, a actividade no executar, o zelo do bem publico, o patrocínio, e o amor das letras. (PEREIRA, 1759, p. 33).

Não esqueçamos, na leitura desse trecho, do vínculo de Antonio Pereira com a Congregação do Oratório, de modo que a fé é traço marcante do elogio ao príncipe, e do fato de que essa obra é dedicada ao Conde de Oeiras. Isso representa, pelo elogio que já vimos na carta dedicatória, que a descrição de zelo, patrocínio e amor às letras se encaixa perfeitamente na figura de Sebastião de Carvalho e Melo, cujo cargo ocupado correspondia, à época, ao de primeiro-ministro do Reino.

Há outro ponto de destaque a ser colocado ao lado dessa última constatação. No capítulo terceiro do primeiro volume, em que Pereira dá definições de orações – o que podemos compreender como tipologia textual/composicional para o discurso retórico –, trata-se do *efeito* como fonte de argumentação para os oradores como forma de demonstrar se a causa em debate é útil, perniciosa, boa ou má. O exemplo trazido em citação, anônimo, diz o seguinte:

Não há coufa mais perniciofa aos homens, que o deleite do corpo. Daqui nascem as traições contra a patria, daqui a destruição das Monarchias, daqui as intelligencias occultas com os inimigos. Nenhuma maldade, nenhum defaforo há taõ grande, a que nos não incite o defejo do deleite. (PEREIRA, 1759, p. 23-24).

Como não há indicação da fonte dessa citação, é bastante possível que a autoria do exemplo seja do próprio autor do compêndio. Imbricado no discurso revela-se, portanto, para além da faceta religiosa já bastante saliente, o posicionamento monarquista, que rejeita a possibilidade de traição à Coroa. Na entrelinha, o discurso de Pereira serve não apenas para ensinar a arte retórica, mas também para doutrinar seus possíveis leitores e estudantes de retórica nos valores caros à Coroa portuguesa.

O segundo volume trata da locução retórica e, à diferença do primeiro, não traz traduções de suas citações latinas à língua vernácula, o que nos permite supor certo desenvolvimento pedagógico, mesmo que a obra de Pereira não traga orientações nesse sentido. Ou seja: é possível que o segundo livro fosse mais bem aproveitado por alunos em níveis de ensino mais avançado, possivelmente mais sensíveis à leitura em língua latina e com maior domínio sobre os elementos da invenção retórica. Agora, aptos à invenção, conseguiriam localizar e interpretar as referências latinas sem maior dificuldade³. No que se refere ao conteúdo deste volume, Pereira instrui quanto aos passos necessários para dotar o discurso de pureza, propriedade, formosura e ornato, de modo que seja sempre agradável e perfeito. São conteúdos des-

³ Desde logo, no entanto, é muito importante destacar que essa é uma característica particular da obra de Antonio Pereira, não seguida pelos outros atores que tratamos neste estudo de fontes primárias. Em absoluta maioria dentre as fontes que consultamos, os demais autores mantêm todas as suas citações na língua original.

se livro, além dos tópicos citados, as figuras de linguagem aparentes em diferentes discursos, além dos estilos aplicáveis a cada situação.

A regra básica para alcançar a pureza consiste em utilizar vocabulário clássico e limado. Seguindo orientações de Horácio e Quintiliano, Pereira observa que isso deve ser buscado também em línguas vivas, como o português, a partir do exemplo e do consenso de homens doutos, “principalmente dos que vivem na corte, aonde se prefume que ha mayor estudo, e cultura da lingua” (PEREIRA, 1759, p. 57). No caso de línguas mortas como o latim, deve-se buscar o exemplo para composição em autores clássicos, cujo cânone é composto, de acordo com o autor, da seguinte forma: Catão, Plauto, Terêncio, todos os escritores das idades *aurea*, *argentea* e *enea*. Destaca Plauto e Terêncio como cômicos, muito dignos de imitação, bem como Lucrécio e Catulo. Para tratar de orações, cartas e efeitos didáticos, o principal deles é Cícero; para a história, Júlio Cesar, Cornélio Nepote, Tito Lívio e Crispo Salústio. Na medicina, Cornélio Celso e Columela, e na geografia, Pompônio Mela. No campo literário, destaca Virgílio no poema heroico, Horácio nas odes e sátiras, e Ovídio, Tibulo e Propércio nas elegias. Da idade *argentea*, indica ainda Fedro, Pérfio, Juvenal, Marcial, Lucano, Silio Itálico, Valério Flaco, Estácio, Sêneca (trágico e filósofo), Petrônio, Frontino, Tácito, Suetônio, Quintiliano, Plínio e Lucio Floro. Da idade *enea*, Gelio, Justino e Apuleio. Entre todos os nomes citados, os principais devem ser Paterculo, Fedro, Curcio, Petrônio, Tácito, Quintiliano e os Plínios (tio e sobrinho). Sobre todos estes, porém, Antonio Pereira não indica nada além do nome.

A regra de composição, por outro lado, deve seguir a diretriz de imitar os modernos/contemporâneos apenas quando falte o exemplo nos clássicos. Ciente da dificuldade de encontrar todos estes nomes e referências de leitura, Pereira orienta o leitor para que tenha em mãos um bom dicionário de consulta. O autor não dá uma indicação ampla e acessível neste sentido, mas orienta especificamente aqueles que têm acesso a livros censurados pelo Santo Ofício: “*para os que podem ler livros prohibidos o melhor Diccionario he o de Bañilio Fabro, addicionado modernamente pelos Alemães [...] Na falta deste he muito bom o Calepino de Facciolati*” (PEREIRA, 1759, p. 63, grifo nosso).

Além do cânone clássico latino, Pereira também anota os nomes – e apenas os nomes – daqueles que, para ele, merecem destaque no que diz respeito à perfeita eloquência em língua portuguesa. Logo, os principais autores são João de Barros, Luiz de Sousa, Bernardo de Brito, Jacinto Freire e Duarte Ribeiro, na história; na oratória, Antônio Vieira (da Companhia de Jesus); nos escritos ascéticos, Manoel Bernardes, da Congregação do Oratório. Na poesia,

Francisco de Sá de Miranda, Luís de Camões, Diogo Bernardes, Francisco Rodrigues Lobo e Antonio Ferreira, entre outros não nominados.

Os cânones de Pereira parecem favorecer a imitação do clássico, contexto do qual emerge o elogio à poesia da época em que Antonio Pereira escrevia:

Destes noſſos Autores, e ainda dos antigos Romanos, ſe oſtentaõ hoje feliciffimos imitadores os *Arcades* de Lisboa, com applauſo de todos os bons, e da meſma Corte; que na actividade, e ſábia direcçaõ do Excellentiffimo Senhor Conde de Oeyras, e no Auguſto patrocínio do noſſo amavel Soberano, tem as mais bem fundadas, e infalliveis eſperanças de ver reſtituida às Belas Letras aquella antiga gloria, e eſplendor, que no ſeculo XVI. (PEREIRA, 1759, p. 65).

Como se vê, o manual de Antonio Pereira se revela bastante atual para o momento em que é lançado, dadas as referências que faz, nesta parte, de autores de literatura, história e outras áreas. Porém, a despeito desse progressismo, Pereira coloca no mesmo nível do progresso a benevolência do Conde de Oeiras e do rei em relação ao desenvolvimento das letras em Portugal, dados os repetidos elogios à instituição monárquica. Isso revela, em última instância, certa subserviência de quem acatava o progresso e as luzes de forma seletiva aos interesses do poder que o rodeava.

4.2 A censura e a circulação dos livros

O denominador comum às obras que estudamos neste capítulo diz respeito à liberação da censura para a circulação, fator notado inicialmente nas folhas de rosto dos diferentes volumes pelas inscrições “com licença da Real Mesa Censória” ou “com as licenças necessárias”, por exemplo. Alguns volumes, porém, trazem em seu interior as cartas daqueles indivíduos responsáveis por expedir cada liberação – pois cada obra passava pelo crivo de mais de um censor, em diferentes instâncias. A esses textos nos dedicamos agora, pois concorrem para testemunhar, a nosso ver, a circulação das obras na metade final do século XVIII; e se circularam, é bastante provável que tenham sido adotadas em aulas de retórica nas diferentes localidades do Reino, fosse na metrópole ou, mais para o final do século, também no Ultramar.

A obra de Antonio Pereira da qual tratamos há pouco, *Elementos da invençam e locuçam retorica, ou principios da eloquencia*, teve sua primeira licença concedida em 8 de outubro de 1759 pelo Frei Timotheo da Conceição, mestre em Teologia e Qualificador do Santo Ofício, que afirma ter observado o texto de Pereira “mais com deſejo de aprender, do que

com animo de censurar” (PEREIRA, 1759, s. p.). Além de destacar a vontade do monarca em propiciar novos ventos à instrução secundária com a reforma de 1759, Frei Timotheo ressalta a utilidade da obra não só para o ensino secular, mas também para a formação de religiosos – e, é claro, não o faz sem criticar os jesuítas, julgando a obra de Pereira como ferramenta para reerguer as letras em Portugal: “me persuado, que em poucos annos se verá o nosso Portugal ainda muito mais erudito, e que delle terão inveja os Reinos mais cultos”, entre eles Germânia, França e Inglaterra” (PEREIRA, 1759, s. p.). A licença seguinte é de Ignacio Barbosa Machado, desembargador da Casa da Relação do Porto, membro da Academia Real e cronista régio ultramarino, datada de 18 de outubro de 1759. Ignacio é o primeiro a apontar como relevante o fato de que a obra de Antonio Pereira para o ensino de gramática foi escolhida pela Coroa para o ensino de Latim a partir da reforma, de modo que seria com o apoio do seu autor que “consegurá a Nação Portugueza escrever, e falar como nos dourados Seculos da antiga Roma” (PEREIRA, 1759, s. p.).

A última licença veio do Desembargo do Paço, em 17 de novembro de 1759, pela mão de Diogo Barbosa Machado, Abade da Igreja de Santo Adrião de Sever e membro da Academia Real. Diogo Barbosa é autor da *Biblioteca Lusitana*, importante publicação que sumariava, até 1759, os autores e títulos de literatura publicados ao longo da história de Portugal. Fazendo coro aos demais e creditando à obra de Pereira a capacidade de “renovação das Letras Humanas em Portugal”, Diogo Barbosa libera a obra, reconhecendo seu autor “taõ isento de censura, como acredor do applauso univ[er]sal” (PEREIRA, 1759, s. p.). Autorizado pela experiência de Diogo Barbosa Machado, nome de respeito na corte portuguesa, a obra de Antonio Pereira recebe licenças para correr em 11, 13 e 14 de dezembro, quando finalmente vem a público – apenas dois meses depois do início do processo.

Diogo Barbosa Machado foi também censor de *Theatro da eloquencia, ou arte de rethorica*, de Francisco de Pina de Sá e de Mello⁴, obra datada de 1766. O início do texto de Machado, que data de 21 de dezembro de 1764, traz a informação de que ele fora censor da obra “há mais de deza[is]feis annos” (MELLO, 1766, s. p.), o que nos permite supor que a edição original do volume tenha ocorrido por volta de 1748. É por Diogo Barbosa Machado, contudo, que sabemos que a presente publicação se deu em função não apenas das transformações

⁴ Francisco de Pina, e de Melo [sic], segundo informa Diogo Barbosa Machado no segundo tomo de sua *Bibliotheca Lusitana* (1747, p. 221-223), nasceu na província da Beira em 1695. Quando moço teve breve inclinação à cavalaria, mas preferiu as Letras, chegando a cursar estudos na Universidade de Coimbra em duas oportunidades: primeiro, ainda moço, estudou Filosofia Peripatética; depois da morte do pai, já mais adulto, desenvolveu estudo sobre o Direito Pontifício – com grande aplauso dos professores catedráticos –, que interrompeu para dedicar-se à literatura, “fendo hum dos mais canoros Cisnes do Parnaço Portuguez” (MACHADO, 1747, p. 221). Foi Fidalgo da Casa de Sua Majestade.

de seu tempo – sabidamente a reforma pombalina –, mas para formar oradores evangélicos pelo método proposto por Francisco de Pina. Mesmo que o critique por permitir que “em tão larga diuturnidade de tempo estiveſſe defraudada a Nação Portuguesa deſta Arte da Eloquencia” (MELLO, 1766, s. p.), uma vez que a data original da obra de Francisco de Pina seja anterior a 1759, o esforço de reeditá-la parece ser suficiente para dar um novo rumo à retórica em Portugal, agora em língua portuguesa – e não em latim ou versada no estilo francês, criticado pelo censor.

Antes de Diogo Barbosa Machado, a licença do Santo Ofício é expedida por D. Thomaz Caetano de Bem em 3 de dezembro de 1764, que inicia seu texto destacando a relevância do estudo da persuasão pela arte da eloquência para o momento, “por ſer eſta [arte] a que mais conduz para a integridade dos coſtumes, e de que tanto pende a bõa ordem, e perfeição da vida civil” (MELLO, 1766, s. p.). D. Thomaz informa que o autor da obra expõe com clareza e superioridade as regras de retórica, alinhado aos clássicos greco-romanos: Cícero, Hermógenes, Aristóteles, Quintiliano e Platão. No que diz respeito à religião, D. Thomaz critica a forma como antes se trazia ao púlpito da igreja a citação de autores profanos ao lado de santos religiosos: “ouvíamos citar igualmente a Santo Agoſtinho, e a Virgilio; a Homero, e a S. Joã Chryſoſtomo [...]” (MELLO, 1766, s. p.), fazendo uso do lado mais soberbo e vaidoso da oratória e da retórica. Agora, supõe ele, com base nesta obra – mas também no contexto pós-reforma pombalina –, os discursos e autores podem ser separados para seus respectivos contextos, resguardando à Igreja a palavra sagrada e as citações de seus santos e mestres.

A última censura, do Desembargo do Paço, é assinada pelo Conde de Vilar Maior, Manuel Teles da Silva, membro da Academia Real e do Conselho do Rei. É muito curta – apenas um parágrafo –, realçando os dotes do autor do livro na arte de persuasão. A liberação é assinada em 19 de janeiro de 1765. A edição que analisamos, porém, deve ser a segunda (ou terceira, se lembramos do que disse Diogo Barbosa Machado), pois há uma página logo após a licença de Manuel Teles da Silva que fala em “segundas licenças”, informando datas de dezembro de 1766 que permitiram a reimpressão do volume. Se nossa contagem está correta, então a circulação da obra de Francisco de Pina foi realmente relevante para o ensino de retórica, sempre a serviço dos interesses da Coroa, com pelo menos três edições trazidas a público entre meados de 1748 e 1766.

Não há outras obras com paratextos oriundos da censura em nosso levantamento. Considerando, entretanto, as informações sempre constantes na folha de rosto, uma mudança sensível pode ser identificada em uma obra do final do Setecentos: *Elementos da arte oratoria, ou principios da rhetorica portugueza*, de Bento de Nossa Senhora, datada de 1792. Nessa

obra a inscrição já não diz respeito à Real Mesa Censória, mas à Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros, nome dado àquela instituição pela Rainha Maria I em 1787 – uma reforma que duraria apenas até 1794, quando o antigo nome seria reassumido. Acompanhando essa informação, outra mudança significativa pode ser notada: “Foi taxado este livro em papel a trezentos e sessenta reis. Meza 18 de Junho de 1792” (NOSSA SENHORA, 1792, s. p.). Revela-se, portanto, que a vendagem de livros de cunho didático já não seguia apenas ao interesse educativo da monarquia portuguesa, que desejava manter o controle sobre o ensino sem deixar que seus valores hierárquicos, sociais e religiosos fossem infiltrados por ideias iluministas. Agora o livro passa a ter seu valor comercial atrelado igualmente à Coroa, que parece ver nele a possibilidade de aumentar suas receitas – especialmente num momento em que, como se via no final do século XVIII, o ouro do Brasil já não chegava na Metrópole da mesma forma que cinquenta anos antes.

4.3 Proteção, mecenato e circulação

O manual de Bento de Nossa Senhora, *Elementos da arte oratoria, ou principios da rhetorica portuqueza*, de 1792, possui divisão de capítulos bastante semelhante àquela feita por Antonio Pereira nos *Elementos de locuçam e invençam retorica, ou principios da eloquencia* (1759), embora suas citações, com exceção de Camões, sejam todas mantidas em língua latina. Sobre o autor, dada a abrangência religiosa do nome que assina a obra, não conseguimos encontrar informações mais relevantes que aquelas constantes à folha de rosto do volume: “pregador jubilado, e filho da Reformada, e Real Provincia da Conceição no Reino de Portugal” (NOSSA SENHORA, 1792, s. p.)⁵. Ainda nesta página há algumas informações que podem dar indícios dos objetivos da obra e do alinhamento de seu autor ao espírito reformista – mesmo que sua publicação já seja bastante posterior às reformas pombalinas, e que o próprio Pombal já não ocupasse o cargo de secretário de Estado. Após o título, lê-se que a obra trata das principais regras da retórica, “exemplificadas com as melhores paçfagens, aífim dos Poetas Latinos, e Portuguezes, como dos mais celebres Oradores da França, e de Portugal” (NOSSA SENHORA, 1792, s. p.).

⁵ A única anotação que encontramos, no que diz respeito a Bento de Nossa Senhora, está no primeiro tomo do *Diccionario bibliographico portuguez*, de Innocencio Francisco da Silva (1858, p. 353), em que se indica a autoria dos *Elementos da arte oratoria...*, mas a impossibilidade de localizar o volume: “não se me deparou occasião de encontrar ainda estas obras, alias vulgares, e de que não me consta se faça entre nós algum apreço”, afirma Innocencio.

O diagnóstico desse espírito reformista se dá pela inclusão sutil dos oradores franceses entre os melhores exemplos de retórica – lado a lado com os portugueses –, uma vez que a obra de Bento de Nossa Senhora é publicada três anos depois da Revolução Francesa, de 1789, movimentação representativa do pensamento iluminista. Porém, apesar do espírito reformista nos *Elementos da arte oratoria*, a instrução religiosa caminha lado a lado da formação secular, como se pode ver ainda na folha de rosto:

ESCRIPTA

Para o ufo de todo o genero de peffoas, que ignorão a lingua Latina, e principalmente para os que se querem dar ao Ministerio da Divina palavra. (NOSSA SENHORA, 1792, s. p.).

Como a obra não é dedicada a nenhum protetor ou mecenas, o único texto de apoio a anteceder o conteúdo de retórica é um prólogo dirigido ao leitor. Neste texto, Frei Bento de Nossa Senhora justifica que trouxe a público o seu conteúdo não por sentir-se superior a outros mestres, mas por influência de amigos, “que defejavão utilizar-se destes principios, que eu mesmo ajuntei de vários Authores para instrução minha”. Dado o período bastante posterior à obra de Antonio Pereira, supomos, portanto, que entre os autores influentes sobre a obra de Bento de Nossa Senhora figure o clérigo oratoriano, cuja produção, como vimos, foi relevante para a gramática e a retórica no período reformista. Antonio Pereira, entretanto, dedicava seu manual de 1759 ao Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, protetor de suas publicações e homem político destacado nas reformas que empreendia. Beneficiado por esse protetorado, Pereira tem à sua disposição o aparelhamento estatal que dá condições de circulação à sua obra, mesmo àquela que não constava no edital reformista – ou seja, mesmo em relação aos *Elementos da invençam e locuçam retorica*, de 1759.

Ainda sob o aspecto político, podemos sublinhar a dedicatória da obra de Antônio da Visitação e Mariano José Pereira, intitulada *Regras de rethorica, e poetica*, de 1787. O primeiro de seus autores, Antônio da Visitação, foi cônego regular do Real Colégio de Mafra⁶; o segundo, Mariano José Pereira, colegial da mesma instituição, conforme as informações da folha de rosto (VISITAÇÃO; PEREIRA, 1787, s. p.). Se as informações da *Wikipedia* em

⁶ O *Diccionario bibliographico portuguez* (SILVA, tomo I, 1858) apresenta a D. Antônio da Visitação Freire de Carvalho como religioso agostiniano, docente de História e Geografia nas aulas Públicas do Mosteiro de S. Vicente de Lisboa, além de sócio da Academia Real das Ciências daquela cidade. Sobre as disciplinas que lecionava, foi autor de alguns panfletos, reimpressos ao longo do tempo, conforme Innocencio Francisco da Silva (tomo I, 1858, p. 295-296).

relação a Mariano José Pereira da Fonseca⁷ estão corretas, este teria estudado no colégio de Mafra entre 1785 e 1788, matriculando-se depois em Coimbra, de onde sairia, em 1790, com o título de Doutor em Matemática⁸. Carioca, Mariano José retornou ao Brasil e tornou-se o primeiro Marquês de Maricá, e foi integrante da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, nos anos 1790, encabeçada por Silva Alvarenga.

Dá-se a entender, pelo teor do texto das *Regras*, completamente redigidas em língua portuguesa e sem citações de exemplos de literatura e/ou composição retórica e poética, que esse manual é destinado aos docentes do Colégio de Mafra, fundado no ano da segunda reforma pombalina (1772)⁹, em vista de que as regras são dispostas cada uma em um único parágrafo, e são elencadas sucessivamente como artigos numerados. No entanto, se levamos em conta a participação de um discente na autoria dessas *Regras*, é possível que o documento também estivesse ao alcance dos estudantes.

Diferentemente de outros materiais, a informação referente à licença da Real Mesa Censória aparece na última página, e não na folha de rosto. Ao final desta, porém, há a seguinte indicação:

“MOSTRA-SE PRIMEIRO:

Quanto os Príncipes benemeritos dos seus Estados jáõ justamente louvado pela Eloquencia, e Poefia.” (VISITAÇÃO; PEREIRA, 1787, s. p.).

Supomos, em rápida interpretação, que o agradecimento ao príncipe – pela “beneficentíssima proceçãõ” – dá-se não apenas pelo encômio, mas tem raiz intelectual, pois vincula o herdeiro do trono ao conteúdo das regras e destaca a importância da eloquência e da poesia para liderar a monarquia. A citação opera, desse modo, numa via de mão dupla: por um lado, resguarda a proteção do príncipe João, então com 21 anos e filho de D. Maria I, como forma de avalizar a publicação da obra. De outro, apoia nele uma ligação quase bairrista entre Mariano José Pereira, a obra, sua terra natal e suas disposições políticas, uma vez que o herdeiro presuntivo da monarca recebia o título de príncipe do Brasil. Se for correta a hipótese de que as ideias iluministas circulavam com força em Portugal e no Brasil por esta época (início da última década do século XVIII), e levando em conta a participação de Mariano José na Socie-

⁷ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Mariano_Jos%C3%A9_Pereira_da_Fonseca. Acesso em: 17 ago. 2021.

⁸ Cf. Arquivo da Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=159603>. Acesso em: 17 ago. 2021.

⁹ De acordo com Miguel Gonçalves e Suzana Ribeiro (2015), criado para dar apoio ao Real Colégio dos Nobres, fundado em 1761. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1170/117042808010.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021.

dade Literária do Rio de Janeiro, não seria exagero pensar que este já se imbuía do espírito reformista para além do campo educativo, mesmo que de forma velada.

De 1773 é a obra de João Rozado de Villalobos e Vasconcelos, *Arte rhetorica para o uso da mocidade luzitana*. Autor de outros títulos dedicados à área pedagógica e professor régio em Portugal¹⁰, João Rozado era Bacharel em Leis na Universidade de Coimbra, conforme informações da folha de rosto do volume¹¹. A obra em questão é dedicada ao Bispo de Beja, Frei Manuel do Cenáculo¹² – se a informação da *Wikipedia* a seu respeito está correta¹³, então ele foi indicado à presidência da Real Mesa Censória pelo Marquês de Pombal, além de ter sido confessor do primogênito da Rainha Maria I e irmão mais velho de João, que depois de sua morte, aos 27 anos, assumiria o posto de príncipe do Brasil. No texto da dedicatória, único paratexto a acompanhar a obra, João Rozado afirma de início: “o Carater, [sic] aforma, e o espírito da minha Rhetorica publicada em hum tempo iluminado, e Critico, teria bastante-mente formalizado o seu corpo de delicto, se eu não busca[ss]e [sic] a protecção do primeiro Magistrado literario” (VASCONCELOS, 1773, s. p.). Para além do protetorado que declara, podemos inferir do trecho que o autor estava ciente das transformações de seu tempo, fosse nas luzes do progresso – “tempo iluminado” – ou na crítica ao estado em que os jesuítas deixaram as letras em Portugal, ilação bastante comum nas dedicatórias e censuras do período.

Ironicamente, João Rozado diz cumprir algum delito no mundo das letras por apresentar um método novo – e seu – para introduzir a retórica, delito este superado devido à proteção que recebe do Bispo. E vai além, sem meias palavras: “tomado eu [sic] a liberdade de oferecer a V. EXCELENCIA [sic] a minha Rhetorica, acho o mais adequado, e benefico Protector; e me livro a fim da Censura, e contagio geral” (VASCONCELOS, 1773, s. p.). Passa, portanto, a admirar as posições ocupadas pelo Bispo, na Real Mesa Censória e na Direção Geral dos Estudos (vinculada à Mesa), e seu trabalho em favor da recuperação de Portugal no

¹⁰ Ver artigo de Fernando Cezar Ripe, intitulado *O perfeito pedagogo: análise de um manual pedagógico português que ensinava regras de civilidade e de urbanidade cristã* (Portugal, século XVIII) (2019). Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rhhe/article/view/66155/38575>. Acesso em: 21 ago. 2021.

¹¹ Conforme informação no tomo IV do *Diccionario bibliographico portuguez* (SILVA, 1859, p. 30-31), João Rozado foi professor-régio de Retórica e Poética em Évora – pelo título, deve ter exercido a função depois de 1759, dado que essas classes, como já vimos, foram abertas na esteira da primeira reforma pombalina. Além da obra que aqui destacamos e de outras dedicadas à retórica, João Rozado de Villalobos e Vasconcelos traduziu ao português as *Instituições retóricas de Quintiliano*, impressas na Universidade de Coimbra em 1782.

¹² Diogo Barbosa Machado, no tomo IV da *Bibliotheca Lusitana* (1759, p. 238-239), indica que Frei Manuel do Cenáculo nasceu em 1724 e, ao contrário dos jovens de seu tempo, estudou desde cedo com os oratorianos, e não com os jesuítas. Ingressou na congregação tão logo concluiu os estudos, doutorou-se em Filosofia na Universidade de Coimbra e foi mestre de ciências no Colégio de São Pedro, em Coimbra.

¹³ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Manuel_do_Cen%C3%A1culo. Acesso em: 21 ago. 2021. Desculpamo-nos pela pouca confiabilidade da fonte, usada em função de não termos localizado dados mais seguros para cotejo ou complementação das informações contidas na *Bibliotheca Lusitana*.

que se refere ao ensino – ou seja, totalmente bem relacionado e igualmente influente no âmbito da reforma pombalina.

O caso de João Rozado de Villalobos e Vasconcelos nos permite reconhecer que após o protetorado político, como era o caso da dedicatória ao Marquês de Pombal por Antonio Pereira, importa buscar apoio nos religiosos que ocupavam importantes cargos na administração régia. Não esqueçamos que as reformas de ensino da segunda metade do século XVIII, estandarte do despotismo ilustrado que se espalhou pelo período em que governou o Marquês de Pombal, mantêm os laços firmes com a Igreja, apenas trocando os inicianos pelos oratorianos nos cargos e funções administrativas – pelo menos no sistema de censura estatal e de administração educacional. Não é em vão, portanto, que os autores que escreviam sobre temas didáticos buscassem aval da Real Mesa Censória por meio do elogio àqueles religiosos, ao defender a Coroa e colocar lenha na fogueira da crítica à Companhia de Jesus para, finalmente, safar-se da censura.

Miguel do Couto Guerreiro, autor do *Tratado da versificação portuguesa*, de 1784, e poeta do Arcadismo português, esteve matriculado na Universidade de Coimbra entre 1746 e 1750, de onde saiu licenciado em Artes e bacharel em Filosofia, conforme informações do Arquivo daquela instituição¹⁴. Envolvido com o universo literário, Guerreiro teria ajudado a editar em português uma edição das *Fábulas* de La Fontaine, ao lado de Bocage, Curvo Semedo e Filinto Elísio. O *Tratado* é uma obra de valor pedagógico no que diz respeito à composição poética, dedicada a poetas ou aspirantes, de modo a demonstrar, conforme seu autor, “quam pouco estudo he necessário para ao menos fazerem versos certos” (GUERREIRO, 1784, s. p.). A obra é dedicada a D. Domingos José de Assis Mascarenhas, estudante de Cânones em Coimbra entre 1769 e 1770 que, à época da publicação do *Tratado*, era Principal da Igreja Patriarcal de Lisboa e membro do Conselho do Rei (GUERREIRO, 1784, s. p.). Considerando que a obra é de 1784, posterior, portanto, às reformas pombalinas, é possível que D. Domingos formasse parte da Real Mesa Censória, além de estar vinculado à administração do ensino na corte. Como vimos no capítulo anterior, após a primeira reforma de ensino, a chefia da Direção Geral dos Estudos foi atribuída ao Principal da Igreja de Lisboa, jurisdição que passou a formar parte da Real Mesa Censória em 1771.

A carta dedicatória que introduz o texto excusa seu autor da lisonja em favor da modéstia de D. Domingos Mascarenhas, evitando que o texto encomiástico faça parecer que

¹⁴ Disponível em:

<https://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=180844&detailsType=Description&ht=miguel%7ccouto%7cguerreiro>.

Acesso em: 10 set. 2021.

Guerreiro “vende” o texto ao patrocinador. A intenção de Miguel do Couto Guerreiro, por outro lado, é dar uma prova de amizade. Discorre sobre aproximações amistosas que se dariam por fidalguia ou por semelhança de gênio, afirmando que é este último que os aproxima, “que v. Excellencia ama o meu genio, do que tem dado manifestiſſimas provas; e eu amo o genio de V. Excellencia, do que não dou, mas dezejo tambem das provas” (GUERREIRO, 1784, s. p.). O volume não acompanha as cartas de liberação da Real Mesa Censória; porém, se for certa a participação de D. Domingos nessa jurisdição, o final da dedicatória reconhece e/ou agradece essa liberação: “Eſtou bem certo do apreço, que V. Excellencia faz (talvez mais por amizade, que por merecimento) dos mediocres eſcritos deſte minimo, mas amiciſſimo, e obſequentiſſimo ſervo de V. Excellencia” (GUERREIRO, 1784, s. p.).

Além de Miguel do Couto Guerreiro, uma tradução anônima da *Poética* de Aristóteles (*A poetica de Aristóteles, traduzida do Grego em Portuguez, 1779*) é também dedicada a D. Domingos José Marcarenhas. De antemão, podemos supor que o fato concorre para afirmar a importância de D. Domingos para a Mesa ou para a instrução pública, já que ele era Principal da Igreja de Lisboa e que teve, segundo o tradutor, “ſempre hum bom acolhimento ás Letras” (ARISTÓTELES, 1779, s. p.). O tradutor também confia a D. Domingos o conhecimento sobre a poética e sobre os estudos de tradução, devolvendo a ele a obra de Aristóteles em língua portuguesa como forma de agradecimento por generosidade e, também, porque confia no juízo do religioso: “o juizo de VOSSA SENHORIA ſerá a regra principal, por que [sic] me eu guie, porque ſaiba aſſim em que conta a deva ter” (ARISTÓTELES, 1779, s. p.). Este juízo, supomos, concorre não apenas para verificar neste interlocutor elogiado as características de homem sábio e protetor, mas também para atestar a participação de D. Domingos na jurisdição da censura portuguesa no século XVIII.

A introdução da obra, provavelmente de autoria de quem a traduziu (pois não há outra pessoa que assine o texto), é parte razoavelmente extensa, pormenorizada em sua função de apresentar a *Poética* de Aristóteles e suas relações históricas e filosóficas – do texto e de seu autor – como forma de justificar a pertinência dessa obra para o século XVIII. Podemos nos deter, no entanto, nas questões de ordem discursiva, como quando o introdutor, ainda no início do texto, critica o atraso da literatura portuguesa: “não faremos injúria a hum Seculo taõ eſclarecido, como o noſſo, ſe diſſermos que o deſprezo das regras, e a ignorancia dos preceitos he ſobretudo, o que mais retarda os progrefſos da Literatura” (ARISTÓTELES, 1779, p. vii). Defende-se, portanto, o estudo detalhado da arte poética como forma de desenvolver as “bellezas da Poezia”, como se lê no texto. Isso serve também para oradores

que não são necessariamente poetas, uma vez que, se levados em conta as figuras de linguagem e os gêneros de discurso, estudados nas disciplinas humanas nesse período (como a retórica), a arte da composição colabora para formar um bom orador. “fómente a Arte”, afirma-se no texto de introdução, “lhes póde subminiſtrar principios certos, e ſeguros, por que poſſão raciocinar aſſim neſta materia, e ſaber a razão das couſas, que na Poezia nos maravilhão” (ARISTÓTELES, 1779 p. ix).

O mais importante desse texto, porém, parece ser o tom progressista, para não dizer iluminista, com que trata da necessidade de se estudar a arte poética. Em primeiro lugar, trata-se de uma tradução em língua portuguesa, feita desde o grego, poucos anos depois da segunda reforma pombalina de ensino, de 1772, que abrangeu a Universidade de Coimbra e enviou professores régios para o Brasil. Fazia parte do reformismo de Sebastião José de Carvalho e Melo dar acesso ao conhecimento em língua vernácula, visto que desde a primeira reforma, em 1759, a gramática que se ensinava passou a ser a da língua portuguesa, sublimando a preferência pela latina. Em segundo lugar e não menos importante está o tom progressista propriamente dito, relacionando o conhecimento humanístico e artístico com a Natureza, *locus* da literatura oitocentista por excelência: “A Arte he o meio mais facil de aperfeiçoar a Natureza”; “A arte he o meio mais ſeguro de aperfeiçoar a Natureza”, afirma-se no texto de introdução em algumas passagens.

Entre as fontes que aqui destacamos, intrigante é o caso de *Theatro da eloquencia, ou arte de rhetorica*, de Francisco de Pina de Sá e de Mello, de 1766 – obra sobre a qual já tratamos neste capítulo, a propósito dos textos de censura. No que diz respeito ao mecenato e à proteção evidenciada pela dedicatória do volume, podemos observar que na folha de rosto, logo após autoria, título e dedicatória, aparece a inscrição “por Antonio da Silva Costa”. Sabemos que esta não é a indicação de impressão, mas supomos ser Antonio o livreiro/patrocinador/editor do volume, pois há uma advertência na última página do livro que informa:

ADVERTENCIA.

Vendem-ſe eſtes Livros, e as mais Obras deſte Author na loja de Antonio da Silva da Coſta, mercador de Livros na rua Auguſta, junto á traveça de S. Nicoláo; e outros diferentes de varias facultades em todas as matérias &c. (MELLO, 1766, p. 278).

Antonio da Silva e Costa é também quem assina a dedicatória do livro, oferecido ao desembargador Joaquim Salter de Mendonça – conforme informações da folha de rosto, prior do colegiado de S. Cristóvão de Lisboa, juiz dos cruzamentos e chanceler do patriarcado. O

texto, porém, tem pouco de lisonja, pois Antonio parece mais preocupado em estabelecer a razão maior pela qual traz a público esta obra: “Não há coufa tão util, como esta Sciencia” (MELLO, 1766, s. p.). Parece, portanto, alinhado com o espírito reformista, que privilegiava as classes de gramática e retórica. Esta, porém, era sua primeira intenção – ou seja, destacar a importância do estudo de retórica, especialmente para a persuasão no discurso jurídico. Depois disso, Antonio agradece a Joaquim Salter pelo mecenato favorecido, reverenciando sua importância para a sociedade como bom sacerdote, jurisconsulto e ministro, além de extensa descrição da participação da família Mendonça na corte dos reinos de Portugal e Espanha. Há, contudo, uma terceira via que pode ser explorada: uma vez que se faziam necessários os livros em língua vernácula para as classes que se abriam no Reino, era preciso que estes fossem impressos – etapa marcada, neste caso, pelo mecenato de Joaquim Salter – e depois comercializados, ação desempenhada por Antonio da Silva e Costa. Por melhor que fosse a intenção de Antonio da Silva no que diz respeito ao desenvolvimento científico em Portugal, como se observa na sua carta dedicatória, não se pode deixar de considerar que, além da administração Real, da censura, do mecenato e dos autores que compunham as obras didáticas do período, o mercado livreiro também fazia parte do processo.

Outra obra do período teve destino semelhante à de Aristóteles. Em 1786 imprimia-se no Reino *Preceitos de rhetorica tirados de Aristoteles, Cicero e Quintiliano*, obra de autoria do francês Jean-Baptiste Louis Crévier, professor de retórica da Universidade de Paris, conforme informação da folha de rosto. Não há paratextos relativos à censura; há apenas uma seção intitulada “A quem ler”, como se fosse uma carta introdutória que, por seu conteúdo, parece ter sido escrita pelo tradutor da obra, pois há indicação de que Jean-Baptiste escreveu-a originalmente em latim. O conteúdo da carta é de teor religioso e pedagógico, aproximando a utilidade do discurso retórico aos jovens: “passamos os nossos dias em o exercicio das letras, o mais nobre, e mais conforme a huma alma racional: e devendo este não se limitar a fazer sómente a nossa felicidade; mas a ser tambem frutuoso aos nossos semelhantes” (CRÉVIER, 1786, s. p.). Por essa razão se justifica, no texto, a tradução ao português – que, assim como a obra de Aristóteles, não é assinada.

Há, entretanto, ao pé da folha de rosto da obra de Crévier, informação relativa ao comércio do livro: “Vende-se na loja de João Baptista Reycend, mercador de Livros no largo do Calhariz”. A concorrência para o negócio de Antonio da Silva e Costa atesta, portanto, a necessidade e a eficácia do mercado livreiro na circulação desses materiais pedagógicos; afinal, se eram impressos e vendidos, é porque muito provavelmente eram adotados nas aulas abertas pelo Reino.

4.4 A posse do livro

Dentre os materiais que localizamos nos acervos bibliográficos da Universidade de Coimbra, fomos surpreendidos pela existência e conservação de dois exemplares de *Elementos da invençam e locuçam retorica*, de Antonio Pereira. O primeiro deles, o único que localizamos por meio de consulta prévia, faz parte do acervo da Biblioteca Geral da Universidade. Quanto ao segundo, cuja localização foi informada e facilitada pela equipe administrativa da Sala de Leitura de Obras Raras, pertence à Biblioteca Joanina, e é este o único exemplar que nos dá pistas contundentes de posse e circulação dos manuais de ensino do século XVIII.

As marcações no corpo do texto, a lápis e geralmente nas margens das páginas, não permitem saber quando foram feitas, e indicam limitadamente a marcação de parágrafos, sem sublinhar o texto, riscar sobre ele ou tecer comentários. A página em branco que antecede a folha de rosto possui anotações em latim feitas à tinta, cujo teor parece resumir muito brevemente o conteúdo da retórica: *inventio, dispositio, locutio, pronuntiatio* – como resumo, portanto, da essência própria da obra de Antonio Pereira. Abaixo, em três linhas, aparecem outras anotações pouco legíveis, em caligrafia que parece ser diferente da primeira.

Informação importante consta na folha de rosto, como se pode ver na imagem a seguir:

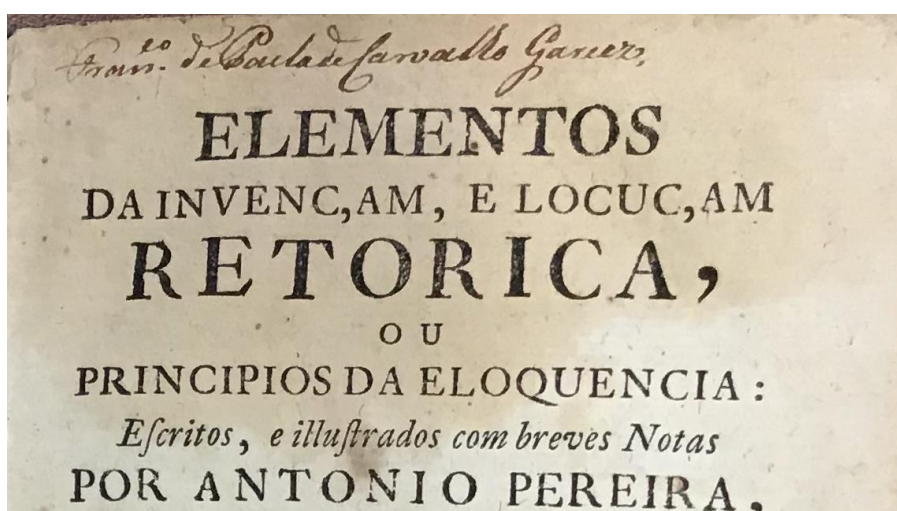


Figura 1 – Parte superior da folha de rosto de *Elementos da invençam e locuçam retorica...*, de Antonio Pereira (1759).

Acima do título, lê-se em tinta a assinatura de Francisco de Paula de Carvalho Garcez. Não há como saber se o volume em questão esteve sempre à disposição da Universidade, mas podemos lançar algumas suposições com relação a este nome. Conforme informações do Ar-

quivo Geral da Universidade de Coimbra, Francisco era natural da freguesia de Louriçal, que integra hoje o município de Pombal, e estudou Direito na Universidade de Coimbra entre 31 de outubro de 1815 e 17 de julho de 1821. Era filho de Joaquim José de Carvalho Monteiro, natural da freguesia de Penajóia, que estudou Filosofia, a partir de 30 de outubro de 1786, e Matemática, iniciando em 26 de outubro de 1787, concluindo ambos em 20 de outubro de 1790. No ano seguinte, Joaquim José começou o curso de Medicina, finalizando-o em 7 de outubro de 1795 – no total, nove anos de estudos dedicados à vida universitária. De acordo com os registros da Universidade, pelo menos outros dois filhos seus também estudaram em Coimbra: José Joaquim Monteiro de Carvalho e Oliveira, natural de Lisboa, estudou Matemática, Direito, Leis e Filosofia entre 1788 e 1792; Joaquim José Anastácio Monteiro de Carvalho e Oliveira, também natural de Lisboa, matriculou-se em Filosofia e Direito entre 1803 e 1808.

A família, portanto, esteve vinculada à Universidade entre 1786 e 1821, coincidindo até mesmo o período de estudo do pai com um de seus filhos. Francisco de Paula, que assina o volume dos *Elementos de invenção e locução retórica* que analisamos, foi, até onde pudemos observar nos registros do Arquivo Geral da Universidade de Coimbra, o mais jovem e o último entre seus familiares mais próximos a cursar a instrução superior naquela instituição. Se for correto acreditar na dedicação da família aos estudos posteriores às reformas pombalinas de ensino – não esqueçamos que a obra que analisamos data do mesmo ano da primeira reforma, 1759 –, é possível que o volume seja herança familiar desde seu pai, atravessando diferentes gerações, de modo que as inscrições de diferentes caligrafias no seu interior identifiquem o manuseio desses diferentes familiares.

Mais que isso: preenchida pelo teor reformista, ao mesmo tempo progressista (no campo científico e metodológico) e conservador (nos elos políticos e religiosos), a obra de Antonio Pereira parece ter sobrevivido ao longo dos anos nas mãos desses familiares. É certo que a posse do livro não atesta sua leitura, mas a assinatura e os outros rabiscos de diferentes caligrafias sugerem pelo menos o seu manuseio por diferentes proprietários. Ao fim e ao cabo, a sobrevivência dessa obra na família de Joaquim José de Carvalho Monteiro testemunha não apenas a relevância da produção pedagógica de Antonio Pereira para o período, prestigiado pelo Reino desde o alvará da primeira reforma pombalina; mas atestam o sucesso alcançado por um projeto político e pedagógico que, pelo uso da língua portuguesa, rompeu com o ensino jesuítico e passou a aproximar os estudantes da literatura escrita em sua língua materna, pois é a partir de Antonio Pereira que Camões, por exemplo, passa a ser figura constante nos manuais de retórica e poética editados em Portugal.

4.5 A literatura presente

Em linhas gerais, podemos considerar que a literatura que frequenta os manuais de retórica do século XVIII é apresentada por seus autores de forma fragmentada. Majoritariamente entre os manuais que estudamos, o texto de literatura aparece como pretexto para a exemplificação de algum conceito relacionado à matéria de invenção ou locução retórica, seja pela forma de alguma frase ou verso isolado – em pouquíssimas ocasiões há a presença de uma estrofe de algum poema. Pretexto que era, a literatura nesses manuais não estava *diretamente* a serviço de um projeto de formação leitora. Como, no entanto, os autores dessas obras didáticas sustentavam que suas citações de textos clássicos eram os melhores exemplos possíveis de eloquência a serem imitados, subentende-se que lê-los na forma integral fosse, no mínimo, desejável àqueles com interesse em seguir adiante nos estudos.

Antonio Pereira, autor dos *Elementos de Invençam e locuçam retorica, ou principios da eloquencia*, de 1759, traz esses exemplos fragmentados de literatura em todos os capítulos de sua obra, às vezes por citação direta, às vezes por paráfrase – como comentamos em outro momento, no início acompanhados de traduções em língua portuguesa, e no segundo volume mantendo, eventualmente, a língua original. São frequentes as indicações a composições de Cícero para tratar dos gêneros deliberativo, demonstrativo e judicial, além do exemplo de bom orador clássico a ser seguido. Para tratar da moralidade, são citados sem exemplos textuais, mas com indicação de relevância, autores como Esopo, Aristóteles e Quintiliano, como canceladores do uso de fábula mista – entre racional e moral – no discurso de um bom orador. Ainda no primeiro livro, dedicado à invenção retórica e permeado por elementos estruturais do discurso, são também frequentes os exemplos ou referências trazidas de Horácio e de Virgílio, por meio de trechos avulsos da *Eneida*.

É quase ao final do primeiro livro, porém, que o discurso de Antonio Pereira ganha um novo tom pedagógico. Segundo ele, para alcançar os efeitos desejados na arte retórica e na expressão pela eloquência, o orador deve conhecer os costumes e inclinações de seu interlocutor, “porque as mefmas razões de que se movem os moços, jaõ talvez inefficazes para com os velhos. Nem os Iluſtres, e Poderofos se coſtumaõ convencer com os mefmos argumentos, que para com os pobres, e humildes tem talvez muita força” (PEREIRA, 1759, p. 39-40). Logo, tem-se na obra de Antonio Pereira a primeira indicação textual de textos a serem consultados pelo leitor (no corpo do texto, e não em nota de rodapé), com o intuito de aprofundar o conhecimento: o livro 2 da *Retórica*, de Aristóteles, a *Arte Poética* de Horácio, e, dos modernos, o

cap. 15 da *Poética* de Scaligero, além do cap. 15 do livro 2 das *Partições oratórias*, de Vossio. Para conhecimento de exemplos tirados da história, Pereira indica a leitura de textos antigos do gênero deliberativo, como *Pro Lege Manilia*, *Lege Agraria*, *Provinciis Consularibus*, *Filípicas*, de Cícero, além de outras de Salústio, Tito Lívio e Quintiliano, não nominadas.

Entre as citações diretas, há um caso particular que merece destaque não apenas pela forma como Pereira introduz o tópico em debate, mas porque coloca um clássico português lado a lado com o clássico latino. No capítulo VI do primeiro livro, o autor trata dos sentimentos ou afetos (no sentido do verbo afetar) que o orador deve provocar em seu ouvinte – ira, amor, ódio e medo. A “glória do Orador” eloquente, como diz Pereira, é saber mover estes sentimentos no seu interlocutor, “porque pouco importa que o entendimento se convença das razões, se se não vencem os affectos da vontade” (PEREIRA, 1759, p. 42). Retomando os sentidos desses sentimentos, Pereira afirma que os estoicos admitiam como afetos a alegria, a tristeza, a dor e o medo, todos aparentes no livro VI da *Eneida*. As citações trazidas neste trecho, porém, não são traduzidas do latim.

Depois disso, Pereira retoma o sentido de cada sentimento nos homens, destacando que homens presunçosos, como “[os] Ilustres, os Poderosos”, são mais propensos à ira. Aplacá-la, no entanto, é tarefa conduzida no modo e no tempo em que fala o orador. Isso também depende do sexo, da idade e da delicadeza de quem fala, contexto em que Antonio Pereira afirma: “para lenitivo dos mesmos Deuses irados costumão os Poetas introduzir as Deusas orando não menos com a voz, que com as lagrimas, e formosura” (PEREIRA, 1759, p. 47-48), caso encontrado em Virgílio, na *Eneida*, com citação em latim; e em Camões, nos *Lusíadas*, imitando o mesmo trecho latino de Virgílio:

E mostrando no angelico semblante
 Co riso huma tristeza misturada,
 Como dama que foy do incauto amante
 Entre brincos amorosos maltratada;
 Que se queixa, e se ri no mesmo instante,
 E se torna entre alegre magoada;
 Desta arte a Deusa a quem nenhuma iguala
 Mais mimosa, que triste ao Padre falla.

(CAMÕES, s. l., apud PEREIRA, 1759, p. 48).

Não nos detemos mais a observar a forma como Antonio Pereira trata dos outros sentimentos, mas à presença desta citação – a única originalmente escrita em língua portuguesa, citada em toda a obra de Pereira. Camões aparece, no exemplo trazido, em comparação com Virgílio em grandiosidade e erudição para a composição retórica, à disposição do leitor/aprendiz para tomar de ambos o caminho para uma boa composição/locução retórica.

Mesmo que seja apenas uma citação em meio à obra, a presença do clássico português é sintomática na oposição à pedagogia jesuítica; não mais porque o livro de Pereira, como os outros que o sucederam, é redigido na língua vernácula, mas porque propõe a integração dessa língua no rol dos clássicos estudados. Se o objetivo da reforma pombalina era devolver a Portugal o brilho do passado, a obra didática de Antonio Pereira, publicada poucos meses depois da primeira reforma pombalina, dá o tom exato daquilo que se esperava para a instrução retórica, efeito que se alcança não somente em termos práticos, visto na citação dos *Lusíadas*, mas também sob o ponto de vista ideológico, a serviço dos interesses da monarquia¹⁵.

Assim como na obra de Antonio Pereira, os principais autores clássicos citados nos outros manuais de retórica e poética que analisamos são aqueles que já apareciam no *Ratio Studiorum*, como Virgílio, Horácio, Cícero e Quintiliano. É o caso de *Preceitos de rhetorica tirados de Aristoteles, Cicero e Quintiliano*, obra publicada em 1786, escrita por Jean-Baptiste Louis Crévier e traduzida ao português anonimamente. Como o título sugere, os principais autores clássicos tratados são Aristóteles, Cícero e Quintiliano, embora não se deixe de falar de Horácio e Virgílio. Em situação semelhante à de Antonio Pereira, a obra também é dividida em três partes – invenção, disposição e locução retórica –, o que revela certo alinhamento didático entre os autores desse tipo de manual. No que diz respeito às citações ao longo do volume, novamente os textos de Crévier e Pereira se alinham, pois as referências de literatura – majoritariamente em latim, sem tradução ao português – são trazidas como pretexto para as explicações conceituais.

Talvez por se tratar de obra traduzida originalmente do francês, não há no livro de Crévier nenhuma referência a Camões ou a outro autor português. No caso do outro volume traduzido que analisamos, *A poetica de Aristóteles, traduzida do Grego em Portuguez*, de 1799, a introdução – também anônima, cuja autoria atribuímos ao tradutor – indica a relevância da obra de Aristóteles de acordo com a funcionalidade, necessidade e atualidade do estudo da poética. Para demonstrar esse posicionamento, o autor da carta introdutória apresenta como exemplos de bons poetas e filósofos – incluídos entre aqueles que dominam bem a arte poética – os autores clássicos frequentes nas outras obras: Aristóteles, Cícero, Virgílio, Quintiliano e, neste caso especificamente, com destaque especial a Homero.

Nossa percepção é a de que, para aqueles que escreveram manuais de retórica em Portugal a partir da reforma pombalina de 1759, já não era possível trabalhar com tal objeto de estudo sem pelo menos referir-se à literatura clássica lusitana, mesmo que os textos referenci-

¹⁵ Consuma este diagnóstico o levantamento dos cânones latino e português apresentados por Antonio Pereira na abertura do livro II dos *Elementos...*, como apresentamos na seção 4.1.1 deste capítulo.

ados de língua latina nem sempre fossem traduzidos ao português. No ponto de equilíbrio desses conteúdos está a obra de Bento de Nossa Senhora, *Elementos de arteoratoria, ou principios da rhetorica portugueza*, de 1792, e *Theatro da eloquencia, ou arte de rhetorica*, de 1766, escrito por Francisco de Pina de Sá e de Melo. Neste último, o conteúdo das citações dos textos clássicos oferecidos como exemplo está sempre em latim, e em muitos casos falta, também, a indicação da origem (ou seja, autor e obra correspondentes). Há, contudo, algumas pequenas citações em português e paráfrases de autores portugueses, e além de Camões aparece um importante religioso português do século XVII, por meio de seus sermões – Pe. Antonio Vieira.

Como os demais autores didáticos, João Rozado de Villalobos e Vasconcelos, na *Arte rhetorica para o uso da mocidade luzitana*, de 1773, traz poucas citações de literatura clássica ao longo do texto – quando ocorrentes aparecem em latim, sem tradução. João Rozado não deixa, contudo, de referenciar ou parafrasear Cícero, Ovídio, Homero, Virgílio, entre os outros autores clássicos que já apareceram em outras obras. Quanto aos portugueses, porém, este último manual vai um pouco além de Camões: no livro referente à locução retórica, Vasconcelos indica a importância de Frei Bernardo de Brito, Jacinto Freire, João de Barros, Frei Luís de Souza, Diogo Bernardes e Duarte Ribeiro como excelentes oradores clássicos, e coloca ao lado deles um contemporâneo de seu tempo, Francisco José Freire, frade oratoriano que assinava como o pastor Cândido Lusitano na Arcádia portuguesa.

A obra conjunta de Antônio da Visitação e Mariano José Pereira, *Regras de rethorica, e poetica*, de 1787, provavelmente pela formalidade com que apresenta as regras – em parágrafos únicos numerados como artigos, como já afirmamos –, não apresenta citações diretas de textos de literatura, seja em latim ou em língua portuguesa, salvo paráfrases. Há apenas algumas citações vagas, sem indicar obra específica, a Cícero e a Quintiliano, o que nos faz supor que o leitor do texto – provavelmente docente – já devia conhecer a linha teórica desses pensadores clássicos. Ao final de cada subdivisão das regras – uma para retórica, outra para poética – os artigos trazem extensa enumeração de títulos e autores, como se pode ver nas figuras:

§ XXXII.

Fallar sublime, he o mais a que póde chegar o Orador favorecido da natureza; e ajudado do que tem aprendido pelas regras. He necessario distinguir o Estylo, do que se chama pensamento sublime; e tambem o he saber a divisaõ do mesmo sublime, em o que he de pensamento, e de sentimento. O Estylo compoem-se das palavras, e frases escolhidas, segundo o pédem as cousas que se trataõ; o pensamento, e sentimento podem achar-se, e ás vezes se encerraõ n'uma só expressaõ. Nós daremos os exemplos de tudo isto a quem no los perguntar; como tambem, os do sublime d' Imagem. E para applicarmos o que acabámos d'expôr, n'estas regras da Eloquencia, das Obras dos Authores, que as executaráõ felismente, promettemos analyzar as seguintes: Os Exordios de Cicero nas Causas de Milaõ, da segunda Agraria, e 1.^a Catilinaria: A Narraçaõ da mesma Miloniana: A Digressaõ que faz

Figura 2 – Regras de retórica, cf. Antônio da Visitação e Mariano José Pereira (1787, p. 32)

(33)

faz o elogio de Pompeo na causa de Cornelio Balbo; o que basta das Orações a favor de Marcello, e Filipica segunda, para mostrarmos o como se tece o vituperio pela ordem dos tempos, e o louvor pela das cousas: os modelos da Petição, e Consolação no 1. l. da En. e Ode 24. do 1. l. das de Horacio: o Epilogo da mesma Oraçaõ Miloniana; e por inteiro a Oraçaõ de Cicero a favor da propria Casa, com as suas Cartas familiares no l. 1. a 3., do 2. a 2. e 4., do 4. a 5. e 6., do 5. a 13. a 14. a 16. e a 21., do 6. a 14. na Asia Portugueza de Manoel de Faria e Sousa, Tit. 1. Part. 4. C. 4. a Oraçaõ de Lopo Vás de S. Paio em sua propria defeza diante d'ElRei na Casa da Supplicação de Lisboa; na mesma Asia, Tit. 3. Part. 2. Cap. 3. as Orações a favor, e contra o triunfo d'André Furtado em Goa, depois da victoria contra Cunal Marcar na mesma Asia, Tit. 3. Part. 2. Cap. 10.: a Oraçaõ d'André Furtado de Mendoga ao Senado de Goa, para o animar contra os Holandezes, na vida de D. Joaõ de Castro, por Jacinto Freire d'Andrade l. 2., a Oraçaõ de Coge Çofar para persuadir ao Rei, e Satrapas de Cambaya a empreza de atzarem a fortaleza de Dio: outra do mesmo aos Turcos na açãõ de deverem acometer a mesma fortaleza: outra de D. Diogo d'Almeida para despersuadir a D. Joaõ de Castro o ir descercar a dita fortaleza, e os primeiros tres Sermões da Pequena Quareima de Massillon.

Figura 3 – Regras de retórica, cf. Antônio da Visitação e Mariano José Pereira (1787, p. 33)

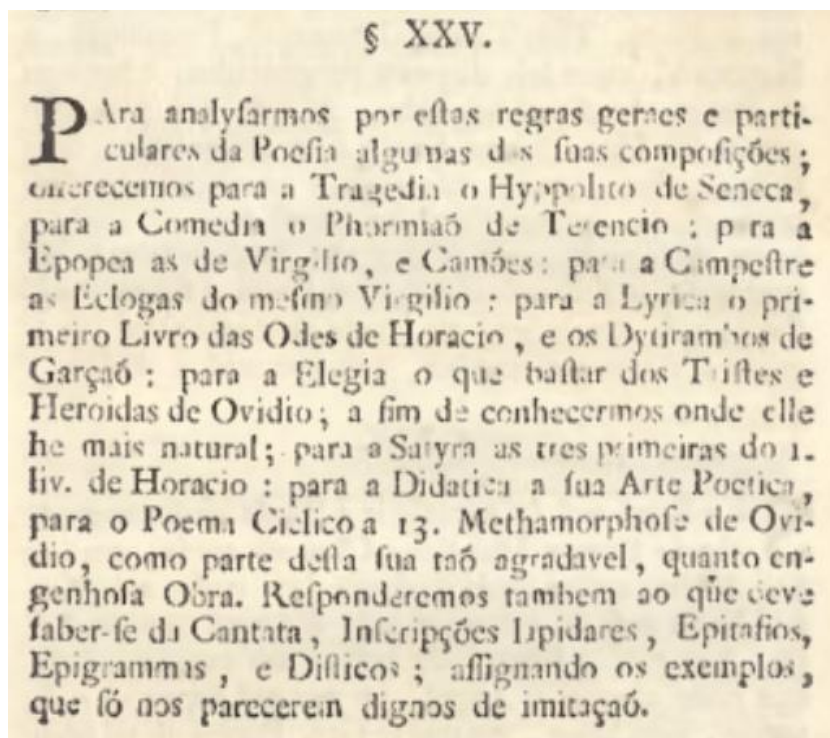


Figura 4 – Regras de poética, cf. Antônio da Visitação e Mariano José Pereira (1787, p. 48)

Por essa estrutura ao final das regras de retóricas, que sintetiza a intenção de desenvolver o “falar sublime” na formação de um orador, acreditamos que a obra fosse, de fato, dirigida ao pessoal docente, com enumeração de oradores e fontes em que podiam ser aplicados os estudos dos preceitos ditados nesses regramentos. É desse modo que são apresentados textos de Cícero e Horácio e, ao seu lado em nível de relevância – movimento que já vimos no caso de Antonio Pereira, de 1759, e de João Rozado de Villalobos e Vasconcelos, de 1773 –, os textos dos portugueses Manoel de Faria e Souza, Lopo Vaz de S. Paio, André Furtado de Mendonça, Jacinto Freire de Andrade e D. Diogo de Almeida.

No que diz respeito às regras de poética, tampouco há citação direta de obras ao longo da enumeração dos artigos. Há, porém, extensa descrição de subgêneros de poesia – sonetos, sátiras, éclogas, entre outros –, acompanhados de referências indiretas aos modelos a serem seguidos, por sua vez representados pelos autores clássicos Virgílio e Ovídio. Entretanto, também aparecem na listagem final Sêneca, Terêncio, Horácio, além dos portugueses Camões, por sua epopeia, e Pedro António Correia Garçãõ, por seus ditirambos. Dada a amplitude temporal que abrange esses autores de diferentes séculos, desde os poetas clássicos até os árcades contemporâneos do Setecentos, fica clara a atualidade de conteúdos proposta por Antônio da Visitação e Mariano José Pereira em suas regras.

Destoando do padrão pedagógico mais voltado à retórica das obras já referidas está o *Tratado da versificação portuguesa*, de Miguel do Couto Guerreiro, obra datada de 1784. O *Tratado* está dividido em três partes¹⁶: a primeira com regras de metrificação, a segunda apresentando um dicionário de termos e sílabas que podem ser usadas para a composição rítmica e rímica, e a terceira com instruções poéticas para a “perfeita” composição. A primeira parte, dividida em 27 regras centradas no âmbito estrutural dos versos (tipologia, metro etc.), traz diversos exemplos de Camões, embora não se especifique de que texto provêm os versos. Importa observar, neste caso, que Camões é o único poeta citado como exemplo por Miguel do Couto Guerreiro, que não traz outros poetas clássicos latinos ao seu texto. A segunda parte, porém, que corresponde a um dicionário de consoantes, traz palavras do latim que se aproximam da língua portuguesa, embora o privilégio seja sempre desta última – afinal, o tratado é de versificação neste idioma. Há extensa explicação morfológica dos termos antes de iniciar o dicionário propriamente dito. Os termos posteriores não são acompanhados de exemplos de literatura, senão meramente rítmicos: “*Abria*. Calabria. Cantabria. Sanabria. Gabria” (GUERREIRO, 1784, p. 47). Ou seja, trata-se de um dicionário de sílabas finais, para composição de rimas.

A última parte, mais importante para nosso estudo, traz instruções para a composição poética em forma de poema, intitulado *Instruções para a perfeita poetica* e dividido em três grandes blocos – intenção geniosa de seu autor, que assume não apresentar seu estudo em forma de texto em prosa para não plagiar outros estudiosos portugueses. Como afirma Miguel do Couto Guerreiro, a composição de decassílabos e versos de rima emparelhada é feita “em estilo jatyrico á imitação da Arte Poetica de Horacio” (1784, p. 489). Suprindo os nomes dos autores satirizados, o autor pretende criticar os vícios já cometidos pelos poetas a fim de que seu leitor – ou seguidor de seus preceitos, como ele afirma – não caia nos mesmos enganos. Trata-se de um texto relativamente longo – ocupa trinta páginas do volume –, que revela a genialidade de Miguel do Couto Guerreiro, também ele um poeta, ao tratar da pedagogia por meio do verso, ou a aplicar as normas que ele mesmo apresentou nas seções antecedentes. Por isso, a análise que propomos do texto de Guerreiro contraria a conhecida forma de análise poética, que leva em conta o eu-lírico como voz narrativa do poema, e identifica essa voz no próprio autor, em função do tom pedagógico do seu discurso.

¹⁶ A análise leva em conta aquilo que conseguimos compreender das páginas legíveis. A digitalização que localizamos, disponível na plataforma *Google Books*, foi feita em preto e branco, e muitas páginas ficaram com sombras sobrepostas, dificultando ou até mesmo impossibilitando a leitura.

A primeira parte do poema é dirigida aos requisitos para que um indivíduo possa fazer poesia. O texto inicia por uma indagação antiga, retomando um velho ditado popular de que os verdadeiros poetas eram os antigos; que a seu tempo, a natureza “Deixou de ser fecunda em bons talentos,/ E deo-lhe em produzir Poetas a centos” (GUERREIRO, 1784, p. 491). Estes, então, são desacreditados por Guerreiro, pois colecionam características indesejadas naqueles que desejam compor poemas. Exemplo disso é o fato de interpretarem equivocadamente a função do deleite estético do poema: “Hum dos ffins da Poeſia he deleitar-te;/ E tu bem te deleitas com rizadas” (GUERREIRO, 1784, p. 492). Miguel Guerreiro responde com ironia:

Tãbem muitos, ouvindo honroſa hiſtoria
De alguns Poetas bons, tomaõ vangloria,
E querendo alcançar iguaes louvores,
Primeiro que aprendizes, jaõ authores:
[...]
Por iſſo de ſeus loucos deſvarios
Tiraõ jó pateadas, e aſſobios.

(GUERREIRO, 1784, p. 493).

Assim, Guerreiro desaconselha o caminho na produção poética a quem é afeito aos bordões e expressões esdrúxulas, quem vive de pompa e, ao mesmo tempo, tem mau desempenho na hora de se expressar: “Tolo em fim, quer um tolo he bem conhecido”, afirma o poeta,

Busque outra occupação aſſalvada,
E fuja a quatro pés de ſer Poeta;
[...]
Se o coitado tiver algum amigo,
[...] faça quanto lhe he poſſivel
Por ſalva-lo de paſſo taõ terrivel;
Nem ſe eſqueça de alguma romaria,
A ver ſe aſſim o livra da mania.

(GUERREIRO, 1784, p. 494).

Embora envolta em ironia, a presença da religiosidade se revela pertinente, como forma de livrar o tolo da ideia de meter-se em fazer poesia e, possivelmente, encaminhá-lo a outro ofício de melhor aproveitamento; diametralmente, se a suposição estiver correta, demonstra o alinhamento de Guerreiro ao reformismo que se alinha à Igreja em Portugal na segunda metade do século XVIII. A continuidade do poema passa a introduzir as características do indivíduo que está no lado oposto do tolo: que se expressa com galanteio, embora não sirva para bobo; que não diz grosserias e fala com graça e clareza. Esse indivíduo está mais apto à composição poética, especialmente porque “he de bons Authores muito

amante,/ Que o fazem de noticias abundante” – ou seja, porque é um leitor dedicado – e porque tem algum traquejo nas formas de escrita, tomando cuidados primorosos com suas anotações:

[...] depois de ter huma carta feito,
Porque errou levemente a orthographia,
Eſcreve outra, e aquela não envia.

[...]
Eſte fim, eſte dá firle eſperança
DE ficarem ſeus verſos em lembrança.
(GUERREIRO, 1784, p. 495).

Esse indivíduo não deve, contudo, tomar apenas do seu engenho na escrita e na sua experiência de leitura o ofício da poesia, pretendendo “ſahir hum Poeta eſclarecido”. Em referência a Horácio e sua *Arte Poética*, como anota o autor no rodapé do texto, é preciso dedicar-se a estudar: “Hum bom meſtre da Poeſia nos enſina/ Que os bons verſos dependem de doutrina” (GUERREIRO, 1784, p. 496). Esse entendimento começa pela metrificacão e pelas demais regras de poesia – que, não esqueçamos, Guerreiro expõe na parte inicial do *Tratado da verſificacão portugueza* –, e continua na leitura dos clássicos:

Foraõ os Gregos Poetas, e Latinos
Em tecer os ſeus verſos muito finos;
E tu deves cuidar em não largares
Das mãos taõ objervaveis exemplares:
Mas em te-los na mão, que coíſa aprendes,
Se tu a lingua delles não entendes?
(GUERREIRO, 1784, p. 497).

A solução ao entrave linguístico é dada por Miguel do Couto Guerreiro poucos versos adiante, quando aponta a indispensabilidade do estudo da arte retórica. Se pensamos nas regras dadas pela primeira reforma pombalina para o ensino dessa disciplina, sabemos que, para o caso da afirmação de Guerreiro, o conhecimento da retórica, como perfeita forma de eloquência, dá condições ao indivíduo de compreender as estruturas de composição dos enunciados antes na língua portuguesa que no idioma original; quando um estudante mais avançado, poderia este ter acesso às fontes clássicas na língua original.

Não só a retórica se mostra necessária para o conhecimento do aprendiz da arte poética, como também a história, a lógica e a filosofia. Sobre esta última, Guerreiro ainda observa, com ironia, que

Huma nova moral Philoſophia
 Se devia eſcrever para a Poeſia:
 As que correm impreſſas, ſão huns planos,
 Que indicaõ os coſtumes ſõ humanos;
 E devem os Poetas mais aſtutos
 Saber coſtumes de homens, e de brutos.
 (GUERREIRO, 1784, p. 498).

As outras duas partes do poema de Guerreiro discorrem sobre os cuidados que deve ter o poeta – ou o aprendiz do ofício – na composição, com vários exemplos de figuras de linguagem. Eventualmente ocorre alguma referência à mitologia greco-romana, além de autores clássicos como Ovídio e Camões, exemplificando por meio deles os gêneros de poesia e suas características, como o soneto e os acrósticos.

Queremos nos deter, contudo, na parte exposta anteriormente para reiterar a importância do discurso pedagógico nela imbricada. Tendo publicado sua obra 25 anos após a primeira reforma pombalina, parece-nos que Miguel do Couto Guerreiro segue alinhado com dois estandartes do reformismo iniciado na metade do século. Primeiro, o desenvolvimento da ciência, representado pelas distintas áreas do conhecimento sobre as quais o aspirante a poeta precisa ter algum conhecimento, especialmente no campo filosófico. Segundo e não menos importante, o uso privilegiado da língua portuguesa, pois, mesmo que o estudante não seja capaz de ler os textos clássicos de referência na sua forma integral, o estudo da arte retórica será franqueado pelo Estado, por meio das classes abertas pela Direção Geral dos Estudos a partir de 1759.

Apesar dos problemas logísticos e burocráticos que apresentou desde seu início, como vimos no capítulo anterior e ainda veremos a respeito da segunda reforma pombalina, que alcançou a administração pedagógica da Universidade de Coimbra, o contexto das reformas propostas pelo Marquês de Pombal parece ser positivo no campo ideológico, pois rompe completamente com um padrão estabelecido por mais de dois séculos e abre caminho para novas transformações no pensamento em todo o mundo lusitano. No mundo editorial, essa corrente positiva franqueia a edição e a publicação de diversos títulos dedicados a promover e a acessibilizar o conhecimento em língua vernácula. Mais que isso, essa revolução na forma como os portugueses passaram a se relacionar com o conhecimento e com o modo de se expressar também abriu caminho para movimentações de cunho político e emancipatório pautadas no acesso à filosofia iluminista, como ocorreu no Brasil no final do século XVIII.

5 UNIVERSIDADE DE COIMBRA: REFORMAS DE ENSINO E SOCIALIZAÇÃO

5.1 O subsídio literário

O capítulo 3 procurou mostrar as condições do ensino colonial brasileiro no contexto da expulsão da Companhia de Jesus e, por conseguinte, a primeira reforma pombalina na instrução pública. Banha de Andrade (1984) noticia a vinda de três mestres portugueses no ano seguinte a essa reforma, em 1760. Notadamente não são suficientes para a demanda, de modo que a tentativa do governo colonial se assemelha àquela realizada no Reino, que buscava letrados locais ou religiosos de outras congregações para tentar suprir a falta dos inicianos.

Passou-se a permitir, portanto, que brasileiros atuassem como mestres de latim, desde que financiados pelos alunos. De acordo com o historiador, isso gerou confronto imediato: por que pagar por algo que até pouquíssimo tempo antes era disponível de forma gratuita, nas mãos dos jesuítas? A situação instaura uma rixa entre os mestres locais e os poucos professores régios recém-chegados, tendo os últimos mais benefícios que os demais, embora menos aceitos pela população local. O caso descrito por Banha de Andrade se concentra em Pernambuco, onde a falta de professores sinalizava a calamidade do ensino: com a Companhia de Jesus, 25 classes funcionavam em toda a Capitania; agora, treze. O historiador também registra o fato de que o Governo, para escusar-se, creditava a pouca aceitação do novo método ao apego dos brasileiros aos jesuítas, junto ao “brio da consciência coletiva, que já existia neste tempo [e] era por demais conhecido por quem residia no Brasil, e sentia-se forte em Pernambuco” (ANDRADE, 1984, p. 828-833), evidenciando a preferência por professores locais, em detrimento dos enviados pela Coroa. Além disso, o simples exemplo pernambucano destaca a ausência de letrados capazes – e com vontade – de ensinar os menores, feito que seguramente se repetia no resto da Colônia.

A matriz do problema enfrentado pela Coroa no Brasil, se não for apenas por questões de interesse geopolítico, pode estar vinculada à esfera econômica, como denota o desinteresse em pagar salário aos professores locais. Isso não significa, por outro lado, que em Portugal a situação fosse muito diferente, embora lá fossem concentrados os recursos. Depois da reforma de 1759, Sebastião de Carvalho e Melo unifica o sistema censor português, criando em 1764 a Real Mesa Censória. A partir de 1772, a Direção Geral dos Estudos seria absorvida pela Real Mesa Censória, que a seu turno prepara a lei que oficializa, em 6 de novembro de 1772, as

regras para a instrução do ensino primário em todo o Império (CARRATO, 1968, p. 132). Essa instituição seria responsável por levar a cabo e apresentar, treze anos depois da primeira reforma, os resultados do recenseamento de escolas no Reino, sem contar as coloniais. José Carrato informa que em 1772 Portugal contava com 479 escolas, número que salta a 720 em 1779 (CARRATO, 1968, p. 130). Contudo, de acordo com o historiador, poucas de fato funcionavam, devido à escassez de recursos financeiros para mantê-las, pois as Minas, principal fonte de riqueza do Império português, já beiravam o colapso devido ao declínio da extração aurífera, iniciado pouco depois da metade do século.

A solução econômica vislumbrada pelo Marquês de Pombal (a essa altura, Sebastião de Carvalho e Melo já detinha o título nobiliárquico que o identificaria na história) foi a lei do Subsídio Literário, decretada em 10 de novembro de 1772, que previa certa quantia sobre a circulação de determinados produtos como imposto dedicado à manutenção do ensino (da qual não participava a Universidade de Coimbra, que se mantinha de forma autônoma do ponto de vista econômico). Na América, que vinha completamente abandonada desde a expulsão jesuítica, o subsídio representava, à primeira vista, o primeiro respiro rumo à reinserção das escolas na Colônia – é em 1772 que começam a chegar ao Brasil os primeiros mestres enviados pela Coroa. De acordo com informação coletada por José Carrato, a legislação ditava que fosse arrecadado “um rial em cada arrátel de carne da que se cortar nos açougues; e [...] dez réis em cada canada de aguardente das que se fazem nas terras” (PRIMITIVO MOACIR, v. 1, p. 27-28, apud CARRATO, 1968, p. 133). A estimativa é de que, nos primeiros anos, fossem arrecadados em todo o Império cerca de 100 milhões de réis, anualmente.

A soma representava grande fortuna que ajudaria a estabilizar em boa medida a instrução básica no Império português. Não foi o que aconteceu: o dinheiro acabou desviado para manter a Aula do Comércio e o Colégio dos Nobres, que funcionavam na corte, e a pagar os altos salários de seus ilustres mestres. Também acabou destinado a sustentar eventos diversos da Academia de Ciências de Lisboa e da Academia da Marinha, além de manter a Biblioteca Pública do Reino (CARRATO, 1968, p. 134).

Como os recursos do subsídio literário ou são desviados, ou são escassos, a reforma de ensino pretendida a partir de 1772 fica comprometida, contrariando o ideal de formação de um “perfeito nobre” com conhecimento amplo não só nas humanidades, acrescidas da filosofia natural e do estudo de outras línguas para além do latim (como a portuguesa, que pelos jesuítas era tratada lateralmente), mas nas ciências que cresciam no século XVIII. Maria Renata Duran e Júnior César Pereira argumentam que a instrução proposta nas reformas teria o poder de libertar o povo, renovando o classicismo e ampliando a laicização comum às ideias

do século, pois colocava a razão como protagonista, passando pela língua nacional como meio comum para usar e transmitir o discurso universal, local, nacional, integrador, inovador e tradicional (DURAN; PEREIRA, 2017, p. 130). À exceção dos colégios mais próximos da monarquia, essa libertação popular não acontece. As mudanças na legislação de 1772 “estatizam a instrução popular”, como afirma Banha de Andrade (1984, p. xxvi), mas, como vimos no capítulo 2, mantêm-se alinhadas aos valores caros à Coroa e à Igreja Católica. No caso americano, a situação posterior à segunda reforma de ensino difere pouco da situação desoladora ocasionada pela expulsão da Companhia de Jesus, treze anos antes.

5.2 Luzes na penumbra

A somar com as paupérrimas manifestações de oferta da instrução colonial, José Carrato (1968, p. 151) identifica quatro professores enviados ao Brasil depois de 1759, e antes da lei do Subsídio Literário: dois destinados à Capitania de Pernambuco, em 1759; um ao Grão-Pará, em 1760, e outro ao Espírito Santo, em 1770. A partir da promulgação do Subsídio Literário, dois anos depois, a oferta aumenta, das primeiras letras ao ensino secundário, como consta no quadro a seguir:

Quadro 7 – Aulas abertas no Brasil após a Lei do Subsídio Literário (1772)

Capitania/Cidade (quando mencionada)		Primeiras letras	Aulas de gramática	Aulas de retórica	Aulas de grego e filosofia
Rio de Janeiro		2	2	1	1
Bahia		4	3	1	1
Pernambuco		4	4	1	1
São Paulo		1	1	1	-
Minas	Vila Rica	1	1	-	-
	Mariana	-	1	-	-
	Sabará	1	-	-	-
	São João del-Rei	1	1	-	-
Pará		1	1	1	-
Maranhão		1	1	1	-

Capitania/Cidade (quando mencionada)	Primeiras letras	Aulas de gramática	Aulas de retórica	Aulas de grego e filosofia
Total por classe	16	15	6	3
Total de aulas:	40			

Fonte: elaboração nossa a partir de Carrato (1968, p. 151-152).

A situação das aulas abertas demonstra disparidade semelhante à oferta do ensino jesuítico, quando as escolas eram postas a funcionar muito mais para atender a interesses políticos do que suprir a demanda nas diferentes regiões, como observa Carrato (1968, p. 156). O exemplo acima é claro nesse sentido, considerando, por exemplo, que a capitania de Minas praticamente não recebe aulas secundárias, limitadas a três aulas de gramática para toda a região. Isso também se nota na concentração das classes de filosofia e grego em apenas três capitanias que já somavam número significativo de aulas, diante de regiões populosas, como novamente as Minas, onde certamente havia demanda.

A solução encontrada pela Coroa para aumentar a oferta de classes no Brasil é semelhante àquela oferecida na Corte, onde os problemas relacionados à arrecadação do imposto que subsidiava o ensino não eram tão diferentes. Um ano após a promulgação da Lei do Subsídio Literário, fica a cargo do governador das Minas, Antônio Carlos Furtado de Mendonça, colocar o imposto em prática na região, cuja arrecadação, em 1775, chega a 6:646\$499 (CARRATO, 1968, p. 155). De acordo com José Carrato, o salário dos professores regulava em 150\$000 ao ano, obedecendo a uma hierarquia meritocrática na remuneração: pagava-se, anualmente, 460\$000 ao mestre de filosofia, 440\$000 ao de retórica, 400\$000 ao de gramática e 150\$000 ao de primeiras letras (CARRATO, 1968, p. 162). Em 1772, começam a funcionar seis aulas nas Minas, como mostra o quadro anterior. Carrato observa que em 1774 funcionam, em Vila Rica, uma aula de gramática latina, uma de filosofia e duas de primeiras letras, além de aulas de primeiras letras em Sabará, Mariana, São João del-Rei e Vila do Príncipe (CARRATO, 1968, p. 156). Somando e subtraindo, chegamos a oito aulas na capitania mineira em 1775. Se os professores eram remunerados conforme o padrão, essa conta devia girar, naquele ano, em torno de 1:160\$000.

A situação seria muito positiva para as Minas se o dinheiro fosse, de fato, integralmente aplicado na manutenção da instrução pública, dado que apenas um sexto da arrecadação estaria comprometido com salários, o que permitiria investir o lucro em abrir mais aulas e dar sustento a todas elas. Entretanto, a Coroa toma parte deste imposto, que acaba desviado para as escolas e academias da corte metropolitana. No lugar de colher os frutos do próprio subsí-

dio, os mineiros experimentam a debandada, tanto do ouro, cuja extração diminuía consideravelmente, quanto de parte da população, que rumava para outras capitanias em busca de melhores oportunidades econômicas, não mais encontradas nas Minas. O subsídio imediatamente decresce, girando em torno de quatro contos de réis entre 1790 e 1792, conforme os registros (CARRATO, 1968, p. 156).

Outros problemas asseveram a turbulência pela qual passa o ensino no Brasil, ou mesmo a tentativa de implantá-lo. Carrato aponta que os professores tinham seus salários atrasados por muito tempo, chegando alguns deles a levar seis anos sem receber o soldo anual – em 1804, a dívida acumulada do Governo da capitania de Minas, por exemplo, é de 51:378\$889. Junto da falta de alunos em algumas aulas (problema não só da migração a outras capitanias, mas possivelmente da superconcentração de aulas em algumas localidades), a dívida constitui o argumento perfeito para começar a fechá-las (CARRATO, p. 157-158).

Às seis aulas inauguradas no Rio de Janeiro em 1772, foram somadas uma classe de latim, em 1774, e aulas de hebraico, teologia e filosofia, em 1776, por iniciativa de frades franciscanos. Ao que parece, essas aulas logo são transformadas em cursos oficiais de estudos literários e teológicos, cujo plano de ensino compreendia as disciplinas de grego, hebraico, filosofia, história eclesiástica, teologia dogmática, moral e exegética. Trata-se de um curso voltado à preparação de sacerdotes, e, de acordo com Fernando de Azevedo (1971, p. 550-554), parece ser o primeiro momento em que se organiza um programa de ensino bem estruturado no Brasil, depois das reformas pombalinas.

Funciona no Rio de Janeiro, nos meados da década de 1780, o Seminário de São José, centro de ensino que chega ao século XIX como um celeiro de homens célebres para a política e para as letras do Brasil. Entre aqueles que foram seus alunos, destacam-se Cândido Batista de Oliveira¹, diplomata gaúcho, Luís Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias, e Evaristo Ferreira da Veiga², que ali estuda filosofia, e anos depois se torna redator da *Aurora*

¹ Natural de Porto Alegre, viveu entre 1801 e 1865. Quando jovem, estudou humanidades no Seminário de São José, no Rio de Janeiro, seguindo para Coimbra, onde se bacharelou em matemática e em filosofia. Estudante muito destacado, de acordo com Sacramento Blake, no ano de sua formatura em Coimbra, 1824, migrou para a França, onde frequentou a escola politécnica. Quando voltou ao Brasil, em 1827, foi nomeado lente substituto da Academia Militar, logo assumindo o posto de lente catedrático de mecânica. Foi inspetor do Tesouro Nacional entre a abdicação de Pedro I e 1834; três anos depois, dedicou-se à carreira diplomática em Turim, e anos mais tarde passou também por S. Petersburgo e Viena. Deputado e senador pelo Rio Grande do Sul, foi também Ministro da Fazenda, Ministro da Marinha, Diretor do Banco do Brasil e Diretor do Jardim Botânico. Integrou o conselho do Imperador, além de ser membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, escrevendo diversas obras sobre aritmética e engenharia (BLAKE, v. 2, 1893, p. 24-26).

² Viveu no Rio de Janeiro, entre 1799 e 1837. Depois de concluir os estudos secundários no Seminário de São José, Evaristo passou a trabalhar como caixeiro para uma venda de livros aberta por seu pai, então aposentado da docência. Com seu irmão João Pedro da Veiga estabeleceu sociedade semelhante à de seu pai, e anos mais tarde passou a trabalhar por conta própria, dedicando-se então ao jornalismo. De acordo com Sacramento Blake, foi

Fluminense – seu pai, Francisco Luís Saturnino da Veiga, fora professor régio de primeiras letras. Entre os professores do Seminário, José Carrato (1968, p. 153) cita os nomes de Manuel Marques³, como mestre de latim, e João José Vahia⁴, como mestre de retórica.

Levantamento interessante é feito por Carrato em relação aos mestres mineiros de meados dos anos 1770, para quem o estado devia salários atrasados. Para tentar manter suas aulas funcionando, Carrato supõe que não deve ter faltado ocasião em que os professores precisaram cobrar dos alunos por taxa de limpeza, pelo papel e pela tinta. É curioso contrastar esse contexto miserável com a fama que construíam, pois, de acordo com o historiador, o prestígio de um mestre era tão relevante quanto fossem sua “crueldade” e vigilância policial na manutenção da disciplina: “esses mestres valiam mais pela sustância com que sabiam puxar a palmatória do que pela força de sua capacidade profissional” (CARRATO, 1968, p. 151). Essa má fama, vista às avessas como “boa reputação”, poderia ser resultado da forma como a Coroa tratava os professores que contratava. Endividados e ao mesmo tempo vigiados pela Mesa Censória, fica difícil pensar em uma instrução com relações mais polidas quando o próprio professor precisava cobrar miudezas de seus estudantes. Em último caso, porém, a má fama poderia ser devida ao fato de que vários deles eram “estrangeiros” vindos de Portugal, nem sempre bem adaptados aos comportamentos sociais e à rusticidade da Colônia, e/ou nem sempre bem recebidos pelas populações, como o caso pernambucano que vimos anteriormente, relatado por Banha de Andrade (1984).

Entre os professores régios nomeados pela Coroa figura Manuel Inácio da Silva Alvarenga, que, retornando da corte por volta de 1783, se estabelece em São João del-Rei, onde ministra aulas de retórica e poética (AZEVEDO, 1971, p. 550). Próximo de Basílio de Gama, Silva Alvarenga teria tido a oportunidade de se aproximar do Marquês de Pombal, tendo o intermédio do Secretário para publicar, em 1774, sua obra *O desertor*, quando ainda era estudante da Universidade de Coimbra, aos 24 anos de idade (DURAN; PEREIRA, 2017, p. 109). Não temos informações suficientes para sustentar uma suposição válida em sobre que motivos

“patriota sincero e desinteressado, de coragem cívica a toda prova, e ao mesmo tempo de moderação exemplar, mais de uma vez salvou o império nas crises tumultuárias, por que o país depois de sua independência passou” (v. 2, 1893, p. 311). Foi deputado por Minas Gerais e pelo Rio de Janeiro, sócio benemérito da sociedade Aman-te da Instrução, sócio do Instituto Histórico da França e membro da Arcádia Romana. É dele a autoria do Hino da Independência do Brasil, musicado por d. Pedro I.

³ Em caso de que coincida com Manuel Marques Brandão, conforme anotação de Sacramento Blake (v. 6, 1900, p. 158), foi presbítero secular e cônego da Sé metropolitana. Nas palavras de Blake, foi um “sacerdote ilustrado”.

⁴ Usamos como nossas fontes biográficas o *Diccionario bibliographico brasileiro*, de Sacramento Blake, a *Bibliotheca lusitana*, de Diogo Barbosa Machado, e o *Diccionario bibliographico portuguez*, de Innocencio Francisco da Silva. Em nenhum deles encontramos dados relativos a João José Vahia. O caso deve se repetir em outros momentos desse texto com outros nomes citados, razão pela qual nos escusamos, desde já, pela lacuna histórica deixada.

teriam levado o jovem mineiro, formado para a carreira jurídica, a se interessar pela carreira docente. Fato é que, para a época e de acordo com a reforma de 1772, exigia-se que os futuros mestres realizassem um exame na Universidade de Coimbra – outro exame que, como a tentativa de 1759, não dura muito tempo, já que em 1777 ascenderia ao trono a Rainha Maria I e o Reino português, pelo menos no campo pedagógico, voltaria à penumbra e dispersão anterior ou concomitante aos primeiros anos pombalinos.

De acordo com Duran e Pereira (2017, p. 120), Silva Alvarenga foi o único brasileiro aprovado nesse exame, que consistia na defesa de uma tese sobre tema de sua escolha – geralmente apresentada por escrito, embora não se tenha notícia daquela defendida pelo poeta. Licenciado, teria recebido os mesmos direitos que todos os outros professores régios: poderia dar aulas em casa ou onde preferisse, sendo responsável pelo programa de ensino, pela saúde financeira de sua classe e pelo material didático utilizado, adotando obras pré-existentes ou redigindo os próprios manuais – caso último que não se aplica a Silva Alvarenga (DURAN; PEREIRA, 2017, p. 104-108). Fato curioso, no entanto, diz respeito à adaptabilidade do mestre, pois foi aluno do Seminário de Estudos de Gramática e Moral de Mariana, onde muito provavelmente foi introduzido à retórica, no estudo secundário, por meio da língua latina. Na vida adulta, porém, ensinava-a em língua portuguesa (DURAN; PEREIRA, 2017, p. 120), adotada como padrão no contexto das reformas de ensino.

Em 1784, Silva Alvarenga deixa as Minas e rumo ao Rio de Janeiro para assumir a regência da cadeira de Retórica e Poética, criada pelo Vice-Rei D. Luís de Vasconcelos e Souza em 1782 (CARRATO, 1968, p. 152). Fernando de Azevedo (1871, p. 689) afirma que o cargo impulsiona a vida social do poeta, que além de professor se converte em um grande animador da cultura letrada na capital colonial. Silva Alvarenga acabou preso em 1794 na Ilha das Cobras, por suspeita de conspiração e circulação de obras francesas. Nos autos da devassa da qual foi réu, o levantamento de seus bens informa que possuía biblioteca com 1.576 títulos, dentre os quais se destacavam autores proibidos para a época, como Montesquieu, Voltaire, D'Alembert e Rousseau (STARLING, 2018, p. 203). A Rainha, que em 1787 havia reformado o sistema censório português com a criação da Comissão Geral para o Exame e a Censura dos Livros, concede-lhe indulto em 1797, e Silva Alvarenga retoma a docência, à qual aparentemente se dedica até o fim da vida. É o que relata, de acordo com Duran e Pereira, um de seus alunos mais destacados, e possivelmente seu primeiro biógrafo, Januário da Cunha Barbosa⁵ (DURAN; PEREIRA, 2017, p. 110-112).

⁵ Nascido no Rio de Janeiro em 1780, Januário da Cunha Barbosa foi um importante historiador, jornalista, poeta, biógrafo e político. Religioso, foi também cônego da Capela Real quando da chegada da família Real ao Bra-

Fora do Rio de Janeiro, encontramos menção a um mestre régio de latim em Goiás, no ano de 1787. Bartolomeu Antônio Cordovil, pseudônimo de Antônio Lopes da Cruz⁶, teria sido o primeiro professor enviado pela Coroa àquela capitania, onde escreve e envia à capital da Colônia a *Epístola aos árcades do Rio de Janeiro*, a fim de ajudá-los a escrever melhor a partir da leitura intensiva de modelos literários (LAJOLO; ZILBERMAN, 1991, p. 72).

5.3 Crise e decadência das aulas mineiras

O fim do século presencia a abertura de importantes instituições religiosas, acompanhadas de transformações significativas na forma como conduziam ideologicamente o ensino. Na esteira da fundação do Seminário de Olinda, em 1798, Fernando de Azevedo pontua que é este o momento em que aparecem os primeiros reflexos práticos da época que se abre com o século XIX e a Ilustração, acentuando a oposição entre o ensino jesuítico e a reforma de Pombal. Começa a se expandir a dualidade de escolas – leigas e confessionais –, o desenvolvimento do ensino científico ao lado do ensino humanístico, a penetração das línguas e literaturas modernas (francesas e inglesas) na vida cotidiana e nas escolas, para além do latim e do grego. É o reflexo, no Brasil, de uma corrente de pensamento pedagógico que é produto da Revolução Francesa (AZEVEDO, 1971, p. 557). Em Pernambuco, temos mais uma vez a presença marcante da Igreja, com a inauguração do Seminário Episcopal, em 1799, cujo currículo seria impregnado de ideias iluministas (CARRATO, 1968, p. 154).

Essa suposta abertura, contudo, não facilitaria de imediato a vida dos professores régios. Ainda em 1797, quando liberado da prisão, Silva Alvarenga teria escrito uma petição à Rainha, relatando as condições difíceis, principalmente de ordem econômica, enfrentadas pelos mestres na América portuguesa (STARLING, 2018, p. 203). A rainha, entretanto, não responde, provavelmente porque os sinais da demência se manifestavam com mais intensidade.

sil, em 1808. Participante ativo em movimentações políticas, oscilou diversas vezes entre apoiar e criticar o Império. Como historiador e jornalista, contribuiu ativamente para a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, periódico da instituição que ajudou a fundar em 1838. Quando morreu, em 1846, além de deputado, era bibliotecário da Biblioteca Pública da Corte, instituição que hoje conhecemos como Biblioteca Nacional. Informações adaptadas de: <https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/06/personagens-biblioteca-nacional-januario-cunha-barbosa>. Acesso em: 31 out. 2021.

⁶ Sacramento Blake (v. 1, 1883, p. 381-382) informa que Cordovil (como o poeta é reconhecido em sua antologia) viveu entre 1746 e 1810, sendo destacado na arte da escrita desde jovem, vivendo no Rio de Janeiro. Estudante de Cânones em Coimbra, publicou naquela cidade uma tradução da *Arte poética*, de Horácio, redigida por sua esposa, Rita Clara Freire de Andrade – cujo parentesco com os Freire de Andrade da Casa de Bobadella, até onde pudemos pesquisar, parece ficar no campo da suposição, dada a dificuldade em localizar informações mais assertivas a esse respeito.

O que acontece é um pedido de seu filho Regente, D. João, em 1799, para que se fizesse, por parte da administração pública, um levantamento das aulas disponíveis em todo o Império (CARRATO, 1968, p. 158). A relação dessa solicitação com a petição de Silva Alvarenga fica apenas no campo da suposição. José Carrato, porém, aponta que a solicitação de D. João é ignorada pela maioria das capitanias, como fora o recenseamento de escolas jesuíticas depois da expulsão da Companhia, inacabado. O levantamento mais recente, contudo, é realizado em Minas pela Junta da Real Fazenda de Vila Rica, que apresenta, ainda que incompletamente, os registros dos mestres de quatro comarcas entre os anos de 1800 e 1814. Eis os dados, copiados do pesquisador:

Quadro 8 – Aulas funcionando em Minas (1800-1814)

LOCALIDADE	DISCIPLINA	PROFESSOR	SOLDO ANUAL
<i>Comarca de Vila Rica</i>			
Mariana	Retórica	Salvador Peregrino Aarão	440\$000
	Filosofia Racional	Pe. Manuel Joaquim Ribeiro	450\$000
	Primeiras letras	Luís Joaquim Varela de França	150\$000
Vila Rica	Gramática latina	Pe. Silvério Teixeira de Gouveia	400\$000
	Primeiras letras	Vaga	-
Guarapiranga	Gramática latina	José Procópio Monteiro	400\$000
	Primeiras letras	Pe. Francisco Luís de Souza	150\$000
Sumidouro	Primeiras letras	Vaga	-
Furquim	Primeiras letras	Manuel Ferreira Velho	150\$000
Inficionado	Primeiras letras	Pe. José Teixeira Romão	150\$000
Catas Altas	Primeiras letras	Manuel Dias de Lima	150\$000
Congonhas do Campo	Primeiras letras	Pe. José Antônio Freire Barata	150\$000
<i>Comarca do Rio das Velhas</i>			
Vila do Sabará	Gramática latina	Pe. José Caetano da Costa	400\$000
	Primeiras letras	Francisco de Paula Pereira	150\$000
Santa Bárbara	Primeiras letras	Pe. Joaquim Pereira	150\$000
Conceição do Mato Dentro	Primeiras letras	Pe. Manuel Francisco da Silva	150\$000
São Miguel	Primeiras letras	Pe. Antônio José de Lima e Costa	150\$000
Curral del Rei	Primeiras letras	Marcelo da Silveira Lobato	150\$000
Vila do Caeté	Gramática latina	Antônio Gonçalves Gomide (até 1798)	400\$000
	Primeiras letras	Vaga	-
Santa Luzia do Sabará	Primeiras letras	Francisco de Matos Barroso	150\$000
Vila do Pitangui	Gramática latina	Pe. Joaquim Anastácio Marinho e Silva	400\$000
	Primeiras letras	Vaga	-
Vila do Paracatu	Gramática latina	Vaga	-
	Primeiras letras	Gonçalo Antunes Claros	150\$000

LOCALIDADE	DISCIPLINA	PROFESSOR	SOLDO ANUAL
<i>Comarca do Serro Frio</i>			
Vila do Príncipe	Gramática latina	Pe. Teodoro Pereira de Queirós	400\$000
	Primeiras letras	Antônio de Almeida Saraiva	150\$000
Arraial do Tijuco	Gramática latina	Pe. Manuel da Costa Viana	400\$000
	Primeiras letras	Antônio Manuel de Mendonça	150\$000
Rio Vermelho	Primeiras letras	Vaga	-
Peçanha	Primeiras letras	Pe. João Pedro de Almeida	150\$000
Arraial de Gouveia	Primeiras letras	Pe. Manuel Ribeiro de Oliveira	150\$000
Minas Novas do Fanado	Gramática latina	José Elói do Prado Ottoni	400\$000
	Primeiras letras	Pe. Francisco Furtado de Mendonça	150\$000
<i>Comarca do Rio das Mortes</i>			
São João del Rei	Gramática latina	Pe. Marçal da Cunha e Matos	400\$000
	Primeiras letras	José Pedro da Costa Batista	150\$000
Vila de São José	Gramática latina	João Varela da Fonseca e Cunha	400\$000
	Primeiras letras	Vaga	-
Itaberaba	Gramática latina	Pe. Felisberto José Machado	150\$000
Vila da Campanha da Princesa	Gramática latina	Pe. Francisco José de Sampaio	400\$000
	Primeiras letras	Pe. Manuel Joaquim Pereira Coimbra	150\$000
Barbacena	Primeiras letras	Vaga	-
Lavras do Funil	Primeiras letras	Pe. Manuel Moreira Prudente	150\$000
Vila de Queluz	Primeiras letras	Pe. José Crisóstomo de Mendonça	150\$000
Santo Antônio do Vale da Piedade	Primeiras letras	Luís Antônio da Silva	150\$000
Vila de Tamanduá	Primeiras letras	Pe. Dionísio Francisco da França	150\$000

Fonte: adaptado a partir de Carrato (1968, p. 159-161).

José Carrato aponta que, apesar da listagem, a imprecisão e incompletude em alguns dados por ele encontrados demonstram que a administração da capitania sequer sabia o endereço de cada escola, o regime em que funcionavam, se os professores continuavam vivos (CARRATO, 1968, p. 161). Ainda assim, se confiarmos nas informações do quadro, existe para o período desses catorze anos um número bastante superior às seis classes abertas em 1772: são 46 aulas nas Minas, entre as quais apenas uma de retórica e uma de filosofia, em Mariana. As classes se distribuem, pelo menos em quantidade geral, de forma quase equânime entre as comarcas, despontando as primeiras letras como a mais oferecida, com o total de 31 aulas, seguida de gramática latina, com treze. Esses números, entretanto, não significam aulas funcionando: basta ver que oito delas aparecem com o quadro de regentes vago – não sabemos desde quanto tempo antes da contagem, ou até quando ficaram nessa situação. No que se refere aos mestres, a maioria ainda pertencia a alguma congregação religiosa, efeito provável

da presença marcante da religião desde a chegada dos primeiros aventureiros do ouro, pois eram 22 padres-mestres, ante dezesseis seculares. O soldo anual para manter minimamente os docentes, se fosse pago em dia, custaria aos cofres mineiros em torno de 9:240\$000 ao ano. Não é o que acontecia, porque a essa altura a falta de arrecadação vinha competir com o desvio dos recursos. O último registro de José Carrato aponta o ano de 1792, quando o ouro já rendia muito pouco; neste ano, o subsídio literário juntou 4:357\$102 (CARRATO, 1968, p. 156).

Depois do relatório apresentado pela Junta da Real Fazenda de Vila Rica, a solução apresentada pelo Governo se concentrava em duas frentes: primeiro o fechamento de aulas, depois a redução dos salários dos mestres, para dar fôlego à economia da instrução básica. A ideia era que os professores de filosofia, que recebiam 460\$000 anuais, passassem a receber 380\$000, seguidos pelos de retórica e gramática que, recebendo, respectivamente, 440\$000 e 400\$000, teriam os vencimentos reduzidos a 300\$000 ao ano. A única categoria que se mantém igual é a das primeiras letras, cujo salário anual somava 150\$000.

Pobres, muitos professores teriam abandonado o ofício em busca de melhores oportunidades, nem sempre com muita sorte. É o caso, por exemplo, de José Elói Ottoni, mestre de gramática desde 1791 nas Minas Novas do Fanado. Descontente, Ottoni migra para Portugal, onde dá aulas de retórica. Companheiro de Bocage, ajuda a fundar uma Arcádia na metrópole, circulando com boa aceitação na nobreza – o que, para José Carrato, é o que ajuda a livrá-lo do Santo Ofício. Empobrecido, retorna ao Brasil provavelmente entre o final do século XVIII e início do XIX, dedicando-se à poesia de temas religiosos e levemente patriótica (CARRATO, 1968, p. 175).

O problema maior da Colônia brasileira, no entanto, estava nas Minas. Em 1817, três anos depois das discussões em torno do levantamento realizado pela Junta da Real Fazenda de Vila Rica, funcionavam em toda aquela capitania apenas as seguintes aulas: em Vila Rica, de primeiras letras, latim e filosofia; em São João del-Rei, Campanha, Vila do Bom Sucesso, uma classe de latim em cada, e no Tijuco, um Recolhimento de donzelas. José Carrato (1968, p. 165) relata que na mesma época tenta-se lançar os “papéis selados”, um “selo de educação” que, fazendo as vezes de uma bolsa de estudos, coletaria recursos para sustentar estudantes mineiros em Coimbra, ou continuar mandando-os para lá, como se fazia no auge do século anterior. A proposta sequer chega perto de vingar, seja porque ainda existiam outras dívidas relacionadas à instrução pública, ou porque a arrecadação era, de fato, muito aquém do necessário para tal empresa.

A gravidade da situação é aplacada pela ação dos religiosos. Carrato, na mesma contagem de aulas mineiras em 1817, sugere que ainda existia o Seminário de Mariana, mas, se este já não estava fechado, dedicava-se com pouca energia às primeiras letras e ao ensino secundário, deixando de lado a formação clerical que lhe fora característica no século XVIII – pois assim decidira o bispo D. Frei Cipriano de São José, terceiro prelado da diocese, em 1811. A intenção do bispo era outra:

era evidente o desinteresse do Prelado pelo Seminário, decadente, sem patrimônio, remanescente de suas origens pedagógicas pré-pombalinas. Não era esse, pois, o seminário dos sonhos de um bispo iluminista: muito mais o seria aquele Colégio Real de Artes e Disciplinas Eclesiásticas, criado ali na sede episcopal, à moda de uma Academia. (CARRATO, 1968, p. 72).

Em agosto de 1816, o então Governador das Minas, Manuel de Portugal e Castro, abre uma representação na Câmara de Mariana, por meio do bispo, para instalar o Colégio Real de Artes e Disciplinas Eclesiásticas. Ao que tudo indica, a intenção era transformar o Seminário de Mariana em tal escola, que já servia como espaço para as aulas régias de latim, filosofia moral e racional e retórica. O Colégio manteria os professores do Seminário, agregando aulas de geometria e matemática. Usaria a gramática de Antonio Pereira e compêndios da Universidade de Coimbra, para estar alinhado às novidades metodologicamente. Para sua administração, o Governo poderia ficar despreocupado, pois a proposta era que o Colégio Real tivesse direção única da Igreja, embora mantido com subsídio do Rei (CARRATO, 1968, p. 166).

O plano não vingou. O bispo morre em 1817, e a resposta do Rei para o pedido não chega nunca. Quem chega, de fato, são dois padres lazaristas, da Congregação de São Vicente de Paulo: Leandro Rebelo Peixoto e Castro e Antônio Ferreira Viçoso⁷. D. João VI doa-lhes, em 1820, as propriedades eclesiásticas da Serra do Caraça, no Rio das Velhas – que, supomos, talvez estivessem desocupadas desde os tempos dos jesuítas. Ali, os lazaristas fundam um educandário nos mesmos moldes daquele pretendido por D. Cipriano: o Colégio do Caraça, que atravessaria os anos seguintes abençoado pelas Luzes do conhecimento (CARRATO, 1968, p. 168). Além dessa instituição, há notícia da criação do Real Colégio de Nossa Senhora e São Caetano, em 1816, na nova capital do Reino (ou seja, o Rio de Janeiro), pelo presbítero João Romão da Silva. Por essa época, também embalada pela chegada da corte, em 1808, dá-se a inauguração do Seminário de Olinda, além do Seminário de Jacarepaguá, no Rio de

⁷ De acordo com Sacramento Blake (v. 1, 1883, p. 166-168), Viçoso nasceu em Portugal em 1787, falecendo em Mariana no ano de 1875. Em vida, além de bispo de Mariana, foi-lhe concedido o título de Conde da Conceição. Chegou ao Brasil em 1819, passando a ocupar a liderança de sua congregação na Colônia, cargo que deixa em 1844 para tornar-se bispo de Mariana. Reformou a diocese e o seminário episcopal, importante instituição de ensino eclesiástico da região.

Janeiro, cuja organização, chefiada por Joaquim do Livramento, abre suas portas em 1817 para dar instrução a meninos pobres, de maneira gratuita. Nesse mesmo ano, de acordo com Antonio Candido, funda-se na Bahia uma escola de prisão, em que se ensinava retórica, matemática, história e inglês (CANDIDO, 2013, p. 252).

A última contribuição do estudo de José Carrato (1968) que destacamos no âmbito da instrução menor diz respeito ao levantamento de professores régios atuantes nas Minas entre 1760 e 1860, ainda não citados neste capítulo. Respeitando o recorte que propomos ao nosso trabalho, elencamos abaixo apenas os mestres que se relacionam, de alguma forma, com o universo das letras e das humanidades até 1820:

- Pe. Pascoal Bernardino Lopes de Matos, ex-jesuíta, lecionou latim no Seminário de Mariana por 30 anos; foi professor de
- Antônio Rodrigues Dantas, primo de Joaquim José da Silva Xavier (o Tiradentes), assume a docência no Seminário e depois em Lisboa. Publicou, em vida, a *Sintaxe Latina*⁸. Professor de latim e retórica, foi Reitor do Seminário de Mariana em 1768; por seu turno, foi mestre de
- Francisco de Paula Meireles, escritor de poesia satírica, tornou-se professor régio de filosofia em Mariana;
- Pe. Manuel Joaquim Ribeiro, português radicado em Mariana, onde deu aulas de filosofia. Teve seu nome cogitado para compor o quadro docente do Colégio Real das Artes, em 1816; deve ter exercido a docência entre a Inconfidência e a Independência, sem registros claros (CARRATO, 1968, p. 169-170).

Se o registro histórico nos priva de maiores dados biográficos sobre esses mestres, resta-nos o exemplo de vocação e persistência desses homens que, maltratados pela administração Régia, demonstram a poderosa influência positiva que um professor pode ter sobre seus alunos, a ponto de que estes, quando jovens, decidam seguir seus passos. Por outro lado, esses eram os mestres mais “comportados”, no sentido de que eram fiéis à Coroa. Fato explicável, porque

o arrocho pombalino antes, e a sinistra eficiência policial de Pina Manique depois, sob a cobertura do aparato judiciário e canônico da Santa Inquisição, nem eram necessários para o enquadramento daqueles severos pedagogos nos seus rígidos princípios de servir devotamente à ordem estabelecida, dos quais não se afastavam uma linha. (CARRATO, 1968, p. 170).

⁸ Conferir a obra em: <http://www.ghc.usp.br/server/Lusodat/pes/00/pes00110.htm>. Acesso em: 20 out. 2021.

Há, ainda, os mestres que podemos chamar de “rebeldes”, que provavelmente enveredam para as Luzes na onda pombalina, abraçando seus ideais mais fortemente a partir da Revolução Francesa. É o caso do Cônego Luís Vieira da Silva, professor de filosofia em Mariana até ser preso no contexto da Conjuração Mineira, e possuidor de vasta biblioteca, objeto de estudo da obra *O diabo na livraria do cônego*, de Eduardo Frieiro (1981). Depois dele, José Carrato cita Mariano José Pereira da Fonseca⁹, João Marques Pinto e Silva Alvarenga, no Rio de Janeiro, esses últimos envolvidos na Devassa de 1794 (CARRATO, 1968, p. 174-176)¹⁰.

Essa lista de rebeldia não pode ser finalizada sem o exemplo de Frei Caneca, que mergulhou na efervescência do movimento ilustrado que a chegada da corte ao Brasil provocara. Dedicado à docência, o religioso esteve envolvido na Revolução Pernambucana de 1817, ficando preso na Bahia até 1821. Retornando ao Recife, volta a dar aulas, agora mais engajado na doutrinação política, participando ativamente do movimento independentista (CANDIDO, 2013, p. 696). É na prisão, contudo, que nascem suas maiores contribuições para a pedagogia, pois escreve o *Breve compêndio de gramática portuguesa*, obra cujo objetivo inicial, de acordo com Roberto Acízelo de Souza, era ensinar as primeiras letras a uma senhora do Convento do Desterro que lhe protegia e levava alimentos. Ainda segundo o estudioso, é do mesmo período o *Tratado de eloquência*, também escrito por Caneca (SOUZA, 1999, p. 54-55).

5.4 A reforma na Universidade

Todos os principais poetas do Arcadismo brasileiro, como vimos no capítulo 1 a propósito da obra *Formação da literatura brasileira*, de Antonio Candido, realizaram seus estudos superiores na Universidade de Coimbra, como era praxe para a grande maioria dos letrados brasileiros ao longo do século XVIII. Dentre eles, supõe-se que Tomás Antônio Gonzaga teria tentado seguir carreira docente em Coimbra, de modo que o *Tratado de direito natural*, que escreve quando termina o estudo de Leis, por volta de 1768 (publicado apenas no século

⁹ Marquês de Maricá, foi Ministro e Secretário de Estado da Fazenda, além de Senador do Império. Estudou matemática e filosofia em Coimbra. Entre 1835 e 1860 os irmãos Laemmert publicaram diferentes edições de suas reflexões e pensamentos, em consideração “d’este varão illustre, [...] tido geralmente na conta de um dos mais conspícuos homens d’estado e litteratos do Brasil” (SILVA, v. 6, 1862, p. 147).

¹⁰ José Carrato menciona Francisco Muniz Barreto como mestre envolvido na Revolta dos Alfaiates, de 1798. Optamos por não incluir a indicação no corpo do texto por possível imprecisão do historiador, uma vez que as informações biográficas que localizamos sobre Francisco Muniz Barreto em Sacramento Blake (v. 3, 1895, p. 55-58) indicam que este viveu entre 1804 e 1868. Quando jovem, teria deixado de ir a Coimbra para alistar-se no exército, lutando pela independência do Brasil na Bahia. Anos mais tarde, serviu aos interesses imperiais também no Rio Grande do Sul, por ocasião da Revolução Farroupilha. Foi, segundo Sacramento Blake, um grande poeta e repentinista brasileiro.

XX por Rodrigues Lapa), teria servido como instrumento para conseguir um posto na Universidade (BOSI, 2015, p. 84). Não se sabe que motivos levaram o poeta mineiro a trocar o ensino pela magistratura, mas podemos supor que Gonzaga era consciente da situação em que se encontravam os professores do Império, e até mesmo do atraso da Universidade de Coimbra em relação às demais universidades europeias.

Quanto à formação superior, nossos principais poetas experimentam as distintas fases da Universidade de Coimbra, cada um a seu tempo: Cláudio ainda nos anos 1750, Tomás no final dos anos 1760, quase ao pé das reformas da instrução básica e da expulsão dos jesuítas, e Silva Alvarenga na década seguinte, no contexto das reformas que, a partir de 1772, chegam àquela instituição, além de Francisco de Melo Franco, crítico do “novo” sistema por meio de sua obra *Reino da Estupidez*.

Para tomar o exemplo da primeira fase, podemos considerar os escritos dos biógrafos de nosso primeiro letrado, que indicam quase unanimemente a desorganização dos estudos. Laura de Mello e Souza (2011), logo que informa o ano da matrícula de Cláudio no curso de Cânones, 1749, descreve a vida atribulada que o então estudante passava a levar, pois deveria organizar a rotina de estudos privados ao lado das seis horas de aula a que assistia por dia (SOUZA, 2011, p. 54-56). João Ribeiro evidencia criticamente a desorganização das aulas, com poucas teses distribuídas entre os alunos em largos espaços de tempo, classes vazias, problemas com a evasão. Em Coimbra,

o método adotado no ensino era o chamado *analítico* e que consistia em receber por apostilas a exposição de alguns títulos do corpo do direito civil ou canônico. Como não estudavam princípios gerais, nem as instituições, nem as leis do país, nem gênero algum de matérias subsidiárias que desconheciam por completo, dali saíam os escolares para a prática da jurisprudência, onde abandonando a interpretação das leis, coagidos pela tradição de ignorância, guiavam-se apenas pelos casos julgados, houvesse ou não identidade da espécie. (RIBEIRO, 1996, p. 13).

Nesse vazio, ainda de acordo com João Ribeiro, floresciam pequenas sociedades para o debate literário e o culto à poesia, de modo que nesses espaços Cláudio conheceu mestres e modelos árcades – Virgílio, Ovídio, Quevedo, Metastásio, Petrarca (RIBEIRO, 1996, p. 13). De nosso lado, podemos inferir que o estudioso ou desconhece, ou ignora, as diretrizes de ensino da Companhia de Jesus, pois, se os programas do *Ratio Studiorum* se cumpriram no Colégio do Rio de Janeiro, onde Cláudio fez estudos secundários antes de seguir a Coimbra, é bastante provável que o poeta tenha chegado à Universidade e aos círculos sociais de debate literário com uma boa base nos autores clássicos. Vale como peso de nosso argumento a suposição compartilhada por Laura de Mello e Souza (2011) de que a composição poética de

Cláudio começa ainda no Rio de Janeiro, quando aluno dos jesuítas, sendo amadurecida durante o período universitário.

Fato é que Cláudio faz parte da primeira leva de letrados, destacando-se dos seus pares porque influencia as gerações seguintes, aproximando-se de Tomás Antônio Gonzaga e envolvendo-se com as ideias de república. O que levou os mineiros da primeira metade do século XVIII a enviar seus filhos aos estudos, antes mesmo de que as escolas chegassem formalmente às Minas, era o desejo de prover estabilidade social aos descendentes, atrelado a uma forma de, se não se desvencilhar, pelo menos participar da burocracia representada pelos cargos políticos e administrativos nas cidades em estado de organização. Como os nascidos na Colônia não partilhavam de títulos nobiliárquicos e tampouco integravam a corte metropolitana, é bastante possível que os primeiros mineradores – como os pais de Cláudio Manuel da Costa – tenham considerado o letramento como a oportunidade de ocupar os espaços de poder, até então dominados pelo colonizador lusitano.

Segundo Carrato, os pais teriam bastante ciência do poder representado por essa “burocracia”, da qual eram dependentes diretos, inclusive quando a extração do ouro começa a cair, na segunda metade do século, e o lucro com o campo não bastava para dar estabilidade econômica às famílias (CARRATO, 1968, p. 172). Se esse argumento não é suficiente, observa-se o lado social, em vista de que “era como que uma conferição de título nobre ter uma família das Minas um filho doutor” (CARRATO, 1968, p. 179). A solução possível, mesmo que custasse certo esforço, era enviar os filhos à Europa – a Montpellier, à Inglaterra, mas majoritariamente a Coimbra.

Entretanto, a realidade da Universidade arrastava problemas desde antes da época de Cláudio. Pouco depois de Pombal decretar a expulsão dos jesuítas e voltar os olhos para as reformas na instrução básica, é chegada a vez de Antônio Nunes Ribeiro Sanches¹¹, influente pedagogo à época, publicar seu estudo *Método para entender e estudar a Medicina*, em que critica a crise na Universidade onde ele mesmo concluiu os estudos na área, em 1737. De acordo com José Carrato, que sintetiza seu postulado, dos sete meses letivos anuais, tirando festas (religiosas ou não), feriados e outras atividades de pompa acadêmica, sobravam três meses de aula. Alunos que viajavam para casa nessas ocasiões acabavam por assistir cerca de

¹¹ De acordo com Diogo Barbosa Machado (v. IV, 1759, p. 56-58), Sanches nasceu em 1699, e aos doze anos já podia comunicar-se em latim e em espanhol. Frequentou até o terceiro ano de Filosofia na Universidade de Coimbra. Acusado de práticas judaizantes, transferiu-se depois a Salamanca, onde concluiu os estudos de Medicina em 1725. Nesta área desenvolveu pesquisas em outras cidades europeias, como Montpellier, Moscou e Londres. Na Rússia, segundo Innocencio José da Silva (v. 1, 1858, p. 213), foi médico e conselheiro do Império e sócio honorário da Academia de S. Petersburgo. Transferiu-se depois a Paris, onde deu continuidade ao seu trabalho e faleceu em 1783.

vinte dias de aula ao ano. Quem vivia em Coimbra, pouco frequentava – muitos tocavam instrumentos, faziam versos, distanciando-se do dever acadêmico. Sobre o curso de Cânones, em que se matriculava a maioria dos alunos, dos cinco anos de seu programa, estudava-se só no último, quando deviam apresentar conclusões. Na metodologia, por sua vez, insistia-se no modelo escolástico, sem amparo ao desenvolvimento científico e à pesquisa, seguindo um *modus operandi* muito semelhante ao institucionalizado pela Companhia de Jesus desde o século XVI (CARRATO, 1968, p. 134-135).

A equação para a mudança fica posta, porque é também urgente. Somam-se a ação e o perfil antijesuítico de Pombal, as reformas nos estudos menores, a influência preconizadora de Verney e principalmente a de Antônio Nunes Ribeiro Sanches. Somam-se também os êxitos alcançados na secularização do Grão-Pará, na expulsão da Companhia, no Colégio dos Nobres, na Academia Militar e na Aula do Comércio, introduzindo o estudo científico (CARRATO, 1968, p. 136), além das aulas abertas em todo o Reino. Tinha-se, na corte lisboeta, o prato cheio para dar um passo importante: era chegada a hora de reformular o ensino superior do Império, o que significava reformar a Universidade de Coimbra.

Em 23 de dezembro de 1770, o Marquês de Pombal instaurou a Junta de Providência Literária, que seria responsável por dar o norte das transformações universitárias. Entre seus membros, além de Pombal, estavam D. Frei Manuel do Cenáculo, Presidente da Real Mesa Censória, e dois brasileiros: João Pereira Ramos de Azevedo Coutinho¹² e seu irmão, Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho¹³, que era Reitor da Universidade desde maio daquele ano, e passaria ser visto como o “Reformador”, de título e de fato. Criticando e colocando a culpa nos jesuítas, a junta deveria reconhecer os problemas da instituição e apresentar propostas de cursos científicos e métodos para “recuperar” a universidade (CARRATO, 1968, p. 140), o que o fizeram por meio da publicação do *Compendio historico do estado da Universidade de Coimbra, no tempo da invasão dos denominados jesuítas e dos estragos feitos nas sciencias e nos professores, e directores que a regiam pelas machinações e publicações dos novos Estatutos por elles fabricados*, em 1771.

¹² Nascido no Rio de Janeiro em 1722 (apenas sete anos mais velho que o mineiro Cláudio Manuel da Costa), doutorou-se em Cânones em Coimbra e depois passou a exercer cargos na legislatura régia. Foi Desembargador da Relação na Bahia e no Porto, Deputado da Real Mesa Censória, Desembargador do Paço e Guarda-Mor da Torre do Tombo, além de professor na Universidade de Coimbra. Informações adaptadas de: <http://www.ghc.usp.br/server/Lusodat/pes/01/pes01319.htm>. Acesso em: 31 out. 2021.

¹³ Nascido no Rio de Janeiro em 1735, era religioso da Ordem de São Bento de Avis. Foi Bispo de Coimbra, doutorando-se em Cânones pela Universidade daquela cidade. Desembargador da Casa de Suplicação, foi também Deputado da Mesa Censória e do Tribunal da Inquisição. Informações adaptadas de: <http://www.ghc.usp.br/server/Lusodat/pes/01/pes01305.htm>. Acesso em: 31 out. 2021.

João Pereira Ramos ficou responsável pela reforma dos cursos de direito; seu irmão, Reitor, pelos cursos de teologia e filosofia. Baseando os trabalhos em Ribeiro Sanches, de acordo com Carrato (1968, p. 141), os novos Estatutos da Universidade são publicados em 28 de agosto de 1772. Por desconfiança em relação às mudanças, sugere o historiador, o número de matrículas cai consideravelmente no primeiro ano das reformas, mas logo o prestígio retorna – em 1774, a instituição somava 500 matrículas nos novos cursos (CARRATO, 1968, p. 179).

A proposta da Junta de Providência Literária dividiu as faculdades e seus cursos superiores dentro de grandes escolas. Sintetizamos, abaixo, os novos programas da Universidade de Coimbra:

Quadro 9 – Reforma da Universidade de Coimbra de 1772

CURSO	DURAÇÃO	DISCIPLINAS
<i>Ciências teológicas</i> (Faculdade de Teologia)		
Teologia	5 anos	Teologia dogmática, teologia polêmica, teologia moral, teologia canônica, teologia litúrgica, teologia exegetica, história eclesiástica, história universal e história literária.
<i>Ciências jurídicas</i> (Faculdades de Cânones e de Leis)		
Direito civil	5 anos	Direito romano, direito português, direito civil, direito civil romano, direito civil pátrio, história civil dos povos.
Direito canônico	5 anos	Direito canônico, direito canônico português, instituições de direito canônico, decretos de Graciano e decretais, história da Igreja Universal e história da Igreja Portuguesa.
<i>Ciências naturais e filosóficas</i> (Faculdades de Medicina, de Matemática e de Filosofia)		
Medicina	8 anos	Três anos preparatórios, com geometria e história natural, cálculo e física experimental, foronomia e química); estudos médicos: anatomia, operações cirúrgicas e arte obstetrícia, instituições médico-cirúrgicas, aforismos, prática cirúrgica e prática médica.
Matemática	4 anos	Geometria, cálculo e física experimental, foronomia e química, astronomia.
Filosofia	4 anos	Filosofia racional e moral, história natural, física experimental e química teórica e prática.

Fonte: elaboração nossa a partir de Carrato, 1968, p. 142-143.

A expansão da universidade é também física, com a inauguração de *campi* específicos para novos cursos e laboratórios. Pombal chega a convidar nascidos na colônia brasileira à docência na “nova” Universidade: no curso de Medicina, José Correia Picanço¹⁴ e José Francisco Leal¹⁵; em Filosofia, José Monteiro da Rocha¹⁶ e Antônio Soares Barbosa¹⁷ (CARRATO, 1968, p. 144).

Apesar da intenção de tirar a universidade das trevas, sobre as quais os jesuítas eram culpabilizados, Carrato critica a forma como as “ciências do espírito” acabam quase dizimadas, reduzidas à cadeira de filosofia moral e racional, em favor de um empirismo supostamente alinhado às Luzes – ou seja, desconsiderando que o próprio Iluminismo tinha como fonte a racionalidade nascente da reflexão filosófica. O historiador condena a “rasa mentalidade de Pombal e dos mentores de sua reforma universitária” (CARRATO, 1968, p. 145), num movimento que resultava ser muito mais político que qualquer outra coisa: cerceava-se a livre-especulação para manter a linha de pensamento do despotismo esclarecido, controlando a Universidade e as Academias, tal como no ensino de primeiras letras e na instrução secundária. Afinal, como já se viu em relação às reformas menores, o reformismo pombalino é sempre político, antes e distante de ser progressista no sentido de alinhado às ideias de seu tempo. Se a crítica está certa, não fica muito difícil imaginar que o projeto flui pouco ou quase nada, deixando terreno aberto para a retomada (ou manutenção) do modelo escolástico anterior quando Maria I sobe ao trono, poucos anos depois, e abre-se em Coimbra o período que Francisco de Melo Franco retrata, na literatura, como “retorno à estupidez” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1991, p. 43).

¹⁴ Pernambucano, viveu entre 1745 e 1823. Estudou medicina em Montpellier, assumindo mais tarde o posto de lente de cirurgia e anatomia na Universidade de Coimbra, até ser jubilado em 1790. Sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, foi membro do conselho do Rei, além de cirurgião-mor do Reino. Retornou ao Brasil junto com a família Real, em 1808, onde se estabeleceu até sua morte, no Rio de Janeiro. Foi responsável por solicitar a d. João VI e obter dele aprovação para criar o curso de Medicina da Bahia (BLAKE, v. 4, 1898, p. 392).

¹⁵ De acordo com Sacramento Blake (v. 4, 1898, p. 433-434), nasceu no Rio de Janeiro em 1744. Migrou a Coimbra para estudar, como muitos contemporâneos seus, e não mais voltou. Doutorou-se em medicina na Universidade, assumindo depois o cargo de lente de fisiologia e matéria médica. Faleceu em Coimbra, em 1786.

¹⁶ Estudou no Colégio dos Jesuítas da Bahia, passando a integrar a congregação que abandonaria em 1759, por ocasião da expulsão dos inicianos do Reino. Chamado por Pombal a integrar o corpo docente da Universidade no contexto da reforma, foi responsável pela redação dos estatutos de matemática e filosofia. Foi membro do Conselho de Sua Majestade, cônego da Sé de Leiria, lente da Faculdade de Matemática, Diretor do Observatório Astronômico e Vice-Reitor da Universidade de Coimbra. Na corte de D. João VI, foi mestre particular do então príncipe d. Pedro, cargo desempenhado até 1807, antes da migração da família Real para o Brasil – viagem da qual não participa. Faleceu em Lisboa em 1849 (SILVA, v. 5, 1860, p. 75-76).

¹⁷ Nasceu em Coimbra em 1734, falecendo na mesma cidade em 1804. Doutor em Cânones, foi lente e diretor da faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra. Foi também deputado da Junta da Diretoria Geral dos Estudos e Escolas do Reino, escreveu obras de filosofia moral e uma gramática da língua portuguesa, publicada postumamente por seu irmão, Jeronymo Soares Barbosa, em 1807 (SILVA, v. 1, 1858, p. 274-275).

5.4.1 O Reino da estupidez

Francisco de Melo Franco nasceu na Capitania de Minas, em 1757, e como muitos mineiros nascidos na metade do século XVIII migrou para Portugal para estudar na Universidade de Coimbra. Por lá esteve ao longo de dez anos, passando pelos cursos recém-reformados de Filosofia, Matemática e Medicina – a primeira matrícula se deu em 19 de outubro de 1776, e seu último registro – no 5º ano de Medicina – data de 29 de julho de 1786¹⁸. Quando estudante, foi preso pela Inquisição acusado de heresia por partilhar ideias liberais. Apesar do percalço, depois de formado passou a atuar como médico em Lisboa, clinicando para a elite e inclusive a Coroa – por ato de D. Maria I, em 1793, foi nomeado médico da Real Câmara.

A versão impressa mais antiga de *Reino da estupidez* à qual tivemos acesso data de 1818, quando Melo Franco já vivia no Brasil, apenas quatro anos antes de sua morte. Impressa em Paris, a edição do poema é bastante compacta: além do texto em si e do prólogo, traz a folha de rosto com o preço de venda – 3 fr. – e o título da obra, com uma anotação aparentemente feita apunho com o nome do autor: “por Francisco de Mello Franco”¹⁹. É a partir de artigo de Ofélia Monteiro (1982, p. 203), contudo, que passamos a saber que o poema data provavelmente de 1785, momento em que Francisco de Melo Franco se encaminhava para a etapa final de seus estudos em Coimbra e que, endossado por uma década de experiência, passava a criticar os efeitos da reforma da Universidade.

Já no prólogo Melo Franco deixa claro que sua intenção é fazer com que o poema leve a verdade aos seus leitores, burlando-se daqueles que o critiquem em seu caminho. Entre as razões para publicá-lo, segundo ele, está o comportamento dos religiosos que administram a instituição: “o que mais o afflige [o autor], he vêr, que os que por voto devem ser pobres, humildes, e castos, são os mais regalados, soberbos, e libidinosos, a quem custa muito cumprir os votos que fazem” (FRANCO, 1818, p. vi). Antevendo aqueles que o criticarem por inverdade em razão do esplendor alcançado pela Universidade pós-reforma, o poeta é mais incisivo:

[...] o fructo, que daqui levão os Legistas, he a pedantaria, a vaidade, e a indisposição de jámais saberem; enfarinhados unicamente em quatro petas de Direito Romano, não sabem nem o Direito Patrio, nem o Publico, nem o das Gentes, nem Politica,

¹⁸ Informações adaptadas de:

<https://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=163407&ht=francisco%7cmelo%7cfranco%7cfrance&detailsType=Description>. Acesso em: 31 out. 2021.

¹⁹ A versão digitalizada à qual tivemos acesso pelo *Google Books* (de acesso livre) pertence à University of Wisconsin Library, nos Estados Unidos, e foi digitalizada em preto e branco, o que nos impede de aprofundar a inferência em relação à folha de rosto.

nem Comercio, finalmente, nada util. Que os Canonistas sahem daqui com o cerebro entumecido com tanto direito de Graciano, sem critica, sem methodo, engolindo, com alguns verdadeiros, imensos Canones apocryphos, dando ao Papa a torto e a direito poderes, que lhe não competem por titulo nenhum, e desbulhando os Reis dos que por Direito da Monarchia lhes são devidos. (FRANCO, 1818, p. viii-ix).

Se essa é a forma como se portam os egressos da Universidade de Coimbra, pode-se supor, com razão, que o efeito é produto da formação que recebem, por sua vez transmitida por aqueles mestres/religiosos a quem Melo Franco já criticava. Isso não significa que a Universidade estivesse abandonada à própria sorte, pois, como observa o poeta ainda no prólogo, “[...] a Reforma trouxe á Universidade as Sciencias naturaes, que na verdade tiverão, e tem ainda alguns Mestres dignos de tal nome”. O que ocorre é que estes acabam ofuscados pela presença e atividade majoritária dos demais professores, “que para os distinguir he preciso ter vista bem perspicaz; tanto reina ainda aqui mesmo a Estupidez!” (FRANCO, 1818, p. x).

Melo Franco invoca sua musa a cantar a Estupidez, figura que, junto da Inveja, da Raiva, do Fanatismo, da Hipocrisia e da Superstição, são personificadas no poema. Já no primeiro dos quatro cantos a situação dessas figuras é deixada bastante clara: expurgada do restante da Europa por Minerva, onde antes possuía um reino vasto, a Estupidez é apoiada por suas irmãs – como são descritas as demais figuras – para buscar nova morada para seu império, revertendo a suposta “injustiça” de Minerva. As figuras chegam primeiro à França, onde se deparam com a Humanidade, que “Suas máximas duras assoalha/ Já entre o Povo” (FRANCO, 1818, p. 4). Diante da tentativa da Superstição e da Hipocrisia de enganar os franceses, Minerva intervém:

Minerva, que o ardil não desconhece,
Nos animos infunde novas luzes;
Luzes, que dissipando a fusca nevoa
Com que a recta razão manchada fica,
Com proprias cores a verdade pinta.
(FRANCO, 1818, p. 5).

O discurso de Minerva traz textualmente – e em duas oportunidades consecutivas – o termo *luzes*, representativo do movimento progressista cujo palco principal foi de fato a França, culminando na Revolução de 1789. No trecho, as Luzes do conhecimento parecem ter força suficiente para “dissipar a névoa” da ignorância que em outros tempos se espraiava pela região, substituída, agora, pela racionalidade. Desoladas, as figuras rumam para a Inglaterra, onde novamente a palavra de Minerva suplanta a atitude das companheiras da Estupidez, livrando delas o povo inglês. Desolada e em prantos, a Estupidez é consolada pelo Fanatismo, que sugere buscar outros ares, onde não devem encontrar resistência: “O povo habitador

d'este terreno/ A pezar dos passados contratempos/ A meu mando viveo sempre sujeito” (FRANCO, 1818, p. 9).

Chega-se, assim, ao canto II, em que as figuras decidem se estabelecer em Lisboa, onde analisam os comportamentos dos habitantes locais. A Raiva, por exemplo, conta ter observado um fidalgo, filho de um Conde, que se valeu de sua posição e beleza para sequestrar uma donzela que passeava com seu pai. Quando este busca a polícia, recebe como resposta: “Amigo, são Fidalgos, tenho feito, / Da minha parte o que fazer podia:/ Para os pequenos só as leis tem força” (FRANCO, 1818, p. 15-16). Da Superstição vem o relato da forma como os padres eram tratados e agraciados pela população, momento em que se pode notar a crítica indireta de Francisco de Melo Franco no poema:

Lisboa já não he, torno a dizer-vos,
A mesma, que ha dez annos se mostrava:
He tudo devoção, tudo são terços
Romarias, novenas, via-sacras.
Aqui he a nossa terra, aqui veremos
A nossa cara Irman cobrar seu Reino.
(FRANCO, 1818, p. 21).

Outra crítica vem da observação que faz a Hipocrisia no passeio público, ao ver um homem que maldizia a nacionalidade portuguesa. Pela voz enviesada desse desconhecido tem-se mais uma vez a percepção do atraso em que Portugal se encontrava à época em relação às demais nações europeias, algo que já se viu no discurso pombalino no final dos anos 1750 e que, para além do fato de ser morada de figuras como a Estupidez, parece se perpetuar no período pós-reformas. Diz o homem:

Nomear Portuguez a qualquer homem,
He fazer-lhe a maior descompostura,
Que pode proferir a aguda lingua
D'huma vil regateira enfurecida.
He chamar-lhe sem duvida macaco,
Sómente imitador dos vãos caprichos
Das estranhas Nações, não das virtudes.
Sem rebuço, he chamar-lhe hum ignorante,
Hum confirmado tollo, que não sabe
Nem artes, nem sciencias, nem commercio.
Miseravel Nação! Que fielmente
Os tesouros franqueia aos Estrangeiros
[...]
(FRANCO, 1818, p. 22-23).

A assembleia das figuras é encerrada pelo Fanatismo, que reconhece Portugal como local ideal para estabelecer o trono da Estupidez. Decidem, portanto, partir a Coimbra, ação

que se desenrola no terceiro canto do poema. Neste, Melo Franco coloca em oposição a bela paisagem entrecortada pelo Mondego com a rusticidade da realidade local: “A terra he pobre, he falta de commercio, / O povo habitador he gente infame, / Avarenta, sem fé, sem probidade, / Inimiga cruel dos Estudantes” (FRANCO, 1818, p. 31). É neste ambiente que funciona a Academia Lusitana, nome pelo qual se pode reconhecer a Universidade. A analogia à reforma da instituição é prontamente apresentada, à medida que se descreve uma reunião entre o Reitor, os lentes e doutores que o acompanham, sentados em um ambiente que, ao que tudo indica, é a Sala dos Capelos. Da voz do reitor se percebe mais uma vez o tom satírico de Melo Franco:

Muito Illustres, e sabios Academicos;
 Por direito Divino, e por Humano,
 Creio, que deve ser restituída
 Á grande Estupidez a dignidade
 Que nesta Academia gozou sempre.
 Bem sabeis, quão sagrados os direitos
 Da antiguidade são: por eles somos
 Ao lugar, que occupamos, elevados.
 (FRANCO, 1818, p. 33).

O trecho parece revelar, à primeira vista, não apenas o provável apego do Reitor ao passado, matizado nos direitos que elevam suas posições e regalias. Para chegar a essa conclusão não é preciso ir muito longe: basta observar a crítica ao comportamento dos religiosos, no início do poema, e perceber que, ainda por essa época, eram eles quem conduziam a Universidade. Outro ponto importante diz respeito ao debate em relação à Estupidez, que aparece aqui sem o intermédio da figuração anterior, mas defendida em primeira pessoa pelo chefe da Instituição. A sátira, portanto, não poderia ser mais clara ao colocar a Universidade de Coimbra como palco principal da estupidez – e do retrocesso – espalhada pelo reino, como se vê na fala do Reitor, que segue: “P’ra levar este tempo em bom socego, / Divertir, e passar alegremente/ Acaso precisaes de mais sciencia?”. A ignorância – ou a estupidez, para ser redundante no termo – é explícita na fala que segue, novamente transparecendo a crítica ferrenha do poeta:

Se os dias desta breve, e curta vida
 Tivessemos c’os livros perturbado,
 Teriamos acaso mais prebendas,
 Mais dinheiro, mais honra, mais estima?
 De que podem servir estes estudos
 Que mais da moda se cultivão hoje?
 (FRANCO, 1818, p. 34).

A reforma que propõe o Reitor no poema, portanto, inverte a proposta das reformas de ensino que de fato se pautaram na Universidade sob o mando da comissão formada pelo Marquês de Pombal. Os estudos contemporâneos à época e em pleno desenvolvimento em outras universidades europeias, como por exemplo química, anatomia, história natural – “nomes, / Diffíceis de reter, são as sciencias, / Que vierão trazer os Estrangeiros” (FRANCO, 1818, p. 35) – são ironizados nos versos de Francisco de Melo Franco, como se contravertessem o propósito do estudo naquela instituição:

Há cousa mais cruel, mais deshumana
 Mais contraria á razão, que ver os Medicos
 Hum cadáver humano espatifando,
 Hum corpo, que habitou o Esp'rito sancto?
 (FRANCO, 1818, p. 35-36).

Sem esquecer que Melo Franco era médico e que também ele passou por formação na Universidade de Coimbra, o retorno ao período da estupidez é não apenas um retorno ao passado. Na sátira que propõe o poeta, a ação dos docentes e a própria reforma em si são postas a revelar o quanto o ensino se manteve apegado aos valores religiosos, contrariando o cientifismo e a razão que borbulhavam na França ou na Inglaterra, por exemplo. Em Coimbra, a universidade de quase quinhentos anos de história chegava ao final do século XVIII preenchida de resíduos escolásticos, provavelmente perpetuados pelos mesmos grupos docentes/religiosos que, como mostra o poema – neste caso, talvez sem ironia –, buscavam manter seus privilégios.

Não é sem protesto que a fala do Reitor é recebida. Esta vem pela voz de Tircêo – por nota de rodapé, sabe-se que fora José Monteiro da Rocha, lente de Matemática –, que clama aos seus companheiros em conselho a que reflitam pela mudança de comportamento ao opor o apoio que deram à reforma pombalina, no passado, e ao discurso presente do Reitor. A fala, porém, é diminuída pela pompa dos jantares dos religiosos, bem como o ressurgimento no poema da figura do Fanatismo, a preparar o terreno para a retomada da Estupidez. Agora, diferentemente do que acontecia em outros lados, não há resistência:

Nem Minerva subtil, e poderosa
 Aqui já lhe fazia a menor guerra.
 Deixou por huma vez os Portuguezes,
 Como gerente rebelde e refractaria,
 Com a sua ignorancia, e prejuízos,
 Docemente abraçados. [...]
 (FRANCO, 1818, p. 45).

Restabelecido o trono da Estupidez no último canto com grande festa, regressa-se também ao tempo pré-pombalino, à medida que se defende o apego à teologia sacra e se critica, por exemplo, “O quando he indecente, que nas aulas/ Em Portuquez se falle” (FRANCO, 1818, p. 56). Diante da boa aceitação à recém-chegada soberana, o discurso de Francisco Melo Franco por meio do poema se encerra com a voz da Estupidez: “Continuai, como sois, a ser bons filhos, / Que a mesma, que hoje sou, hei de ser sempre” (FRANCO, 1818, p. 62). O Reino da Estupidez, cujo trono se estabelece na Universidade, parece ser para o poeta um caminho escuro e sem saída, em que as Luzes do conhecimento não penetram, sobre o qual nem mesmo Minerva parece ver como válida a oportunidade de por ele interceder. Assim parece ter sido o período turbulento das reformas de ensino no século XVIII, em que muito se propôs, mas que, de fato, pouco se fez para transformar a realidade da educação no mundo lusitano.

5.5 Círculo social conimbricense: os estudantes nascidos no Brasil

Para além das reformas de ensino promovidas pela Coroa, o século XVIII parece ter ainda reservado aos nascidos na colônia brasileira – ou, pelo menos, àqueles que pertenciam às elites locais – a oportunidade de ingressar no ensino superior. Antes e depois da reforma da Universidade de Coimbra, para onde iam majoritariamente aqueles nascidos do lado de cá do Atlântico, o acesso àquela instituição significava oportunidade financeira, quando – e se – regressando à Colônia, além de valioso prestígio social. José Ferreira Carrato (1968), que estuda a escolarização das elites e das povoações mineiras, divide em três gerações os jovens daquela capitania enviados a Coimbra ao longo do Setecentos, divisão que, segundo ele, reflete a realidade de todo o Brasil colonial:

- A primeira, anterior à implantação do bispado de Mariana, é formada por pouquíssimos homens letrados. Perdurando até mais ou menos 1740, os brasileiros que saíam das Minas (e, deduzimos, de outros cantos do Brasil) não costumavam voltar, frequentemente dedicando-se, na Metrópole, a seguir a carreira religiosa;
- a segunda geração é a dos primeiros letrados, em que se inclui Cláudio Manuel da Costa. Muitos tiveram sua formação inicial com os jesuítas e, quando da reforma universitária, já rodavam, em sua maioria, entre os 20 e 30 anos de idade. Politicamente, o grupo participa da ou testemunha a Inconfidência Mineira;

— a terceira e última é representada por aqueles que eram jovens até o período da Inconfidência, e que, a partir de 1772, estudaram nas escolas régias abertas pela Coroa. Esse grupo rumou a Coimbra no fim do século, e retorna, em grande parte, junto com a família Real, em 1808 (CARRATO, 1968, p. 180-181).

As informações de Carrato não são muito precisas, mas servem a nosso propósito para ilustrar a temporalidade pela qual passa a instrução superior colonial. Esse estudo, porém, pode ser complementado a partir de levantamento feito por Francisco Morais em relação aos estudantes na Universidade de Coimbra que nasceram no Brasil, publicado no suplemento ao volume IV da revista *Brasília*, do Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras daquela Universidade, em 1949. Morais traz informações relativas às matrículas de cada estudante entre os séculos XVI e XIX, contexto a partir do qual destacamos, neste estudo, apenas o século XVIII, período em que nossos poetas árcades migraram a Portugal a fim de realizar estudos. Como forma de facilitar a compreensão, apresentamos no quadro a seguir um levantamento quantitativo de nascidos no Brasil na primeira metade do século XVIII. O critério adotado foi o local de origem, sempre declarado pelo próprio estudante no ato de matrícula — ou, para usar um termo comum à Universidade de Coimbra na época, no momento em que firmava sua *Instituta*.

Quadro 10 – Nascidos no Brasil matriculados na Universidade de Coimbra (1701-1750)

Localidade	1701-1710	1711-1720	1721-1730	1731-1740	1741-1750	Total por localidade
Bahia	27	28	109	77	82	323
Rio de Janeiro	15	12	73	64	48	212
Pernambuco	6	5	27	10	15	63
Minas Gerais ²⁰	1	-	3	30	47	81
Santos	1	-	4	5	6	16
Olinda	1	-	-	2	-	3
Pernáguas	1	-	-	-	-	1
São Paulo	-	1	4	4	2	11
Paraíba	-	1	2	-	3	6
Vitória (capitania do Espírito Santo)	-	1	-	-	2	3
Parada dos Infantes	-	1	-	-	-	1
Alagoa	-	1	-	-	-	1
S. Luís do Maranhão	-	-	1	1	-	2
Não identificado/Brasil	-	-	8	-	-	8
Pelotas	-	-	1	-	-	1

²⁰ Inclui as indicações dadas às localidades de São João D'El-Rei, Minas do Caeté, Ribeirão do Carmo, Vila Rica do Ouro Preto, Rio das Mortes, Sabará, São José do Rio das Mortes, Santo Antonio das Minas, Vila do Príncipe, Minas de Petangi, Mariana e Minas do Rio das Contas.

Localidade	1701-1710	1711-1720	1721-1730	1731-1740	1741-1750	Total por localidade
Paranaguá	-	-	1	-	-	1
Campizes	-	-	1	-	-	1
Pará	-	-	-	3	2	5
Sergipeira	-	-	-	1	-	1
Sergipe d'El-Rei	-	-	-	1	-	1
Paraibuna	-	-	-	1	-	1
Nova Colônia do Sacramento	-	-	-	-	8	8
Santo Antonio do Mato Grosso	-	-	-	-	1	1
Santa Catarina	-	-	-	-	1	1
TOTAL	52	50	234	199	217	752

Fonte: elaboração nossa a partir de Morais (1949, p. 75-203).

Tendo em vista os números apresentados no quadro, podemos desde já observar que a primeira geração anotada por Carrato, que se estende até o início dos anos 1740, é de fato menor em quantidade e menos abrangente no aspecto geográfico do que a geração seguinte, que vai a Coimbra a partir da década posterior. Ainda assim, cabe observar que, a partir de 1721, a migração de estudantes rumo à Universidade parece se estabilizar em expansão, num período que mantém a quantidade de alunos brasileiros em Coimbra quatro vezes maior que as primeiras décadas do século XVIII.

Alguns números, porém, merecem uma observação mais atenta. É o caso dos baianos que se matriculam na Universidade, cujas matrículas na década de 1721-1730 correspondem a quase a metade de todos os ingressos de nascidos no Brasil para o período. Variando pouco, a Bahia continuaria a enviar seus jovens com a mesma intensidade ao longo da primeira metade do Século, sendo acompanhada pelo Rio de Janeiro, que igualmente demonstra crescimento estatístico para o mesmo período, com um pequeno declínio nos anos mais próximos a 1750. Isso talvez seja devido ao interesse pela exploração mineral que se espalhou na região mineira, de onde a quantidade de estudantes enviados aumentou nove vezes a partir de 1731. Antes disso, houve apenas uma notificação de São João del-Rei em 1701 e outras três entre 1726 e 1730.

Dessas primeiras gerações, podemos destacar Alexandre de Gusmão, natural da Bahia, que estudou também na Universidade de Paris e que, bacharelado em Leis em Coimbra (onde esteve entre 1712 e 1719), passou a dedicar-se à diplomacia. Como membro do Conselho Ultramarino, Gusmão teve grande importância na elaboração do Tratado de Madri (MORAIS, 1949, p. 85), de 1750, que dividiu o território americano a ser explorado por Portugal e Espanha. Poucos anos depois de Gusmão, formou-se em Cânones Antônio José da Silva, reconhe-

cido pelo epíteto “O Judeu”, dramaturgo e poeta nascido no Rio de Janeiro, de obra cômica e satírica bastante aplaudida na corte metropolitana, onde fez carreira também como advogado, segundo observações de Diogo Barbosa Machado (1781, v. 1, p. 303). Antônio José da Silva esteve em Coimbra entre 1722 e 1725 (MORAIS, 1949, p. 99), onde, como sua mãe, foi preso pelo Santo Ofício acusado de judaísmo. Foi absolvido em 1726, sendo novamente preso em 1737 e morto dois anos depois na fogueira do auto de fé, conforme observações biográficas de Innocencio Francisco da Silva (v. I, 1858, p. 176).

Dessa primeira leva de estudantes, destacamos ainda José Pires de Carvalho e Albuquerque, baiano que esteve matriculado na Universidade entre 1729 e 1734, de onde saiu doutor em Cânones (MORAIS, 1949, p. 125). Sacramento Blake (1899, v. V, p. 139) aponta que foi casado com Brites da Rocha Pitta, neta do historiador Sebastião da Rocha Pitta. Foi ouvidor de carreira e alcaide-mor de Maragogipe; com influência na corte, foi Secretário de Estado do Brasil, além de poeta e censor da Academia Brasílica dos Esquecidos.

Nas décadas seguintes a 1726, quando o ouro das Minas passa a alimentar os cofres de todo o Império português, as famílias dos mineradores viram a oportunidade de enviar os filhos à Metrópole como uma forma de buscar o prestígio socioeconômico que, via de regra e por conta da distância da corte, não se possuía por títulos de nobreza. É o caso, por exemplo, do português João Gonçalves da Costa, casado com a paulista Teresa Ribeiro de Alvarenga. Tendo uma vida modesta, ambos cuidaram para que seus filhos homens chegassem ao ensino superior e à ocupação de cargos importantes no futuro – o segundo deles seria Cláudio Manuel da Costa. Antes, em 1737, o irmão mais velho, Antônio José da Costa, foi a Coimbra estudar Cânones, de onde saiu em 1742 (MORAIS, 1949, p. 156), embora tenha preferido a carreira religiosa à advocacia, pois, conforme informação de Laura de Mello e Souza (2011, p. 21), tornou-se frade agostiniano e passou a atender pelo nome Antônio José de Santa Maria dos Mártires.

Dois irmãos naturais do Rio de Janeiro fazem a ligação entre Antônio José da Costa e seu irmão Cláudio em relação à Universidade. É claro que não dispomos de fontes que comprovem a aproximação de um ou de outro, mas, de todo modo, preferimos apostar no sentimento bairrista que, eventualmente, pode ter aproximado os nascidos no Brasil que circulavam por Coimbra na primeira metade do século XVIII. Referimo-nos aos irmãos João Pereira Ramos de Azevedo Coutinho e Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho. O primeiro foi a Coimbra entre 1739 e 1744, de modo que pode ter cruzado com o irmão mais velho de Cláudio em seus últimos anos de estudo. Depois disso, em 1749, João Pereira Ramos tornou-se professor da Universidade, ficando no cargo até 1754, de onde saiu para a vida pública: foi

desembargador da Relação na Bahia e no Porto, Deputado da Real Mesa Censória, membro da Junta de Providência Literária e Guarda-Mor da Torre do Tombo (MORAIS, 1949, p. 164). Seu irmão, Francisco de Lemos, seria o reitor-reformador da Universidade de Coimbra, em 1772, e foi estudante entre 1748 e 1754, mesmo período em que João Pereira lecionava. Ambos contemporizaram a virada da metade do século XVIII com Cláudio Manuel da Costa, que estudou Cânones entre 1749 e 1753, quando regressou às Minas.

De todos os materiais que encontramos sobre Cláudio no Arquivo da Universidade de Coimbra, o único ano para o qual não há registro de seu nome nas matrículas é 1752²¹, embora a Certidão de Frequência e Atos de Cláudio informe que entre outubro daquele ano e o fim de 1753 esteve frequentando aulas na Universidade. Foi um dos primeiros estudantes a assinar a instituta na letra “C” em outubro de 1749, conforme se vê no topo do verso da folha 286 do livro de registros daquele ano:

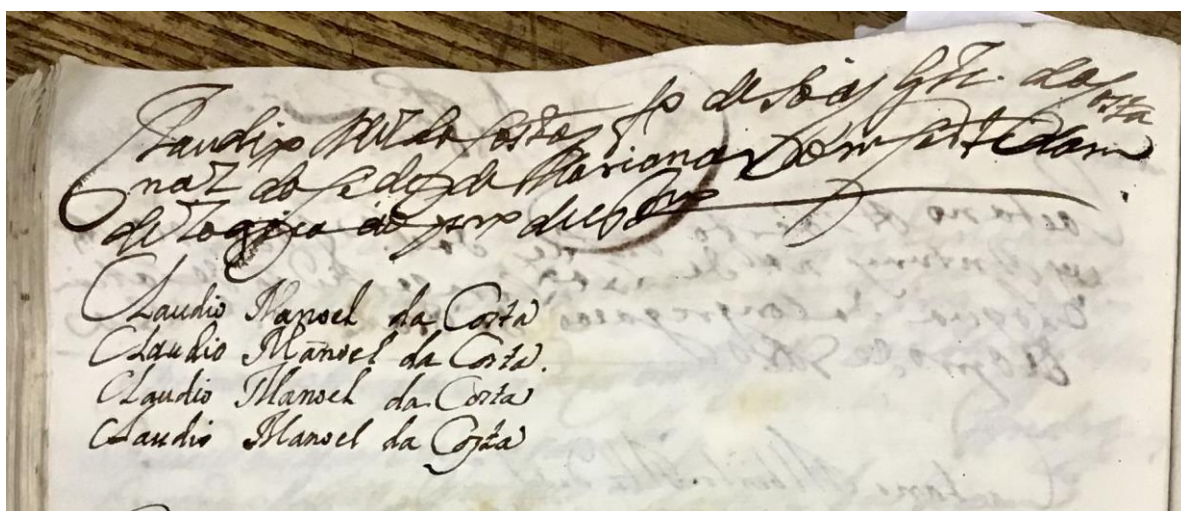


Figura 5 – Instituta de Cláudio Manuel da Costa. Fonte: Arquivo Geral da Universidade de Coimbra, livro de registro de matrículas 1749-1750 (ref. geral PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/C/011694).

Cláudio voltaria a matricular-se em Cânones – o que significava apenas assinar o livro de registro, sem maiores informações acadêmicas – em 1750 e 1751. Em 3 de agosto de 1753 bacharelou-se no mesmo curso, conforme registro de ata de formatura daquele ano. Ao final do verso da página 201 vemos o nome de Cláudio – sem assinatura pessoal –, acompanhado do nome de seu pai, João Gonçalves da Costa, sua origem – Mariana – e a única observação disponível nos registros em relação à sua trajetória acadêmica: “bom estudante”.

²¹ Francisco Morais refere a matrícula de Cláudio em 1752 (MORAIS, 1949, p. 197), mas não localizamos a informação em consulta pessoal aos registros do Arquivo da Universidade de Coimbra, em setembro de 2020, a fim de corroborá-la.

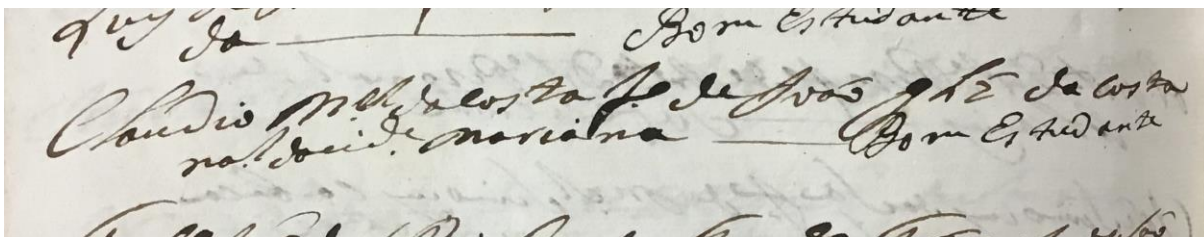


Figura 6 – Formatura de Cláudio Manuel da Costa. Fonte: Arquivo Geral da Universidade de Coimbra, livro de formaturas de 1753. Ref. Geral PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/C/011694.

Cláudio não esteve só em Coimbra. Em 1749, ano em que viajou a Portugal, também migraram outros dezessete nascidos no Brasil. Desses, três eram mineiros, entre eles Antônio Lucas Lopo, vindo de Mariana, cujo único registro data daquele ano (MORAIS, 1949, p. 198) – provavelmente acabou regressando à Colônia, por motivos que desconhecemos. Além de seu conterrâneo e vizinhos, matriculou-se no mesmo ano que ele, vindo do Rio de Janeiro, Clemente Pereira de Azevedo Coutinho, irmão de João Pereira Ramos de Azevedo Coutinho e Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, concluindo os estudos um ano antes de Cláudio Manuel da Costa. Clemente Coutinho depois dedicaria sua vida à carreira militar, sendo reconhecido pela Coroa pelos serviços prestados na Colônia com o título de Governador da capitania do Maranhão, em 1774 – cargo que não assume em função de sua morte, pouco tempo depois da nomeação (BLAKE, v. II, 1893, p. 124). Resta mais uma vez factível a possibilidade de que Cláudio tenha tido contato com os Coutinho, família de importante influência política no Reino durante o período pombalino.

Dos dezessete nascidos no Brasil que ingressaram na Universidade de Coimbra no mesmo ano que Cláudio, apenas cinco concluíram os estudos no mesmo ano. Apesar dos esforços para encontrar informações relativas às suas biografias, não conseguimos localizar, até o momento, mais que seus nomes nos registros do Arquivo da Universidade e no levantamento de Francisco Morais (1949)²², mas sabemos que nenhum deles era mineiro: três vinham de Pernambuco (Antônio Filipe Bulhões da Cunha, José Pereira Lobato e o Pe. Luís Garcia Velho do Amaral), um do Espírito Santo (João de Barros Xavier) e um da Nova Colônia do Sacramento (João José de Almeida). Os outros onze estudantes ou deixaram a Universidade mais cedo, ou continuaram nela até pelo menos o ano seguinte. Porém, 1753 foi um ano atípico, pois, se Morais (1949) está correto, matricularam-se apenas cinco brasileiros na Universidade, em comparação aos dezessete de 1749, 25 em 1750, 21 em 1751 e 22 em 1752. Ainda assim, foi um ano importante para as formaturas, pois além de Cláudio e seus companheiros

²² O levantamento também foi feito em outras fontes biográficas, mas não obtivemos resultado, como já informamos na nota 4.

de 1749, diplomaram-se outros catorze estudantes originários da Colônia. Parece-nos, em certa medida, que o elevado número é resultado imediato do investimento das famílias para sustentar e formar seus filhos em Coimbra; uma vez graduados, passavam a gozar de posições sociais e políticas estratégicas no mundo lusitano. É o caso do próprio Cláudio, que regressa a Mariana para advogar e imediatamente assume a posição de almotacé²³ na Câmara da cidade, e depois se transfere para Vila Rica, onde o futuro lhe reservaria o prestígio pelo qual até hoje é conhecido.

Os registros, de certa forma, dão conta de notificar esse engajamento familiar vindo principalmente de famílias mineiras, pois não é incomum localizar as matrículas de dois irmãos no mesmo ano, ou de diferentes gerações chegando a Coimbra com o passar do tempo. Dos nascidos no Brasil matriculados na Universidade enquanto Cláudio Manuel da Costa esteve lá, pelo menos seis famílias enviaram seus filhos a Portugal. Em 1749, mesmo ano da ida de Cláudio, viajou Francisco Roberto da Silva Ferrão, filho de Bernardo da Silva Ferrão e natural do Rio de Janeiro, seguido por Mateus Antônio da Silva Ferrão e Bernardo Manuel da Silva Ferrão, seus irmãos, ambos em 1751. Neste ano também fez sua matrícula José Pires Monteiro de Oliveira, vindo de Mariana e filho de Maximiano de Oliveira, seguido por seu irmão Francisco Pais de Oliveira Leite no ano seguinte. De fato, 1752 é que foi um ano intenso para as famílias: viajaram os dois filhos de Antônio Alves de Castro, José Inácio de Castro e José Inácio Alves de Castro, vindos de Mariana; os pernambucanos João da Rocha Dantas e José da Rocha Dantas, filhos de Antônio da Rocha Dantas; o Pe. Pedro Pereira da Silva e Salvador Pereira da Silva, filhos de Faustino Pereira da Silva, de Sabará, e os baianos Paulo Ferreira de Andrade Vargas e Pedro Nolasco Ferreira de Andrade, filhos de Pedro Ferreira de Andrade.

Da geração claudiana podemos destacar ainda outros dois personagens se não ilustres, pelo menos com alguma informação biográfica nos índices bibliográficos que consultamos. Em 1750, matriculou-se em Coimbra Joaquim José Vieira Godinho, vindo da região mineira – provavelmente Vila Rica, pois o registro da Universidade (MORAIS, 1949, p. 202) informa sua origem como “Minas do Ouro Preto”. Depois dos irmãos Coutinho, reformadores da Universidade, é ele o primeiro mineiro a trabalhar como docente na instituição, fato que se deu, curiosamente ou não, na esteira da Reforma de 1772, quando se abriu a cadeira de Direito Pátrio. Em 1751 foi a vez de chegar à Universidade Manuel José Cherém, vindo do Rio de Janeiro, para uma estada de cinco anos. Sacramento Blake (1900, v. VI, p. 136) informa que,

²³ Cargo correspondente ao de juiz voluntário, destinado aos jovens letrados das famílias mais bem destacadas. Por ser voluntário, não havia remuneração, mas prestígio social.

ainda estudante de Cânones, produziu poesia encomiástica de destaque, como o *Tributo délfico*, dedicado a Antônio Lopes da Costa, conselheiro ultramarino, e, mais especialmente, a *Oblação métrica* dedicada à senhora Michaela Venancia de Castro, abadessa do convento do Castanheiro, em Coimbra, trazido a público em 1753. Não é preciso muito esforço para notar que é este o ano do regresso de Cláudio Manuel da Costa à Colônia. Se sua biógrafa, Laura de Mello e Souza (2011, p. 53-63), está correta quando afirma que foi em Coimbra que Cláudio acertou o prumo da imagem de sua poesia, e que lá mesmo participou de academias religiosas dedicadas a compartilhar versos, então é possível que caiba alguma verossimilhança à ideia de que Manuel Cherém e Cláudio possam ter pelo menos se cruzado entre 1751 e 1753, e, com sorte, intercambiado leituras.

No meio desse período chegou à Universidade de Coimbra José Mascarenhas Pacheco Pereira de Melo, que estudaria Cânones entre 1752 e 1755, criando amizade com o poeta Cláudio Manuel da Costa. Português dedicado à magistratura, José Mascarenhas foi nomeado conselheiro ultramarino em 1758, estabelecendo-se na Bahia, onde criou, no ano seguinte, a Academia Brasílica dos Renascidos. Cláudio foi convidado a ser sócio correspondente, o que demonstra não apenas a amizade entre ambos, mas a preocupação de Mascarenhas em dar espaço à poesia produzida em diferentes locais da Colônia. Cláudio não apenas aceita o convite, como remete ao amigo o único documento autobiográfico do qual se tem notícia que tenha escrito (SOUZA, 2011, p. 147).

A segunda metade do século XVIII congrega as duas últimas gerações de brasileiros elencadas por José Carrato (1968). Na metade do século, a primeira leva de letrados mineiros faz despontar Minas Gerais, que a partir de 1761 começa a apresentar forte declínio no envio de estudantes a Coimbra, como se vê no quadro a seguir:

Quadro 11 – Nascidos no Brasil matriculados na Universidade de Coimbra (1751-1800)

Localidade	1751-1760	1761-1770	1772 ²⁴ -1780	1781-1790	1791-1800	Total por localidade
Minas Gerais ²⁵	92	57	36	61	22	268
Bahia	41	99	37	40	31	248
Rio de Janeiro	37	84	49	35	34	239
Pernambuco	17	12	33	16	14	92

²⁴ Em função da reforma na Universidade, não há matrículas no ano de 1771.

²⁵ Inclui as localidades de Lançães, Mariana, Minas do Ouro Branco, Minas do Rio das Mortes, São João d'El-Rei, Pitangui, Guaripiranga, Vila Rica, Sumidouro, Minas do Sabará, Vila do Carmo, Cata Preta, Prados do Rio das Mortes, Catas Altas, Sabará, Minas de Santa Bárbara, Serro do Frio, Congonhas do Sabará, Sabará, Santo Antonio da Casa Branca, Vila Nova da Rainha, Minas Gerais do Caité, Congonhas do Campo, Minas de Paracatu, Minas Novas dos Fanados, São José, Vila Nova da Rainha do Caité, Borda do Campo, Minas dos Carijós, Vila Boa, Santa Luzia, Arraial do Tejuco e Vila do Príncipe.

Localidade	1751-1760	1761-1770	1772 ²⁴ -1780	1781-1790	1791-1800	Total por localidade
São Paulo	8	8	13	2	2	33
Goiás (Goiases)	4	2	4	4	1	15
Paraíba	2	1	2	9	-	14
Pará	1	4	3	4	7	19
Espírito Santo	3	-	1	1	-	5
Santos	2	7	-	1	5	14
Nova Colônia do Sacramento	2	5	3	1	1	12
Sergipe d'El-Rei	1	1	-	-	-	2
Maranhão	-	1	1	5	14	21
Sem identificação/Brasil	-	2	1	-	1	4
Ceará	-	1	-	-	1	1
Cuiabá	-	-	-	1	-	1
Total	209	284	183	180	133	989

Fonte: elaboração nossa a partir de Morais (1949, p. 203-378).

Com efeito, o resultado do declínio na ida de mineiros à Universidade é reflexo imediato do declínio da extração de minérios, dando vazão para que as famílias de outras localidades enviassem seus filhos. É o que se vê, por exemplo, na Bahia, líder quantitativo na década de 1761-1770, e no Rio de Janeiro, depois estáveis num quantitativo menor até o final do Setecentos. Os números da década de 1781-1790 podem ter vinculações muito mais ideológicas e filosóficas que econômicas, como procuraremos demonstrar no capítulo seguinte, a propósito da vida e obra de Cláudio Manuel da Costa. Depois da reforma da Universidade, contudo, parece haver um declínio significativo na quantidade de nascidos no Brasil que migraram a Coimbra, fator que se soma com as dificuldades financeiras encontradas na Colônia.

Estiveram na Universidade de Coimbra, entre 1751 e 1800, personagens importantes para a política e para a literatura colonial do Brasil. O primeiro que podemos destacar é Santa Rita Durão, que esteve na Universidade entre 1754 e 1756. Tal como Cláudio Manuel da Costa, estudou com os jesuítas no Rio de Janeiro, antes de mudar-se para a Europa, de onde não regressou (MORAIS, 1949, p. 214). Seu poema épico *Caramuru*, de 1781, foi publicado depois do seu retorno a Portugal, quando Pombal já estava afastado do governo Real. Outro poeta, Alvarenga Peixoto, esteve matriculado em Coimbra entre 1760 e 1765, embora os registros apontem seu nome apenas como Inácio José Alvarenga (MORAIS, 1949, p. 233). Innocencio Francisco da Silva (v. III, 1859, p. 208-209) anota que escrevia muito, mas nunca pôde publicar sua poesia. Alvarenga Peixoto – na Arcádia, Eureste Fenício – atuou como juiz de fora em Sintra e, em 1776, foi nomeado Ouvidor da comarca do Rio das Mortes, unindo-se ao círculo

letrado de Cláudio Manuel da Costa e às movimentações políticas que, no final da década seguinte, condenariam Peixoto ao degredo, onde morre na prisão, em 1793.

Alvarenga Peixoto deve ter convivido, em Coimbra, com Tomás Antônio Gonzaga, que ingressou na Universidade em 1761, saindo apenas em 1769. Embora tivesse nascido reinol, era filho de brasileiros e completamente envolvido com a vida mineira, tendo sido Ouvidor de Vila Rica. Como se sabe, foi um dos réus da devassa de 1789, condenado ao degredo em Moçambique, onde morreu na primeira década do século XIX. Sacramento Blake, no seu *Dicionário Bibliográfico*, afirma elogiosamente: “Eis um escriptor que, não sendo brasileiro, é como tal contemplado entre nossos poetas e com sobeja razão, porque foi martyr e expirou pelo Brazil!” (BLAKE, v. VII, 1902, p. 276).

Do tempo de Tomás em Coimbra resta ainda o *Tratado de Direito Natural*, obra de cunho tomista dedicada ao Marquês de Pombal e datada provavelmente de 1772 (ano em que a cadeira de Direito Natural foi criada), mas publicada apenas na década de 1940, que o poeta teria escrito a fim de conquistar uma posição na Universidade. Gonzaga, assim como Alvarenga Peixoto, deve ter cruzado em Coimbra com Domingos Caldas Barbosa, que estudou Cânones entre 1763 e 1767 (MORAIS, 1949, p. 241), mas é possível que apenas o primeiro tenha encontrado Manuel Inácio da Silva Alvarenga, que fez sua matrícula em 1768. Os três, Tomás, Silva Alvarenga e Caldas Barbosa, podem ter encontrado José Antônio de Alvarenga, o irmão mais moço de Cláudio Manuel da Costa, que estudou Cânones entre 1766 e 1769 – aliás, concluindo estudos no mesmo ano que Tomás Antônio Gonzaga. Como o último membro da família de Cláudio a estudar em Coimbra, José Antônio deve tê-lo feito às expensas do irmão, em vista de que, por aquela época, quem administrava os recursos familiares era Cláudio, que havia retornado às Minas mais de dez anos antes, na esteira da morte do pai (SOUZA, 2011, p. 74-76), e que por aquela altura já era minerador, advogado renomado e importante figura pública em Vila Rica.

Silva Alvarenga, que estudou Matemática e Cânones, vivenciou de perto a pretendida reforma na Universidade, de onde saiu aprovado por unanimidade no exame que o requalificava para o estudo das Leis. Sua carta de aprovação, que leva o nome de Francisco de Lemos, o reformador que esteve em Coimbra junto de Cláudio Manuel da Costa, informa que Cláudio já era Bacharel em Cânones, mas esteve por mais tempo estudando a fim de estar atualizado às exigências dos novos estatutos universitários.

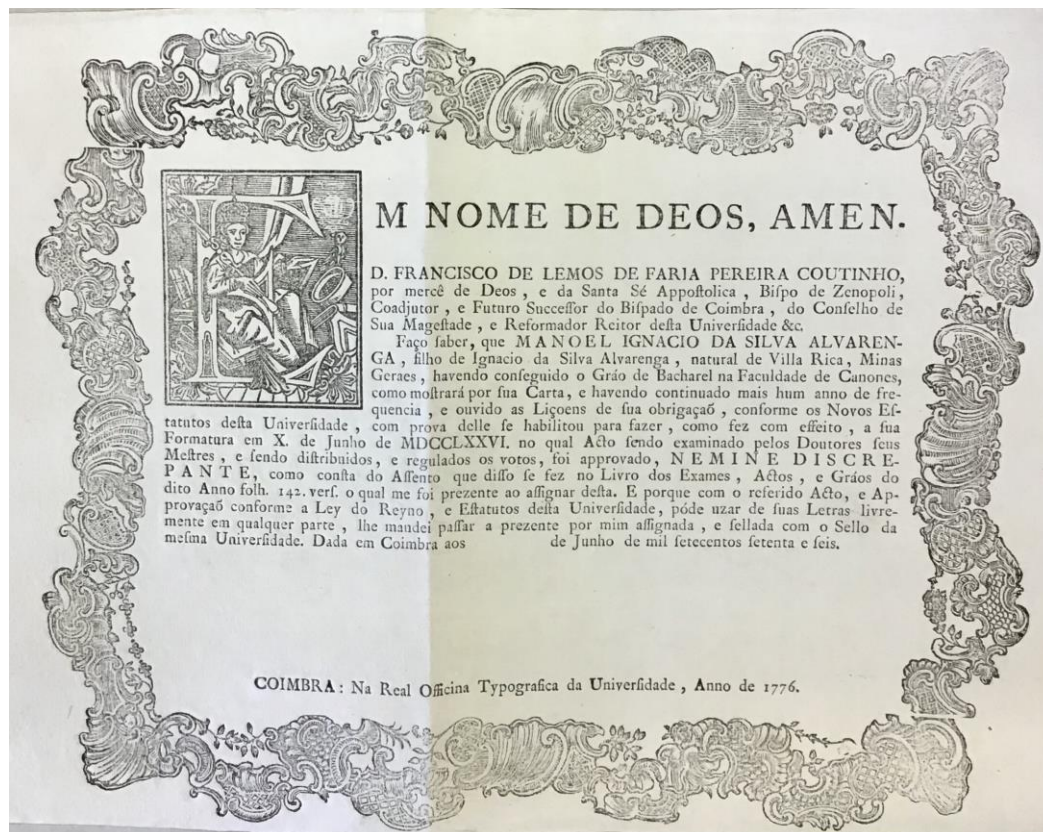


Figura 7 – Carta de aprovação de Silva Alvarenga (1776). Fonte: Arquivo Geral da Universidade de Coimbra (registro geral PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/A/004355).

Entre os nascidos no Brasil que foram a Coimbra no mesmo período que Silva Alvarenga também figuram José de Oliveira Fagundes, que lá esteve entre 1770 e 1778, e que em 1789 seria advogado de defesa dos implicados na Conjuração Mineira (MORAIS, 1949, p. 273). Já no ambiente pós-reforma, foi a vez do irmão de Basílio da Gama, Antônio Caetano de Almeida Vilas Boas (MORAIS, 1949, p. 289), entre 1773 e 1776, assim como Antônio de Moraes Silva, nascido no Rio de Janeiro e estudante de Cânones entre 1774 e 1779 (MORAIS, 1949, p. 294), responsável pela edição ampliada e reformada do *Diccionario da lingua portugueza* de Rafael de Bluteau, obra impressa em Lisboa no ano da Conjuração Mineira.

Quando Silva Alvarenga já estava de saída da Universidade de Coimbra, chegaram outros dois letrados de grande importância para a literatura lusófona. O primeiro deles é Antônio Pereira de Sousa Caldas, poeta a quem Antonio Candido (2013, p. 213) atribui a crítica à crise da imitação clássica, em favor da liberdade de expressão e da concentração da poesia sobre outros temas, por meio do poema *Carta marítima*, de 1790. Sousa Caldas esteve em Coimbra entre 1776 e 1788, onde chegou com apenas catorze anos de idade. Preso pela Inquisição, foi penitenciado em auto de fé no dia 26 de agosto de 1781, acusado de “herege, naturalista, deísta e blasfemo” (MORAIS, 1949, p. 300). Sacramento Blake o descreve como um jovem de

saúde frágil, razão que justifica, para o filólogo, a forma como se dá seu julgamento: “ou por muitos empenhes que teve Caldas, ou por faltar uma vez coragem ao *santo* officio para metter na fogueira um moço fraco, e o visse com pouco sangue, anêmico para saciar a sêde satânica que devorava os *santos* varões” (BLAKE, 1883, v. I, p. 287, grifo do autor). Depois do episódio, segundo Francisco Morais, “abraçou a vida eclesiástica e foi um pregador exímio” (1949, p. 300). O outro colono de destaque já foi tema deste capítulo, embora sua repetição em nada suplante sua importância: Francisco de Melo Franco, autor do *Reino da Estupidez*, estudou em Coimbra entre 1776 e 1786. A anotação diferencial que podemos fazer agora diz respeito ao fato de também ter sido submetido a auto de fé, no mesmo dia e local que Sousa Caldas (MORAIS, 1949, p. 302). Detalhando a circunstância que levou ao fato, Sacramento Blake informa que Melo Franco era estudante de posicionamentos críticos e dissonantes daqueles esperados pela Igreja, razão pela qual foi obrigado a interromper os estudos e ficar preso ao longo de quatro anos, condenado por ser “herege naturalista, dogmatista e por negar o sacramento do matrimônio” (BLAKE, v. III, 1895, p.44)²⁶.

Últimos personagens que destacamos nesta linhagem não são poetas, mas estiveram envolvidos com pelo menos três dentre aqueles que já abordamos. Expliquemos: em 1782, três irmãos vindos de Vila Rica se matricularam em diferentes cursos da Universidade. O primeiro deles, Francisco Alves Maciel, estudou Matemática, Filosofia e Leis até 1785; Teotônio Alves Maciel estudou Matemática e Leis, bacharelando-se em 1788. O último dos irmãos, José Alves Maciel, titulou-se em Filosofia em 1785 (MORAIS, 1949, p. 319-320), partiu para uma viagem pela Inglaterra a fim de estudar a industrialização, e acabou sendo personagem importante na Conjuração Mineira. Lucas Figueiredo, por exemplo, supõe na biografia de Tiradentes que foi Maciel o responsável por colocar o movimento republicano de então em contato com Thomas Jefferson, por meio de uma viagem à França em 1786 (FIGUEIREDO, 2018, p. 139-140), enquanto Heloísa Starling afirma ter sido ele o responsável por trazer às Minas, em 1788, uma cópia clandestina do *Recueil de loix constitutives des colonies anglaises confédérées sous la dénomination d'États-Unis de l'Amérique-Septentrionale* (STARLING, 2018, p. 161). Todos os irmãos Maciel foram contemporâneos em Coimbra de Vasco Fernandes Coutinho (MORAIS, 1949, p. 319), sobrinho do Reitor reformador, Francisco de Lemos, e filho de Clemente Pereira de Azevedo Coutinho que, por sua vez, viveram em Coimbra no mesmo período que Cláudio Manuel da Costa.

²⁶ Lucas Figueiredo observa que “cábulas” era alcunha dada aos estudantes rebeldes que se dispunham a discutir ideias, à revelia do sistema opressivo (FIGUEIREDO, 2018, p. 138).

Ao longo de todo o século XVIII passaram pela Universidade de Coimbra pelo menos 1.741 estudantes brasileiros, que vivenciaram as distintas e conturbadas etapas anterior e posterior à reforma pombalina. Apesar do retrocesso que significou a ascensão da Rainha Maria I, o tempo foi suficiente para formar nossos letrados, e principalmente permitir circulação de ideias novas, independentistas e republicanas, nas agremiações e reuniões que se formavam. Mais que isso, o letramento que lhes foi facultado permitiu acesso a livros, motor para o pensamento e combustível para as ideias. Como se vê no caso da elite mineira da segunda metade do século, a leitura parece ser a principal chave daquela sociedade em formação e transformação simultâneas, como ferramenta de socialização e mobilização política. Tudo indica que esses homens cumprem o destino desejado por seus pais: voltar às Minas e ocupar cargos na política ou na administração pública, para destacar-se dos demais e garantir um bom futuro. Sequer deviam imaginar que o esforço para formá-los letrados, à primeira vista com fins econômicos e sociais mais imediatos, os colocaria como protagonistas da História, lembrados e estudados mais de dois séculos depois de suas mortes como mobilizadores do pensamento iluminista e republicano no Brasil, além de poetas da etapa árcade de nossa literatura – à qual Antonio Candido atribui, por meio de Cláudio Manuel da Costa, o início da Literatura Brasileira como tal, diante do estabelecimento, nas Minas, de um sistema literário que congregava autores, obras e público leitor.

6 A PÁTRIA E A ÉPICA DE CLÁUDIO MANUEL DA COSTA¹

A figura de Cláudio Manuel da Costa constou por primeira vez nesta tese como poeta precursor do Arcadismo no Brasil e, como faz crer Antonio Candido, da própria Literatura Brasileira. Nascido em 1729, Cláudio viveu durante todo o período de transformações no mundo letrado lusitano que quisemos expor ao longo dos capítulos anteriores. Essas transformações, como procuramos demonstrar, iniciam na educação jesuítica, da qual Cláudio foi discípulo, cruzam as reformas pombalinas e alcançam a Universidade, tema do capítulo anterior.

Mesmo que não fosse o único protagonista do capítulo relativo à Universidade de Coimbra, Cláudio Manuel da Costa é personagem central de uma história de ensino, leituras, conhecimento e relações sociais que ocorrem na colônia brasileira ao longo do Setecentos. Não é preciso muito esforço para chegar a este diagnóstico: depois de passar pela educação jesuítica, o poeta figurou na primeira geração de mineiros a estudar em Coimbra e depois retornar às Minas, onde exerceu seu ofício de advogado. Como homem público, Cláudio estaria envolvido até a sua morte não apenas nas movimentações políticas e sociais da região, mas seria emblema de uma rede de contatos da qual brotava a amizade, a troca de favores, a vida pública e a literatura.

Esses contatos devem ter começado ainda na Universidade de Coimbra, se for certa nossa proposição de que Cláudio manteve contato, quando estudante, com aqueles que viriam a ser os reformadores da Universidade. O presente capítulo pretende, portanto, dar luz à vida pública de Cláudio Manuel da Costa e demonstrar, a despeito de uma crítica literária já bastante engessada, que sua relação com a *pátria mineira* não necessariamente o coloca como um poeta dividido entre dois mundos – a metrópole portuguesa e a rusticidade colonial. Nosso objeto de estudo, para tanto, consiste, além da biografia do poeta, no poema épico *Vila Rica*,

¹ A pesquisa da qual resultou este capítulo é produto de bolsa de doutorado-sanduíche recebida entre outubro de 2019 e setembro de 2020, período de estudos realizado na Ruhr-Universität Bochum, em Bochum, Alemanha. A bolsa foi aportada pela Capes e pelo DAAD no contexto do projeto *Discursos sobre a épica nas culturas lusófonas do século XIX*, vinculado ao programa PROBRAL, coordenado pela Profa. Dra. Regina Zilberman, no Brasil, e pelo Prof. Dr. Roger Friedlein, na Alemanha (Capes – código de financiamento 001). Por sua vez, parte do presente estudo foi completada com a viagem de estudos a Coimbra e a Lisboa, em Portugal, entre agosto e setembro de 2020, etapa supervisionada pela Profa. Dra. Maria Aparecida Ribeiro, o que facultou o acesso a documentos importantes para a pesquisa, entre eles o manuscrito do poema *Vila Rica* pertencente à Biblioteca Nacional de Portugal. O deslocamento a Portugal foi autorizado pela Capes, agência mantenedora da bolsa de estudos.

texto insistentemente olvidado pela crítica histórico-literária em favor da vertente sonetista de Cláudio.

6.1 O *Vila Rica* na História da Literatura Brasileira

Entre as principais historiografias da Literatura Brasileira apresentadas ao longo do século XX, o argumento mais convergente no que diz respeito à obra poética de Cláudio Manuel da Costa aponta para uma divisão entre lírica e épica, de modo que a primeira sempre aparece como superior, de maior qualidade, e a segunda – que consiste no poema épico *Vila Rica* –, quando analisada, é avaliada como uma tentativa sem sucesso de escrever uma epopeia. Implicitamente, pode-se supor que Sílvio Romero contribuiu para essa separação, pois, embora trate dos sonetos de Cláudio em seu famoso compêndio, não há, na *História da Literatura Brasileira* (1888), comentário relevante sobre o *Vila Rica*. Caberia a João Ribeiro, um dos primeiros estudiosos da obra de Cláudio, fazer a separação entre as duas vertentes de sua poesia.

Em carta a José Veríssimo datada de outubro de 1901, o filólogo reconhece Cláudio Manuel da Costa como um poeta de alma frágil e delicada, nunca adaptado à paisagem mineira depois de retornar de Coimbra, onde se formara em Cânones por volta de 1753, tendo sempre preferido a metrópole à rusticidade de sua terra natal, porque, nas palavras de João Ribeiro, “a natureza do Brasil não é estética e não cabe na sua estética” (1996, p. 17). Assim, o seu ponto de vista é de que o *Vila Rica*, tentativa de Cláudio de reverenciar as Minas e a fundação da capital da capitania, revela a decadência do poeta, enquanto sua obra lírica o coloca entre os principais sonetistas das línguas latinas, tendo como superiores apenas Petrarca e Camões (RIBEIRO, 1996, p. 23).

A percepção de João Ribeiro parece ter sido acompanhada por José Veríssimo, que, em sua *História da Literatura Brasileira*, de 1916, analisou alguns sonetos de Cláudio, mas deixou de lado a *Fábula do Ribeirão do Carmo* e o *Vila Rica*, que, para ele, enquanto poemas de intuição nativista, são obras nas quais faltou talento ao poeta mineiro. De acordo com Veríssimo, *Vila Rica* é um poema medíocre – nestes termos –, indigno do Cláudio sonetista.

Em estudo provavelmente redigido entre os anos 1950 e 1960, Sérgio Buarque de Holanda² também acompanha a percepção de João Ribeiro em relação ao poeta mineiro. Para ele, a poesia de Cláudio demonstra o contraste entre a rudeza local e a nostalgia da paisagem europeia, “lembrança tanto mais comovida quanto mais longínqua a esperança de revê-los” (HOLANDA, 1991, p. 227), de modo que ao poeta pouco restou além da imaginação, palco para a saudade latente. Sérgio Buarque de Holanda também deixa de lado o poema épico *Vila Rica* em sua análise, fazendo coro com João Ribeiro e José Veríssimo ao considerá-lo diametralmente oposto na obra claudiana, sempre como poema menor, inacabado ou descartado pelo poeta. Holanda, agora, vota pela incapacidade do poeta para o poema épico, manifestando-se a favor da poesia lírica: “não tinha o gênio da epopeia, e seu lugar está decididamente entre os líricos do grupo mineiro, cujo destino ficou associado ao drama da Inconfidência: Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto” (HOLANDA, 1991, p. 426).

Os historiadores da Literatura Brasileira da segunda metade do século XX parecem ecoar as análises de João Ribeiro e José Veríssimo, deixando a épica de Cláudio Manuel da Costa cada vez mais rebaixada. Antonio Candido, na *Formação da Literatura Brasileira* (originalmente de 1959), repercute a incapacidade de adaptação à terra mineira vista por João Ribeiro e traça um caminho biográfico para o poeta entre bairrista > árcade > ilustrado > inconfidente. Ao mesmo tempo, Candido usa a poesia de Cláudio para delimitar o início do recorte histórico de seu estudo, colocando-o “no limiar de um novo estilo”, que viria a configurar a Literatura Brasileira, com letras maiúsculas, nas gerações seguintes de letrados locais.

Antonio Candido destaca a presença da paisagem mineira na poesia de Cláudio, como o “pátrio ribeirão” que aparece tanto na *Fábula do Ribeirão do Carmo* quanto no *Vila Rica*. Apesar disso, o poema é pouco discutido e visto como uma obra menor, incapaz de caracterizar uma epopeia. Na hipótese do historiador da literatura, isso teria dissuadido o poeta de publicá-lo em vida – talvez por lapso, o pesquisador acaba desconsiderando outra hipótese mais segura, em que se nota a dificuldade enfrentada por um residente na colônia para a publicação de livros, em vista da proibição de tipografias no Brasil até o início do século XIX. Depois de Candido, Alfredo Bosi, na *História Concisa da Literatura Brasileira* (obra de 1970), limita-se a qualificar o *Vila Rica* como um “poemeto épico”, como exemplo da poesia de menor êxito de Cláudio, sem outros comentários a respeito.

Do ponto de vista historiográfico e estético, parece claro o desprezo pelo *Vila Rica*, o que provavelmente resulta de um problema enlaçado ora com a socialização da literatura da

² É o que informa Antonio Candido, organizador da coletânea *Capítulos de literatura colonial*, de 1991, editada postumamente.

segunda metade do Setecentos, ora com as dificuldades pessoais de Cláudio em lidar com sua produção poética. Para o primeiro caso, o argumento quase unânime é o de que o poeta teria abandonado o *Vila Rica* em razão do sucesso do poema épico de Basílio da Gama, publicado em 1769 sob a proteção do Marquês de Pombal. Embora seu poema seja tributário de *O Uruguai*, a crítica literária escolheu por muito tempo acreditar que Cláudio, sempre dividido entre a rudeza da paisagem mineira e a lembrança dos seus tempos de estudante em Coimbra, viu-se desafiado a produzir o *Vila Rica* quando leu o poema de Basílio, mas fracassou diante da impossibilidade que a criação literária lhe impunha. Como afirma Manuel Ferro (2006), que faz coro com todos os estudos da História da Literatura Brasileira aos quais já nos referimos, Cláudio deve ter abandonado o *Vila Rica* inacabado, sem limá-lo, ciente de sua insuficiência épica.

Na carta que envia a José Veríssimo em 1901, João Ribeiro alude ao sentimento patriótico de Cláudio em relação às Minas, seu berço de nascimento, assumidamente em razão do momento em que se vivia – em outras palavras, Ribeiro afirma que Cláudio, na virada do século XIX para o XX, parece ser mais lembrado como patriota do que como poeta (1996, p. 5), em virtude da sua participação no movimento que popularmente passou a ser chamado de Inconfidência Mineira³, alçando-o ao quartel dos mártires da Independência do Brasil (RIBEIRO, 1996, p. 25). Para introduzir o sentimento pátrio, o crítico prenuncia a carta dedicatória do *Vila Rica*, em que o poeta se refere às Minas pelo termo “pátria”; ainda assim, o comentário resvala para a divisão crítica da obra do poeta, cuja produção, maior na lírica e menor na épica, parece ser produto do dilaceramento de uma alma dividida entre a Colônia e a Metrópole: “Foi entre os aspectos selvagens e quase bravios da natureza que se lhe formaram as primeiras impressões da meninice em alma que havia de sempre ser frágil, mimosa e delicada” (RIBEIRO, 1996, p. 9).

É a partir desse posicionamento que João Ribeiro insiste na ideia de que Cláudio não teria identificação suficiente para versejar sobre a paisagem mineira, preferindo aquela encontrada em Coimbra nos seus tempos de estudante. Retornando à rudeza do interior das Minas, Cláudio encontra na rocha o elemento estético, obstáculo simultaneamente metafórico e real. O estudioso argumenta que, depois das *Obras*, de 1768, e envolvido em assuntos de governo, Cláudio perde o brilho, a inspiração e a profundidade da poesia, embora ainda soubesse fazê-

³ Como vimos no capítulo introdutório, o vocábulo “inconfidência”, na medida em que significa traição, pende para um juízo de valor que acusa os participantes no movimento e defende o direito da Coroa portuguesa. Atualmente, a movimentação política nas Minas na década de 1780 tem sido chamada de Conjuração Mineira (cf. STARLING, 2018, por exemplo), termo mais apropriado para tratar do plano político e emancipatório de seus envolvidos, o que desvincula essas personagens, desde o título do movimento, do juízo criminoso que se fazia sobre elas em relação à pretendida emancipação de Portugal.

la. Incomodado com *O Uruguai*, escreveu o *Vila Rica*, pois teria reconhecido que o primeiro faz aquilo que ele dizia ser impossível nas *Obras*: colocar as ninfas na paisagem da Colônia, a despeito da “grossaria” local. De qualquer forma, João Ribeiro vê o *Vila Rica* mal formulado: “é já talvez um sincero admirador da terra natal, mas não possui mais o dom de amá-la com a mesma emoção com que em outros tempos não distantes a malsinava. [...] Os trechos melhores do *Vila Rica* não são os do poeta épico, mas do lírico” (RIBEIRO, 1996, p. 21-22).

À mesma direção aponta o comentário de Sérgio Buarque de Holanda, estudioso que, em razão da cronologia de seu estudo, deve ter sido leitor de João Ribeiro:

Mais tarde ainda tentará um poema heroico onde se exaltarão os grandes feitos dos paulistas e serão cautamente verberadas a ambição e a arrogância dos colonos europeus, que todas as riquezas do país querem-nas para si, em prejuízo dos seus naturais. Dela ficou-nos um longo rascunho – que outro nome não pode ter – indigno, certamente de seu estro e de sua fama. Outra tentativa, de alto porte, inspirada na mesma “paixão”, no gosto de ver enfim a pátria livre do jugo daqueles forasteiros, irá resultar, por sua vez, num malogro trágico, onde o próprio poeta perde a vida. (HOLANDA, 1991, p. 230).

O “poema heroico” a que se refere Holanda é o próprio *Vila Rica*, composto em decassílabos heroicos, tal como se vê em *Os Lusíadas*, de Camões – por sinal, obra à qual o *Vila Rica* é devota em referências e intertextualidade, como veremos ainda neste capítulo. Da observação de Sérgio Buarque de Holanda cabe ainda considerar a qualificação que dá ao texto de Cláudio: *rascunho*, incompatível com a grandeza do autor. Muito maior que o poema, segundo se pode inferir da observação do crítico, é a participação política de Cláudio Manuel da Costa na sociedade das Minas, de modo que o ativismo do poeta junto à Conjuração Mineira se torna responsável por sua morte, aos 60 anos de idade.

Como se pode observar até aqui, o ponto de vista amplamente difundido em relação à poesia de Cláudio, lírica ou épica, vota pelo rebaixamento desta última em relação à primeira, mesmo quando se reconhece, como no caso de João Ribeiro, a intenção do poeta de tratar de sua pátria ao longo do poema. Na contramão dessa valoração negativa e aparentemente hegemônica, queremos fazer eco a dois estudos dissidentes – respectivamente, de Melânia Silva de Aguiar e de Manuel Ferro⁴ – e propor uma nova leitura sobre o poema *Vila Rica*, em face de

⁴ Melânia Aguiar, grande pesquisadora da obra do poeta, atribui o pouco empenho da academia relativamente à produção de Cláudio Manuel da Costa à dedicação exigida pelo texto claudiano, por vezes tido como difícil, truncado. Aguiar exemplifica isso a partir do *Vila Rica*, afirmando que “durante anos a crítica vem apontando seus defeitos: os excessos de personagens, a proliferação de falas umas dentro das outras sem indícios claros de mudança de narrador, o hermetismo de muitas passagens são alguns destes defeitos, que uma edição cuidada, com a demarcação exata das falas, a modernização da pontuação e da ortografia, atenuaria, elevando o poema ao seu verdadeiro estatuto estético” (AGUIAR, 1996, p. 29). Manuel Ferro (2006), por sua vez, mesmo que replique algumas velhas máximas a respeito da produção do poema, reconhece a importância do *Vila Rica* no bojo da

sua relação com outras obras da época, a partir das notas de rodapé deixadas por Cláudio; sua intencional devoção à pátria mineira; sua circulação na segunda metade do século XVIII e, entre esses dois fatores, a vida pública que desempenhava Cláudio Manuel da Costa.

6.2 A proteção e a pátria do poeta

A acepção atribuída ao verbete *pátria*, no século XVIII, relacionava-se à primeira vista ao local de nascimento. Antônio de Morais Silva, natural do Rio de Janeiro, que no ano da Conjuração Mineira e da morte de Cláudio Manuel da Costa, 1789, publica em Lisboa sua versão reformada e ampliada do dicionário de Rafael Bluteau, indica o seguinte significado:

PATRIA, f. f., a terra donde algum he natural. (SILVA, 1789, v. 2, p. 170).

Apesar da prometida ampliação em sua reforma, Antônio de Morais Silva é econômico em relação ao termo. Bluteau, no tomo VI de seu *Vocabulário portuguez e latino*, de 1720, é mais expressivo e até mesmo mais poético ao referir-se ao mesmo termo:

PATRIA, A terra, Villa, Cidade, ou Reyno, em que se nafceo. Ama cada hû a fua patria, como origem do feu fer, e centro do feu defcanço. Tem a pátria qualidades reativas para os que nafcem nella, & attractivas para os que della se apartão. [...] A patria de Ulyffes, não era Roma, cabeça do mundo, & throno da gloria mundana, nem era fua patria Athenas, honra da Grecia, & cadeyra de Minerva. Patria defte famofo Varaõ era Ithaca, Ilheo do mar Jonico, efteril, & deferto, sahio delle para a guerra de Troya, em que militou dez annos, & depois de outros dez annos de navegação foy deyxar a ofpada no feu penedo. (BLUTEAU, 1720, tomo VI, p. 320).

Entre os dois dicionários, é bastante provável que Cláudio tenha tido contato com o segundo, acesso facilitado se não pela formação jesuítica que teve no Rio de Janeiro, pelo menos durante o período que esteve em Coimbra, estudando Cânones. Interessa, por outro lado, observar a alusão que o filólogo faz a Ulisses, para quem a pátria não era Atenas ou Roma, mas Ítaca. O herói sai de seu berço rumo à guerra e, mesmo que fosse um migrante e que estabelecesse morada em outros lugares, a pátria de Ulisses continua sendo Ítaca, para onde regressa passados vinte anos e onde depois morre. Desde já, é possível estabelecer certa relação entre o exemplo do dicionário com a vida de Cláudio Manuel da Costa. Não que o

história da literatura brasileira em função do tom laudatório que se desenvolve para abordar a fundação da cidade no melhor estilo épico da *laudes urbium* – na qual o *Vila Rica* se encaixa perfeitamente, conforme sua análise.

poeta tenha viajado para a guerra, ou que tenha ficado vinte anos separado das Minas; mas foi, no fim das contas, um migrante da Colônia a viver em Coimbra para estudar. Deslumbrado com a diferença na vida social e cultural que se dava entre a Metrópole e as Minas, choque cultural ao qual se prende a crítica literária do século XX, Cláudio Manuel da Costa não tinha como sua a pátria portuguesa. Sua pátria continuaria sendo apenas uma, para onde retornou depois da estada em Coimbra, entre 1749 e 1753, e onde viria a morrer em 1789.

Depois de *pátria*, curioso é notar o caso de *pátrio*, forma adjetiva do primeiro verbete. Para Bluteau, “Nomes patrios j o aquelles, que mostra o a patria donde cada hum he natural, como de Portugal, Portuguez, de Coimbra, Conimbricenfe [...]” (BLUTEAU, 1720, tomo VI, p. 323). Ant nio de Moraes Silva, na sua versão reformada, relaciona *pátrio* com “os patrios lares, o direito patrio de cada Na o” (1789, v. 2, p. 171), acrescentando a dimensão nacional ao termo muito provavelmente porque era ciente das mudanças sociais, filosóficas e políticas pelas quais passava a metade final do século XVIII. Não que o termo *na o* fosse novidade: para Bluteau, tratava-se de

Nome colectivo, que se diz da Gente, que vive em alguma grande região, ou Reyno, debaixo do mesmo Senhorio. Nisto se differença na o de povo, porque na o comprehende muitos povos; & affirm Beir es, Minhotos, Alentejoens, & c. compoem a na o Portugueza; [...]. (BLUTEAU, 1716, tomo V, p. 658).

E ainda a no o de *nacional*, adjetivo que designava “Aquelle que he da mesma na o” (BLUTEAU, 1716, tomo V, p. 664). Anos mais tarde, os dois termos são ampliados às novas rela es possíveis de uma pátria, redimensionadas no eixo político e nacional:

NA O, f. f., a gente de hum paiz, ou região, que tem lingua, leis, e governo a parte.
[...]
NACIONAL, adj. da na o, proprio della; individuo della, e não estrangeiro. (SILVA, 1789, v. 2, p. 106-107).

Se todas essas compara es não são evidências do conhecimento de Cláudio sobre a atualiza o dos termos, é bastante provável que ele convivesse com as ideias correlatas aos novos significados, que aproximam a velha compreensão de pátria, atrelada ao local/cidade de nascimento,   identidade de quem nasce em determinada região ou país. Para corroborar essa suposi o, bastaria identificar a participa o de Cláudio Manuel da Costa na Conjura o Mineira, além de reconhecer o seu lugar como um dos primeiros letrados brasileiros de grande vulto, como vêm fazendo a crítica literária e os estudos históricos ao longo dos anos.

O que queremos propor, no entanto, aprofunda a dimensão da vida pública de Cláudio e sua relação com as Minas na medida em que o poema, quer seja uma *laudes urbium*, como propõe Manuel Ferro (2006), opera como uma épica de exaltação à terra natal de seu autor, revelando a paixão e a devoção de Cláudio pelas Minas, nas esferas pública e privada.

Os manuscritos disponíveis em nosso tempo informam, unanimemente, que o *Vila Rica* foi concluído em 1773, embora tenha sido impresso apenas em 1839, na Typografia do Universal, em Ouro Preto. Como a crítica literária baseou-se nessa última versão por muito tempo para analisar a épica de Cláudio⁵, nela nos debruçamos para o estudo a seguir, a começar pela carta dedicatória, endereçada ao segundo conde de Bobadella, José António Freire de Andrade, que governou interinamente as Minas entre 1752 e 1758, substituindo o primeiro conde e seu irmão, Gomes Freire de Andrade.

Segundo Laura de Mello e Souza (2011), a relação dos Freire de Andrade com Cláudio Manuel da Costa era de profunda amizade. O primeiro conde, Gomes Freire de Andrade, governava a Capitania do Rio de Janeiro à época em que o poeta estudava no Colégio dos Jesuítas, entre 1745 e 1749, e empreendia profundas reformas na paisagem urbana da cidade (SOUZA, 2011, p. 50). Quando retorna de Portugal como Bacharel em Cânones e estabelece bons vínculos em Vila Rica e Mariana como advogado, Cláudio ganha notoriedade e apreço pelo irmão mais jovem, José António Freire de Andrade, que o nomeia, em 1760, procurador substituto da Coroa e da Fazenda. Dois anos mais tarde, Gomes Freire de Andrade reassume o cargo e promove Cláudio Manuel da Costa a secretário de governo da Capitania das Minas, cargo remunerado – e de prestígio social – que Cláudio exerceu até 1765, mesmo depois da troca de governo⁶ (SOUZA, 2011, p. 95-96).

O poeta, que era ciente da importância das relações sociais e políticas na sociedade mineira, embora direcione a dedicatória ao segundo conde, na realidade rasga elogios a ambos os Bobadella: “Quem ignora que por quasi trinta annos descançarão com felicidade nas mãos dos Exm.^{os} Freires as Minas do Ouro do nosso Portugal?” (COSTA, 1839, s. p.). Segundo Cláudio, o Rei teria manifestado sua “maior significação de amor” pelo povo mineiro ao nomear os Freire de Andrade, homens de grande virtude, para governar as Minas.

Como Cláudio celebra a fundação da capital da Capitania em seu poema, a relação de amizade, pública ou política, se estabelece à primeira vista pela possível admiração do poeta

⁵ Manuel Rodrigues Lapa foi o primeiro a noticiar, em 1968, a localização de uma importante edição manuscrita na Biblioteca Nacional de Portugal, em que constam 84 versos a mais no poema. Essa versão passou então a ser lida e seu valor foi realçado quando publicado no volume *A poesia dos inconfidentes* (1996, org. de Domício Proença Filho), para o qual foi selecionada por Melânia Silva de Aguiar, organizadora da poesia de Cláudio. Dada a importância desse manuscrito e seu conteúdo, voltaremos a ele oportunamente ao longo deste capítulo.

⁶ Gomes Freire de Andrade faleceu em 1763, sendo substituído por Luís Diogo Lobo da Silva.

pela administração dos condes, como observa Laura de Mello e Souza. Por outro lado, o espaço conferido a Cláudio na administração pública durante o governo dos Bobadella – que pode ser produto da admiração prévia –, na medida em que resulta em benefícios de ordem econômica, impele o poeta a devolver o favor em um duplo laudatório. Fica, portanto, evidente a intenção de Cláudio na abertura de sua carta dedicatória:

Depois de haver escripto o meu poêma da fundação de Villa-Rica, Capital das Minas Geraes, *minha patria*, à quem o deveria eu dedicar mais, que à V. Ex.^a! (COSTA, 1839, s. p., grifo nosso).

Em primeiro lugar, Cláudio Manuel da Costa confessa que a dedicatória se faz posteriormente à composição do poema, embora o fato não impeça que a intenção do elogio possa ter surgido antes ou durante o processo de criação. Eliana Muzzi (2008) reconhece que, no século XVIII, o uso da carta dedicatória como paratexto é desprezado por Voltaire e Montesquieu, desaparecendo das épicas daquele tempo. Todavia, o caso de Cláudio chama a atenção, porque sua dedicatória agradece a quem está longe do poder local; logo, seu critério encomiástico não seria “a lisonja, a palavra que se troca pelo favor, mas a verdade, valor promovido no discurso ilustrado do século XVIII” (MUZZI, 2008, p. 664). Nesse trecho, e considerando o tom elogioso aos Bobadella ao longo da carta, importa observar que Cláudio coloca o elogio à pátria e aos governadores no mesmo nível semântico. Afinal de contas, o poema, escrito primeiro, exalta a fundação da *sua pátria*, administrada ao longo de muitos anos “com felicidade” pelos Freire de Andrade. De um lado, o elogio e o agradecimento ao mecenato econômico e consequentemente social dos Bobadella; de outro, o elogio à pátria, Vila Rica⁷, cujo carinho pode ser traduzido pelo acompanhamento do pronome pessoal – *minha* – na primeira ocasião em que o vocábulo *pátria* aparece em toda a composição.

É no prólogo que esse tom ganha novo estatuto. Se antes cabia a cortesia aos Bobadella, agora Cláudio se permite dialogar diretamente com o leitor, chamando-o para a conversa e explicando a intenção do poema: louvar a fundação da cidade e as qualidades do herói que desempenhou o grande feito, pacificando povos rebeldes em defesa da Coroa portuguesa. O poeta assume ter realizado pesquisas para buscar a veracidade dos fatos, de modo a justificar a extensão das notas ao longo do texto e a introdução do *Fundamento Histórico*⁸. Em seguida, Cláudio discorre sobre a relevância da sua *pátria*:

⁷ Importante observar também que Mariana, onde Cláudio nasceu, à época constituía termo de Vila Rica.

⁸ Eliana Muzzi (2008) aponta que Cláudio tomou de Voltaire e de Basílio da Gama a prática das notas ao longo do texto. Quanto ao *Fundamento Histórico*, que abre o volume de 1839 e os manuscritos de *Vila Rica*, não o

E se estas Minas pelas riquezas, que têm derramado por toda a Europa, e pelo muito que socorrem com a fadiga dos seus habitantes ao commercio de todas as Nações polidas, erão dignas de alguma lembrança na posteridade, *desculpa o amor da pátria*, que me obrigou á tomar este empenho, conhecendo tanto a desigualdade das minhas forças. Estimarei ver elogiada por melhor penna uma Terra, que constitue hoje a mais importante Capitania dos dominios de Portugal. (COSTA, 1839, s. p., grifo nosso).

Elevada e reconhecida como a principal Capitania de Portugal, Cláudio aponta não apenas para a importância econômica das Minas e para o esforço de seus habitantes, que na extração do ouro e de outras pedras preciosas davam o sustento para toda a Europa. Ao propor uma epopeia que louva a fundação de sua capital, o poeta indica a relevância cultural e social que a pequena cidade pelo menos deveria ter para o Reino. Se estamos certos nesse sentido, é possível que esse pensamento – a estima por ver Vila Rica elogiada – seja sintomático de certa insatisfação com a administração Régia, o que culminaria nos movimentos emancipatórios que circularam pelas Minas no final da década seguinte, com a participação de Cláudio Manuel da Costa e outros letrados. Voltaremos a este ponto mais adiante; por ora, cabe reiterar o sentimento do poeta pela região, fiel e literalmente declarado quando se refere, desta vez, não apenas à *sua* pátria, mas quando usa o substantivo maior do sentimentalismo: o *amor*.

6.3 A pátria pelo poema

Avançando sobre o corpo do *Vila Rica*, a alusão à pátria emerge logo no início, depois da invocação à Musa para a composição da epopeia – mais precisamente, na segunda estrofe do primeiro canto, na forma adjetiva:

Tú, *pátrio ribeirão*, que em outra idade
 Déste assumpto á meu verso, na igualdade
 De um épico transporte, hoje me inspira
 Mais digno influxo; porque entôe a Lira;
 Porque leve o meu Canto ao clima estranho
 O claro heróe, que sigo, e que acompanho:
 Faze visinho ao Tejo, enfim que eu veja
 Cheias as Nynfas de amorosa inveja.
 (COSTA, 1839, p. 1, grifo nosso).

O *pátrio ribeirão* a que Cláudio Manuel da Costa faz referência é o Ribeirão do Carmo, que passa por Vila Rica (hoje Ouro Preto) e Mariana, onde nasceu o poeta. Como indicado nos primeiros versos, o Ribeirão já fora usado como tema de outro poema seu, *Fábula do Ribeirão do Carmo*, publicado nas *Obras*, de 1768. Essa é a intertextualidade a que Antonio Candido se refere quando argumenta pela inferioridade do *Vila Rica* em relação à obra lírica do poeta mineiro. Na contramão do historiador da literatura, Eliana Muzzi defende que a *Fábula* marca uma tentativa de Cláudio de aplicar a estética europeia à paisagem mineira, o que resulta na “acusação injusta do primeiro editor de sua obra poética, João Ribeiro, ecoada por críticos posteriores, de se deixar deslumbrar pelas paisagens europeias e desprezar as brasileiras” (MUZZI, 2008, p. 669). Melânia Aguiar, por sua vez, entende que a releitura de Cláudio sobre sua obra se dava em função das dificuldades editoriais enfrentadas no Brasil colonial, o que resultava em intertextos não apenas entre diferentes autores, mas também entre obras de um mesmo poeta. Diante da paisagem mineira, Melânia observa um movimento de revisão de posições ao tratar dos rios e das ninfas, “ora voltado para os valores estrangeiros, ora para a exaltação nacional” (AGUIAR, 1996, p. 33).

Queremos concordar com o caso mais recente, principalmente porque mais uma vez Cláudio coloca dois elementos opostos no mesmo eixo sintagmático: se nesta altura o *pátrio ribeirão* inspira a que o poeta entoe a lira para louvar a fundação da capital das Minas, o “claro herói”⁹ apresentado no final da segunda estrofe é português, enviado pela Coroa. O resultado da equação pende, no entanto, para as Minas: equiparado ao Tejo, o Ribeirão do Carmo, chamado à epopeia, deverá fazer as ninfas de lá cheias de “amorosa inveja”. Situação semelhante se dá na estrofe seguinte, quando tece elogios aos Freire de Andrade, a quem estima louvar entre grandes heróis, mas que, na verdade, honram a pátria mineira: “[...] vós, honra da patria, gloria bella/ Da caza, e do solar de Bobadella” (COSTA, 1839, p. 1).

O primeiro canto introduz na epopeia a figura de Albuquerque como o herói responsável por encontrar o local onde deve fundar a futura capital das Minas. Essa tarefa, pelo que se prenuncia *in medias res*, só será vencida depois de, ajudado por um Gênio, cruzar a serra e encontrar o Itamonte¹⁰, aos pés do qual deverá o herói erguer Vila Rica. Percorrendo a margem do Rio das Velhas, está entre seus homens Garcia Rodrigues Paes, braço direito de Albuquerque, a quem o herói confia, a certa altura, ter sonhado com o fantasma de D. Ro-

⁹ Trata-se de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, governador da Capitania de Minas e São Paulo em 1709, quando esta se separou do Rio de Janeiro. Minas só passaria a ter estatuto próprio de Capitania em 1720.

¹⁰ Conhecido como Pico do Itacolomi, na Serra do Espinhaço, divide os municípios de Mariana e Ouro Preto.

drigo¹¹, ensanguentado e ferido, depois de ter sido morto na primeira tentativa de chegar às Minas. Albuquerque revela que D. Rodrigo teria tentado dissuadi-lo de prosseguir com a empreitada, afirmando-lhe:

[...] em vão se cansa,
Em vão o vosso rei, se ver pertente
Subjugado este povo, que defende
Com o bárbaro zelo as *patrias Minas*,
Debalde tú também hoje imaginas
Chegar ao centro delas: eu contemplo
Mil perigos na empreza; [...]
(COSTA, 1839, p. 3, grifo nosso).

No trecho, *este povo* aparece como sujeito que defende a região mineira, e o termo *pátria* – que é a mesma de Cláudio Manuel da Costa – tem função adjetiva em relação às Minas, como se observa em destaque no quarto verso. É interessante notar, porém, dois elementos no eixo figurativo da composição poética: em primeiro lugar, o distanciamento de D. Rodrigo em relação à Coroa, pois, embora ele também tenha sido enviado pelo Rei, agora o monarca é direcionado a Albuquerque e aos seus – o *vosso rei*. Em segundo lugar, quem guarda as Minas com “bárbaro zelo” são os rebeldes, e embora a barbárie esteja associada ao seu comportamento, vale notar que o fazem com cuidado e atenção. Talvez não seja em vão que D. Rodrigo se distancie da Coroa e tente convencer Albuquerque a desistir de sua missão. Não obstante, há que se tomar o cuidado de notar que a voz de D. Rodrigo chega ao leitor enviesada, posto que passa pelo sonho de Albuquerque, que conta a Garcia, e é transposto, em verso, pelo autor Cláudio Manuel da Costa. Como, porém, a intenção criativa é deste último, talvez valha a pena desde já acender a fagulha da rebeldia, como se Cláudio escolhesse deixar pequenos rastros de dissidências em relação à Coroa no discurso daquele que, pelo bem ou pelo mal, tentava, antes de Albuquerque, conquistar as Minas em favor da Coroa Portuguesa.

O herói, no canto II, reúne seus homens e revela a todos o sonho que teve com D. Rodrigo. Conta também ter visto um “rochedo fatal”, com “medonha carranca”, a quem pergunta: “Quem és, [...] que ignorado encanto/ Se esconde em ti?”. Eis a resposta: “Eu sou dos filhos, que abortára a Terra,/ E fiz com meus Irmãos aos Deoses guerra;/ (Tú, negro Adamastor, hoje em memoria/ Me obrigas á trazer a tua historia)” (COSTA, 1839, p. 11). Itamonte, como se chama este gigante que personifica a montanha, passa a descrever as riquezas que guarda

¹¹ D. Rodrigo de Castello Branco, o primeiro a ser enviado para o interior das Minas com a intenção de pacificar rebeldes, localizar os minérios de ouro e encontrar assento para a capital mineira, cf. nota de Cláudio Manuel da Costa (1839, p. 7).

em seu interior, dedicadas ao povo lusitano, revelando-as por meio de visões ao herói português, o que culmina com a figura quase hiperbólica da Ninfa à beira do rio: “[...] ao longe apanha/ Uma nympha na arêa os montes de ouro, / Com que esmalta o cabelo, e o torna louro” (COSTA, 1839, p. 11).

A visão concedida a Albuquerque em sonho, que o herói revela repetitivo e misterioso, não se limita às riquezas da terra. Em tom profético, o português afirma que

A margem deste rio povoada
Vejo da portugueza gente amada,
Toda entregue á sollicita porfia,
Com que o rico metal da terra fria
Vai buscar a ambição: vejo de um lado
Erguer-se uma cidade, e situado
Junto ao monte, que um valle aos pés estende,
Vejo um povo tambem: tudo surpr’ende,
Tudo encanta a minha alma, estou detido
No fantastico objecto [...]

(COSTA, 1839, p. 11-12).

As sensações reveladas pelo herói são de emoção e excitação diante da visão que tem do futuro. Porém, o que se observa imbuído no discurso de Albuquerque diz respeito à colonização da cidade quando fundada, povoada por portugueses. É bastante óbvio que à época a Colônia brasileira formava parte do Reino de Portugal; ainda assim, queremos insistir no discurso que reitera a identidade portuguesa a partir da voz de um português, em contraste com a fala daquele outro que, como vimos, morto pelos rebeldes que defendem as minas com “bárbaro zelo”, distanciava-se da pátria lusitana.

Apesar da visão, Albuquerque não sabe onde procurar o Itamonte, tendo o sonho como sua única pista para encontrar o sítio de fundação de Vila Rica. Faria¹², um padre que acompanha a comitiva e que fora um dos primeiros a tentar a jornada na oportunidade anteriormente fracassada, junto de D. Rodrigo, relata ter mantido contato com os indígenas brasileiros desde muito tempo antes, convertendo-os ao catolicismo. Na última missão o religioso pôde penetrar as matas e conhecer as paisagens mineiras, de modo que supõe já ter visto o Itamonte:

Nem creio, que este o Itamonte seja,
Mas sei, que a *lingua patria*, se dezeja
Explicar sempre em tudo a natureza;
De Itá nome lhe deo, e da rudeza

¹² Pe. João de Faria Fialho, da ilha de S. Sebastião, cf. nota de Cláudio Manuel da Costa (1839, p. 16). A Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Brancos, em Ouro Preto, é também conhecida como Capela do Padre Faria, em razão deste tê-la fundado no século XVIII.

Do gentio talvez, que hoje alterado
 O nome Cunumim lhe seja dado.
 (COSTA, 1839, p. 13, grifo nosso).

A etimologia é completada por Garcia, que também fala a *língua pátria*, mesmo que sua explicação seja pouco resolutiva para o plano de Albuquerque: segundo ele, Itá é nome que se dá a toda a natureza; Itamonte, então, indica um monte escondido em meio às serras. O que chama a atenção nessa passagem é o fato de que o herói, para completar sua façanha, precisa do auxílio daqueles que já conhecem a paisagem local, apoio que felizmente ele encontra em meio ao seu conselho. Nesse compasso, as experiências anteriores de Garcia e Faria se revelam importantes não apenas pelo caminho já percorrido na região, mas principalmente porque, para conjecturar a respeito da localização do Itamonte, ambos recorrem à *língua pátria* – que não é a língua portuguesa, mas a língua geral¹³ – sobre a qual o herói, português, não possui domínio.

O canto V inicia com uma mudança repentina de cenário: em um templo em meio a uma paisagem de abismos, vales e montanhas, o poeta personifica a figura abstrata do Interesse. A descrição apresentada sugere desde já a posição antagônica da personagem na epopeia: “Este idolo fatal, que se alimenta/ De humano sangue, um monstro representa/ Armado sempre em guerra [...]” (COSTA, 1839, p. 28). Revela-se também que seu objetivo é atrapalhar os planos de Albuquerque, que está prestes a “[...] ver posta em certeza/ Toda a idéia do sonho concebido” (COSTA, 1839, p. 28). Para tanto, assume a forma de um religioso, anônimo, que teria influenciado na desordem da primeira missão da Coroa para alcançar as Minas.

O Interesse fala, então, com alguns europeus que por ali andam e tentam explorar a região para descobrir as mesmas minas – rebeldes do ponto de vista de Albuquerque –, alvoroçando-os contra o herói português. Entre eles, destacam-se Conrado, Francisco e Viana. De acordo com o Interesse, Albuquerque e seus homens vêm para roubar suas fazendas, impedindo-os de explorar as riquezas da terra livremente. Irônico, o Interesse intimida os rebeldes, cuja identidade, *Europeus*, declaradamente não se associa à pátria mineira, tampouco à lusitana: “Eu imagino/ Que não sois Europeos: a vossa gloria/ Acabou de uma vez para a memoria”

¹³ A língua geral foi falada na América Portuguesa entre meados do século XVII e o início do século XX. De linhagem indígena, o idioma hoje extinto provinha do tupi-guarani e se configurava como uma língua de contato, falada por indígenas de diferentes nações, religiosos, por alguns portugueses e seus descendentes e por negros africanos escravizados. Teve duas ramificações dominantes, com algumas diferenças dialetais: a língua geral setentrional, da região amazônica, e a língua geral meridional, da região paulista – em que se incluía, no século XVIII, a região mineira. Cf. FERNANDES, Cláudio. “Língua-geral no contexto do Brasil Colonial”; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/lingua-geral-no-contexto-brasil-colonial.htm>. Acesso em: 19 maio 2022.

(COSTA, 1839, p. 29). Caso nada seja feito, intui o vilão, Albuquerque vencerá, de modo que é preciso atacá-lo primeiro.

Contudo, o plano do Interesse deve esbarrar na ação do Gênio, que incorpora em um velho índio em uma gruta, atraindo o herói português ao seu encontro. Vendo Albuquerque confuso, diz ele chamar-se Filoponte, e imediatamente toca em uma pedra que se revela um portal de cristal, permitindo a Albuquerque uma visão maravilhosa do futuro – em outros termos, eis a profecia da epopeia clássica: montes, serras rochosas; homens que rompem o mato, que cavam as serras e lavam nos rios as pedras preciosas extraídas. Aparecem inimigos em uma terra sem lei e sem rei, liderados por um chefe maligno que se esconde no cume de um monte. Em meio a isso tudo, Albuquerque vê-se a si mesmo, convidando ao “rico país”: uma cidade enfim fundada, sob a sombra do Itamonte. O sentimento do herói se divide: por um lado, fica contente por ter reconhecido a paisagem do seu sonho repetido, diante da possibilidade de encontrar o Itamonte; por outro, percebe que há o obstáculo dos rebeldes, o “vil partido/ Dos conjurados chefes” (COSTA, 1839, p. 33).

Cabe a Filoponte tentar animar Albuquerque, de modo que são apresentadas as qualidades geográficas das Minas – e se introduz no sexto canto, pela voz do Gênio, o elogio de Cláudio Manuel da Costa sobre a paisagem de sua pátria: “São estas, são as regiões benignas,/ Onde nutre a perpetua primavera/ As verdes folhas [...]” (COSTA, 1839, p. 39). O grande ato de Filoponte aparece, no entanto, na defesa que faz dos Paulistas, aliados de Albuquerque na atual empreitada.

Vês os Paulistas, animosa gente,
 Que ao Rei procurão do metal lusente
 Co'as proprias mãos enriquecer o erário.
 [...]
 Ó grandes sempre, ó immortaes Paulistas!
 Embora vòs, nyntas do Tejo, embora
 Cante do Lusitano a voz sonora
 Os claros feitos do seu grande Gama;
 Dos meus Paulistas honrarei a fama.
 [...]
 Em seu zelo outro espirito não obra
 Mais que o amor do seu rei: isto lhes sobra.
 (COSTA, 1839, p. 39-40).

O trecho demonstra o elogio aos paulistas que são devotos do Rei de Portugal. João Ribeiro (1996) acredita que o encômio bairrista se deve à origem de Cláudio, pois sua mãe descendia de uma importante família paulista e, dessa forma, o poeta procurava honrar a própria descendência. É possível que sim; mas, se for correta nossa suposição de que o poema é

preenchido por críticas à administração régia e em defesa da pátria mineira, podemos ter nos versos acima outro exemplo de duplicidade semântica colocada por Cláudio Manuel da Costa.

À primeira vista, o discurso do Gênio louva a Coroa e o zelo dos seus súditos ultramarinos para com as riquezas da terra que, mesmo distante, faz parte do Reino. Não obstante, é preciso considerar o período histórico em que os fatos de *Vila Rica* acontecem: a fundação da capital das Minas se dá em 1711, então é provável que a viagem de Albuquerque tenha acontecido por essa época; a Capitania de Minas Gerais, por sua vez, separou-se da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro apenas em 1720. Equacionando essas informações, podemos deduzir que, ao tratar os povos elogiados por *Paulistas*, o Gênio – e Cláudio Manuel da Costa – indiretamente elogia os patrícios da região mineira, pois à época todos faziam parte do mesmo grupo geográfico. Logo, o povo elogiado não é o lusitano, representado pelo herói enviado pela Coroa, mas o povo autóctone que, mesmo – e possivelmente – miscigenado, identifica-se com a *pátria* local, no hábito e no gentílico. Se a suposição não basta, vejamos os versos de Cláudio: “embora/ Cante do Lusitano a voz sonora/ Os claros feitos do seu grande Gama;/ Dos meus Paulistas honrarei a fama”. Do lado de lá do Atlântico, Camões canta “os claros feitos” de Vasco da Gama; do lado de cá, sem prejuízo de valor, canta Cláudio Manuel da Costa os feitos dos Paulistas que habitavam a região das Minas.

A busca de Albuquerque avança no sétimo canto, quando sua comitiva por fim avista o Itamonte e a serra. Garcia, que vai à frente para vigiar possíveis rebeldes, depara-se com a ninfa Eulina à margem de um rio. A jovem atrai Garcia para si com o gesto de pegar a areia em ouro e passá-la nos cabelos, tal como no sonho de Albuquerque, e ambos desaparecem no meio do rio. Procurando por Garcia, a comitiva se exalta, porquanto o herói tenta acalmar os ânimos ao observar que a ofensa e a soberba são características dos europeus, seus inimigos. Da voz de Albuquerque, e não mais do Gênio, sai a defesa dos Paulistas – ou daqueles que hoje chamamos mineiros, se nossa suposição anterior está correta:

Se ao Paulista de fraco alguém accusa,
Elle de seus espiritos só usa,
Quando a honra do empenho ao campo o chama.
Não é valente, não, o que se inflamma
No criminoso ardor de á cada instante
Dar provas de soberbo, e de arrogante.
Os Europeos são fáceis neste arrojto.

Se justo, imaginaes, foi o despojo
Das Minas, que lhes tirão; por que avaros
Se pretendem mostrar, (bem que são raros
Os que entre elles se arrastão da cobiça)
Dizei, não pede a provida Justiça
Que zele cada um, que guarde e reja

O que adquire o seu braço, quando a inveja
 Lh'õ pretende roubar? *Estas conquistas*
A quem mais se deverão, que aos Paulistas?
 (COSTA, 1839, p. 48, grifo nosso).

Albuquerque, dessa forma, defende o direito à conquista das Minas pelos Paulistas. Contudo, o herói não é mineiro, nem Paulista, nem brasileiro: é um representante da Coroa portuguesa na Colônia, de modo que seu discurso, embora penda para o lado paulista, toma na sequência um tom conciliatório em relação aos rebeldes europeus:

Acaso um mesmo rei nos não protege?
 Uma só lei a todos nos não rege?
 Do tronco Portuguez não é, que herdamos
 O sangue, de que as veias animamos?
 [...] *das victorias,*
Que um ganha, o outro perde, não alcança
A todos o infortunio, ou a bonança?
 [...]
 Arbitro entre vós outros me conheço;
 Do Europeo, do Paulista faço apreço;
 E distinguindo em todos a virtude
 Não espereis, que de projecto mude.
 (COSTA, 1839, p. 49, grifos nossos).

E finaliza com um discurso que não se reconhece especificamente com a pátria mineira, de Cláudio Manuel da Costa, mas com aquilo que podemos chamar de identificação com a Coroa Portuguesa, conciliando europeus e paulistas: “Não faz a patria o heroe, nascem de aldeas/ Almas insignes de virtudes cheas” (COSTA, 1839, p. 49).

O discurso político de Albuquerque é interrompido pela informação de que os rebeldes estão amotinados na direção dos Pereiras. Por intervenção do Gênio, o herói é guiado a um encontro com os Pereiras, que acreditava serem seus aliados, mas na realidade conjuravam a rebeldia. O português retoma o tom conciliatório, pois estavam todos “em uns paizes novos,/ Onde a policia não tem ainda entrado/ [...] Convem que antes que os meios da asperesa/ Se tente todo o exforço da brandura” (COSTA, 1839, p. 51).

De todo modo, a ação conciliatória não vem de Albuquerque, mas do pátrio Gênio, que toma para si a pacificação ao esconder-se no fundo de um rio e forjar o terror, espalhando ilusões e ameaças de violência, cárcere e degola entre os conjurados, para que se confundam e desistam da ideia invocada pelo Interesse. Embora os últimos versos do canto VII coloquem a intenção do Gênio sob a guarda do herói – “[...] acreditar aos pés do heroe, que chega/ A fé, com que ao seu Rei se rende, e entrega” (COSTA, 1839, p. 52) –, a associação não acontece no plano da fala em primeira pessoa, como no caso da defesa de Albuquerque em relação à

Coroa. O *pátrio Gênio*, que guarda as Minas, parece defendê-las dos rebeldes antes de Albuquerque, mesmo que o preço a pagar seja render-se ao comando da monarquia lusitana. Ainda assim, o discurso literal desses versos não coloca a todos – paulistas, rebeldes, Gênio, Albuquerque – debaixo da guarda do mesmo rei, pois o pronome possessivo que se usa – “ao *seu* Rei se rende” – observa que quem se entrega ao monarca é apenas o herói português.

Enquanto essas ações se desenvolvem, Garcia se vê em uma sala coberta de riquezas, acompanhado por Eulina que igualmente se veste com flores de ouro e pedras preciosas. Revela-se que Garcia está no interior do Itamonte e com ele deverá dialogar. Antes disso, porém, outras ninfas cercam o forasteiro, facultando-lhe o conhecimento de todas as riquezas das pátrias Minas: diamantes, safiras, topázios, rubis, barras e medalhas de ouro. Garcia resta encantado com o que vê, sobrando à voz do poeta, que narra, a crítica enviesada a quem busca arrancar da natureza mineira a sua riqueza: além de Eulina, “muitas ninfas em roda a estão cercando, / Nas lindas mãos nevadas sustentando/ Os thesouros que occulta e guarda a terra. / (Tristes causas do mal, causas da guerra!)” (COSTA, 1839, p. 55).

Fato é que Garcia alcança o Itamonte antes de Albuquerque, e a ele confia que o herói, junto dos Pereiras, já está no local onde deve erguer Vila Rica: “Permita o Ceo que sejas o primeiro”, diz Itamonte a Garcia, “Á quem eu patentêe por inteiro/ Todo o segredo das riquezas minhas” (COSTA, 1839, p. 57). A seguir, o gigante apresenta a Garcia a localização de toda a fortuna guardada nas minas, profetizando que tanto ele quanto Albuquerque serão lembrados, no futuro, por mediar a chegada do ouro e das pedras preciosas à Coroa.

Como nem todo discurso colocado na voz de personagens não portugueses é simples e literal, cabe chamar a atenção ao fato de que os segredos são revelados a Garcia, que é filho da Colônia brasileira e, portanto, mais próximo da *pátria mineira* que Albuquerque: “[...] a brava/ E inculta região das patrias Minas/ Tens pisado, ò Garcia, de ti dignas/ Sejão tuas acçoens [...]” (COSTA, 1839, p. 56). Isso acontece à revelia da aproximação que Garcia tem do herói, cuja ação, como já vimos, desdobra-se sempre com a intercessão de alguma personagem pátria. É provável que a profecia que faculty o alcance da Coroa sobre o ouro de Itamonte seja resultado não apenas dessa intervenção, mas da mediação de Garcia, que a esta altura é alçado ao mesmo posto do herói, dado que ambos serão lembrados no futuro pelo grande feito. E mais: a descoberta antes não se realizara, porque o “Deos destes thesouros” (COSTA, 1839, p. 57) impedia que rebeldes e outros enviados encontrassem o segredo de Itamonte. Em nota, Cláudio Manuel da Costa revela que o verso faz referência ao Curupira, personagem da mitologia nacional. Tudo isso leva a crer que a fala do Gênio – *pátrio Gênio* – conduz a epopeia para um resultado de via dupla: de um lado, afaga a Coroa, que ao fim e ao cabo tem

acesso à riqueza das Minas; de outro, insiste na defesa velada daquilo que é autóctone, seja na representação, na mitologia ou na própria ação, esta última desempenhada por Garcia.

Desfeita a miragem ao ouvir um tropel, Garcia encontra Albuquerque e revela que estivera com Itamonte, confidenciando ao herói os acontecimentos recentes à medida que este reconhece que já está no local que vira em sonho. Representante da Coroa, Albuquerque discursa aos rebeldes e perdoa-os pelas desavenças; em outro espaço, outros levantados marcham e dão as costas à Hipocrisia, que emerge como personagem junto da Rebeldia, do Engano, da Traição e do Interesse para verem o fracasso do plano que tinham contra o herói português.

Para além das relações políticas e mitológicas que permeiam a relação de Albuquerque e Garcia com as pátrias Minas, o último canto do poema estreita os laços do herói com a vila recém-fundada, principalmente a partir do encontro de Albuquerque com o Itamonte, que o elogia pelo sucesso na jornada e permite que sejam retirados do seu seio os “mármore mais finos” para a construção de Vila Rica. Dessa forma, narra-se a edificação das casas, do Pelourinho, do Relógio da Praça, da Cadeia e do Senado, de fontes de água e das igrejas.

O principal desses locais parece ser o Senado, em que entra Albuquerque trajando farda imponente para assinar a ata de fundação de Vila Rica e discursar aos presentes sobre a felicidade de ter cumprido sua missão. Sua fala, no entanto, demarca a superioridade da administração portuguesa sobre as Minas:

[...] em fim cahida
 Vejo de todo a rebeldia erguida;
 E vassalos de um rei, que mais vos ama,
 Buscaes acreditar a vossa fama
 Com o dóte immortal, que a nação presa
 De uma fidelidade portugueza.
 [...]

[...] de hoje em diante
 Acabe de apagar o delirante,
 Fanático discurso, que inda excita
 De algum vassalo a dor; não se limita
 O regio braço: á todos se dilata,
 A todos favorece, acolhe, e trata

(COSTA, 1839, p. 75).

Como se pode observar, a identidade local, antes endereçada às *pátrias minas*, agora é suplantada pela vassalagem diante do Rei, em favor da *fidelidade portuguesa*. Se o tom político é pró-monarquia e pró-Portugal, a ação do pátrio Gênio não deixa de se manifestar, elevando e eternizando a riqueza da paisagem mineira na forma de pinturas proféticas nas paredes do Senado, em que se vê

A differente forma do trabalho
 Com que o sabio mineiro entre o cascalho
 Busca o loiro metal; e com que passa
 Logo a purifica-lo sobre a escassa
 Taboa, ou canal do liso bulinette,
 Com que entre a negra arêa ao depois mette
 Todo o extrahido pó nos ligneos vasos,
 [...]
 Vê-se outro mineiro, que se occupa
 Em penetrar por mina o duro monte
 Ao rumo obliquo, ou recto; tem defronte
 Da gruta, que abre a terra, que extrahira;
 [...]

[...] a agricultura
 Tão rara do paiz, aonde a dura
 Força dos bois não geme ao grave arado;
 [...]

Da mole producção da cana loira
 Verdeja algum terreno, outro se doira;
 [...]

Não menos brota a oriental figueira
 Com as crescidas folhas, e co' fructo,
 Que inda nos lembra o misero tributo,
 Que pagam nossos pais, que já tiverão
 A morada do Eden [...]
 [...]

Os pássaros se vem de especie rara
 Que o Ceo de lindas cores emplumára,
 As fêras e animaes mais exquisitos
 Todos no alegre mappa estão descriptos;

(COSTA, 1839, p. 75-77).

Albuquerque, depois de ver a pintura, assina a ata de fundação e logo elegem-se os primeiros representantes de Vila Rica, sob os gritos de “Viva o Senado”. O poema termina com a voz de Cláudio, que dedica seu último louvor à sua *pátria*. Posto que seu poema conta a história que se encerra na fundação da primeira capital mineira, que também compreendia Mariana, berço de nascimento do poeta, a projeção que a epopeia lança sobre a cidade e suas raízes extravasa o mundo lusitano:

Em fim serás cantada, Villa Rica,
 Teu nome impresso nas memorias fica.
 Terás a gloria de ter dado o berço
 A quem te faz girar pelo Universo.

(COSTA, 1839, p. 77).

6.4 Indígenas e mitologia autóctone no *Vila Rica*

Albuquerque, no primeiro canto do poema, relata a Garcia, não sem uma parcela de hesitação, a revelação que tivera em sonho sobre a localização do Itamonte, local onde deveria erguer Vila Rica – em outros termos, apresenta-lhe a profecia do poema épico. O discurso do herói português é interrompido pela chegada de uma comitiva que traz consigo três índias idosas, da nação Pory, que foram feitas prisioneiras depois da tomada de uma aldeia de índios Tapuias – estes fugiram, deixando as velhas índias para trás. Garcia reconhece uma delas, mas o diálogo entre eles é assunto apenas no episódio seguinte. O canto primeiro termina com a descrição da alimentação de todos, a partir de animais caçados por índios, além de frutos da terra – ou melhor, da *pátria*: aves, veados, mel, grelo de palmeira, frutas silvestres. Quando prosseguem seu caminho, cabe também aos “domésticos índios” os serviços braçais, carregando a carga da comitiva.

O canto II revela que Garcia, no passado, conhecera uma das três índias recém-chegadas, pois fora sua escrava, vendida “a preço do metal, que desprezamos” (COSTA, 1996, p. 383). Em discurso direto, pode-se notar claramente a crítica na voz da índia:

*Lá na domada Aldeia, onde sonoro
Se vê correr o Paraíba, postas
Fomos por vosso mando: ali dispostas
A viver de outras leis, outros costumes
Detestávamos já dos nossos Numes
(Se alguns Deuses talvez nós conhecemos
Na bruta liberdade em que vivemos),
O culto, a religião. [...]*

(COSTA, 1996, p. 384).¹⁴

Ao conversar com ela na língua nacional, Garcia reconhece tratar-se de Neágua, mãe de Aurora, índia catequizada e de fina beleza por quem estivera apaixonado. Questionada quanto ao paradeiro da filha, que não a acompanha, a velha relata a Garcia que a moça está com uma tribo de índios Monaxós, estimada pelo cacique, que a corteja, mas recusando a casar-se com ele. Incomodada, a índia provoca Garcia a que recupere sua filha, em nome do antigo amor:

*Se pois de Aurora o caso vos incita
À compaixão, se em vosso peito habita*

¹⁴ A edição do poema no volume *A poesia dos inconfidentes* (1996) foi feita por Melânia Silva de Aguiar, que pôs as falas diretas das personagens em itálico, como forma de diferenciá-las no corpo do texto e assim facilitar a leitura. Por tal motivo, mantemos a formatação da editoração de Melânia Aguiar.

*O antigo amor, fazei que a liberdade
Se dê a quem desperta esta saudade;*
(COSTA, 1996, p. 384).

Quando Garcia, hesitante, aceita a proposta, o herói interrompe a ação para chamar seus conselheiros e contar a todos sobre o sonho que teve com D. Rodrigo. Muito embora o desenrolar da narrativa siga na direção de demonstrar a busca pelo local de fundação da capital mineira, a fala da índia, que dialoga em língua nacional com Garcia, não pode ser lida sem alguma observação, tendo em vista que esta ocorre de forma direta, sem intermédio de terceiros, como ocorre no relato de Albuquerque em relação às falas do Gênio ou do Itamonte. Em sua fala, Neágua, filha da *pátria* local por excelência, contrasta a crítica à forma como seu povo foi tratado com a ação dos índios que acompanham a comitiva, responsáveis pela caça e pelas tarefas mais pesadas, pois o que defende verbalmente é a liberdade, para si e para sua filha.

O quarto canto introduz a comitiva de Albuquerque à beira de um rio procurando pelo Itamonte e, ao mesmo tempo, de olho em possíveis metais preciosos. Não é o que encontram de imediato, mas outra sorte de riqueza apresentada por Cláudio Manuel da Costa: a fauna nativa. Pegado, um jovem que vai mais à frente, procura um tronco para se escorar, e ao notar que a madeira se movia, grita por ajuda aos índios que os acompanham. A cena descreve a Sucuri, atacada pelos indígenas quando tenta se refugiar no leito do rio. Enquanto os índios se alimentam do animal, Pegado, que já havia se alimentado, observa receoso. No entanto, mais importante que essa passagem, para a narrativa, parece ser o que se descobre no local onde antes estava a cobra: vestígios de sepultura humana. Ao cavar, Borba reconhece uma cruz pertencente a D. Rodrigo, e Faria, sendo padre, faz o ritual de sepultamento, consolando “as memórias de sangue inda banhadas” (COSTA, 1839, p. 24). Enterrado sem pompa, tendo como jazigo a areia à beira do rio, a memória de D. Rodrigo é honrada: “A vida pelo Rei sacrificada/ Basta a deixar a sepultura honrada!” (COSTA, 1839, p. 25).

De partida, Albuquerque é interrompido pelo índio Argasso, que aparecera no final do canto terceiro acompanhando a comitiva de Borba, e que havia tentado homicídio contra Garcia. O jovem revela que era, na verdade, apaixonado por Aurora, e como sabia que no passado Garcia teria tomado a índia e sua mãe como escravas, pretendia levar a cabeça do português para honrar a sua amada, que o desprezava. Informado de que Aurora não tem interesse por Garcia, Albuquerque, no que parece ser mais uma tentativa de encontrar pistas do Itamonte, sugere acompanhar o índio até a tribo Monaxós. Garcia interrompe o herói, perdoa Argasso pela ofensa anterior e toma para si a missão de acompanhá-lo à aldeia, prometendo abençoar a

união de Argasso com Aurora no sagrado casamento – católico, diga-se de passagem –, e parte acompanhando o índio e Neágua, mãe de Aurora. Albuquerque, por sua vez, acompanhado de Borba, segue sua missão pela beira do rio, enquanto as outras duas velhas índias ficam no caminho junto de outros homens, responsáveis por povoar aquela margem do rio. Por meio dessa pequena narrativa, Cláudio Manuel da Costa revela discretamente que, em homenagem às duas índias, o rio passou a ser chamado de Rio das Velhas¹⁵, introduzindo um mito de fundação mineiro em meio à epopeia.

Depois do encontro com o Gênio, no canto V, o sexto canto inicia com o relato daqueles que haviam partido rumo à tribo Monaxós, agora regressados. Quem narra os feitos é Fialho, pois Garcia tinha a voz embargada e segurava as lágrimas. A exposição a seguir, embora aparentemente desconexa com o objetivo de Albuquerque, parece trazer dinamicidade à epopeia de Cláudio, em vista de que, mesmo que pela narração de um terceiro (Fialho), tem-se a introdução de cenas de luta, magia e amor, misturadas à paisagem e ao povo autóctone.

Os Monaxós festejaram a vinda de Argasso, mas Eulinda, apaixonada pelo índio e rival de Aurora, ouviu os planos do casamento e decidiu procurar Terifeia, uma feiticeira, para impedir a união. Em meio aos preparativos para o casamento, o Cacique convidou todos à caça, momento em que Terifeia usou da magia para evocar um tigre monstruoso, direcionado a atacar a jovem. Argasso aparece em tempo de tentar salvá-la, mirando com a flecha no animal; o disparo, contudo, acerta o peito de Aurora, que falece, e seu noivo, desolado, se joga de um penhasco. A aldeia, furiosa, quer vingar a morte dos índios e acredita na culpa de Garcia, que fora inimigo de Argasso, razão pela qual ele e seus companheiros fogem do local.

Eulinda, a índia rival de Aurora, reaparece no sétimo canto metamorfoseada em Ninfa, rebatizada, agora, de Eulina – trata-se da mesma Ninfa com quem Garcia se encontra, disposta a revelar-lhe os segredos guardados no interior do Itamonte. Canta-lhe a Ninfa:

*Este aleivoso Deus, para que conte
Da minha história a triste desventura,
Depois que presa a minha formosura
Entre a nuvem levara enganadora,
Faltando a toda a fé, me ordena agora
Que eu torne ao pátrio berço, e convertida
Em Ninfa destas águas, passe a vida
Entregue sempre a míseros lamentos.*

(COSTA, 1996, p. 415).

¹⁵ O Rio das Velhas tem sua nascente na região de Ouro Preto, passando por Belo Horizonte e chegando a Pirapora, todas cidades do estado de Minas Gerais.

Para além do discurso político e revelador que se depreende do encontro entre Garcia e o Itamonte, encontro do canto VIII sobre o qual já discutimos, Garcia concentra sua atenção sobre um mancebo com o peito atravessado por um punhal, fruto de um suicídio em busca de acalmar suas ânsias amorosas. No seguimento da epopeia, aparece revelado mais um mito de fundação, do qual se depreende a nascente de uma fonte de água:

[...] De piedade
 Movido o louro Deus, ou de crueldade,
 Em fonte o converteu, e a cor trazendo
 Do sangue, que do peito está vertendo,
 Por castigo maior do fatal erro
 Sobre ele faz bater o duro ferro.
 (COSTA, 1996, p. 429).

Depois desta passagem, podemos encontrar pelo menos mais um mito de fundação alocado em meio à epopeia, sem aparentemente funcionar a serviço da empresa de Albuquerque, mas com o intuito de introduzir no poema a mitologia e a paisagem da pátria de Cláudio Manuel da Costa. Depois de localizado o local de fundação de Vila Rica, no canto IX, e dos discursos políticos pró-monarquia por parte do herói português, este fica absorto com o cheiro agradável de um licor que verte de um tronco partido. Bueno, que acompanha a comitiva, explica que ouvira a história daquele tronco de indígenas.

A narrativa mitológica apresenta Blázimo, um mancebo desafeito à luta, que se apaixona por Elpimira, princesa filha de Alpino. Competia pelo amor da bela com Argante, grande guerreiro. Diante da disputa, ela oferecera dar a mão a quem ganhasse na sorte, e não na luta. Seu pai, Alpino, junta toda a aldeia em grande festa, e ambos os pretendentes juram aceitar o futuro resultado. Jogam duas pedras: a branca indica fortuna, a negra a derrota, sorteio do qual Blázimo sai vencedor. Não contente, Argante decide vingar-se: oferece aos noivos que estes celebrem núpcias em sua aldeia, e pede três dias para preparar o festejo. Enquanto isso, manda cavar um grande buraco na estrada. Quando é chegada a hora, vê cair o casal junto a Alpino, que os acompanhava, dentro do buraco. Argante, “colérico, soberbo e triunfante” (COSTA, 1996, p. 438), junto de seus homens, ataca os demais índios que acompanham a comitiva, e muitos morrem.

Mortos Blázimo, Elpimira e Alpino, “o céu procura/ Vingar o grave horror” (COSTA, 1996, p. 438), e da sepultura – que fora o mesmo buraco onde caíram – brota uma árvore, que emana “cheiroso sangue”, e que o céu multiplica, como testemunhos. Em nota, Cláudio Manuel da Costa indica tratar-se da metamorfose do bálsamo, árvore abundante na paisagem da região mineira.

É possível que a presença da fauna, da flora e da mitologia local, aparentemente deslocadas do objetivo de Albuquerque ao longo da epopeia, tenham fortalecido o argumento iniciado por João Ribeiro (1996) e seguido por José Veríssimo (1916), Antonio Candido (2013) e Sérgio Buarque de Holanda (1991), historiadores que ecoam a suposta deficiência da epopeia de Cláudio por juízos de valor um tanto discutíveis, como é o caso do próprio José Veríssimo, para quem a intuição nativista do poema é falha, tal como a criatividade do poeta. Por tudo o que buscamos evidenciar até agora, parece-nos bastante possível que a intenção de Cláudio Manuel da Costa tenha sido subverter o discurso pró-monárquico e de elevação da conquista portuguesa sobre as Minas em favor de introduzir uma epopeia que louva a fundação de Vila Rica, *sua pátria*, como o poeta deixa bastante claro ainda nos paratextos iniciais. Tudo isso pode ser fruto da vida pública que Cláudio desempenhou depois de retornar de Coimbra, pautado nas leituras e no compartilhamento de ideias que deve ter tido com seus compatriotas ao longo de sua vida de homem letrado, ensejando um posicionamento político relativamente crítico em relação à administração régia. Essa criticidade alcançaria, nos anos seguintes à composição do *Vila Rica*, a sua participação ativa no movimento que conhecemos por Conjuração Mineira, ação malograda que culminou na sua morte, em 1789, mas que, como afirma Sérgio Buarque de Holanda, foi inspirada “no gosto de ver enfim a pátria livre do jugo daqueles forasteiros” (1991, p. 230) – em outros termos, inspirada na paixão do poeta por sua *pátria*.

6.5 A pátria de Cláudio Manuel da Costa, um mineiro ilustrado

Voltemos ao canto IX, no momento anterior à profecia em que a ninfa Eulina revela a Garcia os segredos das Minas. Há ali um trecho aparentemente deslocado de sentido em meio à narrativa ostentosa das riquezas pátrias, em que Cláudio Manuel da Costa evoca o “Gênio do pátrio rio” e reclama do avanço da idade, do cansaço e do “humor nocivo” que “pouco á pouco destroe o succo activo”. A raiz do problema, porém, é outra:

Preço tem sido o lisonjeiro canto,
 Que os mesmos – que cantei – me não tornassem
 Duro premio, se á mim me não sobrassem
 Estímulos de honrar o patrio berço.
 Deixára de espalhar pelo Universo
 Algum nome, deixara... [...]
 (COSTA, 1839, p. 61).

O que aparentemente Cláudio quer dizer é que não recebera nada em favor do poema elogioso, que oferece aos Freire de Andrade. Apesar disso, a força que o move a continuar a epopeia vem da honra ao *pátrio berço*, para ver a história de Vila Rica *girar pelo Universo*, como afirma nos versos finais do poema. Esse discurso, colocado no meio da narração épica, parece combinar com a divisão que faz a crítica literária da obra de Cláudio: não por pensar, no nosso caso, que a épica seja menor que a lírica, e sim diante da divisão temática que os versos acima representam em meio à narrativa de Garcia e da ninfa. Poeta de alma dilacerada, como queria considerar João Ribeiro (1996), aqui vemos o exemplo do comportamento que se estira entre o amor à pátria e a dificuldade – por razões várias – para completar o seu ofício.

Para Marcela Silva, “a situação rude da região mineira provoca nos escritos de Cláudio Manuel da Costa a melancolia evidente na murmuração por ter de optar entre a ‘pátria’ e a ‘cultura’” (2013, p. 97). A autora sugere, como eco da crítica literária, que o conflito principal de Cláudio se dá entre a paisagem e o modelo poético que tenta seguir, porque tudo o que o poeta encontra nas Minas não é a harmonia da paisagem clássica, em cujo modelo espelhava o poema épico, mas a desordem da mata fechada, das rochas, dos rios e das montanhas. O certo, no entanto, é que Cláudio era um conhecedor da realidade mineira desde a infância, em que vivenciava a paisagem de confusão e exagero misturada ao início de civilização, “residualmente barroco e predominantemente lúdico” (SOUZA, 2011, p. 32).

Cláudio Manuel da Costa nasceu em Mariana em 1729, dezoito anos depois da fundação de Vila Rica e nove anos depois da separação da capitania mineira de São Paulo. Homem letrado em que se tornou, tendo estudado com os jesuítas e depois bacharelado-se em Cânones, em 1753, o valor que Cláudio dava à sua terra pode ter origens familiares. De acordo com sua biógrafa, Laura de Mello e Souza, a mãe de Cláudio nasceu na Zona da Mata, em uma região que fora palco para a Guerra dos Emboabas. O pai, por seu turno, era forasteiro e, portanto, um emboaba, como se chamavam aqueles que chegavam às Minas para tentar a própria sorte, da Europa ou da capitania paulista. Se é certo que Cláudio faz referência à Guerra dos Emboabas ao tratar dos rebeldes ao longo do *Vila Rica* (SOUZA, 2011, p. 25), então as conjecturas que lançamos em defesa dos paulistas ganham não apenas o selo *pátrio*, mas também a defesa da memória familiar.

Não se sabe que razões fizeram com que um casal de modestos mineradores insistisse em enviar cinco de seus filhos a Coimbra, embora Laura de Mello e Souza suponha que o casal previa desde cedo o prestígio econômico e social que um homem adquiria ao participar da vida pública; para tanto, como não tinham origem aristocrática, era preciso estudar. No caso de Cláudio, a vida pública começa quase que imediatamente depois do retorno de Coim-

bra, que acontece logo após o término do curso de Cânones e na esteira da morte do pai. Como era o filho mais velho em casa, Cláudio deve ter tomado para si as responsabilidades administrativas, e já no final de 1754 ele desempenha o cargo de almotacé na Câmara de Mariana – um cargo de juiz voluntário, para o qual se recrutavam homens de boa origem social e econômica, com a função de ajudar na fiscalização (SOUZA, 2011, p. 81).

Dois anos depois, Cláudio se muda para Vila Rica e se estabelece como advogado, destoando de seus concorrentes por um elemento singular: diferente de outros bacharéis portugueses que vinham da Europa, ele era filho da própria terra¹⁶. O prestígio não demora a chegar: em 1758 Cláudio toma posse como vereador na Câmara de Vila Rica para um mandato de três anos – cargo não remunerado, mas cheio de prestígio social e influência política. Na legislatura, Cláudio teria sido responsável por traçar um mapa topográfico de Vila Rica e suas imediações (SOUZA, 2011, p. 84) – função para a qual não tinha formação, mas que deve ter desempenhado bem, segundo Laura de Mello e Souza, pois era “intelectual curioso”.

Cláudio Manuel da Costa ainda seria juiz ordinário da Câmara de Vila Rica em 1762, retornando como juiz mais moço em 1781 e juiz mais velho em 1786 e 1789, quando é preso no contexto da Conjuração Mineira e morre – o que demonstra, portanto, que esteve envolvido com a vida pública da vila durante praticamente toda a sua maturidade. Na década de 1760, porém, Cláudio começou a ser recompensado politicamente pela dedicação que tinha com as Minas, sendo convidado pelos Freire de Andrade a exercer o cargo de secretário de Estado, como informamos no início deste capítulo. Desse período, o principal destaque deve ser dado à viagem que fez com uma comitiva governamental por toda a Capitania, em agosto de 1764, percorrendo mais de 400 léguas durante três meses e dezoito dias (SOUZA, 2011, p. 98), e registrando a viagem conforme lhe cabia como secretário. Da viagem, infelizmente, não sobraram registros históricos, além da notícia.

Se Cláudio já era um observador da vida na capitania, é possível que a experiência de percorrer as Minas tenha mexido profundamente com o poeta. Laura de Mello e Souza supõe que foi o percurso que o motivou a compor o *Vila Rica*, embora também acredite que só começou a fazê-lo depois de concluído o volume *Obras*, publicado em 1768. Fato é que, depois da viagem, as relações públicas de Cláudio, pelo menos aquelas em que se é nomeado a algum cargo público pela administração oficial, começam a esmorecer. Em 1765 ele deixa a

¹⁶ Tarquínio J. B. de Oliveira, comentarista do único depoimento dado por Cláudio no contexto da devassa de 1789, sugere que o poeta tenha estudado Cânones por interesse na carreira eclesiástica, para a qual não teria vocação, embora supostamente tenha solicitado habilitação ao clero secular no bispado de Mariana, ao retornar às Minas. Distanciado da batina, embora ainda bastante religioso, Cláudio deve ter enriquecido como minerador, além de banqueiro privado, pois no sequestro de seus bens observou-se grande quantidade de registros deste tipo (*Autos de devassa...*, 1978, v. 2, p. 124).

função de Secretário de governo e concorre ao cargo de procurador da Coroa e Fazenda, na recém-criada Junta de Administração e Arrecadação da Real Fazenda de Minas Gerais (SOUZA, 2011, p. 100), mas perde o posto para José Dias Rosa Maciel, amigo de seu círculo próximo. A escolha do governador Luís Diogo Lobo da Silva favoreceu Rosa Maciel por sua experiência administrativa, deixando de lado “a capacidade e a literatura” de Cláudio Manuel da Costa.

Outro acontecimento deve ter abalado a empolgação de Cláudio com a vida pública: aos 35 anos, em 1764, Cláudio pediu à Coroa a insígnia militar do Hábito da Ordem de Cristo; para recebê-la, apresentou oito arrobas de ouro na Casa de Fundição de Vila Rica. O título acrescentaria honra ao nome, além de compensações financeiras ao seu portador, e na esteira de Cláudio dois de seus irmãos também a pedem – entre eles Frei Francisco de Sales, que viria a ser qualificador do Santo Ofício. Frei Francisco recebeu o Hábito em 1770; José Antônio, o outro irmão, em 1766. Cláudio deveria ter recebido o seu quinhão em 1768, quando D. José I lhe oferece o título com a tença de 12 mil réis (SOUZA, 2011, p. 113). Para estar habilitado ao cargo, porém, Cláudio deveria passar pelo crivo da Mesa de Consciência e Ordens, instituição que nega sua entrada na Ordem de Cristo em maio de 1770, argumentando que seus avós, nascidos no Brasil, não passavam na avaliação da “pureza de sangue” português.

Conforme Laura de Mello e Souza (2011, p. 115), os irmãos de Cláudio devem ter escapado porque argumentaram pela “pátria comum” com a metrópole, onde o pai havia nascido – ou seja, declararam-se portugueses como o pai. Cláudio, sintomaticamente, preferiu manter-se mineiro, e no recurso que envia a Portugal recorre à formação em Coimbra e aos serviços prestados à Coroa, ocupando cargos públicos nas Minas. Em setembro de 1770, finalmente, a Mesa reconhece seu argumento, concedendo a Ordem de Cristo no mês seguinte.

Em meio a essa movimentação, Laura de Mello e Souza (2011, p. 103) observa que Cláudio já era reconhecido publicamente como homem de letras, além de advogado renomado, defendendo os mineradores e observando os costumes locais. Como poeta, Cláudio deve ter atravessado três fases de sua produção, de acordo com Melânia Aguiar (1973, 2007): uma mais barroca, escrita em Coimbra; a segunda dividida entre barroco e arcadismo, e a terceira incluindo poemas encomiásticos, tributários das relações políticas e sociais de Cláudio, que culminam na publicação das *Obras*, em 1768. O *Vila Rica*, última produção do poeta mineiro, indica, como fase posterior a estas três, uma mudança radical na sua forma de composição poética – temática e estilística –, sugerindo maior apego à sua pátria, em que se revelam pistas de “um envolvimento mais estreito com as raízes e, concomitantemente, de uma preocupação

possivelmente menos estética e mais ideológica com a fatura de seus versos” (AGUIAR, 2007, p. 177). Se Cláudio era homem letrado de seu tempo, um ilustrado mineiro,

a visão realista da pátria nesta fase de sua poesia denota, além da preocupação natural do “ilustrado”, outra que para a apreensão dos verdadeiros rumos da literatura brasileira se faz mais importante: o da transposição para a poesia de uma realidade brasileira, “um protesto inconsciente e surdo a favor das possibilidades de criação de uma poesia americana” (CASTELO, 1965, p. 142), já não tão inconsciente neste terceiro momento. (AGUIAR, 1973, p. 93).

A poesia de Cláudio, portanto, volta-se a partir do final dos anos 1760 para a *sua* pátria, valorizando aquilo que, conscientemente ou não, rompe com uma ordem estética que importa a estrutura, o modelo, os exemplos e as personagens do Velho Mundo. Direcionando-se à paisagem mineira e exaltando o pátrio Gênio e as ninfas do Ribeirão do Carmo, Cláudio Manuel da Costa suplanta as ideias desafortunadamente repetidas pela crítica de um poeta dividido entre a beleza da Metrópole e a rusticidade das Minas, pois o que surge, agora, “é o jogo do interesse: mas o interesse nas luzes do progresso, que vão beneficiar a terra, para onde, esquecido de si mesmo, o poeta voltará toda a sua atenção” (AGUIAR, 1973, p. 96).

O conceito de pátria que permeia o século XVIII é muito diferente daquele ufanista que aparece no XIX, mas, pelo exemplo de Cláudio Manuel da Costa, não se pode negar o caráter de pertencimento à terra, de “defesa da ‘aldeia’” que se tem a partir de sua épica, conforme argumenta Sandra Stroparo (2001). Podemos até mesmo intuir que Cláudio antecipa o sentimento nacional ao louvar as Minas e todos os seus elementos locais, trazendo para o corpo da epopeia a mitologia autóctone em detrimento da mitologia clássica que, muito diferente e muito distante, não cabe na rústica paisagem mineira. Heloísa Starling aponta nessa direção, pois acredita que, para além do poema, o *Fundamento Histórico* que precede a obra por si só já demonstra a preocupação do poeta em relação à memória e à identidade das Minas¹⁷:

Mais do que isso, talvez, na sugestão do poema, a *virtuosidade* da ação desses homens, isto é, a excelência com que responderam às oportunidades que a *fortuna* – ou, nos termos do poema, que o gênio *Itamonte*, transformado em penhasco, pela fúria dos deuses – abriu ante eles, tornou-se condição para entender todo o desenvolvimento posterior da vida da cidade. (STARLING, 2003, p. 57, grifo da autora).

¹⁷ Laura de Mello e Souza informa que Cláudio fora convidado, em 1759, a formar parte da Academia Brasílica dos Renascidos, com sede na Bahia, como sócio supranumerário. Ao convite foram anexados dois pedidos: a remessa de um texto autobiográfico e um volume que contasse a história das Minas. Cláudio atende, no aceite, ao primeiro pedido, e para o segundo pede mais tempo. Laura supõe, portanto, que o *Fundamento Histórico* seja resultado da pesquisa que realiza para essa diligência, nunca concluída porque a Academia encerra suas atividades por volta de 1761 (SOUZA, 2011, p. 147-148).

A historiadora considera que Cláudio era leitor de Petrarca¹⁸, e que tomava dele as ideias que associavam a cultura clássica a novos pontos de vista sobre a vida pública. De acordo com Starling, Petrarca, em seu tempo, foi responsável por modificar a associação que se fazia ao termo *pátria*: não mais à linguagem da Igreja, “que tornavam o homem cidadão de uma cidade transcendente”, mas à terra em que se vive, “e essa condição tem sempre alguma relação com a política, com a vida em comum, com a vida na cidade” (STARLING, 2003, p. 58). Dessa forma, a preocupação de Cláudio Manuel da Costa com os problemas de sua pátria, vista na sua carreira de homem público, acaba por espriar-se para a veia artística. O recurso à mitologia e à idade mítica do ouro, recorrente na poesia, aparece não só como estilo, mas, depois dos anos 1760 e com a decadência da arrecadação do ouro, constitui “uma forma de luta, de oposição a uma realidade histórica incômoda, a uma situação econômica que já caminha para o insuportável” (AGUIAR, 1996, p. 35).

6.6 O poema pela pátria

Em abril de 1968, mais de um século depois da primeira publicação impressa de *Vila Rica*, Manuel Rodrigues Lapa noticiava, no *Suplemento Literário de Minas Gerais*, que havia encontrado na Biblioteca Nacional de Portugal um manuscrito em que constavam 84 versos a mais no canto V do poema. O título de sua matéria já causava reboliço: *Os versos anarquistas do Vila Rica*. O texto inicia com uma retomada dos manuscritos disponíveis à época no Brasil, acessíveis a João Ribeiro, crítico que, como vimos, dedicou seu trabalho à poesia de Cláudio Manuel da Costa, na virada do XIX para o XX. De imediato, Lapa se opõe a Ribeiro: “teve a intuição de que havia versos maus, por ausência de ritmo, coisa incrível em Cláudio; mas deixou-os ficar, por ‘fidelidade às fontes e aos originais’. As fontes deviam ser os manuscritos; se os tivesse consultado, não produziria esse texto infeliz” (LAPA, 1968, p. 2). Curioso, nesse caso, é perceber que pelo menos a História da Literatura Brasileira, por seus críticos e historiadores, continua fiel, até nosso tempo, às conjecturas de João Ribeiro. Quanto ao manuscrito encontrado, Lapa revela que pertencera à Biblioteca do Conde de Cavaleiros; não é cópia autógrafa, mas acredita tratar-se da primeira versão do poema, supondo que os versos a mais que aparecem nesta variante foram suprimidos das outras cópias. Sobre essa mesma tese

¹⁸ Para os moldes da época, Cláudio possuía biblioteca modesta, com títulos majoritariamente dedicados ao ofício de advogado. Para encontrar leituras de sua predileção, como Petrarca, Tasso, Boileau, Voltaire e Montesquieu, Laura de Mello e Souza cogita que encontrava e emprestava títulos de Manuel Teixeira de Queiroga, seu amigo (SOUZA, 2011, p. 93).

se baseia Melânia Aguiar, que organiza a obra de Cláudio para o volume d'*A poesia dos Inconfidentes* (1996).

Não apenas o trecho possui o discurso “anarquista”, como veremos a seguir, mas algumas diferenças importantes são identificadas no corpo do poema. Melânia Aguiar observa que já no início do Canto V, quando o Interesse toma a forma humana, a redação dos demais manuscritos, adotada na publicação de 1839, informa que a personagem “toma o aspecto/ De um certo religioso” (COSTA, 1839, p. 28). Por sua vez, a versão de Lisboa localizada por Manuel Rodrigues Lapa informa que o Interesse “toma o aspecto/ De um Frade” (COSTA, 1996, p. 399). A supressão também acontece nas notas no corpo do texto, pois apenas no manuscrito encontrado por Lapa se pode identificar parcialmente a identidade do religioso: Frei F. de Menezes, acompanhado de Frei F. Conrado, que teriam participado dos primeiros conflitos nas Minas, provocando discórdia entre ambos os lados – paulistas e emboabas. Melânia supõe que a supressão – ou censura autoral – nos outros manuscritos seja posterior, presumindo cautela de Cláudio em relação à identidade dos religiosos para evitar ofensas (AGUIAR, 1996, p. 1085).

O trecho de 84 versos tem início logo após a fala do Interesse, personificado no Frei Menezes, provocando os rebeldes à revolta contra Albuquerque, e se encerra antes da intervenção do Gênio em favor do herói português. Entre os revoltosos, uma voz anônima evoca a Fama para que lhe revele as façanhas de um “Indiano ousado”: trata-se de Tutonaque, vilão indígena da tribo Pataxós que, armado de lanças, alia-se aos europeus. Com aspecto horripilante, a tropa de Tutonaque ocupa lugar estratégico em meio às serras, dando abrigo aos conjurados rebeldes. Os versos “anarquistas”, como afirma Lapa, aparecem na voz de Francisco, um dos europeus que fazem parte do levante, e que toma para si a vilania: “*Entre nós, diz Francisco, se protege/ A maldade; debaixo deste indulto/ A traição, a vingança, o roubo, o insulto,/ Tudo concorre a nos fazer ditosos*”. E continua:

*Vivemos no País que outro não manda;
Sem susto o delinqüente entre nós anda;
Que será quando um braço mais potente
Arroje do castigo o raio ardente?
[...]
Quanto conosco hão de portar-se austeros
Os Chefes recebidos! Não é novo
Viver sem leis, e sem domínio um povo;
Nações inteiras têm calcado a terra
Sem adorar a mão que o Cetro aferra;
[...]
Que tormento maior a um livre peito
Que a um homem, a um igual viver sujeito?
A liberdade a todos é comua;*

Ninguém tão louco renuncia à sua.
(COSTA, 1996, p. 402-403, grifo nosso).

E conclui sua fala – que finaliza o trecho – clamando pela sedição, recebendo aplausos e vivas entre os rebeldes. Com grande fôlego, a fala de Francisco, como “um louvor destemperado e surpreendente do regime anarquista” (LAPA, 1968, p. 2), soa também como um discurso antimonárquico, revolucionário e de defesa ferrenha do próprio direito de explorar as Minas. Isso se nota com clareza nos versos em destaque: se o “País” não tem soberano, por que aceitar o português? Albuquerque, nesse ínterim, é visto como delinquente, pois seu plano ameaça a liberdade de seus oponentes. Mais importante, contudo, é o discurso iluminista que se vê ao final: a constatação de que é possível viver sem o domínio de um monarca – à primeira vista uma independência financeira, mas que, ato contínuo, revela-se política.

O que se subentende neste trecho, como afirma Eliana Muzzi (2008), é o fato de que a voz narrativa reverbera não apenas a posição do oponente de Albuquerque, mas a do poeta Cláudio Manuel da Costa. Contudo, “o fato de identificar sua própria voz na do inimigo é uma contradição insuportável: ela exhibe uma fratura que precisa ser calada a todo custo, pois revela, sob a imagem prestigiosa do poeta e vassalo fiel, a face infame do inconfidente” (MUZZI, 2008, p. 679). A pertinente interpretação de Eliana Muzzi segue outro caminho, reconhecendo Albuquerque como o verdadeiro exemplo de homem ilustrado e pacificador. Entretanto, se pensamos pelo tópico da *pátria* e consideramos a defesa da própria terra pautada no *Vila Rica*, além da atuação de Cláudio ao longo da vida como homem público, o discurso identificado na fala do rebelde ganha novo tom. Se Cláudio Manuel da Costa de fato foi um conjurado de 1789, esse testemunho prévio, deixado em verso, abre caminho para novas interpretações de sua obra poética, não apenas no limiar de um novo estilo, como o caracterizou Antonio Candido, mas a partir da posição de ilustrado ultramarino.

No contexto da Conjuração Mineira, Cláudio foi preso em 25 de junho de 1789, três dias depois do cômico Luís Vieira da Silva – ambos foram os primeiros encarcerados na Casa do Contrato, hoje conhecida como Casa dos Contos, em Vila Rica (Ouro Preto). Tarquínio Oliveira chega a supor que, religioso que era, Cláudio tenha chegado a confessar-se com o amigo cômico na prisão (*Autos de devassa...*, 1978, v. 2, p. 125), provavelmente antes do único depoimento que deu à investigação, em 2 de julho, dois dias antes de ser encontrado morto em sua cela. Ao que tudo indica, Tarquínio Oliveira acompanha a crítica historiográfica sobre a obra de Cláudio, e vota pelo suicídio do poeta na prisão, diante da incapacidade que, conforme seu ponto de vista, o dilaceramento entre o levante e a defesa dos valores cristãos e monárquicos provocavam em si. Ainda assim, Tarquínio assume que “as respostas de Cláudio

são omissas, mas nunca mentirosas, ou grosseiramente deturpadas” (*Autos de devassa...*, 1978, v. 2, p. 135).

Fato é que, diante do interrogatório feito por Pedro José Araújo de Saldanha, ouvidor-geral e corregedor de Vila Rica, Cláudio parece repetir o movimento de confessar e esquivar, revelando pouco do que supomos que sabia, buscando preservar-se de alguma forma da situação imposta. Já na primeira pergunta, quando questionado se sabia o motivo de sua prisão, o poeta respondeu que desde a prisão de Tomás Antônio Gonzaga, em 23 de maio, tinha conhecimento dos rumores em torno de um levante republicano, e que “receou ele, Respondente, ser preso a título de sócio consentidor ou aprovador de semelhantes ideias”. A confissão provavelmente se dá no ato falho, pois não há outra razão para recorrer aos santos na remissão dos pecados: “E com efeito se encheu de grande terror e entrou a deprecar os santos, por muitas orações, para se ver livre deste ataque – de que o não puderam salvar os seus pecados” (*Autos de devassa...*, 1978, v. 2, p. 128). Saldanha perguntou-lhe se conhecia outros confederados, já que tinha conhecimento que poderia ser preso, e por que temia a prisão, de modo que Cláudio, tentando sair pela tangente, confessa ser amigo próximo de Gonzaga, “e que sempre estavam familiarmente um em casa do outro, comunicando-se com a lição dos seus versos e do mais que ocorria” (*Autos de devassa...*, 1978, v. 2, p. 128). A culpa pelo medo é posta nos inimigos de Gonzaga que, dada a amizade, eram também seus inimigos; logo, se Tomás estava supostamente envolvido no levante, a suposição se estenderia a ele.

Mais adiante Cláudio confessa ter ouvido tais conversas na casa de Gonzaga, ideia apoiada por Alvarenga Peixoto e pelo padre Carlos Correia de Toledo, embora sua posição tenha sido sempre esquivar-se e procurar dissuadir os companheiros, ciente da impossibilidade de levar a cabo a ideia. Entre as diversas perguntas, contudo, Cláudio Manuel da Costa parece sugerir em mais de uma passagem que se havia algum levante, tudo não passava do plano das ideias, e que o mais próximo que se podia chegar de alguma ação prática recaía sobre o comportamento de Tiradentes, “andando por casa de várias pessoas a falar-lhes nessa matéria” (*Autos de devassa...*, 1978, v. 2, p. 129).

Da resposta que dá o poeta, quando questionado se sabia quem mais comparecia às reuniões na casa de Gonzaga, Cláudio elenca Alvarenga Peixoto, Pe. Toledo e Pe. José da Silva Rolim, o próprio Tiradentes, Domingos de Abreu Vieira e José Álvares Maciel. Além deles, chama-nos a atenção um indivíduo em particular, que vinha a ser cunhado de Álvares Maciel: Francisco de Paula Freire de Andrade (*Autos de devassa...*, 1978, v. 2, p. 130), filho de José Antônio Freire de Andrade, o segundo Conde de Bobadella e a quem Cláudio dedicou o poema *Vila Rica*. Instado sobre o que fariam esses confrades na data da pretensa subleva-

ção, Cláudio atribui a Alvarenga Peixoto a seleção da frase *Libertas quae sera tamen*, copiada de Virgílio, para compor a bandeira; a Francisco de Paula, por sua vez, caberia um discurso missionário aos militares, ainda que a contragosto de Tiradentes, para quem a ideia era mais radical – “Meus amigos, ou seguir-me, ou morrer”, afirmaria o alferes.

Diante de tudo isso, Cláudio afirma ao seu interrogador: “‘Tudo isto mostra que Vs. São uns loucos’. E neste conceito viveu sempre ele, Respondente, parecendo-lhe tudo aquilo uma comédia” (*Autos de devassa...*, 1978, v. 2, p. 133). A resposta parece irritar o desembargador Saldanha, pois conforme o registro, “Foi mais perguntado se ele, Respondente, quer declarar a verdade – pois não é natural que, supostos seus talentos, deixasse de ser instado para ter grande parte na ação que se propunha” (*Autos de devassa...*, 1978, v. 2, p. 133). Cláudio, finalmente, esquiva-se e se diz ofendido, vítima da injúria que a prisão acometia a ele e a seus familiares, “mas conhece bem, por benefício de Deus, que a sua libertinagem, os seus maus costumes, a sua perversa maledicência, o conduzem finalmente a este evidentiíssimo castigo da justiça divina” (*Autos de devassa...*, 1978, v. 2, p. 134).

Como observa Tarquínio de Oliveira, “libertinagem”, à época, não tinha a conotação sexual que alcança em nosso tempo, mas era termo afeito à liberdade: “Libertino era o amante da liberdade. Libertinagem era a insubmissão às hierarquias dominantes” (*Autos de devassa...*, 1978, v. 2, p. 135). O grande problema que paira sobre o depoimento de Cláudio à devassa parece-nos recair justamente sobre a liberdade de Cláudio, e de como ele, ciente e confesso de seus atos, sugere reconhecer a privação que a prisão provoca não apenas ao homem Cláudio Manuel da Costa, em carne e osso, mas ao homem de vida pública, ao intelectual, ao advogado, ao distinto poeta. Nesse ínterim, a forma como o poeta confessa a participação de seus companheiros serve não apenas para a denúncia e para a investigação, mas também para autenticação de sua posição dúbia em relação à coroa, ao mesmo tempo que reafirma sua participação no movimento e avaliza as suposições em torno do seu descontentamento político desde meados da década de 1760, atravessando a composição do poema *Vila Rica*. Não é preciso ir longe em busca de um exemplo: basta identificar a participação de Francisco de Paula Freire de Andrade nas discussões e levar em conta sua filiação. Numa sociedade fundamentalmente pautada nas relações de interesse social, como acontecia na metrópole mineira no final do século XVIII, a longínqua relação de Cláudio com os Freire de Andrade, o fato de ter-lhes dedicado o *Vila Rica* e a participação de Francisco de Paula nas reuniões do levante não podem, nem devem ter sido mera coincidência.

6.7 Onze manuscritos e uma edição impressa

A vida de homem público, no campo político das Minas, facultava a Cláudio Manuel da Costa o contato com outros letrados da Capitania, compondo um dileto círculo social de leitura. Laura de Mello e Souza destaca que a participação nos serões, onde se debatiam literatura e ideias, era benquista pelo poeta, ao mesmo tempo em que ele era requisitado pelos grupos. Laura supõe que Cláudio, leitor e estudante dedicado, tenha participado de agremiações ainda em Coimbra, como a Academia Litúrgica vinculada à Universidade. Como vimos anteriormente, Cláudio foi convidado a participar da Academia Brasílica dos Renascidos em 1759, convite recebido de José Mascarenhas Pacheco Pereira de Melo, que fora contemporâneo do poeta durante a estada em Portugal (SOUZA, 2011, p. 146-147). Os contatos, contudo, não devem ter parado por aí: em 1756 foi criada a Arcádia Lusitana, da qual Cláudio não participa diretamente, embora tenha mantido contato com Basílio da Gama, que o teria ajudado a fundar, em 1768, a Arcádia Ultramarina, de Minas Gerais, por meio da qual passa a assinar como o pastor Glauceste Satúrnio. O evento que permite a criação dessa Arcádia na pátria mineira é também político: a chegada do Conde de Valadares para governar as Minas (SOUZA, 2011, p. 150-151).

Esse tipo de socialização em torno da leitura, da literatura e das ideias é marca do Iluminismo, caracterizando os homens que se congregam em uma sociedade de pensamento. Nas Minas, essa sociedade pensante, nem sempre sob o título de *academia* ou *arcádia*, “agrupava homens de letras que dividiam suas ideias e discutiam suas concepções estéticas e políticas, reunidos nos salões, nas Academias, por meio de correspondência ou pelo compartilhamento de leituras comuns – e constituía o embrião de uma opinião pública” (FURTADO; STARLING, 2013, p. 177). Sua função permitia, por um lado, o desenvolvimento estético daquilo que a História da Literatura conhece por Arcadismo; por outro, semeava a possibilidade de questionamento diante do poder monárquico, e, quando o ouro começou a minguar e a Coroa a ameaçar a derrama, a intensificação das discussões de cunho emancipatório em relação à Metrópole. Nesse contexto, a ideia que esses letrados tinham acerca do termo *pátria* resta redimensionada:

A noção de *pátria mineira*, ligada ao local de nascimento ou adoção, era o resultado da combinação de dois fatores: a valorização econômica das Minas; o reconhecimento, por parte de sua elite letrada, das condições de autossuficiência da capitania, expressa na potencialidade de suas riquezas e na constatação de que, feita a conta dos lucros e das perdas, a colônia pagava o preço do poderio do Império. (FURTADO; STARLING, 2013, p. 187-188, grifo das autoras).

Contudo, para tomar consciência da realidade local das Minas, era importante passar por Coimbra, porque lá se estabeleciam contatos não só entre outros letrados nascidos na Colônia, de Minas e de outras capitanias, mas com a corrente de pensamento em voga na Europa, que facultava o interesse em relação à realidade colonial. De volta às Minas, os encontros “de uma forma ou de outra dilataram a esfera da vida íntima até o ponto de transformá-la num *espaço público* capaz de funcionar como lugar de encontro e debate que permitiu aos letrados de Minas desfrutarem autonomia de espírito” (FURTADO; STARLING, 2013, p. 190).

A partir de 1775, os encontros começam a ganhar mais fôlego, e Cláudio mantém contato com novos amigos recém-chegados: neste mesmo ano Alvarenga Peixoto é nomeado ouvidor do Rio das Mortes; Luís Vieira da Silva, dono de uma imponente livraria¹⁹, já atuava como cônego em Vila Rica; Carlos Correia Toledo era vigário em São João del-Rei, e José Álvares Maciel voltava da Europa trazendo novos livros. O círculo se completa em 1782, com a chegada de Tomás Antônio Gonzaga. Esse grupo é bem acolhido por D. Rodrigo José de Meneses e Castro, governador das Minas entre 1780 e 1783; sob sua proteção, informa Heloísa Starling, “algumas dessas reuniões realizaram-se em pleno palácio, com a sociedade da terra sendo chamada a dar o devido apreço aos versos de seus poetas” (2003, p. 65). A relação com Meneses e Castro deve ter sido realmente proveitosa: em homenagem ao seu filho, nascido em Minas, Alvarenga Peixoto compôs o *Canto Genetliaco*, provavelmente o poema de maior vulto em sua produção.

A situação muda para Cláudio a partir de meados dos anos 1770, quando o poeta troca o elogio pela crítica (SOUZA, 2011, p. 153). Já na década seguinte, o ponto alto desta criticidade consiste na chegada de Luís da Cunha Menezes para administrar a capitania, substituindo Meneses e Castro, que fora, para a biógrafa de Cláudio, o último governador pombalino das Minas (SOUZA, 2011, p. 165), fomentador de discussões ilustradas e reformistas. Cunha Menezes, por sua vez, rompe com o círculo letrado e com a abertura da administração local aos serões, e seu governo, que vai até 1788, influencia na convergência de ideias que resultam em duas frentes: no campo político, na Conjuração Mineira, da qual o círculo de Cláudio tornou-se réu em 1789; na literatura, na composição das *Cartas Chilenas*, de (suposta, porém amplamente aceita) autoria de Tomás Antônio Gonzaga, acompanhadas da *Epístola a Critilo*, de Cláudio Manuel da Costa. É nas *Cartas Chilenas* que “o debate político e a sátira resvalarão facilmente para o plano, real ou hipotético, de uma ‘inconfidência’, que ao criador daquela

¹⁹ Cf. Eduardo Frieiro, *O diabo na livraria do cônego* (Itatiaia, 1957).

Arcádia [Ultramarina] há de custar, por fim, a liberdade e a própria vida”, como afirma Sérgio Buarque de Holanda (1991, p. 248). Avançando no tempo e sob a influência desses movimentos, a noção de *pátria* ganha cada vez mais importância para os letrados mineiros: a palavra passava a designar, “no contexto da rebelião, uma posição de alteridade ao reino. Na prática, essa variação semântica indicava que estava ocorrendo uma profunda mudança de sensibilidade política nas Minas” (FURTADO; STARLING, 2013, p. 185).

Em meio a todos esses acontecimentos de socialização de leitura e de ideias, Cláudio Manuel da Costa compôs o *Vila Rica*, concluído em 1773. A História da Literatura o viu como “inédito” até 1839, quando foi impresso pela primeira vez. Em uma das edições mais recentes, de 1996, Melânia Aguiar informava que a versão escolhida como base fora a da Biblioteca Nacional portuguesa, em função dos 84 versos a mais que, segundo ela e em conformidade com Rodrigues Lapa, figuram apenas neste manuscrito. Embora nenhuma das versões existentes seja autógrafa de Cláudio Manuel da Costa (cf. MUZZI, 2008, p. 681), Melânia informa a existência de dez manuscritos: cinco deles pertencentes à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, dois pertencentes ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, um ao Arquivo Público Mineiro, um à Biblioteca Nacional de Portugal e o último à Biblioteca de Sainte-Geneviève, em Paris (AGUIAR, 2007, p. 175).

O que tanto a crítica quanto a História da Literatura parecem ignorar é o fato de que o manuscrito, por si só, não impede a circulação do poema – basta observar, por exemplo, o caso das *Cartas Chilenas*, pouco posteriores ao *Vila Rica*. A única pesquisadora que aparentemente destoava desse grupo é Eliana Muzzi, que afirma: “durante 66 anos, o poema circulou sob a forma não-oficial de manuscritos reproduzidos por copistas” (2008, p. 675). Ora, por que “não oficial”? Diante da sociabilidade que os letrados mineiros desempenhavam em torno das ideias e de sua literatura, a noção de ineditismo ou de circulação “não oficial” em relação à épica de Cláudio parece pouco sustentada, especialmente porque desconsidera as dificuldades impostas pela Coroa no que diz respeito à impressão e à circulação de livros na Colônia. Além disso, insistir no ineditismo, no sentido de algo “oculto”, oblitera a existência de pelo menos uma dezena de cópias sobreviventes ao tempo, mais de dois séculos depois. Se todas essas cópias foram feitas ainda no século XVIII é porque o poema circulava, chegando inclusive ao outro lado do oceano – e nada impede que outras tenham existido, extraviadas com o passar do tempo.

Indícios dessa circulação podem ser encontrados nos próprios manuscritos: a cópia constante na Biblioteca Nacional de Portugal traz em seu frontispício a assinatura “Conde de Cavaleiros”. Rodrigues Lapa (1968, p. 2) anota que o manuscrito pertencera à sua biblioteca,

mas prefere prestar atenção ao fato de que o poema é oferecido ao segundo Conde de Bobadella, por seu turno pai de Francisco de Paula Freire de Andrade, um dos conjurados junto ao grupo de Cláudio e amigo do poeta. Cavaleiros era, na verdade, D. Rodrigo José de Meneses (AGUIAR, 1996, p. 38), que recebeu o título nobiliárquico apenas em 1802 – o mesmo Meneses que governou as Minas entre 1780 e 1783, com grande abertura para o grupo ilustrado de letrados mineiros. A relação entre Cláudio, o conde e o manuscrito evoca a pergunta nunca antes feita pela historiografia literária: por que razão justamente esse manuscrito contém os 84 versos “anarquistas”, preenchidos de discurso emancipatório e iluminista? Pode-se supor, de imediato, que o conde tenha recebido a cópia por regalo de Cláudio, ainda em Minas, posto que, amigo dos letrados, permitia o avanço do pensamento ilustrado sob a sua proteção.

Outro caso importante a ser suplantado diz respeito à preferência do manuscrito da Biblioteca Nacional de Portugal em detrimento dos demais, indicando-o como primogênito entre seus pares, posição levantada por Rodrigues Lapa na notícia de 1968 e seguida por Melânia Aguiar (1996, 2007) e Eliana Muzzi (1996, 2008). Melânia observa em pelo menos quatro passagens – notas 74, 77, 79 e 98 na edição de *A poesia dos inconfidentes* (1996) – a presença de versos que constam em manuscritos do Rio de Janeiro, mas que não figuram na versão de Lisboa. Em vista de que o texto em destaque não é autógrafo de Cláudio, o lapso pode revelar falha do copista, de modo que imediatamente o manuscrito deixa de ser o primeiro.

Eliana Muzzi (2008) também contribui para nossa hipótese, embora defenda a primazia do manuscrito da Biblioteca Nacional portuguesa. A pesquisadora indica que a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro possui uma versão em que também constam os versos que identificam os religiosos envolvidos no levante contra Albuquerque, rasurados como forma de censura, mas preservados: “a rasura não se consuma, é apresentada em processo, e a coexistência das duas versões traz um suplemento de significação”. Para ela, que atribui a censura aos copistas, “além da identidade civil e religiosa dos frades, a forma censurada expõe o risco que essa identificação representava na época” (MUZZI, 2008, p. 676). Não há como dizer se a suposição de Muzzi está certa ou não, mas é possível imaginar que a ação dos religiosos, que incorporavam a rebeldia do Interesse e promoviam o levante contra a Coroa, ecoava o discurso iluminista que pregava a emancipação.

De todo modo, tanto a cópia rasurada, quanto as versões com acréscimo ou redução de versos, ao revelar a ação dos copistas, sugerem a circulação do poema de Cláudio Manuel da Costa. Se essas suposições não bastam para validar o argumento, deve-se considerar, finalmente, a localização de um décimo primeiro manuscrito, fruto de pesquisa recente de Marcelo Moreira e que consta nos anexos da tese de doutoramento de Milena Pereira Silva (2017),

sua orientanda. Trata-se do Códice Alcântara Machado, cuja cópia manuscrita, segundo Silva, traz na folha de rosto a assinatura do poeta – única versão com essa autorização. Diferentemente do manuscrito rasurado e mesmo dos demais, em que os religiosos envolvidos no levante são anônimos, o *Vila Rica* do Códice Alcântara Machado traz reveladas as identidades dos dois frades, embora os versos “anarquistas” continuem sendo privilégio do manuscrito de Portugal.

Autorizada por Cláudio, a cópia coloca em xeque parte dos argumentos que defendiam a anterioridade do outro manuscrito, e permite que se acredite na simultaneidade de circulação de todos esses materiais. Milena Silva também aponta nessa direção, procurando deixar de lado a ideia “naturalizada por muitos filólogos entre texto manuscrito e texto inédito” (SILVA, 2017, p. 92), como se o manuscrito estivesse sempre à espera de publicação impressa.

6.8 O leitor Cláudio Manuel da Costa

Embora algumas edições do *Vila Rica* ocultem as notas de rodapé do texto, tanto os manuscritos localizados quanto a edição de 1839 são unânimes em trazê-las junto ao poema, posto que unificam a proposta épica de Cláudio Manuel da Costa. Ao longo dos dez cantos, o poeta inseriu 79 notas de rodapé, em sua maioria explicando a ascendência de personagens, localizações e passagens históricas, trabalho provavelmente enlaçado à pesquisa que fez para redigir o *Fundamento Histórico*. Constam, também, algumas explicações etimológicas de vocábulos indígenas²⁰, o que por si só evidencia, à primeira vista, a preocupação de Cláudio com a compreensão do poema e seus detalhes, ao passo que igualmente reitera a faceta do pesquisador atento.

Mais que isso: a investigação e sua posterior aplicação no texto, seja na composição artística, no relato histórico ou nas notas de rodapé, partem do princípio básico da consulta a diferentes fontes, o que significava, no século XVIII, ter acesso a documentos e livros de diferentes matizes, e obviamente passar a lê-los. Portanto, todo o trabalho ao redor do *Vila Rica* e, provavelmente, também em outras composições do poeta, introduzem a face do *leitor* que foi Cláudio Manuel da Costa.

²⁰ Por exemplo, quando explica o termo Itamonte, na nota 7 do segundo canto: “Serra vulgarmente chamada Itacolomy, ou Itaconomim, nome patrio, que quer dizer, pedra pequena. A villa está situada nas faldas deste penhasco” (COSTA, 1839, p. 6).

As referências aos textos que o poeta leu antes ou durante a composição do *Vila Rica* podem ser encontradas direta ou indiretamente no corpo do poema, como é o caso do parentesco entre o gigante Itamonte e Adamastor, do poema de Camões, que vimos anteriormente. É nas notas de rodapé, contudo, que Cláudio deixa rastros dessas leituras e intertextualidades, pois, das 79 notas, dezesseis são indicativos da fonte de literatura, seja para demonstrar a fonte de inspiração ou a própria imitação, já que esta prática, na época, não era vista de forma pejorativa – pelo contrário, aprendia-se a fazê-la e a apreciá-la desde os colégios jesuítas, por onde Cláudio passou na primeira metade do Setecentos. Veja-se o exemplo do terceiro canto, em uma das passagens em que Albuquerque relata seu sonho-profecia. No verso, lê-se:

Calou-se o general, e qual murmura
Uma abelha, e mais outra, quando a pura
Substancia chupaõ das mimosas flores;
(COSTA, 1839, p. 12, grifo nosso).

E a nota de rodapé correspondente:

E qual murmura. Imitação de Gabriel Pereira na sua *Ulisséa*. Cant. 1. est. 28.
Disse; e qual nos primeiros resplendores
As abelhas sollicitas levantão etc.
(COSTA, 1839, p. 16, grifo do autor).

Entre todas as dezesseis notas de rodapé que remetem a obras de literatura, identificamos a presença de cinco poemas épicos: a *Eneida*, de Virgílio, e *Os Lusíadas*, de Camões, ambas indicadas com certa frequência; a *Ulisseia*, de Gabriel Pereira, como vimos no exemplo anterior; o *Paraíso Perdido*, de Milton, e a *Henriada*, de Voltaire. São também citados o livro do Gênesis, da Bíblia, e outros poetas clássicos, como Aruncio e Tasso.

De acordo com o sequestro dos bens de Cláudio Manuel da Costa no contexto da devassa de 1789, Cláudio possuía biblioteca de aproximadamente 340 exemplares. Destes, como observa André Figueiredo Rodrigues (2017, p. 14), pode-se saber o título ou a autoria de apenas 97, em vista de que o registrador dos bens do poeta anotou a posse de 198 obras sem apontar título, tomo e/ou autoria. A indicação feita pelo registrador muitas vezes é obtusa, mas, entre elas, podemos identificar duas obras de literatura que dialogam com as notas do *Vila Rica*: “Gabriel Pereira, um tomo. Obras de Camões, um tomo” (*Autos de devassa...*, 1982, v. 6, p. 98). Podemos supor que a referida obra de Gabriel Pereira seja a *Ulisseia*, e que *Os Lusíadas* esteja dentro do compêndio de Luís de Camões. Mesmo que não estivesse, Cláu-

dio pode ter localizado essa e as demais obras – como a *Eneida*²¹ ou a *Henriada* – por empréstimo de amigos, como o cônego Luís Vieira da Silva, dono da maior biblioteca da região (cf. Rodrigues, 2017; Frieiro, 1957).

Caso interessante é apontado por André Figueiredo Rodrigues (2017), em artigo que explora os livros constantes nos sequestros de bens instados aos réus da devassa de 1789. Rodrigues aponta o registro “Lourenço Graciano, dois tomos” (*Autos de devassa...*, 1982, v. 6, p. 98) como relativo a um impasse no uso de pseudônimos, a fim de reconhecer o autor. Segundo o estudioso, o livro é de autoria de Baltasar Gracián y Morales, pedagogo e padre espanhol do início do século XVII. A obra em questão, supõe ele, seria *El críticón*, publicada em três partes: a primeira assinada como García de Marlones, e as outras duas como Lourenço Gracián. Chama a atenção, porém, o seu conteúdo:

Nesta obra, o seu personagem central é Critilo, tomado como modelo-homônimo por Tomás Antônio Gonzaga para o seu poema satírico *Cartas chilenas*. Os versos de Critilo mantêm estreita interlocução com o personagem Doroteu, criptônimo de Cláudio Manuel da Costa. Possivelmente esta obra ou foi emprestada por Cláudio a Gonzaga ou estava entre os livros deste que não lhe foram listados pelo meirinho, quando foi executado o Auto de Sequestro de sua casa. (RODRIGUES, 2017, p. 10-11).

A questão levantada por André Rodrigues quanto ao pertencimento da obra, queremos crer, é parte menor do diagnóstico que faz o pesquisador, embora não menos importante. Basta, por exemplo, considerar mais uma vez a importância da circulação de ideias e leituras entre a elite letrada das Minas, além, é claro, da amizade entre Cláudio e Tomás. Contudo, é bastante plausível que seja fruto desta última a composição das *Cartas chilenas*²², de teor satírico e profundamente crítico, obra que muito possivelmente pode constar, hoje em dia, entre os indícios da participação desses poetas na Conjuração Mineira. Se estamos certos nesse sentido, então o compartilhamento da obra de Baltasar Gracián y Morales entre Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga comprova uma série de fatores, para além da amizade entre ambos: primeiro, a importância dada à leitura naquela sociedade de pensamento, assim como o compartilhamento dos textos lidos entre os homens letrados. Segundo, o uso da leitura de literatura como fonte para outras composições poéticas, atitude alinhada à estética vigente

²¹ Quanto à *Eneida*, é ainda possível que Cláudio tenha feito leituras desse poema enquanto estudava no Colégio Jesuíta do Rio de Janeiro, em vista de que a obra constava nos programas da Companhia de Jesus, como vimos no capítulo 3.

²² Na banca de qualificação desta tese de doutoramento, em julho de 2021, a Profa. Dra. Heloísa Starling (UFMG) lançou a hipótese de que as *Cartas chilenas* tenham sido escritas a quatro mãos – entre Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga –, e não por apenas um ou outro, como afirma a crítica literária. É uma hipótese plausível, cuja discussão fica em aberto para outra oportunidade, por ultrapassar os limites deste trabalho.

na Europa. Terceiro e não menos importante, o uso político que se tomava de toda essa experiência de leitura, validada pelo compartilhamento de ideias verdadeiramente revolucionárias – como se nota, uma vez mais, na contemporaneidade da crítica expressa nas *Cartas chilenas* na década de 1780, ou no exemplo dos versos *anarquistas* e antimonárquicos de Cláudio ao longo do *Vila Rica* desde uma década antes, como quisemos demonstrar em nossas análises.

6.9 Novas leituras para Cláudio Manuel da Costa e o poema *Vila Rica*

O que move o poema *Vila Rica*, no eixo de sua narrativa, são todos os elementos relacionados às Minas: o Gênio, os nativos indígenas e sua mitologia, a paisagem, os animais, o ouro e as pedras preciosas, que de alguma forma resistem à conquista portuguesa, mesmo que apenas no plano do discurso, a despeito da ação supostamente benevolente de Albuquerque. Nesse enunciado que se divide em jogos de ambiguidade, Cláudio Manuel da Costa coloca todo o seu trabalho de ourivesaria poética ao lado da experiência de homem público para contar a história da fundação da capital mineira e defender os interesses de sua pátria. Além disso, se consideramos a pesquisa histórica que fez, é possível que Cláudio tenha tido conhecimento dos levantes que sucederam nos primeiros anos da vila: na Vila do Carmo, em 1713; Sabará, Vila Nova da Rainha, Vila Rica e Vila do Carmo, 1715; Catas Altas, 1717-18, e Vila Rica, 1720 (Cf. STARLING, 2003). Dessa forma, o discurso libertário que o poeta coloca na voz dos rebeldes pode ser proposital, antecipando na sua poesia o posicionamento conjurado que também se confere a Cláudio, sempre descrito como poeta de alma dilacerada, dividido entre dois mundos. Fato é que, nessa divisão, Cláudio Manuel da Costa resulta muito mais mineiro do que lusitano, o que exige uma nova leitura do poema e de sua obra a partir dessa etapa de produção, notadamente no final dos anos 1760 e início da década de 1770 – em outras palavras, demanda a reinterpretação da última fase da poesia de Cláudio, como categorizada por Melânia Aguiar, a partir dos vieses político, patriótico e emancipatório.

Essas novas interpretações, no entanto, devem levar em consideração a dimensão que o século XVIII dava à *pátria*, ação que atravessa as peculiaridades da capitania mineira como colônia portuguesa. Apesar de não analisar a literariedade ou a circulação da epopeia de Cláudio, Heloísa Starling (2003) defende o apego do poeta pela *pátria* mineira, que é, ao fim e ao cabo, início e começo de seu *Vila Rica* – mesmo a homenagem aos Bobadella, segundo ela, é oblíqua, posto que já não governavam; a intenção verdadeira é exaltar a sua terra: “Poema da

fundação de Vila Rica, Capital das Minas Gerais, minha Pátria”, como inicia o poeta na carta dedicatória. Para Starling,

a utilização do termo *pátria* [...] sugere que ocorreu uma mudança significativa do eixo da vida pública, nas Minas, durante a segunda metade do século XVIII, mudança importante na constituição de uma imaginação republicana. [...] Cláudio Manuel da Costa retomou, a seu modo, a associação entre o termo *pátria* e a ideia greco-latina da *cidade* para pensá-la como objeto de devoção política. (2003, p. 60).

Essa relação com a política, como vemos tanto na vida pública de Cláudio Manuel da Costa como na épica sobre a fundação de Vila Rica, tende a vincular-se mais à esfera local, mineira, do que às forças enviadas pela Coroa para controle e arrecadação do ouro. O autor, como filho de sua terra, sugere realçar no poema a ação de Albuquerque. Uma leitura cuidadosa, no entanto, permite que se perceba o quanto a *pátria* é elevada ao primeiro plano, e todos aqueles a ela vinculados, dela nascidos ou a ela pertencentes, na mitologia ou na história, suplantam o heroísmo sem façanhas do herói português.

Não há como saber se Cláudio Manuel da Costa conheceu o *Diccionario poético, para uso dos que principião a exercitar-se na poesia portuqueza*, obra de autoria de Francisco José Freire, o Candido Lusitano, impressa pela primeira vez em 1765. É provável, no entanto, que o poeta concordasse com suas proposições quanto ao vernáculo *pátria*, cuja definição, embora lhe falte o tom político, preenche o ideário de defesa da própria terra que encontramos no *Vila Rica*:

PATRIA. [...] O caro pátrio lar, berço nativo. O suspirado centro de descanso. Casa paterna, grato domicilio. Do nascimento o commum berço amado, De todos os mortaes doce atractivo. Da cara patria os ares apraziveis. Grato clima nativo, patrio ninho. (FREIRE, 1794, Tomo 2, p. 91).

Cláudio afirma, em determinado ponto de seu poema épico, que “não faz a Pátria o Herói, nascem de Aldeias/ Almas insignes, de virtudes cheias”. Subvertendo o significado que esses versos têm no *Vila Rica*, posto que proferidos por Albuquerque em defesa da Coroa, podemos reconhecer em Cláudio o melhor exemplo de “alma insigne, de virtudes cheias”, pois ele mesmo, poeta de aldeia, dedica às Minas a vida e a poesia. À sua memória deve-se o júbilo pelo feito alcançado: fez circular pelo Universo a sua pátria, berço nativo e amado, cantada com zelo e devoção. À História da Literatura, em que poeta e poema se inserem, cabe ainda reescrever as páginas relativas ao *Vila Rica*, reconhecendo o seu estatuto fundador na Literatura Brasileira: poema de exaltação à pátria, em que o mineiro Cláudio Manuel da Cos-

ta, homem público, leitor dedicado, poeta ilustrado e árcade ultramarino, canta a fundação da capital de sua terra.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo que desenvolvemos nesta tese não revela uma *conjuração* propriamente dita. Por outro lado, introduz, capítulo por capítulo, os elementos que constituem o horizonte de leitura do Brasil setecentista, base intelectual que foi determinante para o desenvolvimento de movimentos de cunho emancipatório no final do século XVIII.

O capítulo 2 foi responsável por dar a sustentação teórica dessa discussão. Nele analisamos a etapa relativa ao Arcadismo brasileiro conforme apresentado por Antonio Candido na sua *Formação da Literatura Brasileira*, dada não só a importância dessa obra para os estudos literários, mas principalmente o fato de ser ela a primeira a introduzir, por meio do *sistema literário*, a participação do público leitor na composição da História da Literatura. Como demonstramos em nossa análise, a obra de Candido nega seus próprios valores a partir do momento que o crítico parece mais preocupado com a sistematização baseada na análise estética das obras, atitude paradoxalmente criticada pelo estudioso. Do historiador da literatura, contudo, tomamos desde logo o cânone árcade para exemplificar Tomás Antônio Gonzaga, Silva Alvarenga e, sobretudo, Cláudio Manuel da Costa – quem *inicia* a Literatura Brasileira, segundo o crítico – como personagens de grande relevância para o panorama intelectual e social da metade final do século XVIII. Entretanto, como a *Formação* parece-nos limitada, buscamos na *Estética da Recepção*, de Hans Robert Jauss, a possibilidade de aprofundar o debate social em torno da leitura a partir da reconstrução do horizonte de leitura daquele período.

Tal empreitada só se faz possível a partir do reconhecimento de uma ampla cadeia de elementos vinculados à leitura, etapa que necessariamente inicia pela escolarização primária – ou o letramento, para usar um termo mais atual. Aliando história e ensino, o terceiro capítulo foi responsável por apresentar as bases do ensino oferecido pela Companhia de Jesus até a sua expulsão de Portugal e também da colônia brasileira, em 1759, ato que condenaria o Brasil a um longo período de escuridão no que diz respeito ao acesso ao ensino básico. Observamos, ao mesmo tempo, a ação de Sebastião José de Carvalho e Melo no reformismo supostamente progressista que empreendia, a partir da análise dos documentos oficiais assinados na esteira das expulsões em 1759. Disso tudo, é sintomático notar o quanto os valores caros às correntes em voga na Europa abrem margem, em Portugal, ao despotismo esclarecido, tendo em vista que a expulsão dos padres jesuítas serviu sobretudo a interesses políticos – saíram os inacianos, mas entrou em cena a Congregação do Oratório, assumindo papel semelhante na administração educacional lusitana.

Indícios desse despotismo são elencados no capítulo 4, quando nos dedicamos aos materiais didáticos editados após o primeiro período reformista. A partir das obras de Jean-Baptiste Louis Crévier (1786), Miguel do Couto Guerreiro (1784), Bento de Nossa Senhora (1792), João Rozado de Villalobos e Vasconcelos (1773), Antônio da Visitação e Mariano José Pereira (1787), Francisco de Pina de Sá e de Melo (1766), uma tradução anônima de Aristóteles (1779) e, sobretudo, o manual de Antonio Pereira (1759), procuramos observar o ensino da Retórica agora pautado na língua portuguesa. A partir dos paratextos que facultavam a circulação desses materiais, pudemos verificar, além dos indícios de que tais livros foram efetivamente adotados para o ensino, que seus autores atuavam, muitas vezes, em uma via de mão dupla. De um lado, alinhavam suas obras e o ensino de sua disciplina – em que se inseria o estudo da literatura – às formas mais contemporâneas à época, no que diz respeito ao modo como se tratava e se introduzia a matéria. Na outra ponta, mantinham-se alinhados ideologicamente a Pombal, à monarquia e à instituição censória, tendo em vista que delas dependia a publicação e o sucesso – editorial e, por que não, econômico – de seus compêndios.

O quinto capítulo, por sua vez, aborda a segunda reforma pombalina, de 1772, etapa que se divide em duas vertentes: primeiro, a chegada de mestres à colônia brasileira, a instituição do Subsídio Literário, imposto que supostamente deveria manter a educação colonial e metropolitana, e a abertura e o fechamento de diversas classes na colônia, especialmente na capitania de Minas. Segundo, a reforma instituída na Universidade de Coimbra, por onde passavam nossos homens letrados e poetas destacados. Tal reforma, como demonstramos, é malograda: em 1777 Maria I assume a Coroa portuguesa, devolvendo à instituição os ares escolásticos anteriores à reforma de Pombal – que, com a ascensão da nova rainha, havia deixado o governo e a influência política da qual até então gozava. O período, aliás, é muito bem retratado por Francisco de Melo Franco no poema *Reino da Estupidez*, que também analisamos no capítulo em questão. Porém, apesar desses percalços, a Universidade, junto da representatividade educacional que possuía e da autoridade que um título nela obtido conferia a seus estudantes, foi ambiente profícuo para a socialização de diversos brasileiros que por lá estudaram ao longo do Setecentos. A partir de nosso levantamento, apresentamos uma imbricada rede de contatos que se inicia na metade do século XVIII e que tem como grande protagonista Cláudio Manuel da Costa – nosso primeiro arcade, como quer crer Antonio Candido, e figura central da abordagem de nosso último capítulo.

De Cláudio Manuel, então, analisamos o poema épico *Vila Rica*, de 1773, em uma observação que levou em conta a composição, a circulação e a relação do poema com a vida de

seu criador. É a partir desse estudo que procuramos demonstrar os últimos pontos do estabelecimento do horizonte de leitura ao qual nos referimos no segundo capítulo, tendo em vista que a análise não se deu apenas literariamente, mas considerou, também, os campos histórico e social. Lendo o poema a partir do tema *pátrio*, acreditamos que Cláudio Manuel da Costa, um dos maiores poetas da Literatura Brasileira, foi também um homem público dedicado, influente em suas relações sociais, preocupado com as questões políticas atinentes à região mineira. Cláudio foi também um grande leitor, e foi por meio da leitura que, junto de outros letrados, questionou a administração régia por meio de sua voz e de sua pena – o que acabaria lhe custando a própria vida, em 1789, quando foi preso no contexto da Conjuração Mineira.

Como já afirmamos anteriormente, não apresentamos nesta tese uma *conjuração* como aquelas identificadas nas definições dos dicionários trazidas ainda à introdução, tópicos que, geralmente, colocam o termo como uma traição, um levante contra a administração vigente. Por outro lado, abordamos a leitura e seus leitores, a escolarização e seus processos políticos e ideológicos, a circulação da literatura como produto de toda uma experiência de leitura, socialização e criticidade. Os homens letrados do século XVIII, entre eles os poetas árcades da Literatura Brasileira, foram, antes de tudo, leitores de seu tempo, organizados em seus grupos sociais e preocupados com o andamento da vida colonial em meio às luzes que já se espraavam pela Europa. A *conjuração da leitura*, como procuramos demonstrar, se revela silenciosa, clandestina, mas ao mesmo tempo viva na voz e na literatura de homens como Cláudio Manuel da Costa. Coube-nos, aqui, reconstituir o horizonte de leitura do século XVIII, e, assim, demonstrar de que forma esses *conjurados* se relacionavam com o universo da leitura e da socialização de ideias, motores das movimentações político-emancipatórias que promoveram naquele tempo.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Melânia Silva de. O jogo de oposições na poesia de Cláudio Manuel da Costa. 1973. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/Minas Gerais.

AGUIAR, Melânia Silva de. A trajetória poética de Cláudio Manuel da Costa. *In*: PROENÇA FILHO, Domício (org.). *A poesia dos inconfidentes: poesia completa de Cláudio Manuel da Costa*, Tomás Antônio Gonzaga e Silva Alvarenga. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996. p. 27-39.

AGUIAR, Melânia Silva de. Editar Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga: um diálogo possível. *Veredas*, Porto Alegre, v. 8, p. 171-184, ago. 2007.

ANDRADE, António Alberto Banha de. *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*. São Paulo: Saraiva; Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

ANDRADE, António Alberto Banha de. *A reforma pombalina dos estudos secundários (1759-1771): contribuição para a história da pedagogia em Portugal*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1984. 2v.

Autos de Devassa da Inconfidência Mineira. Brasília; Belo Horizonte: Câmara dos Deputados; Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1978.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. 5. ed. rev. ampl. São Paulo: Melhoramentos; Editora da USP, 1971.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. v. 1. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. v. 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. v. 3. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. v. 4. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. v. 5. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. v. 6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. v. 7. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez e latino ... autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes e latinos*. Tomo II. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de [sic] JESU, 1712.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez e latino ... autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes e latinos*. Tomo V. Lisboa: Oficina de Pascoal da Silva, 1716.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez e latino ... autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes e latinos*. Tomo VI. Lisboa: Oficina de Pascoal da Silva, 1720.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 50. ed. São Paulo: Cultrix, 2015.

BOTO, Carlota. Iluminismo e educação em Portugal: o legado do século XVIII ao XIX. *Revista da Faculdade de Educação (USP)*, v. 22, n. 1, p. 169-191, 1996.

BOTO, Carlota. A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à universidade. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 44, p. 282-299, maio/ago. 2010.

CARRATO, José Ferreira. *Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais: notas sobre a cultura da decadência setecentista*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. v. 1 (1750-1836). 6. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda., 2000.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 14. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2013.

CONDE de Cavaleiros. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Conde_de_Cavaleiros.

COSTA, Cláudio Manuel da. *Villa Rica*. Ouro Preto: Typografia do Universal, 1839.

COSTA, Cláudio Manuel da. *Vila Rica*. In: PROENÇA FILHO, Domício (org.). *A poesia dos inconfidentes: poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Silva Alvarenga*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996. p. 355-446.

CYRINO, Lucas Antônio de Carvalho. *Navegando na leitura, entre o mundo e a palavra*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2018.

DURAN, Maria Renada da Cruz; PEREIRA, Junior Cesar. Livros e exames de Retórica no tempo de Pombal: a emergência de uma disciplina de conhecimento. *Revista Diálogos Medi-terrânicos*, n. 12, p. 103–131, 2017.

FERRO, Manuel S. A celebração épica da fundação da cidade: "Vila Rica", de Cláudio Manuel da Costa. *Biblos*, Universidade de Coimbra/Faculdade de Letras, Coimbra, n. 4, p. 201-234, 2006.

FIGUEIREDO, Lucas. *O Tiradentes: uma biografia de Joaquim José da Silva Xavier*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. Instrução e assistência na capitania de Minas Gerais: das ações das câmaras às escolas para meninos pobres (1750-1814). *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 39, p. 535-597, set/dez. 2008.

FRANCA, Leonel. *O método pedagógico dos jesuítas: o Ratio Studiorum*. 2. ed. Campinas: Kirion, 2019.

FRANCO, Francisco de Melo. *Reino da estupidez*. Paris: Officina de A. Bobée, 1818.

FREIRE, Francisco José. *Diccionario poetico, para uso os que principião a exercitar-se na poesia portugueza: obra igualmente util ao orador principiante / seu author Candido Lusitano*. 2. ed. Lisboa: Of. de Simão Thaddeo Ferreira, 1794 [1765]. [2 tomos]

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 5. ed. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1983.

FRIEIRO, Eduardo. O diabo na livraria do cônego. 2. ed. São Paulo: Itatiaia; Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

FURTADO, Júnia Ferreira; STARLING, Heloísa Murgel. República e sedição na Inconfidência Mineira: leituras do *Recueil* por uma sociedade de pensamento. In: MAXWELL, Kenneth (coord.). *O livro de Tiradentes: Transmissão atlântica de ideias políticas no século XVIII*. São Paulo: Penguin Companhia das Letras, 2013. p. 175-218. [e-book]

GONÇALVES, Miguel; RIBEIRO, Suzana da Fonseca. A mão visível? Instituição do sistema educativo estatal, com especial referência a pombal e ao ensino da contabilidade (PORTUGAL, 1759-1772). *Revista Universo Contábil*, v. 11, n. 3, p. 169-189, jul./set. 2015.

GUIMARÃES, Adriana Mello. A modernização e a instrução pública na segunda metade do século XVIII. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 55, p. 172-182, jan./jun. 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de literatura colonial*. Organização e introdução de Antonio Candido. São Paulo: Brasiliense, 1991.

JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. Tradução de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994.

JAUSS, Hans Robert. Continuación del diálogo entre la estética de la recepción “burguesa” y “materialista”. In: WARNING, Rainer. *Estética de la recepción*. Madrid: Visor, 1989a. p. 209-215.

JAUSS, Hans Robert. La douceur du foyer. La lírica en 1857 como ejemplo de transmisión de normas sociales. In: WARNING, Rainer. *Estética de la recepción*. Madrid: Visor, 1989b. p. 251-275.

JAUSS, Hans Robert. La Ifigenia de Goethe y la de Racine. Con un epílogo sobre el carácter parcial de la estética de la recepción. In: WARNING, Rainer. *Estética de la recepción*. Madrid: Visor, 1989c. p. 217-250.

JAUSS, Hans Robert. *Pequena apologia de la experiencia estética*. Madrid: Paidós, 2002.

JURT, Joseph. A descoberta do leitor. Da estética da recepção à sociologia da recepção. Tradução de Savvas Karydakís. In: MELO, Celina Maria Moreira de; CATHARINA, Pedro Paulo Garcia Ferreira; REIS, Sonia Cristina (org.). *A palavra, o artista e a leitura: homenagem a Théophile Gautier*. Rio de Janeiro: Confraria do Vento, 2014. p. 29-47.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A leitura rarefeita: livro e literatura no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LAPA, Manuel Rodrigues. Os versos anarquistas do 'Vila Rica'. *Suplemento Literário de Minas Gerais*, n. 20, p. 2, abr. 1968.

LEITÃO, Ana Rita Bernardo. Administração escolar e ensino público de primeiras letras. In: FONSECA, Thais Nívia de Lima e; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (orgs.). *Cultura e educação na América portuguesa*. Belo Horizonte: Editoria UFMG, 2020. p. 73-94.

MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca lusitana*. v. 4. Lisboa: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1759.

MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca lusitana*. v. 1. Lisboa: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1781.

MONTEIRO, Ofélia. Sobre uma versão desconhecida de *O reino da estupidez*. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 4, t. 2, p. 200-252, 1982.

MORAES, Carlos Eduardo Mendes de; SILVA, Marcela Verônica da. A correspondência de Cláudio Manuel da Costa dirigida aos acadêmicos Renascidos: informes de uma sociedade letrada. *Letras de Hoje*, v. 49, n. 2, p. 195-204, abr./jun. 2014.

MORAIS, Francisco. Estudantes da Universidade de Coimbra nascidos no Brasil. Coimbra: *Brasília*, suplemento ao v. IV, 1949.

MUZZI, Eliana Scotti. Epopeia e história. In: PROENÇA FILHO, Domício (org.). *A poesia dos inconfidentes: poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Silva Alvarenga*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996. p. 349-354.

MUZZI, Eliana Scotti. Epopeia e civilização no *Vila Rica*. In: TEIXEIRA, Ivan. (org.). *Épicos: Prosopopeia; O Uruguai; Caramuru; Vila Rica; A Confederação dos Tamoios; I-Juca-Pirama*. São Paulo: Editora da USP; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008. p. 663-683.

PAIVA, Wilson Alves de. O legado dos jesuítas na educação brasileira. *Educação em revista*, v. 31, n. 4, p. 201-222, out./dez. 2015.

RIBEIRO, João. Cláudio Manuel da Costa. Carta ao sr. José Veríssimo sobre a vida e as obras do poeta. In: PROENÇA FILHO, Domício (org.). *A poesia dos inconfidentes: poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Silva Alvarenga*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996. p. 5-26.

RIPE, Fernando Cezar. O perfeito pedagogo: análise de um manual pedagógico português que ensinava regras de civilidade e de urbanidade cristã (Portugal, século XVIII) *Revista de História e historiografia da educação*, v. 3, n. 7, p. 73-107, jan./jun. 2019.

RODRIGUES, André Figueiredo. Sequestros de bens dos participantes da Inconfidência Mineira como fonte de pesquisa para a história do livro e das bibliotecas (1789). *História*, Franca/São Paulo, v. 36, e18, p. 1-30, 2017.

ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1888.

ROSÁRIO, Maria José Aviz do; MELO, Clarice Nascimento de. A educação jesuítica no Brasil colônia. *Revista HISTEDBR on-line*, n. 61, p. 379-389, mar. 2015.

SILVA, António de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Raphael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Lisboa: Of. de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. [2 vol.].

SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario bibliographico portuguez*. v. 1. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858.

SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario bibliographico portuguez*. v. 3. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859.

SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario bibliographico portuguez*. v. 5. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860.

SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario bibliographico portuguez*. v. 6. Lisboa: Imprensa Nacional, 1862.

SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario bibliographico portuguez*. v. 8. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868.

SILVA, Marcela Verônica da. *O poema “Vila Rica” e seu Fundamento Histórico: engenho do poeta e arte do letrado*. 2013. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis/São Paulo.

SILVA, Milena Pereira. *As notas históricas no Poema Épico Vila Rica, de Cláudio Manuel da Costa*. 2017. Tese (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista/Bahia.

SOUZA, Laura de Mello e. *Cláudio Manuel da Costa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SOUZA, Rafael de Freitas e. *O Tiradentes leitor*. Viçosa: Suprema, 2008.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *O império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ; EdUFF, 1999.

STARLING, Heloísa Murgel. Visionários: a imaginação republicana nas Minas setecentistas. *Revista USP*, São Paulo, n. 59, p. 54-71, set./nov. 2003.

STARLING, Heloísa M. *Ser republicano no Brasil Colônia: a história de uma tradição esquecida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

STROPARO, Sandra Mara. Vila Rica: a epopeia das minas. *Organon*, Porto Alegre, v. 15, n. 30-31, p. 235-241, 2001.

VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves; Paris, França: Aillaud, 1916.

ZILBERMAN, Regina. A história da leitura e suas repercussões na história da literatura. *Revista Araticum*, v. 19, n. 1, 2019. p. 131-152.

Fontes primárias

ARISTÓTELES. *A poética de Aristóteles traduzida do grego em português*. Tradutor anônimo. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1779.

CREVIER, Jean Baptiste Louis. *Preceitos de rhetorica tirados de Aristoteles, Cicero e Quintiliano*. Lisboa: Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1786.

GUERREIRO, Miguel do Couto. *Tratado da versificação portugueza, dividido em tres partes*: a primeira contém hum brevíssimo Compendio das regras mais praticaveis da Metrificação; a segunda hum ampliíssimo Diccionario de Consoantes; e a terceira Instrucções para a perfeita Poetica. Lisboa: Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1784.

MELLO, Francisco de Pina de Sá e de. *Theatro da eloquencia, ou arte de rhetorica, fundada nos preceitos dos melhores Oradores Gregos, e Latinos*. Lisboa: Oficina de Francisco Borges de Sousa, 1766.

NOSSA SENHORA, Bento de. *Elementos da arte oratoria, ou principios da rhetorica portugueza*. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1792.

PEREIRA, Antonio. *Elementos da invençam e locuçam retorica, ou principios da eloquencia: escritos, e illustrados com breves Notas por Antonio Pereira, Presbytero da Congregaçã do Oratorio de Lisboa*. Lisboa: Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1759.

PORTUGAL. *Alvará sobre a reforma das Humanidades*. Lisboa: na Officina de Miguel Rodrigues, 1759a. [No acervo da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, cota RB-30-18(4)]

PORTUGAL. *Instrucções para os professores de grammatica latina, grega, hebraica, e de rhetorica, ordenadas e mandadas publicar por El Rey nosso senhor, para ufo das Escolas novamente fundadas nestes Reinos, e seus Dominios*. Lisboa: na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1759b. [No acervo da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, cota Ling. Geral Aplicada, 6-6-2]

VASCONCELOS, João Rozado de Villalobos e. *Arte rhetorica para o uso da mocidade luzitana, escripta com júizo Critico*. Évora: Oficina de Filippe da Silva e Azevedo, 1773.

VISITAÇÃO, Antônio; PEREIRA, Mariano José. *Regras de rethorica, e poetica*. Lisboa: Oficina de Lino da Silva Godinho, 1787.

Bibliografia consultada

ABREU, Márcia. *Cultura letrada: literatura e leitura*. São Paulo: UNESP, 2006.

ABREU, Márcia (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras, 2009a.

ABREU, Márcia. *Os caminhos dos livros*. Campinas: Mercado de Letras, 2009b.

DARNTON, Robert. *Edição e sedição*. O universo da literatura clandestina no século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (orgs.). *Cultura e educação na América portuguesa*. Belo Horizonte: Editoria UFMG, 2020.

GONÇALVES, Adeldo. *Gonzaga, um poeta do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1998.

MELO, Celina Maria Moreira de; CATHARINA, Pedro Paulo Garcia Ferreira; REIS, Sonia Cristina (org.). *A palavra, o artista e a leitura: homenagem a Théophile Gautier*. Rio de Janeiro: Confraria do Vento, 2014.

NISKIER, Arnaldo. *Educação brasileira: 500 anos de história, 1500-2000*. São Paulo: Melhoramentos, 1989.

PROENÇA FILHO, Domício (org.). *A poesia dos inconfidentes: poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Silva Alvarenga*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. (Orgs.). *Dicionário da república: 51 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Cultura letrada e cultura oral no Rio de Janeiro dos vice-reis*. São Paulo: Unesp, 2013.

TAVARES, Rui. *O censor iluminado: ensaio sobre o pombalismo e a revolução cultural do século XVIII*. Lisboa: Tinta da China, 2018.

TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

TEIXEIRA, Ivan. (org.). *Épicos: Prosopopeia; O Uruguai; Caramuru; Vila Rica; A Confederação dos Tamoios; I-Juca-Pirama*. São Paulo: Editora da USP; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.

VILLALTA, Luiz. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: MELLO E SOUZA, Laura de (Org.). *História da vida privada no Brasil*. v. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

VILLALTA, Luiz Carlos. *Usos do livro no mundo luso-brasileiro sob as luzes: reformas, censura e contestações*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

WARNING, Rainer. *Estética de la recepción*. Madrid: Visor, 1989.

ZILBERMAN, Regina. *Estética da recepção e história da literatura*. 3. ed. Porto Alegre: Editora UniRitter, 2015.